PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ELIENE GOMES DA SILVA ALVES

O ANTICOMUNISMO NAS AULAS DE HISTÓRIA: *E-BOOK* TEMÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ELIENE GOMES DA SILVA ALVES

O ANTICOMUNISMO NAS AULAS DE HISTÓRIA: E-BOOK TEMÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO

GOIÂNIA-GO
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[x] Dissertação [ ] Tese [ ] Outro*:_____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Eliene Gomes da Silva Alves

3. Título do trabalho

O Anticomunismo nas Aulas de História: E-book Temático para o Ensino Médio

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:
a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes**, **Professora do Magistério Superior**, em 21/10/2024, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Eliene Gomes Da Silva Alves**, **Discente**, em 21/10/2024, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4913822** e o código CRC **33EC1247**.

Referência: Processo nº 23070.033353/2024-43 SEI nº 4913822

ELIENE GOMES DA SILVA ALVES

O ANTICOMUNISMO NAS AULAS DE HISTÓRIA: *E-BOOK* TEMÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra profissional em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço escolar

Área de concentração: Ensino de História

Orientadora: Profª Drª Sônia Maria de Magalhães

Goiânia, 2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves, Eliene Gomes da Silva
O Anticomunismo nas aulas de História - E-book temático para o Ensino Médio [manuscrito] / Eliene Gomes da Silva Alves. - 2024.
259 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2024.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, fotografias, lista de figuras.

1. Ensino de História. 2. Anticomunismo. 3. Golpe de Estado. 4. Imaginários. 5. Representações. I. Magalhães, Sônia Maria de, orient. II. Título.

CDU 94

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **007/2024** da sessão de Defesa de **Dissertação** de **Eliene Gomes da Silva Alves**, que confere o título de **Mestre(a) em Ensino de História**, na área de concentração em **Ensino de História**.

Ao/s **vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro**, às **9h00**, **de modo presencial - na Sala de Defesas da Faculdade de História/UFG e com participação remota - via Videoconferência** do Membro Externo ao Programa, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **"O Anticomunismo nas Aulas de História: E-book Temático para o Ensino Médio".** Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (ProfHistória-UFG) – Presidente,** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: 2) **Mara Regina Nascimento (UFSM)** - Externo ao Programa; 3) **Cristiano Nicolini (ProfHistória-UFG)** - Interno ao Programa. E, como *Membros Suplentes*: 1) **Ana Carolina Eiras Coelho Soares (ProfHistória-UFG)** - Interno ao Programa; 2) **Robson Mendonça Pereira (UEG)** - Externo ao Programa. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (ProfHistória-UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes**, **Professor do Magistério Superior**, em 21/10/2024, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes**, **Coordenador de Pós-Graduação**, em 21/10/2024, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini**, **Professor do Magistério Superior**, em 21/10/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4659261** e o código CRC **8DD000C7**.

Um dos primeiros livros que li, ainda na pré-adolescência foi *O Pequeno Príncipe* de Antoine de Saint-Exupéry. Levei pra vida a história de um menininho que nos ensinava a “ver com o coração...”

Este trabalho é dedicado à minha mãe Maria da Conceição, que perdeu a visão enquanto eu fazia o Mestrado e me mostrou que “o essencial é invisível aos olhos...”

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Goiás, que me possibilitou a realização de um sonho: voltar à Universidade e fazer um Mestrado!

À Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) que me concedeu licença capacitação e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela bolsa de estudos. Espero retribuir com o meu trabalho junto à Educação Básica do nosso país!

Agradeço a minha orientadora Dra. Sônia Maria de Magalhães. Uma mulher competente e generosa, que muito além da eficiência no exercício de sua função, teve gestos de cuidado e compreensão, sem os quais teria sido muito dificil chegar até aqui.

Aos professores Dr. Cristiano Nicolini (UFG) e Dra. Mara Regina do Nascimento (UFSM) que fizeram parte da minha banca de qualificação e deram importantes contribuições para a escrita desta dissertação.

Aos professores do ProfHistória pelos ensinamentos. Diversas vezes me emocionei com aulas incríveis e inspiradoras, afinal “a alma não se alimenta de fatos, ela se alimenta de encantamentos”. (Rubem Alves).

Aos meus alunos e alunas: crianças e adolescentes cheios de sonhos, que ao longo desses 25 anos de docência me ensinaram a amar e a acreditar na educação pública.

Aos meus amigos e amigas! Por serem muitos, não conseguirei citar os nomes, mas certamente eles se sentirão contemplados quando lerem esses agradecimentos.

Aos meus queridos famíliares: família Gomes e família Alves, que acompanharam minha trajetória no Mestrado e torceram para que eu o concluísse com sucesso.

Ao meu pai: João Batista, de quem me orgulho de ser filha.

À minha mãe, Maria da Conceição que pouco estudou, mas sempre achou “o estudo a coisa mais fina do mundo”.

A vocês: professores, alunos, amigos e familiares que me mostram diariamente que “a coisa mais fina do mundo é o sentimento!”

Muito obrigada!

Ensinamento

Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo. Não é.
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão, ela falou comigo: ‘coitado, até essa hora no serviço pesado’.
Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.
Não me falou em amor. Essa palavra de luxo.

(Adélia Prado**)**

“A sociedade é resultado da práxis humana e passível de alterações a partir dessa.”

Márcia Espig (1998)

ALVES, Eliene Gomes da Silva. **O anticomunismo nas aulas de História:** *E-book* Temático para o Ensino Médio. 2024. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino de História). Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

RESUMO

A pesquisa objetiva trabalhar o imaginário anticomunista nas aulas de História do Ensino Médio, destacando sua influência nos golpes de Estado de 1937, 1964 e 2016. Argumentou-se que os golpes de Estado que ocorreram no Brasil no período republicano, tiveram o imaginário anticomunista como um fator mobilizador de extrema relevância. Para tanto, apresenta o imaginário anticomunista como um fenômeno político e ideológico, construído social e historicamente, por meio de representações que passam por constantes atualizações e são usadas estrategicamente em momentos de crise institucional e política. Pretendeu-se mostrar que essas representações alimentam os imaginários e estes se internalizam no inconsciente coletivo e contribuem para a perpetuação de discursos, práticas autoritárias e negacionistas que violam a democracia e os Direitos Humanos no Brasil. Utilizando a Nova História Política como abordagem historiográfica, a pesquisa analisou o imaginário anticomunista como uma estratégia de poder que se vale de imagens, discursos, comportamentos, mitos, símbolos e crenças com fins e usos políticos. Espera-se que o estudo e a reflexão sobre a trajetória do comunismo e do anticomunismo no Brasil, contribuam para um ensino de história comprometido com o fortalecimento de sentimentos e atitudes democráticas e diminuam a escassez (verificada) de pesquisas que abordam o anticomunismo na Educação Básica. A estratégia pedagógica adotada para esse fim foi a elaboração de um *E-book* temático, que poderá ser usado pelos professores de História do Ensino Médio, sobretudo do Distrito Federal, como itinerários formativos, projetos pedagógicos ou parte diversificada.

Palavras-chave: Ensino de História. Anticomunismo. Golpe de Estado. Imaginários. Representações.

ALVES, Eliene Gomes da Silva. **The anti -communist in History classes:** Thematic E-book for High School. 2024. Dissertation. (Professional Master's Degree in History Teaching). Postgraduate Program in History Teaching. Federal University of Goiás. Goiânia.

ABSTRACT

The research aims to work on the anti-communist imaginary in High School History classes, highlighting its influence on the coups d'état of 1937, 1964 and 2016. It was argued that the coups d'état that occurred in Brazil during the republican period had the anti-communist imaginary as an extremely relevant mobilizing factor. To this end, it presents the anti-communist imaginary as a political and ideological phenomenon, socially and historically constructed, through representations that undergo constant updates and are used strategically in moments of institutional and political crisis. The aim was to show that these representations feed imaginaries which are internalized in the collective unconscious and contribute to the perpetuation of discourses, authoritarian and denialist practices that violate democracy and Human Rights in Brazil. Using the New Political History as a historiographical approach, the research analyzed the anti-communist imaginary as a power strategy that uses images, speeches, behaviors, myths, symbols and beliefs with political purposes and uses. It is expected that the study and reflection on the trajectory of communism and anti-communism in Brazil will contribute to History teaching committed to strengthening democratic feelings and attitudes and reduce the (verified) scarcity of research that addresses anti-communism in Education Basic. The pedagogical strategy adopted for this purpose was the creation of a thematic E-book, which can be used by High School History teachers, especially in the Federal District, as training itineraries, pedagogical projects or a diversified part.

Key-words: History teaching. Anticommunism. Coup d'etat. Imaginaries. Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Grupos pró e contra *impeachment* separados por cercas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – 17 de abril de 2016 102
Figura 2: Foto retirada na Avenida Paulista em 15 de março de 2015 107
Figura 3: Foto retirada na Avenida Paulista em 15 de março de 2015 107
Figura 4: Manifestação pelo *impeachment* em 16 de agosto de 2015 109
Figura 5: Manifestação pelo *impeachment* em 16 de agosto de 2015 109
Figura 6: Marcha da Família com Deus pela Liberdade 111
Figura 7: Marcha da Família com Deus pela Liberdade 111
Figura 8: Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964 112
Figura 9: Foto retirada na Avenida Paulista em 15 de março de 2015 112
Figura 10: Meme 115
Figura 11: Meme 116
Figura 12 - Cartum de Claudius, chargista do Pasquim. 118
Figura 13: Capa da Revista Veja, Edição Nº 2397, de 25 de outubro de 2014 120
Figura 14: Capa da Revista Veja, Edição Nº 2496, de 16 de setembro de 2016 121
Figura 15 - Capa do livro Catecismo Anticomunista. 1960 122
Figura 16 - Capa da Revista Veja - Edição Nº 2173, de 14 de julho de 2010. 123
Figura 17: Capa da Revista *IstoÉ*, Edição 2421, de 29 abril de 2016 124
Figura 18: Capa da Revista *IstoÉ*, Edição 2401, de 11 dezembro de 2015 124
Figura 19: Faixa instalada em prédio da Avenida Osvaldo Aranha, Porto Alegre, 2022 126

LISTA DE SIGLAS

ADP	Ação Democrática Parlamentar
AIB	Ação Integralista Brasileira
AP	Ação Popular
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPEd	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
ABEH	Associação Brasileira de Ensino de História
BNCCEM	Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNRC	Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo
CPDOC	Documentação de História Contemporânea do Brasil
CLMD	Cruzada Libertadora Militar Democrática
CMNEMDF	Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ESG	Escola Superior de Guerra
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIERJ	Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro
FPME	Frente Parlamentar Mista da Educação
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IFAC	Itinerário Formativo por Área do Conhecimento
JK	Juscelino Kubitschek
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MAC	Movimento Anticomunista
MBL	Movimento Brasil Livre

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEED	Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Educação Democrática
NEP	Nova Política Econômica
OPAC	Organização Paranaense Anticomunista
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEI	Política Externa Independente
POLOP	Política Operária
PCC	Primeiro Comando da Capital
PPPs	Projetos Político-Pedagógicos
STF	Supremo Tribunal Federal
TCTs	Temas Contemporâneos Transversais
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UCE	Unidades Curriculares Eletivas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USAID	Agência Interamericana de Desenvolvimento dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **14**

CAPÍTULO 1 – COMUNISMO E ANTICOMUNISMO NAS AULAS DE HISTÓRIA **21**

1.1 Bases teórico-metodológicas. **21**

1.2 Temas sensíveis e os documentos oficiais **32**

1.3 O que é comunismo? **44**

1.4 O comunismo no Brasil **56**

1.5 Anticomunismo- uma breve definição **60**

CAPÍTULO 2 – OPORTUNISMO E TRAGÉDIA - IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E OS GOLPES DE ESTADO NO BRASIL **64**

2.1 Matrizes do imaginário anticomunista no Brasil **64**

2.2 Oportunismo - O anticomunismo e o golpe de 1937 ..... **74**

2.3 Tragédia - O anticomunismo e o golpe de 1964 ..... **85**

CAPÍTULO 3 – FARSA: O ANTICOMUNISMO E O GOLPE DE 2016 ..... **94**

3.1 Anticomunismo e Antipetismo: a farsa do golpe de 2016. ..... **94**

3.2 As estratégias discursivas e midiáticas de legitimação do golpe de 2016. ..... **104**

CAPÍTULO 4 –PARTE PROPOSITIVA **127**

4.1. *E-Book* temático para o Ensino Médio **127**

CONSIDERAÇÕES FINAIS. **133**

FONTES **138**

REFERÊNCIAS **140**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR **150**

***E-BOOK*- O PERIGO VERMELHO:** Comunismo e Anticomunismo no Brasil **151**

INTRODUÇÃO

“Professora, a senhora é comunista!!??”

Primeiro dia de aula do ano de 2020, no Centro Educacional 04 de Taguatinga Sul, periferia de Brasília. Pensei[1] numa apresentação diferente com os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Ao invés de entrar em sala e me apresentar: “Eu sou Eliene, professora de História”, tive a ideia de levar objetos pessoais que me identificassem e a partir deles, conversar com os alunos sobre minha trajetória pessoal e profissional. Primeiro, mostraria os objetos a eles, conversando sobre a importância de cada um deles em minha vida e depois “adivinhariam” qual a disciplina seria ministrada por mim. Os objetos escolhidos foram: o anel de formatura que ganhei da minha mãe quando concluí o Ensino Médio; minha primeira carteirinha profissional de professora primária, expedida no ano de 1997; a certidão de batismo da minha filha; o livro Manifesto Comunista; fotografias da cidade satélite de Ceilândia, onde vivi durante 30 anos e um disco, em vinil, do Gilberto Gil.

Os alunos poderiam fazer perguntas sobre a história de cada objeto apresentado e responderia contando a minha história. Não é difícil supor que o objeto que trouxe mais polêmicas foi o livrinho de Karl Marx e Friedrich Engels. Assim que mostrei o livreto veio uma pergunta (na verdade um grito) em tom de surpresa e reprovação: “Professora, a senhora é comunista!!??” Respondi com outra pergunta: “O que você acha?” E a aluna rapidamente respondeu: “Eu acho que não!” A partir daí vieram uma série de questionamentos, percebi que mesmo sem embasamento teórico ou um estudo prévio do que vem a ser o comunismo, as associações que os alunos faziam eram extremamente negativas, baseadas no senso comum e em *fake news.*

Se essa mesma pergunta tivesse sido feita a mim após o meu ingresso no ProfHistória, em março 2022 e o contato com o texto de Nilton Pereira Mullet[2], teria dado a mesma resposta que o professor Nilton deu ao ser confrontado em sala de aula com a pergunta: “Professor, o senhor é marxista?” Transcrevo a resposta do professor e convido o leitor a fazer a substituição das palavras “marxista” e “marxismo” (em itálico na citação) pelas palavras “comunista” e “comunismo” acreditando que a paráfrase não comprometeria o sentido da resposta. Esta seria a minha resposta:

---

[1] Na dissertação, sempre que me refiro a uma experiência pessoal, uso o verbo na 1ª pessoa do singular. No decorrer do texto, optou-se pela 3ª pessoa do singular.

[2] PEREIRA Mullet, Nilton. Professor o senhor é marxista? (Artigo) *In*: **Jornal Digital Gaúcho Zero Hora** - GZH. 20/06/2019. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2019/06/professor-o-senhor-e-marxista-cjx3k5knp012u01mvkyyycgk9.html. Acesso em: 07 mai. 2024.

> Certamente, dentre tudo o que sou, sou *marxista*. O *marxismo* também é muitas coisas: uma filosofia que procura responder o que somos ou o que é nossa realidade; uma teoria social que se põe a estudar as relações entre as pessoas e grupos sociais; uma teoria política; uma tendência teórica; uma metodologia de análise histórica, enfim, uma multiplicidade. Eu sou *marxista* porque o *marxismo* me ajudou a entender um pouco dessa minha profusão de "eus", inconstantes e voláteis. O *marxismo* me ajudou a compreender porque somos uma sociedade de hierarquias e de desigualdades e me ofereceu uma certa cosmologia, para que eu pusesse um pouco de linguagem no Caos e um pouco de sentido na vida (...) Eu gostei do *marxismo* porque vi uma generosidade incrível em seu modo de ver o mundo; havia ali amor pelo outro, indignação com a pobreza, com a fome e com a desigualdade. Então, sim, um desses "eus" que sou é *marxista* (Pereira, 2019, não paginado).

Entendendo o ensino de história como uma "operação historiográfica" que jamais desconsidera "o lugar social" ("socioeconômico, político e cultural") do historiador-professor, (Certeau, 2011, p. 45) reconheço a influência que a minha formação marxista atribui ao que escrevo, ao que ensino e à minha forma de viver. Entretanto, a "profusão de eus, inconstantes e voláteis", bem como meu "espaço de experiência" (profissional e intelectual) não permitem que meu "horizonte de expectativas" se restrinja a uma única concepção teórica e filosófica. A pesquisa dialoga com muitos teóricos marxistas e também com críticos do marxismo enquanto metodologia de análise, porém, afirmo a relevância do marxismo para a compreensão do homem na sociedade capitalista e acredito numa educação que vá "além da lógica desumanizadora do capital" e produza "insubordinação", "rebeldia", "emancipação" (Meszáros, 2006, p. 15).

Dito isto, não é difícil supor que a escolha do livro Manifesto Comunista, para a minha apresentação no primeiro dia de aula, não foi inocente, assim como nenhuma fonte histórica é. Para Pereira e Seffner (2008, p. 115), os documentos são "rastros do passado, deixados intencionalmente pelos homens e pelas circunstâncias históricas." A temática do anticomunismo já fazia parte das minhas pesquisas. Na graduação em História (concluída em 2002), pesquisei as revoluções socialistas do século XX (Russa, Chinesa e Cubana) em alguns livros didáticos que circularam durante a Ditadura Militar (entre 1970 e 1980) e pude constatar a ausência desses temas ou o tratamento superficial que foi dado a eles durante o período. Como trabalho final da especialização *lato sensu* que fiz na Universidade de Brasília (2008), pesquisei o anticomunismo nos discursos políticos do Presidente Juscelino Kubitschek (JK) no período de 1956 a 1961. Apesar do recorte temporal bem delimitado da pesquisa, as leituras me fizeram refletir sobre forte presença e permanência desses imaginários na cultura política brasileira em períodos distintos, inclusive períodos democráticos como os anos JK.

Com o golpe que interrompeu o mandato da ex-Presidenta[3] Dilma Rousseff em 2016, a temática do anticomunismo voltou a me chamar atenção, pois na *internet* acompanhei diariamente fotografias, memes, notícias que justificavam ação dos revoltosos que foram às ruas pedir o *impeachmen*t à necessidade de conter os avanços "comunistas" que o governo Dilma estaria possibilitando.

Portanto, a apresentação que fiz no primeiro dia de aula levantou novas hipóteses e possibilidades de pesquisa de uma temática que me instigava: o anticomunismo como um fator relevante (e não coadjuvante) na História do Brasil Contemporâneo e os imaginários anticomunistas como fenômenos políticos e ideológicos legitimadores de golpes de Estado e que ainda hoje contribuem para a perpetuação de discursos e práticas autoritárias que violam a democracia e os Direitos Humanos no Brasil.

A importância do tema se justifica na escassez de pesquisas que trabalham com o anticomunismo no contexto da Educação Básica. Historicamente, está claro que o anticomunismo foi um fator político e ideológico de suma relevância para a História do Brasil e do mundo, porém, faltam estudos que analisem ou problematizem esses imaginários na sala de aula. Uma busca parcial no Portal do ProfHistória,[4] usando as palavras - chaves "comunismo", "anticomunismo" e "ditadura militar" identificou diversos trabalhos relacionados ao ensino de história e Ditadura Militar, mas, a temática do anticomunismo foi encontrada apenas no trabalho de Cleverson José Catore da Silva, *Como abordar a temática do comunismo nas aulas de história: uma proposta metodológica a partir dos games*, 2020.

A dissertação de Cleverson (2020) discute estratégias para o uso dos *games* nas aulas de História tendo o comunismo como conteúdo norteador. Dá ênfase à constante (res) significação e mobilização da temática do comunismo na sociedade brasileira, como justificativa para a defesa de posicionamentos políticos por parte daqueles que veem esta doutrina como uma ameaça a valores tradicionais da sociedade brasileira como a pátria, a família e a religião. Esse trabalho foi importante para a realização desta pesquisa, entretanto, procuramos ir além e analisar também como as diversas representações negativas acerca do

[3] A opção pelo uso do termo "presidenta" é política e acompanha o desejo da própria Presidenta Dilma Rousseff, que assim se autointitulava. A expressão foi motivo de disputas ideológicas durante todo o mandato e demonstra que, além da terminologia, se disputa visões de mundo e de sociedade. Num país patriarcal e machista, em que as desigualdades de gênero são gritantes, o uso da expressão significa uma possibilidade de mudança de comportamento e uma reflexão sobre os lugares de poder majoritariamente masculinos. Me inspiro também em Paulo Freire, quando questiona a linguagem machista (o emprego do pronome 'eles') que o próprio usou no livro Pedagogia do Oprimido e corrigiu em Pedagogia da Esperança. Segundo o autor, *"Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo"* (Freire, 1992, p. 36).

[4]Busca realizada durante o mês de janeiro de 2023, no Portal do ProfHistória, através do site: https://www.profhistoria.com.br/

comunismo forjaram um imaginário que passou a fazer parte da cultura política brasileira, interferindo e comprometendo o processo de ensino-aprendizagem de temas essenciais da História do Brasil Contemporâneo. Esse imaginário alimenta e legitima imprecisões históricas, disseminadas hoje, principalmente, pelas redes sociais, mas que se originaram nos anos 1930 e foram usados como justificativa para discursos e práticas autoritárias e antidemocráticas ao longo da história.

Merece destaque como referencial teórico da pesquisa o trabalho do professor Rodrigo Patto Sá Motta, professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É impossível pesquisar o fenômeno anticomunista brasileiro sem tê-lo como referência. O autor colocou o anticomunismo como o protagonista de suas pesquisas, destacando a sua relevância na História, até então pouco estudada por historiadores brasileiros. A maioria dos trabalhos tratava o anticomunismo como "coadjuvante" ou até mesmo "acidental". É esse protagonismo que pretendo levar para a sala de aula.

Rodrigo Patto Sá Motta possui diversos livros sobre a temática e um número enorme de artigos, onde se dedica a decifrar os mecanismos gestação, atuação e perpetuação do anticomunismo na História do Brasil Contemporâneo. Dentre os muitos trabalhos do autor que embasam a pesquisa, destaco dois que me forneceram além de arcabouço teórico, coragem, para levar para a sala de aula um tema sensível: o anticomunismo, que se desdobrará em diversos outros temas sensíveis, como Ditadura Militar, Direitos Humanos, negacionismos, revisionismos, Golpe de 2016 e etc. São eles, o clássico, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964),* publicado originalmente em 2002 e reeditado em 2020, sem o qual essa pesquisa não existiria e o livro *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar,* de 2021.

Na obra *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* o autor analisa as origens do imaginário anticomunista brasileiro e identifica a Intentona Comunista de 1935, como o evento que inaugurou a tradição anticomunista no Brasil. Por meio do uso de fontes históricas diversas como imagens, fotografias, músicas, documentos, poesias etc., o autor analisa as representações anticomunistas, da Intentona Comunista de 1935 ao golpe de 1964, a partir de três matrizes ideológicas: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Estas matrizes serão abordadas no capítulo 2. Além de trabalhar com essas três matrizes, poderemos identificar a existência de outras, que representem o contexto atual.

No livro *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar,* publicado em 2021, Motta desconstrói questões centrais do imaginário anticomunista, dentre elas a visão do golpe de 1964 como o "agente libertador da ameaça comunista." Destaca a singularidade que as redes

sociais conferiram ao anticomunismo, através do antiesquerdismo e antipetismo, que usados estrategicamente por diversos setores da sociedade, objetivam fortalecer as agendas conservadoras e antidemocráticas, além de esvaziar e combater pautas e propostas políticas de mudanças sociais. Para o autor, a democracia inconclusa, construída com o fim da Ditadura Militar em 1985, alimenta as ameaças autoritárias e contribuem para a preservação de uma memória apologética e acrítica do período. A obra me encorajou a trabalhar o anticomunismo na sala de aula, na tentativa de construir com os meus alunos, de forma dialógica, uma outra memória, que nos incite a lutar contra negacionismos e narrativas que constroem versões distorcidas e falseadas da história. E assim abrirmos caminhos para a defesa da democracia, dos movimentos sociais e dos Direitos Humanos, acreditando que "a sociedade é resultado da práxis humana e passível de alterações a partir desta" (Espig, 1998, p. 153).

Desta feita, a proposta de trabalhar o imaginário anticomunista em sala de aula apresenta-se como um desafio para os professores de História em todas as etapas do ensino básico, e especialmente no Ensino Médio. Sabemos que vencer esse desafio não é tarefa fácil, dada a complexidade da nossa configuração social e política, bem como a eficácia dos mecanismos de atuação e transmissão do anticomunismo. Entretanto, o reconhecimento da dificuldade no enfrentamento a esses imaginários não pode ser fator impeditivo para nós, professores de História, sob o risco de continuarmos vendo nossos alunos apoiando ditaduras e repetindo discursos autoritários que desrespeitam os Direitos Humanos.

Esse fazer pedagógico que se apresenta como urgente, deve estar muito bem embasado teoricamente para que possamos fazer frente aos discursos anticientíficos que buscam deslegitimar a academia em nome de um pseudoconhecimento, difundido pelo senso comum, mas produzido em instâncias ideológicas com intencionalidades próprias. Faz-se necessário unir as dimensões epistemológica, metodológica e ética para produzir, em sala de aula, um conhecimento histórico significativo e dotado de historicidade.

Valendo-se dessa constatação, a pesquisa apresenta o imaginário anticomunista no Brasil como um fator ideológico de suma importância para o desenrolar dos acontecimentos históricos, principalmente nos momentos de crise ou "períodos quentes", para usar uma expressão de Baczko (1985, p. 25) que possibilitaram colapsos institucionais e golpes de Estado. Esse imaginário foi alimentado durante décadas através de uma série de estratégias e mecanismos de atuação que o mantiveram vivo mesmo em períodos democráticos e contribuíram para a efetivação e legitimação dos golpes de Estado ocorridos em 1937, 1964 e

2016.[5]

No capítulo 1 buscamos uma análise teórica e metodológica que fundamentam e legitimam o trabalho com o anticomunismo nas aulas de História, principalmente no contexto atual de tensões ideológicas e políticas. Enfatizamos a necessidade de estreitar as conexões entre democracia e educação. Para tanto, foi necessária uma análise de diversos conceitos relacionados à produção do conhecimento histórico, além de buscar respaldo em documentos oficiais e organizações sociais que enfatizam a importância do trabalho e do estudo de temas de história considerados sensíveis. Em seguida, procuramos explorar o conceito de comunismo através de um levantamento bibliográfico, demonstrando a sua história, as principais características, e as possíveis apropriações e interpretações do conceito ao longo do tempo. A partir da discussão sobre o conceito de comunismo, pretendemos deixar claro o que a pesquisa entende e aponta como anticomunismo.

No capítulo 2 partimos para a análise das representações anticomunistas no Brasil. Para isso fizemos uso das matrizes ideológicas teorizadas pelo autor Rodrigo Patto Sá Motta: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Essas matrizes forneceram a "matéria-prima" para a construção das representações que forjaram o imaginário anticomunista no Brasil e continuaram a ser usadas como justificativas ideológicas para a formulação e propagação de imaginários em diferentes contextos. Por meio da análise dessas matrizes pretendemos demonstrar que o imaginário anticomunista no Brasil comporta mais permanências do que rupturas e faz parte da cultura política brasileira. Analisamos também no capítulo 2, a atuação das forças anticomunistas e a utilização desse imaginário como justificativa para os golpes que instituíram o Estado Novo (1937 - 1945) e a Ditadura Civil- Militar (1964- 1985)[6]. Enfatizamos a atuação das forças anticomunistas para a efetivação e legitimação dos golpes, bem como as representações utilizadas e suas motivações.

No capítulo 3 abordamos a influência do imaginário anticomunista durante o período que culminou com o golpe que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Mostramos, através de uma leitura bibliográfica, que o *impeachment* foi na verdade um golpe de Estado,

[5] O contexto histórico e a influência do imaginário anticomunista na efetivação dos golpes citados serão analisados nos capítulos 2 e 3.

[6]A utilização do conceito "Ditadura Civil-Militar" baseia-se nos estudos de Carlos Fico (2017) e outros historiadores que demonstram que entre 1964 e 1985 houve a participação de vários outros grupos e não somente dos militares (como por exemplo o empresariado, a classe média, a Igreja Católica e etc). Estes contribuíram para a efetivação do golpe de 1964 e atuaram na manutenção do regime ditatorial. O uso abreviado "Ditadura Militar" será mais utilizado, porém reconhecemos o debate contemporâneo que caracteriza o período como uma "ditadura civil- militar". A expressão "Regime Militar" não será usada, por entender que o termo "regime" nos remete à direção, gerência, gestão, regência e etc, portanto é uma palavra muito branda para caracterizar um período e uma atuação autoritária e criminosa como o período ditatorial brasileiro (1964-1985).

(ainda que alguns assim não queiram), influenciado pela mídia, pelo mercado financeiro, pelo parlamento e pelo judiciário. Um golpe de classe, contra a democracia ampliada, contra os Direitos Humanos e contra as políticas de distribuição de renda. Logo após o afastamento, a Presidenta foi inocentada do "crime" do qual foi acusada, as supostas pedaladas fiscais, o que comprova que o *impeachment* foi uma farsa orquestrada pela direita e extrema-direita. Para dar legitimidade à farsa do *impeachment*, o imaginário anticomunista foi mobilizado, tendo o Partido dos Trabalhadores (PT) como alvo. Uma série de representações anticomunistas que alimentaram imaginários nas décadas de 1930 e 1960 foram reatualizados, tendo o PT como o inimigo "comunista" a ser combatido. A associação do PT ao comunismo funcionou como uma estratégia ideológica de legitimação do golpe de 2016.

No capítulo 4 apresentamos um *E-book "O Perigo Vermelho: comunismo e anticomunismo no Brasil"*, composto de 17 aulas, que tem o comunismo e o anticomunismo com temática. Usando fontes históricas diversas (vídeos, livros, artigos, iconografia, reportagens, textos de revistas e jornais, memes e etc.) procuramos historicizar o comunismo, desmistificar o conceito, para então problematizar discursos e práticas anticomunistas. O material objetiva oferecer aos professores da Educação Básica um material diversificado que sirva como estratégia didático-pedagógica para trabalhar o comunismo e o anticomunismo no Ensino Médio.

Sou professora de escola pública há mais de 20 anos, sei da carência de recursos pedagógicos e conheço a exaustiva carga de trabalho dos professores, que muitas vezes nos impedem de construir materiais diferenciados, baseados em fontes históricas diversificadas e confiáveis. Dessa forma, pretendo disponibilizar o material para professores e alunos, contribuindo assim para um ensino de história compartilhado, crítico, reflexivo e acima de tudo, democrático.

CAPÍTULO 1 – COMUNISMO E ANTICOMUNISMO NAS AULAS DE HISTÓRIA

> **Os conceitos não devem ser encarados como uma "camisa de força", inflexíveis, pois as experiências históricas são mais dinâmicas e complexas do que se imagina. (Coelho, 2014, p. 88)**

1.1. Bases teórico-metodológicas

A tarefa de levar o anticomunismo para a sala de aula e torná-lo objeto de estudo apresenta-se pra mim como uma possibilidade de desmistificar um imaginário tão presente no nosso cotidiano, que passamos a naturalizá-lo ou ignorá-lo, subestimando o seu alcance e resultados. A pesquisa mostra, através de uma pesquisa histórica consistente que, ao transmitir uma visão estereotipada do real, o imaginário anticomunista contribuiu e continua contribuindo para a perpetuação de representações que justificam autoritarismos e golpes de Estado.

O caminho que desejamos percorrer é o da produção de um trabalho intelectual que promova um conhecimento histórico crítico e responsável, que vá "além da sensibilização", e possibilite aos alunos "pensar historicamente", como propõe Alberti (2021, p. 14), entendendo a escola como "um espaço político de construção do conhecimento histórico" e o professor como um "sujeito que produz, domina e mobiliza saberes plurais e heterogêneos para ensinar o que ensina" (Silva, 2019, pp. 51 e 52).

Para isso será necessário mobilizar diversos conceitos históricos[7] como, por exemplo, os conceitos de comunismo, anticomunismo, golpe de Estado e aqueles que se relacionam com operações intelectuais específicas da produção do conhecimento histórico, como os conceitos de ética, história política, negacionismo, imaginários, representações, relacionando-os ao objeto de estudo que é o anticomunismo. Trabalhar com esses temas, certamente não será uma tarefa fácil no cenário atual de constrangimentos, ataques à ciência e cerceamento da liberdade de cátedra. Será necessário o reconhecimento e o enfrentamento daquilo que De Baets (2013, p. 27) denominou de "abuso da história," que é o uso irresponsável da história com a intenção de ludibriar, enganar, negligenciar. Portanto, propomos uma pesquisa escolar que reconheça o "potencial político, crítico e poético da história" (Ávila, 2019, p. 20), repensando a relação entre teoria, ensino e historiografia a fim de que se estabeleça um diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes escolares, reconhecendo que

[7] Os Conceitos de comunismo e anticomunismo serão trabalhados ainda no capítulo 1.

> A pesquisa histórica, a história ensinada na academia e o ensino de história na educação básica possuem modos de produção e transmissão distintos, mas as especificidades, ou o reconhecimento delas, não representa uma cisão, mas propõe que se estabeleçam relações entre elas (Seffner; Penna, 2021, p. 221).

A escola, mais do que um local de instrução e transmissão de saberes, passa a ser um espaço de configuração e configurado pela cultura escolar, onde se confrontam diferentes forças e saberes. Desse modo, conhecimento histórico escolar apresenta-se como uma importante baliza para a constituição da pesquisa, entendendo que a escola, o professor e o estudante são sujeitos centrais na construção do conhecimento histórico. Os imaginários anticomunistas que serão problematizados em sala de aula fazem parte de uma educação informal, na qual "o agente do processo de construção do saber situa-se nas redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação"(Bruno, 2014, p. 14). Será necessário confrontar esses saberes, com a História, objetivando a construção de conhecimento histórico escolar, que possibilite a diferenciação entre História e senso comum. Para isso é necessário entender que,

> (...) a história escolar é uma construção social produzida por elaborações e reelaborações constantes de conhecimentos produzidos a partir das relações e interações entre as culturas escolar, política e hitórica, com os livros didáticos, com outros saberes que não apenas os históricos e muito menos circunscritos aos formais; com as ideias sobre história que circulam nas novelas, filmes, jogos etc.; e não menos importante, com a história pública (história de grande circulação, ou de massa) (Silva, 2019. p. 52).

Acreditando que o imaginário anticomunista adentra a escola e pode interferir negativamente nos estudos sobre de História do Brasil, propomos estratégias pedagógicas (*E-book* temático) que problematizem esses discursos e práticas anticomunistas, mas essas estratégias só terão eficácia se professores e alunos forem capazes de reconhecer o anticomunismo como um fenômeno estruturalmente presente em nossa cultura política. Para isso a concepção teórica, bem como os conceitos que norteiam a pesquisa, devem estar muito bem delineados.

O trabalho dialoga com diversas modalidades históricas, tendo sempre em mente que uma abordagem ou uma prática historiográfica dificilmente pode ser enquadrada dentro de um único campo, já que as dimensões da realidade social não são estanques, ao contrário, interagem. Utilizando uma abordagem, denominada de Nova História Política[8], o estudo buscará o imaginário, a performance de atores, e as imagens, mitos e crenças produzidos

[8] São evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos como a História a Cultural, a História Econômica, a História do Imaginário, ou, sobretudo, a História Social , além das interfaces que se produzem entre a História Política e outros saberes como a Antropologia, a Sociologia, a Lingüística e a Semiótica. (Barros, 2009, pp. 10 e 11).

segundo fins e usos políticos, percebendo os "fenômenos políticos enquanto campo de representação do social." (Ferreira, 1992, p. 265) e o poder político como o local onde "o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico" (Baczko, 1985, p. 297).

Ressalta-se que a noção de "poder" e suas diversas formas de atuação e manifestações simbólicas apresentam-se como fundamentais para a Nova História Política, considerando o seu caráter polissêmico e suas distintas apropriações. Considera-se o poder em uma perspectiva diferenciada daquela evidenciada pela História Política tradicional desenvolvida no séc. XIX, que emanava sempre do Estado e das suas instituições. A renovação está em considerar outras modalidades de poderes, como o uso político dos sistemas de representações, os poderes exercidos através da palavra, dos discursos, das imagens, dos símbolos, dos mitos, do indivíduo, dos micropoderes cotidianos, dos modos de comportamento, dos preconceitos e assim por diante. Para Barros,

> (...) o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no "Poder". É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político (Barros, 2008, p. 5).

Para Ferreira (1992), nas primeiras décadas do século XX, com a fundação da Escola dos Annales[9] e depois de ter desfrutado um longo prestígio durante todo o século XIX, a história política entrou em declínio.[10] "A peça acusatória elaborada pelos *annalistes* gauleses produziu seus efeitos até, no mínimo, os começos da década de 1970" (Falcon, 1997, p. 108). A hegemonia do político passou a ser questionada dando maior centralidade para o econômico e o social

[9] A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico que surgiu na França, durante a primeira metade do século XX, a partir da revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929. A proposta inicial do periódico era se livrar de uma visão positivista da escrita da História que havia dominado o final do século XIX e início do XX, voltando-se para análises dos processos de longa duração para melhor compreensão das civilizações e das "mentalidades". Ao considerar a História não mais apenas como uma sequência de acontecimentos, outros tipos de fontes, como arqueológicas, foram adotadas, bem como foram incorporados os domínios dos fatores econômicos, da organização social, da psicologia, numa análise interdisciplinar que aproximou a História das demais Ciências Sociais. Ver: BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

[10] O declínio da "história política tradicional" teve maior expressão na França. A ideia de uma história política em vias de extinção, não se pode aplicar com a mesma intensidade na Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, EUA e Brasil.

> Afinal, uma história centrada na dialética da duração, em contato com a linguística, semiótica, psicanálise e teoria literária, e privilegiando as abordagens estruturais segundo métodos seriais, não poderia senão encarar como não-científica e não-histórica a história política tradicional (Falcon, 1997, p. 111).

As principais críticas direcionadas à história política eram que ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, ela mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que atestariam sua dimensão científica. Como escreveu Lucien Febvre (1953, p. 114) "a História historizante exige pouco. Muito pouco. Demasiadamente pouco a meu ver, e na opinião de muitos outros além de mim." Na opinião dos críticos, as realidades do trabalho e da produção, e não mais regimes políticos deveriam ser objetos da atenção dos historiadores. O fundamental seria o estudo das estruturas, já que para eles, a história política permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões de trabalhadores (Ferreira, 1992, p. 266). Para Francisco Falcon, a história política tadicional era "prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder" (1997, p. 99).

> (...) Ligada intimamente ao poder, essa história pretendeu ser também memória. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos (Ferreira, 1997, p. 99).

Importante lembrar que a perspectiva marxista da política e da história sempre foi oposta aos pressupostos e características da história política tradicional. As bases teóricas marxistas, ainda no século XIX, denunciava o que considerava os três ídolos principais daquela história: "uma noção de política desvinculada da totalidade do processo histórico e presa fácil da ideologia; o caráter voluntarista de uma história baseada em ideias e ações de alguns poucos agentes históricos; um discurso histórico narrativo, cronológico e linear" (Falcon, 1997, p.112).

> (...) o marxismo produziu dois efeitos antagônicos: recolocou no primeiro plano da escrita da história o poder, o político e a política; mas aprofundou a atitude, entre os historiadores marxistas, de franca rejeição da história política tradicional com seus chamados fatos, seus conhecidos atores, enfim, sua alienação (Falcon, 1997, p.114).

A terceira geração dos Annales, ou História Nova, vai assinalar o retorno da História Política ao possibilitar a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas como: os poderes, os saberes, as instituições, as práticas discursivas etc. Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais e com o simbólico: os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Desta maneira, a Nova História Política dirigiu seu foco para o entendimento do poder para além do Estado, buscando suas configurações nas relações cotidianas, onde se estabelecem os micropoderes, aquilo que Michel

Foucault (1984) conceituou como “microfísica do poder” (Falcon, 1997, p.118)

> Foucault, pois foi este o autor que revolucionou a compreensão desses novos objetos, colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes. A historiografia política passou a enfocar, nos anos 70, a Microfísica do poder, na realidade as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores — família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social (Falcon, 1997, p. 118).

René Remond (1997, p. 363) denomina de "renascimento da história política", os novos espaços que a historiografia dá à dimensão política dos fatos sociais. Para o autor, essa tendência deve ser entendida por meio da ligação de alguns fatores: as transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político, as críticas que acabaram por estimular uma profunda reflexão sobre o campo e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica. “Houve, entretanto que superar os obstáculos epistemológicos até então expressos de maneira antagônica: *tudo é politica* versus *a política não existe*” (Falcon, 1997, p. 121).

No decorrer do século XX, a Nova História Política favoreceu-se da diversificação da noção de “poder” e dos novos contextos históricos. Os meios de comunicação em massa, além da *internet* intensificaram a divulgação e repercussão dos fatos históricos, levando não só à “valorização de acontecimentos habitualmente considerados ‘políticos’ como também a politização de certos acontecimentos que habitualmente estariam relegados ao plano cultural ou religioso” (Barros, 2009, p. 15). Essa diversificação da noção de poder e a consequente ampliação do conceito de político, (com a percepção de seu caráter polifônico e interdisciplinar), renovaram os estudos historiográficos a partir da segunda metade do século XX, alterando seus métodos, objetos e perspectivas. O político passou então a ser visto como lugar de expressão do econômico, do social e do cultural, portanto, capaz de explicar os processos históricos ao longo do tempo, além disso, “na tentativa de se redefinir o político, sua realidade e especificidade, entram em jogo a noção de social e o conceito de representação” (Falcon, 1997, p. 123).

Nessa perspectiva, a pesquisa percebe o político, como o “lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete.” (Rosanvallon, 2010, p. 101). Entendendo o anticomunismo como um fenômeno político e social que se configura no plano das representações e do simbólico, analisaremos a influência do imaginário anticomunista em três períodos históricos (o golpe do Estado Novo, em 1937; o golpe militar de 1964 e o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016).

O estudo das representações anticomunistas desses períodos nos possibilitará "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler" (Chartier, 1990, p. 17). As "representações" são construções sociais da realidade em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus próprios interesses e dos interesses de seu grupo. Assim, "compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente" (Coelho, 2014, p. 95).

De acordo com Márcia Espig (1998, p. 154) "as representações acerca do mundo objetivo, embora não sejam o retrato fiel e transparente deste, serão o modelo através dos quais as pessoas orientarão o seu agir na sociedade real (...) elas estarão ligadas a formas culturais, tradições, estruturas mentais anteriores..." Nesse sentido, a dissertação mostra que as representações anticomunistas forjaram um imaginário que se constituiu num fator ideológico de suma importância para o desenrolar dos acontecimentos históricos, principalmente nos momentos de crise, colapso institucional vivenciados no Brasil contemporâneo. Esse imaginário foi alimentado durante décadas através de uma série de estratégias e mecanismos de atuação que o mantiveram vivo mesmo em períodos democráticos e contribuíram para a efetivação e legitimação dos golpes de Estado ocorridos em 1937, 1964 e 2016.[11]

O conceito de imaginário que o trabalho adota se fortalece no início do século XX, com a crise dos paradigmas de análise da realidade que por muito tempo se valeram de verdades absolutas e legitimadoras da ordem social. Para Baczco (1984, p. 27), a crise derivava da perda da certeza nas normas fundamentadoras de um discurso científico unitário sobre o homem e a natureza. As teorias gerais de interpretações dos fenômenos sociais (o progresso, o homem, a civilização) e os modelos históricos explicativos vigentes até então (historicismo, o positivismo e o marxismo) deixavam de fazer sentido em grande parte devido às incertezas políticas e sociais que caracterizaram o século XX.

Conforme Barros,

> a historiografia da segunda metade do século XX assistiu precisamente à emergência de campos do saber historiográfico que passaram a valorizar o universo mental dos seres humanos em sociedade, os seus modos de sentir, o imaginário por eles elaborados coletivamente. (2007, p. 2)

Os historiadores, influenciados pela Escola dos Annales, se voltaram cada vez mais para os aspectos culturais do social, numa crítica ao economicismo do marxismo ortodoxo, à factualidade da história positivista e ao cientificismo do século passado. No decorrer dos anos

[11] O contexto histórico e a influência do imaginário anticomunista na efetivação dos golpes citados serão analisados no Capítulo 2 e 3.

80, uma Nova História Cultural abriu caminho para novos objetos de estudo: mentalidades, valores, crenças, mitos, representações e etc., numa abordagem transdisciplinar. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento,

> Não é por acaso que o realce assumido pelo imaginário enquanto objeto de interpretação temática e investigação tenha crescido justamente no momento em que as razões cartesianas e as certezas do processo científico não se apresentam como capazes de dar conta da complexidade do real (Pesavento, 1995, p. 13).

Segundo Espig (1998, p. 159), o conceito de imaginário se fortaleceu a partir do reconhecimento das fragilidades teóricas do conceito de mentalidades. Os historiadores dos Annales abraçaram a história das mentalidades no contexto, já mencionado, de crítica à história política tradicional, entretanto, os mesmos não tiveram precisão quanto a sua conceituação e mais tarde, vão declarar os seus limites, dentre os quais destacaram as dificuldades que a mesma encontrava para explicar as mudanças rápidas, como por exemplo, as revoluções, devido sua ênfase nas permanências e na constância, ou seja, na longa duração. Nas palavras de Le Goff, "apesar, ou melhor, por causa do seu caráter vago, a história das mentalidades encontra-se em vias de estabelecer-se no campo da problemática histórica" (Le Goff, 1988, p. 78).

Nesse sentido, o deslocamento do conceito de mentalidades para o conceito de imaginário buscou se distanciar da fragilidade teórica do primeiro. A partir desse deslocamento, confere-se uma nova perspectiva de análise para a relação entre o real e o imaginário. Este aponta para uma "relação circular ou mesmo dialética entre a produção de ideias e o real" (Espig, 1998, p. 161) Assim, real e imaginário não devem ser vistos como opostos, mas como faces da mesma moeda.

> Buscar esta construção imaginária da sociedade não significa, porém, negar a existência de uma realidade objetiva, concreta. Trata-se, isto sim, de uma forma de entendimento que encara a realidade não somente como o que aconteceu, mas também como o que foi pensado, ou o que se desejou que acontecesse (Espig, 1998, p. 162).

As pessoas em particular e a sociedade como um todo conferem sentido às suas existências, a partir de dados concretos e também imaginados. A imaginação individual (posições, interesses, aspirações, motivações, ideias, etc.) podem ser elementos de constituição de identidades familiares, grupais e sociais. Essas identidades forjam códigos de comportamentos que podem transformar-se em objetos de poder e disputa, além de dispositivos de controle, a depender da forma como esses imaginários são apropriados, difundidos e/ou manipulados.

Para Baczko (1985), toda sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder e nessa legitimação as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam menos que o universo simbólico que a envolve e constitui seu quadro de

funcionamento. Assim, o imaginário atua como uma força reguladora da vida coletiva, em especial do exercício de autoridade e de poder, um verdadeiro "campo de disputas pelo controle das representações e visões de mundo (...) identidades, valores e aspirações" (Baczko, 1985, p. 296).

Para Marx, o vocábulo "imaginário" remete a um processo de criação falso, subjetivo, não científico, que foge da realidade e reforça a alienação e submissão dos homens à ideologia. Portanto, Marx não reconhece a importância do imaginário na constituição social, detendo-se apenas aos aspectos materiais. Entretanto, a negação dos aspectos subjetivos inerentes ao ser humano, acaba por empobrecer a análise histórica, já que "os agentes sociais não se apresentam desnudados de seus sonhos, máscaras, representações e ilusões" (Baczko, 1985, p. 12 apud Espig, 1998 p. 155).

Isto posto, o imaginário anticomunista será analisado como expressão do pensamento desses agentes sociais que se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade, portanto, uma representação, ou seja, "uma tradução mental de uma realidade exterior ligada ao processo de abstração" (Pesavento, 1995, p.15). O imaginário não é um espelho da realidade, mas "produto de estratégias de interesse e manipulação" (Pesavento, 1995, p. 15).

No Brasil, o imaginário anticomunista foi um elemento ideológico que esteve presente em todos os momentos de crise política e institucional que o país enfrentou na sua história republicana. Foi usado como uma das justificativas para o estabelecimento da Ditadura do Estado Novo em 1937, para o golpe militar de 1964 e para o golpe que interrompeu o mandato da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2002a) a ameaça anticomunista serviu de pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo.*

Importante deixar claro que o conceito de golpe de Estado ao qual a pesquisa irá trabalhar se aproxima da tradição marxista, na qual golpes de Estado são respostas à demandas por uma democracia ampliada ou por políticas de distribuição de renda, sejam reformistas ou revolucionárias. Nesse sentido, "golpes se articulam, frequentemente, a ditaduras de classe, ainda que disfarçadas de defesa dos interesses nacionais e policlassistas". Quase todos os golpes de Estado, ao menos quando ocorrem em sociedades complexas e plurais, buscam legitimar-se por argumentos como: excepcionalidade, preservação do "bem comum", ação contra inimigos da sociedade nacional, do Estado e da "civilização", preconizando muitas vezes a suspensão das normas jurídicas convencionais e da liberdade individual. Tal definição alinha-se com o

debate teórico contemporâneo que define golpe de Estado como uma "violação das regras constitucionais por atores institucionais, impondo uma solução de força, e não de direito, às crises políticas e sociais" (Napolitano, 2019, pp. 397 e 399).

De tal forma, nesta pesquisa defendemos o argumento que os os golpes de Estado ocorridos no Brasil no período republicano, tiveram o imaginário anticomunista como um fator mobilizador de extrema relevância. Os atores dos golpes mobilizaram esse imaginário por meio de uma série de representações negativas, que associavam o comunismo a tragédia, pecado e morte. As razões para isso serão debatidas no decorrer da pesquisa, pois estão relacionadas a cada contexto específico. O fundamental é mostrar que as representações anticomunistas têm uma historicidade e nos afetam no presente. Para isso será necessário traçar um panorama do imaginário anticomunista no Brasil, para entender como ele foi mobilizado a ponto de se tornar parte da nossa cultura política, entendendo cultura política como "um conjunto de procedimentos, princípios e valores que se traduzem numa prática necessariamente ideológica, no sentido de refletir uma visão de mundo" (Penna, 1996, p. 65)[12] .

Para compreender o anticomunismo como um fator ideológico característico da cultura política brasileira, será necessário estudar o seu oposto, entender o que é comunismo, como esse fenômeno se estruturou no Brasil e como os imaginários negativos foram criados e institucionalizados. Nesse sentido, a concepção de comunismo que a pesquisa adota é aquela que o define como uma síntese do marxismo-leninismo que originou o bolchevismo e o modelo soviético, ou seja, o comunismo como uma ideologia política, social e econômica que pretende estabelecer uma sociedade igualitária, por meio da abolição da propriedade privada, das classes sociais e do próprio Estado. Falaremos mais sobre o conceito de comunismo no tópico 1.3.

O conceito, portanto, nos leva a perceber que o comunismo idealizado por Karl Marx e Friedrich Engels, de fato, nunca foi colocado em prática. Houve diversas tentativas ao redor do mundo, algumas louváveis, outras totalitárias, porém, os meios de produção nunca estiveram nas mãos do proletariado e a propriedade privada nunca foi totalmente abolida. Esses pontos precisam ser problematizados com os alunos, para que eles passem a diferenciar a teoria comunista daquilo que foi praticado em alguns países. Talvez, se os alunos compreederem que ter um "ideal comunista" não significa concordar com o modelo de comunismo adotado nos diferentes países, eles percebam que "ser comunista" pode não ser algo tão assustador.

[12] Na década de 1960 Almond e Verba (1963), definiram "cultura política" como "a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções sentimentos e avaliações de sua população". (1985, p. 53). Nesse mesmo sentido, no séc. XXI, a cultura política é vista como um conceito que permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas" (2009, p. 53).

Situar o conceito de anticomunismo no contexto histórico brasileiro requer o estudo da sua origem, ou seja, de quando esse imaginário passou a exercer influência na história política e social do Brasil. Em concordância com a historiografia analisada, o marco inicial do fenômeno anticomunista na tradição brasileira se deu com a Intentona Comunista de 1935.[13] Foi a partir desse acontecimento que o comunismo passou a ser identificado como a imagem do mal, dando origem à construção de um conjunto de representações anticomunistas baseado em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais diversas.

Valendo-se de diversas representações extremamente negativas, o anticomunismo conseguiu ganhar visibilidade e apoio e a hostilidade ao comunismo pôde ser construída e reforçada tendo como base as forças simbólicas, empreendidas pelo imaginário social que permitiram e justificaram os discursos e ações dos setores e atores[14] que contribuíram para a efetivação e legitimação dos golpes de Estado já mencionados. Tais setores são denominados por Baczko (1985, p. 296) como "guardiões do imaginário," na medida em que desempenham o papel de formar as imagens (negativas e positivas) dos supostos inimigos ou aliados.

No contexto do golpe de 2016, que interrompeu o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, o anticomunismo voltou á tona, muitas vezes, valendo-se do interdiscurso que se define como "todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (...) esse não dito que sustenta a possibilidade de todo dizer" (Orlandi, 2001, p. 33), O anticomunismo do século XXI se manifesta nos discursos antipetistas, negacionistas e neoconservadores que justificaram o golpe. Frases como "*nossa bandeira jamais será vermelha", "vai pra Cuba," "o Brasil não vai virar uma Venezuela,"* foram ouvidas à exaustão nos últimos anos.

O discurso negacionista esteve muito presente no contexto do golpe de 2016 e posteriormente durante o governo do ex -presidente Jair Messias Bolsonaro (2019- 2022). Um processo revisionista ou de negação da história tomou fôlego, aliado a um comportamento anti-científico, que contribuiu, por exemplo, para a negação da necessidade de tomar vacinas, quando uma doença viral matava milhares de pessoas por dia[15]. Então, o negacionismo será entendido como "um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo

[13] A Intentona Comunista será abordada no capítulo 2, no tópico 2.2.
[14] Como integrantes desses setores e atores divulgadores do anticomunismo podemos citar: partidos políticos, Igreja Católica, Exército, polícia, órgãos de imprensa, órgãos do governo federal, estadual, organizações anticomunistas, entidades empresariais, sindicais e outros.
[15] De acordo com o Ministério da Saúde, A Covid 19 matou 711.650 brasileiros, desde 2020 até hoje.
Fonte: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html Acesso em: 21abr. 2024.

de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis - sobretudo de suas violências, seus extermínios e dominação dos mais vulneráveis". No Brasil, a principal expressão do negacionismo é a tentativa de relativizar a Ditadura Militar de 1964. Houve "uma sensível aceleração deste processo desde 2012, quando foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, expressando-se, sobretudo, pelo crescimento de uma "comunidade de memória" de teor francamente negacionista sobre a ditadura militar brasileira" (Bevenage et al. 2021, pp. 15 e 24).

Como se vê, a problematização dos conceitos e contextos que darão suporte à pesquisa, nos leva a perceber a atualidade da temática em questão. Os imaginários anticomunistas serão analisados fenômenos que comportam mais permanências do que rupturas, seus efeitos perduram no tempo e se manifestam nas representações, entendidas como "construções sociais das experiências históricas, em que os indivíduos e os grupos projetam suas visões de mundo" (Coelho, 2014, p. 87).

Existe uma vasta bibliografia que analisa o anticomunismo como fator ideológico relevante na História do Brasil Contemporâneo, porém, esses trabalhos ainda se mantêm restritos à academia. Devido a isso, nos propomos a realizar um trabalho, o qual a historiadora Ana Maria Monteiro (2007, p. 106) chamou de "interpelação didática[16]" que é quando o professor recorre ao saber acadêmico em suas diferentes matrizes teóricas e cria versões coerentes desse conhecimento, de modo que ele alcance o ensino de história na educação básica, tendo em mente que,

> o tempo da disciplina escolar aproxima-se mais do conjunto de representações do senso comum do que do tempo da pesquisa (...) e que existem interesses e circunstâncias socioculturais específicos de um contexto político daqueles que são receptores da história ensinada, que devem ser levados em conta no processo de transposição didática." Portanto, "ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade de suas determinações sócio-culturais (Pereira e Seffner, 2008, p. 115).

Acreditamos que os imaginários anticomunistas adentram a escola e contribuem para a reprodução de preconceitos e estereótipos contra o comunismo e os comunistas. Esses preconceitos se materializam em *fake news,* negacionismos e tentativas de revisionismos históricos e comprometem a aprendizagem de temáticas extremamente relevantes para o estudo

[16] Ana Maria Monteiro problematiza o conceito de transposição didática teorizado por Yves Chevallard, segundo o qual os professores fazem uma transposição didática interna (*strictu sensu)*, quando elaboram versões possíveis do saber ensinado, atribuindo-lhes aspectos subjetivos, tornando-lhes transmissíveis e assimiláveis. De acordo com a autora, a contribuição de Chevallard precisa ser complementada e revista, de forma que a relação hierarquizada com o saber acadêmico seja relativizada, abrindo espaço para a compreensão do papel da dimensão educativa na sua estruturação. In. MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História – Entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007, p. 90.

da disciplina de História.

Nos últimos anos, por causa, do fortalecimento de políticas autoritárias e antidemocráticas, as aulas de história tornaram-se um desafio para os professores, que passaram a ser confrontados com discursos negacionistas, oriundos do senso comum e principalmente das redes sociais. Boa parte desses discursos tem como sustentação ideológica os imaginários anticomunistas. Portanto, o enfrentamento a esses imaginários se faz urgente no contexto de pós-verdades[17] e ataques ao conhecimento científico.

Percebendo o anticomunismo como "uma representação, que carrega sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizaram no inconsciente coletivo"[18] e sabendo que "a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele" (Pesavento, 2003, p. 40), propomos um trabalho de desconstrução desses imaginários anticomunistas. Para tanto será feito um *E-book* temático que servirá de estratégia pedagógica para os professores de História do Ensino Médio. Por intermédio de atividades interativas e reflexivas e de um estudo crítico do comunismo e sua trajetória, pretendemos desmistificar imaginários anticomunistas e dar ao aluno a possibilidade de construir um conhecimento que seja crítico e responsável.

1.2. Temas sensíveis e os documentos oficiais

Ao analisarmos as representações criadas pelos anticomunistas, percebemos a sua eficácia na construção de imaginários que há décadas influenciam os acontecimentos políticos, econômicos e sociais no Brasil. Essas representações e as práticas que delas derivam "são embasadas na realidade, ainda que muitas vezes produzam versões caricaturais e mesmo deformadas do "real" (Motta, p. XXV, 2002a). Portanto, identificar essas "versões" do real e

[17]De acordo com Fernando Seffner e Fernando Penna (2021) a categoria conceitual pós-verdade permite conhecer um conjunto de elementos que ajudam a entender situações e contextos em que fatos objetivos – como são aqueles oriundos de relatos e experimentações científicas- terminam por ter um menor poder de influência na hora de formular raciocínios, juízos e análises do que aquelas informações que circulam em redes sociais e círculos identitários e nos chegam a partir de apelos á emoção e a crenças pessoais.

[18] O conceito de inconsciente coletivo foi desenvolvido pelo psiquiatra e psicanalista suíço Carl Jung, criador da Escola de Psicologia Analítica. Carl Jung definiu o inconsciente coletivo como a parte abissal de nossa mente**.** Essa região seria construída por informações e impressões herdadas pela família e indivíduos de fora, sendo um campo para guardar ideias pré-concebidas. Dessa forma, comportamentos, sentimentos e impressões que não controlamos conscientemente residem nessa parte. Independente de quem seja, família ou não, absorvemos e canalizamos em nós o consenso do grande coletivo externo**.**
Fonte: https://www.psicanaliseclinica.com/inconsciente-coletivo-jung/ Acesso em: 03 jun. 2023.

problematizá-las à luz de um conhecimento histórico responsável, ético e dotado de historicidade é a razão de ser dessa pesquisa.

> Na medida em que a produção, elaboração e disseminação do conhecimento não são neutras, planejar a ação educativa, melhor definindo, *educar* é uma ação política que envolve posicionamentos e escolhas articulados com os modos de compreender e agir no mundo (Brasil, 2013a, p. 180).

A coexistência em sala de aula de dois espaços-temporais, o real e o virtual, exige metodologias de ensino que considerem a interação entre esses espaços e os conhecimentos, saberes, cultura digital e etc. As redes sociais estão repletas de informações, mas estas, na maioria das vezes, não se convertem em conhecimentos científicos confiáveis. Ao contrário, nos últimos anos houve um ataque sistemático à ciência e uma tentativa orquestrada de desvalorização e deslegitimação do trabalho acadêmico/pedagógico. A fim de fazer frente a esses ataques e contribuir para a construção de um conhecimento histórico confiável e não ancorado em *fake news* e nagacionismos, problematizamos discursos oriundos das redes sociais e do senso comum, confrontando-os com conhecimentos históricos.

Abordar um tema sensível, como o imaginário anticomunista em sala de aula, na tentativa de mostrar que ele produz uma representação caricaturada do real, bem como as suas intencionalidades, poderá criar resistências e oposições por parte de alunos, pais e professores mais conservadores. Ciente das possíveis objeções que o trabalho poderá sofrer, buscamos respaldo em alguns documentos oficiais que regem a Educação Básica no Brasil. Estes se baseiam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que define como finalidades do Ensino Médio "o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" (LDBEN, Art. 35)[19] .

Verena Alberti (2021), em estudo sobre a Ditadura Militar nas aulas de História, propõe o uso de documentos oficiais de maneira a respaldar o trabalho com temas sensíveis na sala de aula. A recomendação da autora não se limita ao ensino apenas da Ditadura Militar, mas, estende-se a todo o trabalho com temas considerados sensíveis. De acordo com a autora,

> Documentos oficiais brasileiros podem não ser incisivos o suficiente na abordagem do ensino da ditadura; contudo, precisamos conhecê-los, pois constituem instrumentos importantes para defendermos nossas práticas docentes perante toda a comunidade escolar (Alberti, 2021, p. 8).

[19] BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 27 abr. 2024.

Nesse sentido, os documentos que nos oferecem respaldo são: a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCCEM)[20]; os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) [21]; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)[22] e o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal (CMNEMDF)[23]. Todos esses documentos enfatizam a importância de uma formação humana integral, orientada por princípios éticos e políticos, visando uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

É importante ressaltar que, quando buscamos respaldo nos documentos oficiais, não estamos ocultando as disputas ideológicas e de poder que envolvem sua produção e execução, tampouco legitimando suas contradições. Esses documentos, assim como todos os outros, são produtos de um determinado tempo e refletem interesses diversos. A análise de Cavalcanti (2018) sobre as matrizes curriculares cursos de graduação em História[24] pode ser estendidas, aos documentos curriculares que regem a Educação Básica brasileira. Em consonância com o autor,

> (...) os tempos que emergem das matrizes curriculares são vestígios que sinalizam interesses dos diversos sujeitos que nelas atuaram e atuam, e direcionam, por conseguinte, experiência de reflexão. Em outras palavras, o tempo, como é distribuído entre as disciplinas/temas nas matrizes curriculares, pode ser interpretado como um "espaço" que oferta e proíbe experiências de aprendizado. Nesse sentido, o tempo apresentado nas matrizes curriculares permite o exercício da reflexão e do aprendizado a certos conteúdos, por meio da oferta de disciplinas, e amputa a reflexão e a possibilidade de aprendizado de outros temas e disciplinas ligadas ao ensino e ao livro didático (Cavalcanti, 2018, p. 30).

---

[20] BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio (BNCC)** – Documento homologado pela Portaria n° 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf Acesso em: 23 abr. 2024.

[21] BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC– Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos.** 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf Acesso em: 03 jun. 2023.

[22] BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192%3E Acesso em: 24 abr. 2024.

[23]BRASIL. **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio** – DF - Homologado pela Portaria nº 507, de 30 de dezembro de 2020, publicada no DODF de 04 de janeiro de 2021, tendo por base o Parecer nº 112/2020-CEDF, de 08 de dezembro de 2020. p. 19. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/08/Curriculo-em-Movimento-do-Novo-Ensino-Medio-V4.pdf Acesso em: 24 abr. 2024.

[24] Cavalcanti (2018) analisa as matrizes curriculares – ou projeto político curricular, também denominado, em alguns casos, projeto político pedagógico dos Cursos (PPCs) de graduação em História oferecidos nas universidades federais da região Norte e Nordeste do Brasil. O principal objetivo é analisar se o livro didático de História é objeto de problematização nas matrizes curriculares.

Reconhecemos que a Reforma do Ensino Médio[25] e a Base Nacional Comum Curricular do Enisno Médio centralizaram-se nas reestruturações curriculares de caráter ideológico e neoliberal e priorizaram a necessidade de impor um currículo mais "flexível, enxuto e dinâmico" em substituição "currículo rígido atual" (Moura, 2017, p. 11). As questões centrais que interferem na qualidade da educação pública do país foram negligenciadas. Dante Henrique Moura (2017), afirma que diversos problemas estruturais da educação brasileira estão fadados a coexistirem com as reformas curriculares estaduais, dentre os quais o autor cita,

> A falta de infraestrutura que garanta o funcionamento qualificado das escolas públicas, destacando-se: ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e de atividades artístico-culturais; inexistência de quadro de professores e demais trabalhadores da educação contratados por concurso público; planos de carreiras e de formação, salários dignos e condições de trabalho adequadas. Essas questões não são objeto da reforma. Logo, não se discutem as precárias condições de funcionamento das escolas e a absoluta necessidade de sua superação, indispensáveis à universalização da educação pública com qualidade socialmente referenciada (p. 11).

Mesmo com todas as contradições que esses documentos carregam, entendemos que os seus textos e diretrizes amparam os professores de História do Ensino Médio a trabalharem com temas sensíveis em sala de aula. A BNCCEM em sua introdução afirma que se orienta "pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (...)". Para que essa sociedade possa ser construída, necessitamos de uma escola e de um ensino que promovam

> (...) a não violência e o diálogo, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou conflitantes; o respeito à dignidade do outro, favorecendo o convívio entre diferentes; o combate às discriminações e às violações a pessoas ou grupos sociais; a participação política e social (Brasil, 2018, p. 41).

---

[25] A Lei nº 13.415/2017, decorrente da MP 746/2016, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. O Projeto de Lei 5230/23 já aprovado na Câmara dos Deputados no dia 20/03/2024 propõe mudança no Novo Ensino Médio. Dentre as mudanças mais significativas estão o aumento da carga horária para a Formação Geral Básica, de 1800h para 2400h e a redução da carga horária dos Itinerários Formativos de 1200h para 600h. O PL ainda não foi apreciado no Senado. De acordo com Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), "a revogação do Novo Ensino Médio continua em pauta, porque tanto o PL 5230 quanto o substitutivo do Mendonça Filho não atendiam às expectativas da sociedade". *In*: **Reforma da reforma não dá! Câmara aprova mudanças no Novo Ensino Médio.** Artigo**.** Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/reforma-da-reforma-nao-da-camara-aprova-mudancas-no-novo-ensino-medio1 Acesso em: 16 mai. 2024.
Ver: "Entenda as mudanças no Novo Ensino Médio, aprovado com apoio do PT ao PL na Câmara". Disponível em: Portal O Globo.https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/21/entenda-as-mudancas-no-novo-ensino-medio-aprovado-com-apoio-do-pt-ao-pl-na-camara-texto-agora-segue-para-o-senado.ghtml
Acesso em: 07 mai. 2024.
Ver: Novo Ensino Médio: perguntas e respostas. *In*: Portal do Ministério da Educação.
Disponível em http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361 Acesso em: 07 mai. 2024.

Durante os últimos anos a discursão acerca de uma pretensa "neutralidade" no ensino tomou grandes proporções. Diversas associações de caráter familiar, religioso ou políticas, encamparam campanhas de intimidação dos professores, na tentativa de esvaziar o diálogo e o incentivo ao pensamento crítico nas escolas. [26] Muitos professores, por medo de possíveis intimidações e até demissões adotaram uma autocensura e passaram a evitar determinadas temáticas. Uma pesquisa realizada pela Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME) em parceria com outras instituições e divulgada no dia 20 de julho de 2022 revelou que 42% dos docentes do ensino superior e pesquisadores já limitaram os próprios conteúdos e 35% já restringiram suas pesquisas por medo de retaliações. [27]

A pesquisa foi realizada com docentes do ensino superior, entretanto, os resultados podem ser estendidos, por analogia, aos professores da Educação Básica.[28] Os dados mostram com clareza como as constantes tentativas de violação da liberdade de cátedra afetam o livre exercício acadêmico dos professores. As respostas a esses ataques podem ser encontradas também em organizações da sociedade civil e na legislação escolar que garante competências gerais para toda a Educação Básica de modo que os alunos sejam capazes de

> (...) argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p. 8).

E ainda, "valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva." (Brasil, 2018, p. 8) Os próprios documentos oficiais como a BNCCEM que estamos analisando, desmonta a falácia de que os alunos devem aprender somente conteúdos e estes devam estar

---

[26] Ver: Eduardo Bolsonaro diz que "professor doutrinador" é pior que traficante. Correio Brasiliense, 09/07/2023. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5107851-eduardo-bolsonaro-diz-que-professor-doutrinador-e-pior-que-traficante.html Acesso em: 29 abr.2024.
- Doutrinação em sala de aula é escancarada pelo ensino remoto. Gazeta do Povo, 02/07/2021. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/cristina-graeml/doutrinacao-em-sala-de-aula-fica-evidente-com-ensino-remoto/. Acesso em: 29 abr. 2024.
- Damares anuncia canal para denunciar professores por atos contra a família. Revista Veja, 20 de novembro de 2019.Disponível em: https://veja.abril.com.br/educacao/damares-anuncia-canal-para-denunciar-professores-por-atos-contra-a-familia. Acesso em: 29 abr. 2024.

[27] Ver: Estudo revela que 42% dos docentes do ensino superior e pesquisadores já se autocensuraram por medo de retaliações. In: **Frente Parlamentar Mista da Educação**. 21 de julho de 2022. Disponível em: https://www.frentedaeducacao.org.br/estudo-revela-que-42-dos-docentes-do-ensino-superior-e-pesquisadores-ja-se-autocensuraram-por-medo-de-retaliacoes/Acesso em: 29 abr. 2024.

[28] A pesquisa pode ser lida na íntegra: Disponível em:https://drive.google.com/file/d/1MbYY9jNok8Lqko-3KotqTnzPnkOrIo12/view Acesso em: 29 abr.2024.

dissociados da crítica. Aliás, para a direita, todo o pensamento crítico, que se construa por meio do debate e do diálogo é caracterizado como "doutrinação ideológica". Isso porque eles sabem que o autoritarismo não se sustenta em um ambiente dialógico.

> No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, **ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo**, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável **requer muito mais do que o acúmulo de informações**. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, **atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais**, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (Brasil, 2018, p. 13, grifo nosso).

A BNCC reconhece que a aquisição de conhecimentos vai muito além do mero "acúmulo de informações", entretanto, ela está fundamentada na "pedagogia das competências", o que coloca em disputa diversas concepções pedagógicas que, inclusive, criticam esse esvaziamento dos conhecimentos sistematizados. Para Marise Ramos (2001, p. 221), a pedagogia das competências

> (...) em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se de situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações.

Não nos cabe, neste texto, entrar na questão dos benefícios ou prejuízos que o ensino centrado nesta pedagogia trouxe para a educação. Sabemos que foram mais prejuízos que benefícios, já que a lógica da organização curricular baseada em competências é a formação para o mercado. O que estamos tentando mostrar é que o discurso de defesa de uma educação neutra, que coloca o professor na posição de mero transmissor de conteúdos não se sustenta nem nos documentos oficiais, mesmo com todas as críticas dispensadas a eles. A BNCC do Ensino Médio,

> Propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem (...) a organização por áreas (...) não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (Brasil, 2018, pp. 15 e 32).

Sabemos que essa fragmentação do Ensino Médio que estabelece a organização curricular por meio de itinerários formativos e áreas do conhecimento[29] representa o esfacelamento das disciplinas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em especial, de História, o nosso objeto de estudo, pois "promove a redução de conteúdos formativos em cada um dos itinerários formativos propostos". Na contramão da "concepção fragmentada, hierarquizada, utilitária e mercadológica" (Moura, 2017, p. 13) da reforma do Ensino Médio, a BNCC também propõe uma aprendizagem fundada no diálogo, na formação do pensamento crítico, na interdisciplinaridade. Portanto, quando um professor leva para a sala de aula situações do cotidiano dos alunos para a problematização, ele não está "fugindo do currículo", tampouco "doutrinando" o alunado. Ele está agindo segundo a legislação. Isso porque,

> Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de **temas contemporâneos** que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2018, p. 19, grifo nosso).

Com a homologação BNCC na etapa do Ensino Médio, em dezembro de 2017, o trabalho com TCTs[30] foram, efetivamente, assegurados na construção dos novos currículos possibilitando uma "conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na BNCC" (Brasil, 2019, p. 5). Portanto, os TCTs também darão respaldo à pesquisa, por se tratarem de temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, "aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional" (Brasil, 2019, p. 7).

Ao incorporar os TCTs nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs)[31] das escolas e efetivemente trabalho pedagógico em sala de aula, objetiva-se despertar nos alunos o interesse pelos Direitos Humanos, diversidade, sustentabilidade, a partir de valores éticos, filosóficos, políticos e históricos que permitem a reflexão atualizada da visão de mundo que os próprios

---

[29] As áreas do conhecimento definidas pela BNCC do Ensino Médio são: I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III Ciências da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e sociais aplicadas; V - Formação técnica e profissional" (Brasil, 2017).

[30] BRASIL, MEC, SEB. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC – Contexto Histórico e Pressupostos pedagógicos.** 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf Acesso em: 04 mai. 2024.

[31] O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento norteador de uma escola, conferindo a ela uma identidade própria, com suas demandas, prioridades e planos para o desenvolvimento do ensino. Sobre os PPPs das escolas públicas do Distrito Federal, ver: Portal da Secretaria de Educação do Distrito Federal – Espaço Pedagógicos – projetos Pedagógicos das escolas. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/ Acesso em: 07 mai. 2024.

estudantes estão inseridos. É importante destacar que

> (...) os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC também visam cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequentam a escola (Brasil, 2019, p. 5).

Os TCTs[32] estão contemplados nas competências e habilidades dos componentes curriculares da BNCC e são regidos por legislações específicas. Cabe aos sistemas de ensino e às escolas, incorporá-los aos seus PPPs de acordo com suas realidades sócio-culturais e locais, tratando-os de forma interdisciplinar. Dentre os diversos temas, daremos ênfase nos Direitos da Criança e do adolescente[33] e na Educação para os Direitos Humanos.[34] Estes aparecem em diversas competências e habilidades definidas na BNCC para o Ensino Médio, das quais destaco as Competências de números 1, 5 e 6 e suas respectivas habilidades. Estas objetivam que os alunos sejam capazes de,

> **Analisar** processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a **compreender e posicionar-se criticamente** com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (Brasil, 2018, p. 558, Competência 1, grifo nosso).
>
> Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, **adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos** (Brasil, 2018, p. 558, Competência 5, grifo nosso)
>
> **Participar, pessoal e coletivamente, do debate público** de forma consciente e qualificada, **respeitando diferentes posições**, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, **consciência crítica** e responsabilidade (Brasil, 2018, p. 558, Competência 6, grifo nosso).

"Analisar", "compreender", "posicionar-se criticamente", "adotar princípios éticos", "respeitar os Direitos Humanos", "fazer escolhas", "exercer a cidadania", participar do debate público, "ter liberdade e autonomia". Todas essas habilidades, elencadas nas competências

---

[32] Os principais TCTS são: Direitos da criança e do adolescente; Educação para o trânsito; Educação ambiental; Educação alimentar e nutricional; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Educação em direitos humanos; Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; Saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural.

[33] BRASIL.Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília:DF.2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html Acesso em: 04 mai. 2024.

[34] BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais.** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 05 mai. 2024.

acima, nos encaminham para uma educação problematizadora e para a formação de sujeitos autônomos e críticos, conforme preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 53: "A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho" (Brasília, 2000). Portanto, nós professores não devemos ceder às pressões sociais e políticas que tentam nos impedir de exercer nosso ofício com responsabilidade. A história "magistra-vitae" ficou no passado, o que buscamos hoje, e os documentos oficiais, nos respaldam, é uma história problema, entendendo que "o ensino de História é um espaço por excelência de formação e atuação política" (Cavalcanti, 2018, p. 31).

Uma questão muito levantada por grupos que militam em torno de uma "escola sem partido" é a negação da discussão política em sala de aula, como se a política, fosse algo que estivesse distante da nossa realidade. Acreditam numa concepção estreita e reducionista de política, restringindo seu caráter amplo à questões partidárias ou e disputa de poder. Não levam em consideração que política se refere à tudo "o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social" (Bobbio, 2009, p. 954). Essa visão polifônica de política, também é encontrada na BNCC, ao defender a centralidade da política na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

> As discussões em torno do bem comum, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (Brasil, 2018, p. 132).

Além da BNCC e dos TCTs, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que compõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs)[35] é também um documento oficial importante que respalda o trabalho do professor com temas diversos. Orientador dos sistemas de ensino e das escolas na estruturação de currículos e dos Projetos Pedagógicos, as DCNs visam

> (...) oferecer aos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento histórico acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais (Brasil, 2013a, p. 145).

[35] BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192%3E.Acesso em: 04 jun. 2023.

Além disso, as DCNs propõem

> (...) uma formação integral, que possibilite, não somente o acesso a conhecimentos científicos, mas que também promova a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida e/ou questionada nas suas manifestações (Brasil, 2013a, p. 162).

Trabalhamos com uma concepção polissêmica de currículo, conforme previsto nas DCNs, que tem como referência, não somente a cultura escolar consolidada, mas também o "contexto sócio-histórico-cultural mais amplo e suas relações com o poder". Além da dimensão prescritiva do currículo, existe uma dimensão não explícita, constituída por relações entre os sujeitos envolvidos na prática escolar, tanto nos momentos formais, como informais das suas atividades e nos quais trocam ideias e valores, constituindo o currículo oculto. Tanto a dimensão prescritiva quanto a oculta geram uma terceira dimensão, que concretiza o currículo vivo ou em ação, que adquire materialidade a partir das práticas formais prescritas e das informais espontâneas vivenciadas nas salas de aula e nos demais ambientes da escola (Brasil, 2011, pp. 181- 182) É na relação entre essas três dimensões que a pesquisa se assenta.

> [...] o conceito [de Currículo] envolve outros três, quais sejam: currículo formal (planos e propostas pedagógicas), currículo em ação (aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas), currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos, quanto professores, trazem, carregado de sentidos próprios criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula) (Brasil, 1998, p. 6).

As principais bases legais que sustentam o Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio do Distrito Federal (2020)[36] são a Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio (2018) e seus Temas Contemporâneos Transversais (2019), além das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018). Em consonância com tais documentos oficiais, o Currículo do DF compromete-se com uma educação crítica e emancipadora, através da abordagem de temas crítico-reflexivos que o tornam mais humanizado. Dentre essas temáticas destacam-se os Eixos Transversais Educação para a Diversidade, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Acredita-se que o trabalho com eixos transversais, torna o currículo "menos prescritivo, favorecendo a reflexão coletiva sobre temáticas historicamente marginalizadas" (Distrito Federal, 2020, p. 23).

Apesar das inúmeras disputas político-sociais que envolvem a produção, elaboração e divulgação desses documentos oficiais, próprias da natureza sociedade que é dinâmica e dialética, buscamos respaldo nesses documentos por entendê-los como legitimadores do

[36] Homologado pela Portaria nº 507, de 30 de dezembro de 2020, publicado pelo Diário Oficial do Distrito Federal em 04 de janeiro de 2021, tendo como base o Parecer nº112/2020 – CEDF, de 08 de dezembro de 2020.

trabalho pedagógico que realizamos, à medida em que suas bases teóricas convergem para uma educação ética, que se constrói por meio do diálogo e tem os Direitos Humanos como princípio norteador. Afinal,

> É por meio do diálogo que os estudantes ampliam sua percepção crítica, tanto em relação a produção científica quanto às informações que circulam nas mídias, colocando em prática a dúvida sistemática, elemento essencial para o aprimoramento da conduta humana (Brasil, 2018, p. 548).

Além da legitimação do nosso trabalho por meio dos documentos oficiais, faz-se necessário também a realização de um trabalho de fortalecimento da atuação docente, reforçando os compromissos éticos que nos encaminham para uma educação pública, democrática e de qualidade, que atuem na defesa da democracia, dos Direitos Humanos, da natureza e das minorias, tendo-os como valores inegociáveis.

No contexto histórico atual, a discussão acerca das questões éticas ligadas à docência em história se tornou urgente e imprescindível. Isso porque após o golpe de 2016, assistimos ao fortalecimento e atuação de projeto de educação que se organizou em diversas frentes com objetivos que convergiam para uma educação pública precária, conservadora, excludente e antidemocrática. Para fazer frente a esse projeto reacionário, em 2022 foram criados os *Compromissos Éticos da Docência em História*[37], documento coletivo, elaborado pela Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH), sob a direção do professor Luís Fernando Cerri. O documento não tem a intenção de ser "um código de ética," mas pacto coletivo em âmbito nacional, em que a comunidade de profissionais de História assumem na defesa de uma sociedade democrática, de uma escola inclusiva e da liberdade de cátedra. Nesse sentido,

> (...) ao serem questionados por suas práticas, as professoras e os professores podem se valer deste documento como subsídio para demonstrar que seus atos estão sustentados por compromissos firmados pela nossa categoria profissional, dando visibilidade à comunidade escolar sobre os valores que orientam a atuação docente (ABEH, 2021, p. 33).

É importante ressaltar, que a concepção de ética na qual a pesquisa se baseia é a mesma que o documento evoca,

> (...) assentada na concretude histórica, nas diferentes realidades vividas por agentes plurais e historicamente situados. Uma ética pautada não por princípios universalmente válidos que poderiam ser aplicados em quaisquer contextos, mas acordos provisórios que são frutos de diálogos interculturais entre grupos que vivenciam estas diferentes realidades (ABEH, 2022, p. 5).

[37] Compromissos éticos da docência em história [livro eletrônico]. - Ponta Grossa, PR: Associação Brasileira de Ensino de História, 2022. Disponível em: https://www.abeh.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=14 Acesso em: 07 mai. 2024.

A concepção de ética enquanto um "diálogo intercultural" entre sujeitos históricos diversos, que firmam um "pacto coletivo de convivência" aponta para a defesa de uma escola democrática e inclusiva, que respeita as diferenças e convivem com elas de forma pacífica. Além disso, aponta para uma educação que garanta aos alunos o direito de acesso à diversos conhecimentos, sem nenhuma sombra de censura. "Mais do que respeitar o outro e aprender a conviver com ele, a relação estreita entre educação e democracia abre a possibilidade de aprender com a diferença e construir uma sociedade em comum" (ABEH, 2022, p. 26). Essa concepção de ética vai de encontro a uma educação ética que a BNCC define como

> (...) juízo de apreciação da conduta humana, necessária para o viver em sociedade, e em cujas bases destacam-se as ideias de justiça, solidariedade e livre- -arbítrio, essa proposta tem como fundamento a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade e o combate aos preconceitos (BrasiL, 2018, p. 123).

Ainda segundo a BNCC,

> A ética pressupõe a avaliação de posturas e a tomada de posição em defesa dos direitos humanos, a identificação do bem comum e o estímulo ao respeito e ao acolhimento às diferenças entre pessoas e povos, tendo em vista a promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e à coletividade (Brasil, 2018, p. 131).

Em conexão com a BNCC e com os demais documentos oficiais analisados, o documento da ABEH traz um conjunto de compromissos éticos e estratégias de apoio ao trabalho do professor de História, de revigoramento da comunidade científica e de fortalecimento da História acadêmica e escolar, com vistas ao enfrentamento coletivo da conjuntura política vivenciada em 2022 e que se estende aos dias atuais, já que "há sempre combates pelo direito á história" O principal objetivo do documento é,

> (...) contribuir para fortalecer o movimento de sujeitos do campo educacional, em especial no âmbito do Ensino de História, em sua luta para garantir que a escola continue sendo cada vez mais um lugar de desenvolver o pensamento crítico, onde se questionam as relações desiguais entre os seres humanos e a forma como nos relacionamos com a natureza. (ABEH, 2022, p. 7).

Além de um referencial teórico, o documento me encorajou a levar adiante trabalho com um tema que considero sensível: imaginário anticomunista dos alunos e sua possível influência no estudo de períodos da História do Brasil Contemporâneo. Os compromissos éticos elencados no documento[38] dialogam com os documentos oficiais analisados e estabelecem estreita ligação com o meu tema de pesquisa, especialmente os compromissos com a memória como direito (p.

[38] O documento elenca 10 compromissos éticos, são eles: Compromissos com a democracia; com o direito à educação; com os direitos humanos e da natureza; com a autonomia docente; com o pensamento científico; com os métodos da História; com a compreensão das relações de opressão; com o direito à memória; com o trabalho com temas sensíveis e com o direito à História;

44), com o trabalho com temas sensíveis (p. 47), com os Direitos Humanos (p. 30) e o compromisso com a compreensão das relações de opressão numa perspectiva histórica (p.42). Todos esses compromissos são inerentes à disciplina de História e estão contemplados nos documentos oficiais que regem a educação pública, portanto, os alunos têm o direito (garantido por leis) de acesso a esses conhecimentos de forma crítica e referenciados cientificamente.

Esse é o trabalho que procuramos fazer. Trabalharemos na problematização e reelaboração de conceitos anticomunistas, possibilitando uma "intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento" (Brasil, 2013a, p. 163). Nesse sentido, *E-book* temático, como proposta de intervenção pedagógica para os professores da Educação Básica, terá os documentos oficiais analisados e os *Compromissos éticos da docência em História*, como pressupostos orientadores.

Para tanto é necessário nos debruçarmos sobre os processos históricos em que a temática se insere. Procuraremos traçar a historicidade dos conceitos de comunismo e anticomunismo a fim de entender como eles foram apropriados e forjados no Brasil (ainda no capítulo 1). Em seguida, analisaremos os contextos históricos anteriores aos golpes de Estado de 1937 e 1964, dando ênfase na atuação das forças anticomunistas nessas conjunturas. (capítulo 2). Feito isso, dedicaremos todo o capítulo 3 para a análise do Golpe de 2016 e a (re) apropriação do imaginário anticomunista pelos antipetistas, a fim de conferir legitimidade à destituição da Presidenta Dilma Rousseff.

Todo o arcabouço teórico objetiva, por meio da parte propositiva, levar os alunos a interpretar de maneira crítica e consciente as diferentes representações anticomunistas que circulam em seus espaços de sociabilidade, presenciais ou virtuais, sejam elas oriundas do senso comum, *fake news*, negacionismos, midiáticos etc., com o intuito de desconstruir imaginários e discursos que não se sustentam no conhecimento histórico ético, responsável e crítico. Sigamos!

1.3. O que é comunismo?

> **Um espectro ronda a História do Brasil contemporâneo: o espectro do comunismo!**

A primeira vista a paráfrase acima parece não ter nenhuma relação com o contexto atual e, portanto, não seria merecedora de crédito. Porém, um estudo mais atencioso da História do Brasil Contemporâneo nos mostra que o "espectro do comunismo" anunciado por Karl Marx e

Friedrich Engels, no Manifesto Comunista (1848)[39], não se restringiu à Europa sacudida pelas transformações advindas da Revolução Industrial. O Manifesto teve alcance mundial. O fantasma do comunismo "assombrou" os quatro cantos do mundo e até hoje continua amedrontando e sendo usado de forma estratégica por diferentes grupos[40] dentro da arena de lutas sociais.

Para Motta,

> O comunismo foi de fato, um espectro rondando a sociedade capitalista, como imaginara Karl Marx. No entanto, embora tal afirmação tenha sido feita em meados do século XIX, ela se aplica melhor ao século atual, quando o fantasma do comunismo adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade (2000, p. 42).

Não raro nos defrontamos em sala de aula com discursos anticomunistas carregados de preconceitos e desconhecimentos, decorrentes de *fake news,* divulgadas nas redes sociais. Sabemos que o anticomunismo é muito anterior á informatização, porém as redes sociais ampliaram seu alcance numa velocidade sem precedentes. Como enfrentar essa onda de desinformação que se alastrou de maneira surpreendente com reflexos no ensino-aprendizagem de importantes temas da História do Brasil Contemporâneo? A pesquisa propõe um caminho: através de uma aprendizagem histórica formal que considere e dialogue com a aprendizagem histórica informal na constituição da consciência histórica[41]. Para isso é importante um estudo aprofundado e crítico da temática em questão de modo a superar visões e discursos anticientíficos que contribuem para a perpetuação do anticomunismo e de suas consequências nefastas ao Brasil: conservadorismo, apologia à ditaduras, desrespeito aos Direitos Humanos, repressão aos movimentos populares etc.

Não há como entender o imaginário anticomunista brasileiro, sem nos debruçarmos sobre a ideologia que o embasa. Afinal, o que é comunismo? Essa não é uma pergunta fácil de responder, dada a complexidade do tema. Entretanto, é muito importante que busquemos essas respostas, à medida em que diversos grupos conservadores se valem desse conceito de forma estrategicamente equivocada para justificar posicionamentos e ações políticas conservadoras e

---

[39] O Manifesto Comunista originalmente denominado Manifesto do Partido Comunista foi publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848, é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial. Foi escrito pelos teóricos fundadores do socialismo científico Karl Marx e Friedrich Engels, no contexto da Revolução Industrial e em meio ao grande processo de lutas urbanas das Revoluções de 1848, chamadas também de Primavera dos Povos. Duas de suas maiores reivindicações foram reformas sociais: a conquista da diminuição da jornada diária de trabalho de doze para dez horas e o voto universal, embora apenas para os homens.

[40] Os principais setores sociais e políticos que atualmente se valem do anticomunismo são partidos políticos, Igrejas Católica e Evangélica, Exército.

[41] De acordo com Martins (2019, p. 56) a aprendizagem histórica informal se dá no ambiente usual da vida prática e a aprendizagem histórica formal se dá no sistema escolar e ambas contribuem para a constituição da consciência histórica.

reacionárias. Ressaltamos que, o conceito de comunismo, sua discussão teórica e filosófica, não necessariamente corresponderá ao comunismo prático adotado em diversos países após a Revolução Russa de 1917, já que "um profundo abismo separa a teoria original e a prática subsequente do regime Comunista" (Brown, 2011. p. 27). No primeiro momento procuraremos conceituar o comunismo, desde a sua origem e principais características para, num segundo tópico, analisar as diferentes apropriações do conceito no Brasil. Tendo em mente que,

> A reconstrução plena da história do movimento comunista não é orientada para a apologia nem para a execração: ambas as atitudes não levam em conta a totalidade de um movimento, de uma fase histórica, de um processo histórico em sua complexidade. É na visão de conjunto que realmente é possível traçar um balanço completo, compreender uma fase histórica e os movimentos que nela atuam e são seus protagonistas (...) uma visão de conjunto é aquela que permite ver as tragédias e as responsabilidades do comunismo real sobre as quais a crítica dominante insiste constantemente. Não se trata de negá-las, mas sim, para pensar e repensar o marxismo, de tê-las bem presentes e não as remover em nome da "pureza" da teoria (Grimaldi, 2022, p. 17).

Por outro lado,

> A visão de conjunto oferece um quadro mais bem articulado do que o dominante e permite, assim, um balanço bem diferente: além de ter sido um componente essencial e decisivo na luta e no combate ao nazifascismo, o marxismo do século XX significou a aquisição de uma consciência política em escala inédita, impôs uma agenda política ao Ocidente liberal por meio do estado social, (que o neoliberalismo, não por acaso, empenha-se em desmantelar tanto quanto possível), convidou – a partir de Lênin – os povos coloniais a libertarem-se da condição de subalternidade e a lutar pela própria independência política e econômica (Grimaldi, 2022, p. 17).

Dito isso, sigamos com a nossa tentativa de conceituar o comunismo. As origens do ideal comunista são atribuídas a Platão e aos Evangelhos. Seja na cidade ideal da República, onde a propriedade privada seria abolida[42] ou no âmbito da civilização cristã[43], as reivindicações sociais e desejo de uma vida comunitária estiveram presentes desde a Antiguidade. Entretanto, será entre os séculos XVI e XVII que as primeiras grandes ideias comunistas serão formuladas por pensadores burgueses. O livro Utopia (1516) de Thomas More, é visto por Brown (2011, p. 32) como "um dos mais intrigantes retratos iniciais de uma sociedade comunista imaginada", nele, More previa uma organização política e administrativa democrática onde a propriedade privada, os gêneros de luxo e o dinheiro seriam abolidos[44]. A Cidade do Sol (1602), escrito pelo monge dominiciano italiano, Tommaso Campanella seria

[42] É importante ressaltar que a abolição da propriedade privada, defendida por Platão não tinha como objetivo a igualdade social, mas sim a abolição de qualquer conflito entre o interesse público e privado, para que o poder do Estado não fosse questionado (Bobbio, 1998, p. 204).
[43] O ideal de vida em comum, vivida na pobreza e na caridade, bem como o desapegar-se de bens terrenos, será fortemente apregoado no início da Era Cristã e permanecerá forte durante as Idades Média e Moderna (Bobbio, 1998, p. 205).
[44] Importa ressaltar que a escravidão não é questionada nem pelo cristianismo e nem pelos utopistas de More.

uma ilha organizada de forma democrática e comunista, na qual as autoridades estatais administrariam a produção e distribuição de bens, sem necessidade de acumulação de riquezas ou propriedade privada.

Nas palavras de Thomas More,

> Na verdade, quando penso em qualquer sistema social que prevalece no mundo moderno, não consigo, que Deus me ajude, vê-lo como qualquer coisa que não seja uma conspiração dos ricos para promover seus próprios interesses sob o pretexto de organizar a sociedade. Eles inventam todo tipo de truque e ardil, primeiramente para manter em segurança os seus ganhos ilícitos e depois para explorar os pobres, comprando o trabalho deles pelo preço mais baixo possível (2003, p. 45).

Na modernidade os ideais comunistas vão aparecer também como reivindicação dos movimentos revolucionários populares ingleses e no seio da Revolução Francesa de 1789. De acordo com Bobbio (1998, p. 206), os "verdadeiros niveladores"[45] ingleses podem ser considerados os primeiros representantes do comunismo utópico, por considerarem superficiais as formas políticas existentes, já que não corrigiam as desigualdades sociais. Por isso eles propunham a abolição da propriedade privada, especialmente da fundiária, fonte de todas as injustiças. Na França, os ideais comunistas encontram no movimento babuvista[46] expressão teórica, literária e política. O líder do movimento, François Noêl Babeuf (1760- 1797) foi influenciado pelas leituras de Rousseau e Morelly, ambos viam na propriedade privada a razão como a origem de todos os males.[47]

Inspirados nos teóricos revolucionários franceses, os socialistas utópicos se distinguiram dos babuvistas, principalmente, no que se refere à passagem da velha para a nova sociedade, que se daria de forma pacífica, inspirada nos exemplo de harmonia, cooperação e fraternidade das novas comunidades, sejam elas os falanstérios[48] de Charles Fourier (1772-

[45] Os "verdadeiros niveladores" constituem a ala da esquerda dos niveladores, isto é, do movimento radical-democrático surgido de 1646 a 1650 nas fileiras do exército de Cromwel (Bobbio, 1998, p. 206).

[46] O babuvismo é um termo que se refere ao movimento político e social liderado por François Noël Babeuf, durante a Revolução Francesa. Também conhecido como "Igualitarismo", o babuvismo defendia a igualdade social e a abolição da propriedade privada. A palavra "babuvismo" tem origem no nome de François-Noël Babeuf, líder do movimento. Ele foi um dos principais defensores da igualdade social e da justiça durante a Revolução Francesa. O movimento defendia a instauração da democracia direta e o domínio de uma minoria iluminada.

[47] Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) em sua obra Projeto de Constiuição para Córsega (1765) previa uma ampla socialização de propriedade, apesar de defender em outras obras, a pequena propriedade independente. Já no Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1750) afirma que a propriedade privada culmina com a degeneração entre os homens, os afastandodo seu estado de natureza. Etienne-Gabriel Morelly (1717-1778), mais radical do que Rousseau, propunha a supressão da propriedade privada e defendia a planificação da sociedade e distribuição de bens nos mercados públicos (Bobbio, 1998, p. 206).

[48] Os falanstérios seriam pequenas comunidades autárquicas, nas quais os indivíduos compartilhariam a vida comunitária, baseada no trabalho coletivo, evitando a escravidão e a divisão do trabalho.

1837) as comunas[49] de Robert Owen (1771- 1858) ou a imaginária Icária[50] de Etienne Cabet (1788- 1856), este último, conforme Brown (2011, p. 35) "foi a primeira pessoa a usar o termo 'comunismo', em 1840". Mesmo com as devidas particularidades, essas comunidades idealizadas pelos socialistas utópicos, tinham em comum uma concepção essencialmente evolucionista: a nova sociedade deveria ser realizada, não através da revolução, mas, da educação, da convicção e do exemplo (Bobbio, 1998, p. 208).

A escola sansimonista, fundada pelos seguidores do socialista aristocrático Henri de Saint-Simon (1760-1825), conjugou os ideias socialistas e comunistas com a organização industrial do mundo moderno. Entretanto a inexistência de distinções entre operários e empresários, traço importante da teoria de Saint Simon, não se mantiveram nas formulações de seus seguidores que elaboraram esquemas sócio-políticos de viéses classistas. Bronw (2011, p. 35) afirma que Marx desprezou os seguidores de Simon devido ao utopismo deles, ao compromisso com uma mudança pacífica e à crença na possibilidade de cooperação entre as classes. Porém, os sansimonistas enfatizavam o contraste entre a propriedade privada e o funcionamento do sistema industrial, ressaltando a capacidade enorme de produção de riquezas por parte das indústrias e a impossibilidade de um usufruto igualitário dessas riquezas dentro de uma organização social que se fundava na propriedade privada dos meios de produção. Para eles, tornava-se imprescindível que o direito de herança, fundamento da propriedade privada, fosse transferido ao Estado e transformado em associação de trabalhadores, a fim de que terra e capital se tornassem efetivamente instrumentos de trabalho e dos trabalhadores.

O desenvolvimento do pensamento socialista no século XIX teve outros importantes representantes. Não é possível citar todos os filósofos e estudiosos que pensaram a organização de uma sociedade cooperativa, mas não poderíamos deixar de registrar a importância que Marx deu ao trabalho de Pierre- Joseph Proudhon (1808- 1865). Em seu livro "A miséria da filosofia" (1847) Marx faz uma contundente crítica ao livro "A filosofia da miséria" (1846) de Proudhon. Este, na verdade era anarquista e acreditava que a harmonia social era o estado natural das coisas, mas o sistema econômico que impedia o seu florescimento. Para (Bronw, 2011, p. 35), ele foi a primeira pessoa a usar o termo "socialismo científico".

[49] As comunas são vilas agrícolas, fundadas na cooperação e na troca de produtos, onde os desempregados receberiam lotes de terras para cultivar, com o objetivo de superar a economia de mercado.

[50] Icária é o nome dado pelo teórico político e socialista utópico Étienne Cabet à sua cidade ideal, uma utopia baseada em princípios comunistas cristãos. Por extensão, Icária (ou *Icaria* em inglês) será o nome dado às Comunidades Intencionais fundadas nos Estados Unidos pelos seguidores do Cabet.

A concepção marxista de comunismo[51], na qual a pesquisa se fundamenta, foi criada pelos filósofos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Esta também se baseia na organização industrial do mundo moderno e reconhece a função histórica da burguesia e a sua capacidade de revolucionar os intrumentos de produção e as relações sociais, suscitando potentes meios de produção e intercâmbio comercial. Entretanto, enfatiza os contrastes, entre as modernas forças produtivas e as modernas relações de produção e propriedade que condenam a maioria da população à exclusão da riqueza material produzida. Esses contrastes se manifestam em constantes e cíclicas crises comerciais: a potência das forças produtivas se choca com a fraqueza das relações burguesas que não conseguem consumir as riquezas produzidas, levando à cíclicas crises de superprodução. Na tentativa de superação dessas crises, a burguesia destrói uma grande quantidade de forças produtivas, conquista novos mercados e explora mais fortemente os mercados já existentes. Como consequências, enfrenta outras crises ainda mais violentas. (Bobbio, 1993, p. 209)

Segundo Karl Marx, apesar de aniquilar as classes intermediárias por meio da sua proletarização, a classe burguesa não consegue assegurar aos trabalhadores nem mesmo a sua existência dentro desses limites de exploração, o que tornam inevitáveis a revolução seguida da ditadura do proletariado e da consequente aniquilação da máquina estatal burguesa. Porém, a transformação comunista da sociedade realizada pela revolução proletária só se realizará quando a evolução capitalista atingir o seu auge, já que, para Marx, somente a grande indústria realiza aquele enorme aumento de riqueza social que pode tornar possível a aplicação da regra: "de cada um segundo suas capacidades e a cada um segundo as suas necessidades".[52] (Karl Marx, apud, Bobbio, 1993, p. 209)

Aqui, cabe uma importante ressalva, quando propomos um trabalho que tenha o comunismo e o marxismo como bases teóricas e históricas, não pretendemos trazer conceitos fechados, restritos a um contexto histórico específico, mas nos inspiramos no trabalho feito por Domenico Losurdo, em sua análise a respeito do marxismo. Para o autor, sua tarefa principal era

[51] O marxismo é uma doutrina sociológica, filosófica e política criada por Karl Marx e Friedrich Engels. Baseia-se no materialismo histórico dialético e no pensamento socialista científico. Trata-se da fundamentação econômica e sociológica das ideias socialistas que já existiam na Europa, no século XIX, oriundas de teorias políticas anticapitalistas que pregavam a necessidade de se pensar em uma sociedade igualitária.

[52] Karl Marx. Tradutor desconhecido (27 de julho de 2001). «Critica ao Programa de Gotha» (PDF). Portal Domínio Público. Consultado em 10 de dezembro de 2023. Texto escrito por Karl Marx em princípios de maio de 1875. Publicado pela primeira vez (com certas omissões) por F. Engels em 1891, na revista Neue Zeit.

> (...) repensar complexo do marxismo não a partir de uma teoria que deva remontar a uma "pureza" original, mas a partir do entrelaçamento – na realidade, mesmo trágica- da teoria e da prática, nomeadamente na tensão da teoria que se faz prática em um contexto histórico específico: poderiamos dizer, na dura realidade (Losurdo, 2022, p. 17).

De forma simplificada e didática, podemos dizer que o comunismo é o último estágio do desenvolvimento histórico da sociedade humana, que não mais estaria dividida em classes sociais e não mais existiria Estado. Nessa sociedade sem classes, haveria igualdade entre os homens para que pudessem desenvolver as suas potencialidades. E de antemão, já sinalizamos que essa utopia, nunca se concretizou efetivamente. Tivemos louváveis tentativas ao longo da história, mas o ideal de igualdade preconizado por Marx nunca foi atingido. Em conformidade com Losurdo,

> Lênin e os líderes da Internacional Comunista aspiravam a uma república soviética mundial, com o desparecimento final de classes, estado, nações, mercado e religiões. Não apenas nunca nos aproximamos de tal objetico como também nunca conseguimos marchar em direção a ele. Estaríamos, portanto, perante um evidente e completo fracasso? Na realidade, a discrepância entre programas e resultados é inerente a toda revolução (2022, p. 199).

Para entender a concepção marxista de comunismo é necessário localizá-lo dentro de uma perspectiva histórica. Portanto, faremos uma análise das principais ideias de Marx, sua compreensão materialista dialética da História, e da história do comunismo a partir dessa concepção. Iniciamos fazendo a inevitável diferenciação entre socialismo e comunismo. [53]

Na análise de Spindel (1980, p. 9), quando Marx denominou de Manifesto Comunista a obra que escreveu com Friedrich Engels, em 1948, pretendia marcar a diferença que existia entre a nova teoria e os socialismos. Mas, à medida que as ideias marxistas passaram a se tornar hegemônicas dentro do movimento operário, Marx passou a usar os dois termos. Com o crescimento do movimento socialista a partir da Segunda Internacional (1889-1916), o surgimento de diferentes correntes socialistas e a ruptura entre elas no contexto da Primeira Guerra Mundial, Lenin buscou diferenciar a ala do movimento ao qual pertencia, a ala de esquerda, das demais correntes, denominando-a de comunista. De acordo com Domenico Losurdo,

> Quando Lênin decide mudar a denominação do partido operário revolucionário russo de Social-Democrata para Comunista, ele não o faz pensando primeiro na fase final da sociedade pós-capitalista teorizada por Marx. Em vez disso, trata-se acima de tudo de marcar distância do social-chauvinismo, dos "socialistas" que legitimaram a carnificina da Primeira Guerra Mundial (2022, p. 45).

[53] Para a diferenciação entre socialismo e comunismo, nos baseamos nas análises de Spindel (1980, p. 9 a 26)

Assim, o socialismo passou a ser caracterizado como uma teoria reformista, própria dos partidos sociais democratas europeus, enquanto o comunismo seria a verdadeira teoria revolucionária defendida por Karl Marx. Essa diferenciação também foi adotada neste trabalho, ao definir o comunismo como "o movimento político que surge com a Revolução Russa de 1917 e se espalha por todo o mundo, tendo como base teórica o marxismo-leninismo" (Spindel, 1980, p. 10).

Para Karl Marx e Friedrich Engels, comunismo era o espaço da sociedade humana onde não mais existiria exploração do homem pelo homem. Nessa sociedade sem classes sociais, homem, natureza e sociedade formariam um todo harmônico, possibilitando o pleno desenvolvimento. Para atingir esse estágio haveríamos que passar primeiro por uma sociedade socialista. A partir dos conceitos de materialismo histórico e dialético eles analisam que o processo histórico obedece a um movimento dialético assentado sobre bases materiais. Desta forma, os homens estariam engajados num processo de produção material no qual a luta de classes seria inevitável, já que ocupam posições diferentes na sociedade.

No século XIX, momento em que Marx e Engels desenvolviam sua concepção materialista dialética da história, o domínio burguês já estava consolidado graças à superação do modo de produção feudal e aristocrático. A burguesia alcançara o poder econômico e o poder político através da exploração de uma classe operária cada vez mais numerosa e miserável que, portanto, começava a almejar uma sociedade mais igualitária e desejar lutar por ela.

A partir dessa realidade de exploração, Marx cria importantes conceitos que fundamentam a sociedade comunista, como por exemplo os conceitos de valor de troca, valor de uso e mais-valia. O valor de uso corresponde a uma necessidade pessoal e pode ser melhor compreendido nas sociedades primitivas, onde o tabalho era artesanal e o trabalhador podia definirr o valor conforme a sua necessidade imediata. Nas sociedades capitalistas, onde o principal objetivo é o lucro, usa-se o valor de troca, que refere-se à quantidade de trabalho dispensado na produção de determinada mercadoria. À medida que o capitalista não remunera seus operários com base no valor de troca de determinada mercadoria, ele se apropria do valor acumulado e o transforma em lucro, também chamado de mais-valia. Esta pode ser absoluta (conseguida diretamente pela exploração do trabalhador) ou relativa (quando, por meio da introdução de máquinas mais modernas, o capitalista consegue diminuir o tempo de produção de determinada mercadoria e aumentar a produção).

A teoria marxista mostra também que, apesar do inevitável fim do capitalismo, caberia ao proletariado acelerar essa queda por meio da luta de classes e consequente revolução. Estas seriam possíveis com a participação do partido político do proletariado e do Estado da classe

operária. O Estado, na concepção marxista-leninista seria um instrumento de dominação de uma classe social sobre a outra. Nas palavras de Spindel

> A classe economicamente mais poderosa utiliza o Estado para impor uma ordem social, presevar uma situação que lhe é favorável e, principalmente, para transforma-se na classe politicamente dominante, obtendo assim novos meios de oprimir e explorara a classe mais fraca (...) tratando necessariamente de um produto de conflito entre as classes (1980, p. 26).

Portanto, numa sociedade comunista, segundo a teoria marxista-leninista, o Estado precisa desaparecer. Entretanto, o comunismo só será atingido após a tomada de poder pela classe operária, a extinção do modo de produção capitalista e o advento da sociedade socialista, com a vitória do proletariado sobre a burguesia. Nas palavras do próprio Lenin,

> Ao que se costuma chamar socialismo, Marx chamou a primeira fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade comum, pode aplicar-se a palavra comunismo, contando que não esqueça que esse é um comunismo incompleto (1917, p. 29).

Para Marx, a sociedade socialista possibilitaria a transição para a sociedade comunista, após atuação de um partido da classe operária, a abolição do Estado burguês e a instauração do Estado proletário, por meio da ditadura do proletariado, regime político controlado pela maioria da população e um instrumento de passagem ao comunismo. Spindel afirma que

> De acordo com a teoria marxista-leninista, a ditadura do proletariado representa apenas o exercício do poder da classe operária quando na qualidade de classe dirigente, para eliminação total dos resquícios da antiga ordem burguesa e preparação da sociedade para o advento do comunismo (1980, p. 28).

Para entendermos a teoria comunista é imprescindível também que conheçamos a atuação da Internacional Comunista (Comintern) entre os anos 1919 e 1943.[54] Sua fundação, logo após a Primeira Guerra Mundial se dá devido a necessidade dos comunistas revolucionários se agruparem num único organismo, que se oporia ao reformismo social-democrata. Desta forma, estabeleceria um modelo soviético de revolução do proletariado e de partido comunista, que seriam padrão para a classe operária de todo o mundo. No contexto do pós-guerra, a eclosão de outra revolução comunista era algo possível e desejado pela União Soviética. Para tanto seria necessário a criação de um verdadeiro estado-maior, com o objetivo de dirigir o proletariado mundial em suas revoluções. Porém, esse modelo, não se preocupou em apresentar uma estrutura maleável para se adequar às diferentes conjunturas. Ao contrário, os soviéticos pensavam as revoluções dos demais países em função da sobrevivência de seu regime. De acordo com Jeifets (2022, p. 54),

[54] A análise sobre a Internacional Comunista baseou-se em Spindel (1980, p. 32 a 56) e Jeifets (2022, p. 53 a 71);

> Na prática, as relações entre os comunistas latino-americanos e a sede do Comintern não pareciam tão simples, especialmente durante o período "romântico" do Partido Comunista internacional. A adesão à III Internacional, que previa a observância da disciplina internacional, nem sempre significava a submissão absoluta das seções nacionais à vontade de Moscou. As condições de atividade e formação teórica dos partidos, as personalidades de seus dirigentes etc, eram muito diferentes. Diversos partidos muitas vezes conservaram o direito às suas próprias posições.

Desse modo, os principais objetivos da III Internacional não foram alcançados e algumas de suas diretrizes contribuíram para impedir o pleno desenvolvimento de processos revolucionários em curso, possibilitando o crescimento do nazi-fascismo. Na análise de Spindel (1980, p. 36) a subestimação da atuação dos partidos sociais democratas entre o operariado, foi a principal causa do seu fracasso. A adocão da Nova Política Econômica (NEP), em 1921, apesar de necessária foi considerada o marco inicial de um processo de fechamento do regime soviético. O chamado "socialismo num só país", nova linha da política externa soviética, defendida por Stálin será responsável pela bolchevização dos Partidos Comunistas e pela recusa total de qualquer aliança com a social-democracia. Tais fatos, aliados à grave crise do capitalismo em 1929, acabam por dar impulso ao nazi-fascismo, uma vez que Stálin considerava "desvios direitistas" as tentativas de articulação de frentes democráticas antifascistas.

Quando, em 1934, os líderes da União Soviética começam a cogitar uma política de frente antifascista, o nazi-fascismo já havia se fortalecido. Ainda assim, em 1935, o VII Congresso do Comintern, estabeleceu a política de Frente Antifascista como uma das diretrizes do movimento comunista mundial. No ano seguinte, a Frente Popular (composta por radicais socialistas e comunistas) vence as eleições na França e na Espanha, porém a constante subordinação desses países às hipóteses geopolíticas de Stálin e o deconhecimento deste acerca da situação objetiva desses países levam à derrota dos frentistas. No caso da Espanha, a guerra civil que contrapôs as forças de direita[55] e a Frente Popular, e a constante adesão aos interesses da política externa da União Soviética[56] mergulhou o país numa crise sem precedentes, culminando na repressão dos partidários da república burguesa. (Spindel, 1980, p. 45)

A assinatura, em agosto de 1939, de um pacto de não-agressão entre a União Soviética e a Alemanha, culminará com uma drástica redução dos efetivos dos Partidos Comunistas em todo o mundo. A invasão de território soviético pela Alemanha, em 1941, faz com que a União

[55] Estas eram comandadas pelo general Francisco Franco (1892- 1975) e auxiliadas pelos regimes fascistas da Alemanha e da Itália.

[56] A União Soviética evitou a eclosão de um processo revolucionário na França, temendo que uma guerra civil desgastasse militarmente o país e facilitasse a vitória alemã. Na Espanha a internacional Comunista defendia a formação de uma frente comum com os partidos burgueses e pequenos-burgueses e a implantação de uma república democrático- burguesa.

das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se alie às demais nações européias contra o nazi-fascismo e extingua a Internacional Comunista, libertando os países comunistas da subordinação às diretrizes gerais da organização. “Livres da pesada estrutura burocrática da Internacional Comunista, os partidos comunistas vão desempenhar importantes papéis na resistência ao nazi-fascismo”. (Spindel, 1980, p. 48)

A divisão do continente europeu em zonas de influência após o fim da Segunda Guerra Mundial possibilitará à União Soviética a colocação de governos comunistas em toda a Europa Oriental. Por outro lado, o fim da guerra possibilita também o aparecimento dos primeiros regimes comunistas dissidentes em relação ao stalinismo, como por exemplo Iugoslávia, China, Vietnã, Cuba e as ex-colônias portuguesas: Angola, Moçambique e Guiné Bissau, dentre outros. A conquista do poder pelos comunistas nesses países se deu de maneiras distintas, tensionando as relações entre eles e a União Soviética, que culminaram com a divisão do bloco comunista em 1960 e a ruptura entre a China e a União Soviética.

Ainda na análise de Spindel (1980) o bloco comunista acabou tendo como marca a falta de liberdade, e isso ficou evidenciado pelas intervenções de tropas soviéticas em momentos de crise. Em 1956, os soviéticos intervieram na Hungria, e, em 1968, colocaram fim na Primavera de Praga[57]. A construção do Muro de Berlim[58] foi realizada em 1961, para evitar que a população da Alemanha Oriental migrasse para a parte ocidental de Berlim.

A morte de Stálin, em 1953, resultou em profundas transformações na União Soviética. Seu sucessor, Nikita Kruschev, iniciou a chamada desestalinização. Em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista, denunciou os crimes cometidos por Stálin. Kruschev também se esforçou para promover maior democratização do governo soviético entre 1957 e 1961. Entretanto, foi destituído do comando pelo comitê do Partido Comunista, o Politburo, e substituído por Leonid Brejnev.

Durante o governo de Brejnev (1964- 1982), a falta de renovação administrativa causou o envelhecimento dos quadros do governo. A queda da produtividade contribuiu para o crescimento da corrupção. A desaceleração do PIB enfraqueceu a economia resultando na redução da mão de obra e na queda da qualidade de vida. Além disso, a falta de gestão levou a

[57] A Primavera de Praga foi um período de oito meses durante o ano de 1968 em que a população da Tchecoslováquia passou a pressionar por mudanças no sentido de reformar os moldes do governo comunista que estava instalado naquele país. A mobilização popular e a abertura do governo pelas reformas levaram a União Soviética a intervir, invadindo a Checoslováquia em agosto de 1968.

[58] O Muro de Berlim foi uma estrutura construída em 1961 que rodeava os limites de Berlim Ocidental, capital da Alemanha Ocidental. Esse muro foi um dos grandes símbolos da Guerra Fria e foi construído por decisão das autoridades da Alemanha Oriental e da União Soviética. Seu objetivo era isolar Berlim Ocidental da Alemanha Oriental. Estima-se que, durante a existência do muro, mais de 100 pessoas tenham morrido tentando cruzá-lo. O Muro de Berlim foi abaixo em 1989, quando o bloco comunista começou a ruir no leste europeu.

uma crise de abastecimento causada pela fraca agricultura, e a indústria soviética parou de crescer. Dois acontecimentos marcantes contribuíram para aumentar o desgaste da economia soviética: a Guerra do Afeganistão de 1979[59] e o acidente nuclear de Chernobyl.[60]

Em 1985, Mikhail Gorbachev assumiu o comando da União Soviética, em meio a uma crise institucional gigantesca. Propôs a realização de duas reformas conhecidas como *glasnot* (transparência política) e *perestroika* (reconstrução econômica). A *glasnot* defendia uma abertura política com ênfase no combate ao autoritarismo e na promoção de mais liberdade no país. Já a *perestroika* visava uma reformulação da economia do país, com o menor envolvimento do Estado na economia, e o incentivo a investimentos privados na economia soviética. Tais reformas não deram os retornos esperados e a crise na economia agravou a crise política, fortalecendo certos setores mais liberais e anticomunistas e incentivando o desenvolvimento de movimentos de autodeterminação.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, simbolizou também a queda da grande potência comunista, a União Soviética. Os graves problemas econômicos e políticos que assolaram a URSS durante toda a década de 1980, fizeram ruir a estrutura que a sustentou durante várias décadas. Entre 1990 e 1991, os movimentos de autodeterminação ganharam força, e isso fez com que algumas das nações soviéticas declarassem sua independência. A situação insustentável levou Gorbachev a renunciar em 25 de dezembro de 1991, no dia seguinte a União Soviética dissolveu-se, e, assim, surgiram 15 novas nações independentes.[61]

Essa análise da história do comunismo objetiva, além da conceituação, uma melhor compreensão da trajetória dessa ideologia no Brasil, o que faremos no próximo tópico. Importante perceber que não existe ou existiu um modelo único de comunismo ao longo desses quase dois séculos de existência da doutrina. As diversas experiências revolucionárias que, ao longo do século XX, se autodenominaram de "socialistas" ou "comunistas" expressaram suas realidades sócio-econômicas e históricas. A experiência soviética, seus êxitos e equívocos, não podem ser vistos como uma aplicação literal da doutrina comunista. Obviamente não foi. Essa aplicação literal sequer existiu. Portanto, diferenciar teoria e prática é um exercício necessário, que faremos na parte propositiva. Covém entender como se deu o movimento comunista no

[59]Em 1979, os soviéticos invadem o Afeganistão para dar suporte ao governo comunista que existia naquele país. O envolvimento nessa guerra custou bilhões para os soviéticos e teve final trágico, pois esses foram obrigados a abandonar o país.

[60] Em 1986, uma usina nuclear explodiu em Pripyat, cidade no norte da Ucrânia. A quantidade de recursos para evitar que esse acidente resultasse em estragos maiores foi gigantesca.

[61] A partir de setembro de 1991, as 15 repúblicas que formavam a URSS se tornaram países independentes: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. Após a independência, passaram a formar a CEI (Comunidade de Estados Independentes).

Brasil.

1.4. O comunismo no Brasil[62]

> **Trata-se de uma nobre história, que como tudo que é humano apresenta luzes e sombras: essas últimas não podem ser instrumentalizadas para esmorecer as primeiras e até apagá-las por completo (Grimaldi, 2022, p. 17).**

No Brasil, o nascimento do Partido Comunista se dá no seio do movimento operário. Nesse meio, entre os anos 1910 e 1920, predominavam as ideias anarquistas que consideravam o capitalismo, a religião e o Estado como os maiores inimigos dos trabalhadores. Para os anarquistas, a conquista dos direitos do proletariado deveria se dar através das batalhas sondicalistas e greves revolucionárias. "Em suas lutas cotidianas, os anarquistas defendiam o boicote às eleições, a ação direta, a organização sindical e a mobilização pela construção de espaços próprios para os trabalhadores (como as escolas modernas), negando-se à colaboração com o governo". (Bartz, 2022, p. 77)

A vitória dos comunistas na Revolução Russa de 1917 reflete no movimento operário brasileiro gerando certa confusão na militância no que se referia aos partidos políticos e a ditadura do proletariado e os meios para se alcançar o comunismo. Era inegável que a doutrina comunista marxista havia tido êxito na Rússia. Assim, muitos militantes anarquistas brasileiros vão aderir ao marxismo-leninismo, por acreditarem na incapacidade do anarquismo brasileiro de se mostrar como uma alternativa concreta à sociedade burguesa. Além disso,

> O aparecimento do grupo comunista se vincula a uma conjuntura mais geral de crise da ordem oligárquica, em que o mando das velhas elites agrárias passou a ser questionado e em que ocorre a emergência da chamada "questão social", indo desembocar na Revolução de 1930. (Bartz, 2022, p. 75)

Da adesão, dos militantes anarquistas ao marxismo-leninismo surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, fundado por um grupo composto de antigos militantes anarquistas, sob a liderança de Astrogildo Pereira.[63] O PCB apresenta-se como a seção brasileira da Internacional Comunista e passa a aplicar de maneira disciplinada as resoluções desta organização. "Já sob a sorinetações da III Internacional, inicia-se um movimento de redefinições de estratégias e de um esforço analítico da realidade brasileira." (Bartz, 2022, p. 76)

---

[62] O tópico 1.4 foi escrito tendo como base as seguintes leituras: BARTZ, Frederico Duarte. A Gênese do PCB (1818-1930). In: SECCO, Lincoln. PERICÁS, Bernardo. (orgs.) **História do PCB**. 1ªed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (org.). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016; SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo**. São Paulo: Brasiliense, 18ª edição. 1ª edição, 1980.

[63] Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890 - 1965) foi um ex-anarquista, escritor, jornalista, crítico literário e político brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922.

A conjuntura sócio-histórica brasileira dos anos 20 não apresentava-se favorável à criação de um partido revolucionário. A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922)[64] e o fortalecimento do movimento tenentista culminaram com a decretação do estado de sítio[65] pelo então Presidente da República, Artur Bernardes e consequentemente o PCB foi colocado na ilegalidade. Ainda assim o Partido deu continuidade ao seu trabalho de estruturação e combate à influência anarquista no movimento operário do país.

Para Bartz (2022, p. 75)

> O PCB surge de uma série de redefinições entre correntes e grupos militantes que tiveram entre os anos 1917 e 1919 uma mobilização inédita até então no país, protagonizando greves gerais e projetos insurrecionais, em um contexto de crise econômica, de carestia de vida e de influxo de ideias revolucionárias vindas do exterior.

Em 1925, a partir do Segundo Congresso, o Partido Comunista começa a analisar a realidade do país de acordo com a teoria marxista-leninista. O teórico do Partido, Octávio Brandão[66], lança o livro *Agrarismo e industrialização*, onde teoriza sobre o que considera a contradição fundamental da sociedade brasileira: a luta entre o capitalismo agrário semifeudal (representado pelo capital inglês) e o capitalismo industrial moderno (representado pelo capital americano). Essa linha teórica será desenvolvida pelos comunistas brasileiros ao defenderem a constituição de uma frente ampla, que abrigasse o proletariado, a pequena burguesia e a alta burguesia industrial com o objetivo de transpor a fase da revolução burguesa (estágio necessário para a passagem ao socialismo). Será baseado nessa teoria que o PCB vai disputar alguns pleitos eleitorais e apoiar candidatos comprometidos com a causa operária.

---

[64] A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana foi um movimento de integrantes do Exército Brasileiro contra o presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, e o vencedor da eleição presidencial, Artur Bernardes, em 5 de julho de 1922. Os militares revoltosos, partidários da facção derrotada denominada Reação Republicana, agiam sob a figura do marechal Hermes da Fonseca e tentaram uma insurreição ampla no Rio de Janeiro, mas só conseguiram o controle do Forte de Copacabana e da Escola Militar do Realengo, além de um foco em Niterói e da 1.ª Circunscrição Militar, em Mato Grosso. Eles foram derrotados, mas o evento marcou o início do tenentismo e o fim da Primeira República Brasileira.

[65] O estado de sítio é uma medida que possui duração de até 30 dias, podendo ser prorrogado por período não superior a 30 dias (art. 138 § 1) e de, de acordo com o art. 137, inciso I ("I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;"). O Estado de sítio só pode ser decretado pelo Presidente da República, sendo que o chefe do Executivo deve consultar antes o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, mas não é obrigado a seguir seus pareceres. Durante a vigência do Estado de defesa ou do Estado de sítio, não são permitidas alterações no texto constitucional. O Estado de sítio foi decretado diversas vezes no Brasil notadamente na Primeira República, mais especificamente no Governo Artur Bernardes, que passou quase todo o mandato nesse estado.

[66] Octávio Brandão Rego (1896 – 1980) foi um farmacêutico, político e ativista brasileiro, militante e teórico do Partido Comunista Brasileiro que influenciou uma geração de militantes de esquerda e foi responsável pela difusão dos conceitos marxistas no Brasil.

Com o fim do estado de sítio, em 1927, o PCB retorna à legalidade em janeiro de 1927. Porém, em agosto do mesmo ano, o Presidente Washington Luís aprova a Lei Celerada[67], que tinha como objetivo reprimir o movimento operário. Com a aprovação desta Lei, o PCB volta à ilegalidade. Em 1930 a Internacional Comunista orienta os partidos comunistas da América Latina a romperem com a política de frente ampla, considerada direitista e pequeno-burguesa. No Brasil assistimos a uma supervalorização de pessoas efetivamente operárias em detrimento da sua capacidade teórica, enquanto importantes dirigentes foram afastados, considerados pequeno-burgueses. Dentre esses líderes podemos citar Luís Carlos Prestes. [68]

Nos anos 1930, com a ascenção de Getúlio Vargas ao poder, se fortalece no Brasil a oposiçao da esquerda "trotskista" ao PCB. Dessa oposição nasce a Liga Comunista, que se auto-denomina de "oposição leninista". Entretanto, a oposição ao PCB continua forte e começa a obter êxito com a criação de uma legislação trabalhista de cunho paternalista, que controlava os sindicatos e reprimia as manifestações comunistas e anarquistas.

Com o fortalecimento do nazi-fascismo na Europa e a consequente alteração da linha de ação da Internacional, a proposta de Frente Ampla volta a ser a política oficial do *Comitern*. Da adesão a essa nova diretriz é criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. A ANL aglutina toda a oposição democrática do país e nomeia Luís Carlos Prestes como presidente de honra. Porém, o crescimento da ANL não agrada a Vargas que decide colocá-la na ilegalidade. Após a tentativa precipitada e frustrada de tomar o poder na chamada "Intentona Comunista", Prestes é preso e o PCB e a ANL sofrem violenta repressão. Esta atinge igualmente

---

[67] Aprovada no ano de 1927, a Lei Celerada (ou Lei Aníbal de Toledo), combatia os chamados "delitos ideológicos". Inspirada em uma determinação de 1890, criminalizava todo e qualquer evento que incitasse a revolta dos empregados contra os seus patrões e limitava a atuação da oposição ao governo e a direito de reunião, pois permitia ao governo fechar (por tempo determinado) quaisquer agremiações, sindicatos, clubes ou sociedades que convocassem ou apoiassem publicamente greves ou protestos. A Lei determinava ainda a criminalização do Partido Comunista do Brasil e estabelecia a censura de imprensa, além de limitar o direito de reunião da população.

[68] Luís Carlos Prestes foi líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos. Cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro e depois foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde liderou a Coluna Prestes, revolta tenentista, composta por jovens oficiais do exército, contra o governo de Arthur Bernardes em 1924. Os revoltosos realizaram uma marcha de 25 mil quilômetros, pé e a cavalo, pelo interior do país. A marcha terminou em 1927, quando os revoltosos se exilaram na Bolívia. Lá, Prestes conheceu Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB. Convertido ao marxismo, viajou para a União Soviética em 1931. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1935, casado com a comunista judia alemã Olga Benário. Depois de comandar a fracassada revolta conhecida como Intentona Comunista, em 1935, foi preso e sua mulher entregue grávida à Gestapo, polícia política nazista. Na Alemanha, ela morreu num campo de concentração, em 1942. A filha de ambos, Anita Leocádia Prestes, nascida na prisão na Alemanha, foi resgatada pela avó paterna. Após ser solto em decorrência do processo de redemocratização, em 1945, Prestes se elegeu senador pelo PCB, com mais de 160 mil votos. Com a cassação do registro do partido, em 1947, teve a prisão preventiva decretada e foi obrigado a retornar à clandestinidade. Sua prisão preventiva foi revogada em 1958, mas, com o golpe militar de 1964, o líder comunista voltou a ser perseguido. Em 1971, exilou-se na URSS onde permaneceu até 1979, ano em que retornou ao Brasil após a anistia política. Em 1980 rompeu com o Partido e dez anos depois, faleceu no Rio de Janeiro, aos 92 anos de idade.
Informações disponíveis em: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/luis-carlos-prestes/
Acesso em: 01 mar. 2024.

todos os setores oposicionistas, culminando com o Golpe do Estado Novo, em 1937.

Durante quase toda a ditadura do Estado Novo de Vargas (1937- 1945), o PCB foi duramente reprimido e sua estrutura praticamente desaparece. A campanha pelo apoio do Brasil aos Aliados na Segunda Guerra Mundial vai aos poucos rearticular os grupos comunistas na tentativa de reconstrução da estrutura nacional do Partido Comunista. Em 1943 o PCB elege um novo Comitê Central com o aval de Luís Carlos Prestes, preso dede 1935. A posição do novo comitê é de união nacional, ordem e apoio ao governo brasileiro. Em abril de 1945, Vargas decreta anistia aos prisioneiros políticos, dentre eles Luís Carlos Prestes e permite a volta do PCB à legalidade.

A conjuntura política de 1945, num contexto de redemocratização, traz à tona antigas reivindicações do movimento operário. Entretanto, o PCB mantém sua posição de partido da ordem e recusa-se a conduzir os movimentos dos trabalhadores. Essa posição ambígua vai resultar na perda de apoio das massas ao partido. O fim da Segunda Guerra Mundial e o reposicionamento das potências vencedoras, já no contexto da Guerra Fria, irá, mais uma vez, colocar o PCB na ilegalidade, obrigando-o a adotar uma linha antiimperrialista.

Nos anos 1950, o PCB dá continuidade à postura nacionalista adotada desde o pós-guerra. O Partido terá influência na campanha pela nacionalização do petróleo e criação da Petrobrás, entretanto, ataca o governo de Getúlio Vargas por sua posição moderada a respeito das riquezas nacionais. No início de 1954, os comunistas defendiam derrubada do governo Vargas e a criação de uma Frente de Libertação Nacional. Após o suicídio de Vargas são obrigados a recuar.

Em novembro de 1954 é realizado o IV Congresso do Partido Comunista. Neste o PCB reforça sua linha nacionalista e antiimperialista, além de defender a reforma agrária e a instalação de um governo democrático de libertação nacional. A unidade do trabalho comunista que vinha sendo mantida desde a sua legalização em 1945 será desmantelada após o XX Congresso do PC da União Soviética, onde são reconhecidos os erros de Stálin. Contribuirá também para a quebra de unidade dentro do partido, a resolução russa que passa a considerar o reformismo moderado como apropriado para as sociedades dependentes. A situação interna do partido será estabilizada após as resoluções do V Congresso que ocorreu em 1960. O PCB vai lutar por uma Frente Única Nacionalista e Democrática, tendo a burguesia como uma aliada e o capitalismo de Estado como “tomando formas progressistas e nacionais” (Spindel, 1980, p. 80). Em 1962, dá-se o rompimento definitivo da direção do Partido com elementos pró-Stálin.

Tais posicionamentos, aliados às críticas de alguns militantes à falta atuação do Partido na educação das massas, também irão gerar cisões no interior do partido, possibilitando a

adesão à novas linhas de ação mais compatíveis com a realidade brasileira. As dissidências darão origem ao PC do B, partido de linha chinesa, liderado, dentre outros, pelos militantes João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar. Nesse período também surge a Politica Operária (POLOP), formada por dissidentes radicais do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e PCB. No movimento estudantil ganha impulso a Ação Popular (AP), corrente marxista originária dos movimentos católicos de juventude.

Nos anos 1960, apesar das divergências, o movimento comunista brasileiro se mostrará ativo. Sob sua influência, crescem os movimentos de massa, os trabalhadores se vêm representados com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e os estudantes promovem diversas manifestações por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por outro lado, o PCB subestima a atuação da direita brasileira e dos militares e não se atenta para o clima de radicalização anticomunista que vai culminar com o golpe de 1964. Inicia-se, então, um longo e doloroso processo de resistência e luta contra a Ditadura Militar no Brasil.

Esse rápido panorama acerca da história do comunismo no Brasil é essencial para entender o tema principal da pesquisa: o anticomunismo. Para fazer frente à onda de desinformação e apropriações que o conceito de comunismo tem adquirido ao longo do tempo, em especial no Brasil, convém o estudo minucioso, responsável e crítico do comunismo. Sabemos que, em sala de aula, devido às limitações de tempo, imposições do currículo e até mesmo devido à posições ideológicas, nem sempre é possível nos debruçarmos sobre o conceito de comunismo, como seria necessário. O reconhecimento desta lacuna me incentivou a enfrentar essa temática, apesar das sensibilidades que ela desencadeia.

1.5. Anticomunismo – uma breve definição

> **Mas o demônio não precisa existir pra haver – a gente sabendo que ele não existe, aí é que ele toma conta de tudo (Rosa, 1984, p.47).**

Antes de nos debruçarmos sobre o conceito de Anticomunismo, é importante lembrar, o conceito de comunismo que o trabalho em questão adota. Conforme especificado no capítulo 1 (tópico 1.3) adotamos a concepção marxista de comunismo, criada pelos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels. Tal concepção baseia-se no materialismo histórico-dialético: método de análise socioeconômica a partir de sua base material. Foi essa concepção marxista-leninista que inspirou o bolchevismo e o modelo soviético. Cientes das disputas em torno do conceito de comunismo, o definimos aqui como uma ideologia política, social e econômica que tem como objetivo alterar as bases da sociedade e implantar um regime de trabalho e

distribuição de renda igualitários, por meio da abolição da propriedade privada, das classes sociais e do próprio Estado.

Desta feita, podemos falar sobre anticomunismo, sem a pretensão de um conceito fechado, inflexível. Sabemos da enorme dificuldade em conceituar movimentos ideológicos, que, geralmente são atravessados por disputas de poder, como o próprio comunismo. Buscaremos, então, assim como fizemos com o conceito de comunismo, entendê-los historicamente para (re) significá-los.

Numa discursão conceitual acerca do anticomunismo, Motta (2021), enfatiza que o prefixo "anti" vem do grego e significa ação contrária. Os conceitos utilizando tal prefixo começaram a aparecer em meados do século XIX, como expressões que nomeavam fenômenos conectados a processos característicos do mundo contemporâneo, como por exemplo, o anticlericalismo (1850) e antissemitismo (1870) etc.

> No entanto, os movimentos "anti" recusam-se a tratar seus adversários como forças oponentes que é preciso tolerar, pois os veem como inimigos insuportáveis. Mais do que a mera oposição a ideias ou a pessoas e projetos coletivos, os movimentos "anti" constitui em fenômenos de teor mais visceral. Trata-se de uma recusa total de repulsa sem meio termo, meio tom, nem possibilidade de convivência. Ser "anti" significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas, sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que as professam (Motta, 202, n. p.)

Como o próprio nome diz, anticomunismo se refere à oposição ao comunismo. Nesse sentido, seu surgimento acompanha o da própria ideologia comunista. Entretanto, não há uma relação de proporcionalidade entre ambos. O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas (Rodeghero, 2002, p. 464).

Na análise de Motta (2000, p. 42), o anticomunismo deve ser entendido, por um lado, como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui um discurso e um imaginário próprios e, por outro, como um movimento político que engendra a ação e a militância de grupos organizados. Para o autor, foram a força, a expansão e o crescimento do comunismo no mundo que engendraram o anticomunismo. "Os grupos sociais aterrorizados pela "ameaça comunista", expressão aliás reveladora de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva, visando combater o perigo revolucionário". Ainda na concepção do autor, o fenômeno anticomunista "possui duas manifestações distintas, embora complementares, que podem ser denominadas pelos pares: política e ideologia, ação e discurso (ou prática e representações)".

Para Bobbio (1993, p. 34), trata-se de

> um fenômeno complexo, ideológico e político, ao mesmo tempo explicável à luz do momento histórico e das condições de cada um dos países e das diversas ideias e políticas em que se inspira (...) Desta forma, existe anticomunismo de tipo clerical, fascista, nazi-hitleriano e o americano (...) Há depois as variantes de tipo social e de tipo democrático (...) Também pode haver o que se inspira nos princípios liberais ou, sendo de esquerda, nos princípios da social-democracia. [Ou ainda] radical-libertário, que muitas vezes ocupa posições de estrema esquerda

Na concepção dos comunistas, o anticomunismo define-se como "uma ideologia burguesa em crise", ou seja, "uma fórmula política de saída, quando as fórmulas tradicionais se revelaram ineficazes no controle das tensões sociais" (Bobbio, 1993, p. 34)[69]. Palmiro Togliatti[70] afirmava que ser anticomunista significava "dividir a humanidade em dois campos e considerar (...) o dos comunistas como o campo daqueles que já não são homens, por haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana" (apud, Bobbio, 1993, p. 34).

A pesquisa se baseia na definição marxista-leninista da III Internacional, também adotada por Motta, que estabelece o anticomunismo como ideologia oposta ao comunismo, portanto, contrária aos interesses orgânicos do proletariado e das classes progressivas, "um inequívoco valor de direita" (Bobbio, 1993, p. 34). A razão de ser do anticomunismo é explicada pelos próprios anticomunistas, segundo os quais

> não é possível a aliança estratégica, para além de possíveis momentos táticos, com os partidos e estados comunistas (...) tanto a estratégia do confronto, quanto a da coexistência pacífica partem uma e outra da constatação da incompatibilidade radical com o campo oposto, da insociabilidade dos respectivos valores e interesses, mesmo que isso se mantenha dentro das regras da democracia pluralista e das relações normais entre os Estados (Bobbio, 1993, p. 34).

Existe diferença entre o anticomunismo interno e externo. No plano interno, o anticomunismo extremo é de tipo fascista e reacionário e se opõe radicalmente a qualquer oposição de base popular. No plano externo, ou internacional, o anticomunismo opera como critério de uma política de alcance planetário, que objetiva, a "contenção do influxo dos Estados socialistas" e a "interferência nos negócios internos de cada um desses países, a fim de prevenir ou reprimir os movimentos de inspiração comunista (ou tida como tal)" (Bobbio, 1993, p. 35).

---

[69] BONET. Luciano. Anticomunismo. *In:* BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varialle [et. al.] 5ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

[70] Palmiro Togliatti (1893 - 1964) foi um político e dirigente e fundador do Partido Comunista da Itália e líder do Partido Comunista Italiano de 1927 até sua morte. Ele foi apelidado de *Il Migliore* ("O Melhor") por seus apoiadores. Em 1930 tornou-se cidadão da União Soviética e mais tarde teve uma cidade naquele país com o seu nome: Tolyatti. Foi o Secretário e o líder indiscutível do Partido Comunista Italiano, exceto no período de 1934 a 1938, durante o qual atuou como representante do Comintern, a organização internacional dos partidos comunistas.

Apesar de não ser um movimento coeso, no que se refere à origem, ideário, inspiração e atuação, o fenômeno anticomunista comporta muitas continuidades e faz parte da história política brasileira, podendo ser visto como elementos da tradição, reorganizados para se articular a diferentes práticas e contextos. É importante ressaltar, que ao analisarmos o anticomunismo como elemento de uma tradição, concebemos a tradição numa perspectiva antropológica, portanto, cultural e não "como a simples reprodução de elementos passados, cristalizados no tempo, mas como uma interpretação do passado, conduzida em função de critérios rigorosamente contemporâneos" (Lenclud, 1987, p. 6). Verificaremos, a partir da análise das representações anticomunistas, como diferentes grupos sociais se apropriam de uma tradição, inscrevendo-lhe novos significados no interior da "arena de lutas sociais," deixando claro que a tradição comporta tanto continuidades quanto descontinuidades, além de rupturas e permanências. De acordo com Lenclud, "não há, para pior ou para melhor, tábula rasa na ordem da cultura. Toda mudança, tão revolucionária quanto possa parecer, dá-se sobre o fundo de continuidade, toda permanência integra variações". (1987, p. 6)

As definições de anticomunismo teorizadas por Rodeghero (2002), Motta (2000) e Bobbio (1993) nos permite analisá-lo dentro da concepção teórica do marxismo-leninismo e conceituá-lo como um movimento ideológico que expressa, na maioria das vezes, os valores da direita. Ele precisa ser entendido historicamente, pois decorre das disputas de poder travadas em contextos sócio-históricos e econômicos específicos, embora assuma, características semelhantes como a denúncia de um perigo iminente, a demonização da esquerda, e a ameaça aos valores tradicionais, geralmente cristãos, dentre várias outras. Essas características convergem para práticas e representações anticomunistas comuns, que se inserem no imaginário político e social brasileiro, de forma orquestrada por uma militância conservadora e reacionária, que se opõe de forma ferrenha a qualquer mudança de caráter progressista que ameace o seu *"status quo*".

Fazer com que os alunos compreendam a historicidade e também a intencionalidade do anticomunismo no Brasil é o objetivo principal da pesquisa. Para tanto, será necessário partir de problemáticas atuais, ou das carências de orientação dos mesmos, de modo a conferir significado ao conhecimento histórico. Desta forma, a parte propositiva (*E-book* temático), ao mesmo tempo em que aborda o conceito e a história do comunismo, dialoga com as representações anticomunistas atuais, difundidas em diversas mídias, para estabelecer a relação necessária entre o passado e o presente.

CAPÍTULO 2- OPORTUNISMO E TRAGÉDIA - O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E OS GOLPES DE ESTADO NO BRASIL

"A história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa" (Marx, 1852).

Na escrita deste capítulo nos inspiramos na clássica frase de Marx, descrita na epígrafe de abertura. Entretanto, ousamos parafraseá-la, na tentativa de entender as motivações e as ações que levaram o país a experimentar (de forma efetiva) três golpes de Estado no decurso de 79 anos (entre 1937 e 2016). Nesse contexto, acreditamos que sim, a história se repetiu: a primeira vez (1937), como oportunismo, a segunda vez (1964), como tragédia e a terceira (2016), como farsa. Essas características, porém, não são lineares: oportunismo, farsa e tragédia coexistem em todos os eventos golpistas. Essa constatação leva a várias reflexões, dentre elas destaco: É possível interferir no curso dos acontecimentos a fim de evitar que eles se repitam? Talvez, não possamos interferir nos acontecimentos já em curso, mas podemos desvendar os oportunismos e farsas que culminam em tragédias.

2.1. Matrizes do imaginário anticomunista no Brasil

Levar a discussão sobre anticomunismo para as aulas de história exige o estudo da ideologia que possibilitou a sua existência. Portanto nos tópicos anteriores, foi indispensável conceituar o comunismo conforme a perspectiva teórica contemporânea e situá-lo na realidade do Brasil. A partir dessa contextualização delineamos o conceito de anticomunismo, tentando deixar claro o seu caráter polissêmico enquanto corrente de pensamento, corpo doutrinário e movimento político. Feito isso, já consideramos possível analisar as representações e práticas anticomunistas (que alimentam imaginários) desde os anos 30 até o momento atual. Chama atenção a repetição de representações anticomunistas em contextos distintos, o que pode ser compreendido quando estudamos as matrizes ideológicas que acompanham esse imaginário ao longo dos anos.

Para Motta (2002, p. 15), as representações anticomunistas provêm de três matrizes básicas: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Essas matrizes forneceram a "matéria prima" principal para a construção das representações anticomunistas no Brasil entre os anos 30 e o golpe de 1964. A compreensão de tais matrizes nos permite empreender a análise do imaginário anticomunista dos períodos em questão, levando em consideração a fundamentação ideológica que o gerou. É possível identificar essas matrizes nos três contextos de golpes de

Estado pesquisados (1937, 1964, 2016). "Não se trata de pensar uma separação rígida entre essas matrizes, pois no processo social concreto as elaborações podem aparecer combinadas". (Motta, 2021, n.p.) No contexto atual, ainda verificamos a permanência de tais matrizes, mas consideramos que outras se formaram a partir delas, como por exemplo, o antipetismo e protestantismo.

O imaginário anticomunista brasileiro tem sobrevivido por quase um século valendo-se de uma constante retroalimentação das representações acerca do "perigo vermelho" e da necessidade de combatê-lo para a preservação da paz e da "ordem", que significa, em termos gerais, a manutenção do *status quo* em nossa história política e social. Em consonância com Motta (2002), tais representações, tinham (e têm) como solo uma fundamentação doutrinária que se baseia em matrizes ideológicas que se repetem ao longo do tempo, adaptando-se à conjunturas políticas e sociais específicas.

A análise das matrizes anticomunistas que forneceram argumentos para a elaboração de representações negativas acerca do comunismo nos permite afirmar que a Igreja Católica foi a instituição que mais se empenhou no combate aos comunistas ao longo do século XX. Os argumentos fundamentados em valores religiosos formaram a base principal da mobilização anticomunista. Desde 1878, através das Cartas Encíclicas[71] e das Cartas Papais[72], estas lidas e divulgadas durante as missas, o comunismo era abordado como uma séria ameaça à religião, aos costumes cristãos e à instituição familiar, já que propunha a luta de classes e considerava a família burguesa como instituição decadente. Numa percepção maniqueísta da realidade, a Igreja desenhava um mundo marcado pela luta irreconciliável entre "o bem e o mal", "Cristo *versus* Anticristo", "Roma *versus* Moscou" (Motta, 1996, p. 21):

> O anticomunismo de base cristã é particularmente visceral, pois percebe na doutrina revolucionária um questionamento básico dos fundamentos das instituições religiosas. O comunismo não era apenas um programa de revolução social e econômica, mas uma filosofia e um sistema de crenças que concorria com a religião ao fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados essenciais do catolicismo e ameaçava a própria existência da Igreja: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família.

Além das atividades doutrinárias, a Igreja Católica criou inúmeras entidades que tinham a função de formar lideranças sociais, trabalhar nas igrejas e catequizar pessoas. Dentre elas

[71] Cartas Encíclicas são documentos papais dirigidos aos bispos e cardeais que se constituem numa das principais fontes de orientação doutrinária da Igreja.

[72] Cartas Papais são as traduções para o contexto nacional das orientações provenientes de Roma. Aparecem como o principal instrumento que o episcopado possui para fixar suas posições doutrinárias. Enquanto o Papa se dirige aos bispos por meio das Cartas Encíclicas, eles contam com as Cartas Pastorais para fazer sua mensagem chegar ao clero subordinado às dioceses.

podemos citar: a "Ação Católica", os "Círculos Operários", as "Congregações Marianas", os "Irmãos Vicentinos", as "Filhas de Maria", a "Confederação Nacional dos Operários Católicos", o "Movimento por um Mundo Cristão" e outros.[73] Tais entidades tiveram atuação principalmente durante o final dos anos 1930 e início dos anos 1960. Pautadas nos princípios da *Rerum Novarum,*[74] em muito contribuíram para a "demonização" do comunismo e para a "necessidade" de combatê-lo pelo bem da família, da propriedade, da moral e da religião. Além disso, contribuíram para a formação de um ambiente de radicalização ideológica, que atingiu o seu auge com o Golpe de 1964.

Importante ressaltar, que na década de 1950 e 1960 surge também uma "esquerda católica".[75] Alguns setores do catolicismo, especialmente na década de 1960, "ocuparam-se do anticapitalismo uma vez que os setores conservadores se ocupavam apenas do anticomunismo". (Silva; Nogueira, 2020, p. 4) Essa juventude, articulada ao redor de várias organizações católicas, deu origem à Teologia da Libertação. Esta sofreu uma série de acusações por parte da Igreja, que denunciava o papel político excessivo conferido às igrejas e a utilização do marxismo como base ideológica e metodológica do movimento.

Voltando a atenção para os primórdios do anticomunismo de matriz católica, pode-se afirmar que este foi bastante utilizado no Brasil após a Intentona Comunista de 1935. Porém, esse fenômeno não se restringiu a tal período. De acordo com Motta (1996, p. 18) desde a Antiguidade os dirigentes católicos afirmam se defrontar com uma série de adversários que de forma "diabólica" atentavam contra os princípios cristãos.

> Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a Revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também o será o inimigo da undécima hora- o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela Providência.[76]

Assim, para a ideologia anticomunista que acompanhou a Igreja Católica desde a segunda metade do século XIX, o desafio de então tinha origem na eterna luta entre o bem e o mal. No Brasil, o anticomunismo cristão, empenhado em preservar a Igreja da "infiltração comunista" terá relevo após a década de 1940, motivados em grande parte pelo crescimento

---

[73] Sobre as entidades católicas, ver: Motta, 2002a. op. cit. p. 26 - 29

[74] Em latim "Das Coisas Novas", a encíclica *Rerum Novarum* foi escrita pelo Papa Leão XIII a 15 de maio de 1891. Carta aberta aos bispos debatendo as condições da classe trabalhadora, conclamava católicos e organizações estatais a uma atuação no campo social, visando anular o trabalho dos comunistas. Rejeitava o socialismo e defendia o direito à propriedade privada.

[75] Nesses setores encontramos o Movimento de Educação de Base – MEB; o jornal Brasil, Urgente; os movimentos específicos da Ação Católica, como a Juventude Universitária Católica – JUC, a Juventude Operária Católica – JOC – e a Juventude Estudantil Católica – JEC, dentre outros.

[76] Padre J. Cabral. A Igreja e o marxismo. São Paulo: Panorama, 1949, p. 30 apud Rodrigo Patto Sá Motta. **"Em guarda contra o perigo vermelho..."** op. cit., p. 18

eleitoral do PCB após 1945.

A Igreja Católica utilizou vários mecanismos para divulgar o anticomunismo no Brasil. Seu intuito principal era derrotar os comunistas e seus aliados nos pleitos eleitorais, principalmente nas campanhas transcorridas entre 1945 e 1964. Como alternativa buscavam quadros políticos entre os próprios religiosos ou o apoio dos fiéis a candidatos identificados com as doutrinas católicas. Valendo-se do seu prestígio social, tinha acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, jornais, rádio e televisão, além da acolhida por parte da imprensa escrita de matérias de articulistas católicos.

Nos anos que precederam os golpes de Estado de 1937, 1964, 2016, o imaginário anticomunista se encarregou de construir e divulgar uma imagem que opunha comunistas e cristãos. Os discursos políticos que circularam nessa época recorreram frequentemente a esse imaginário, reproduzindo representações que atendiam aos interesses de setores políticos e sociais específicos. Muitas vezes não era necessário descrever o "inimigo" que pretendiam combater, portanto, a palavra "comunismo" às vezes nem era pronunciada, mas não havia nenhuma dúvida sobre a identidade do opositor, afinal, o anticomunismo se revela também no interdiscurso, ou seja, em "todo um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos," "tudo o que já foi dito sobre" e que estão significando no discurso ou na representação (Orlandi, 2001, p. 33).

De acordo com Orlandi (2001, p. 31), o interdiscurso é

> (...) aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente (...) o que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

A internalização do interdiscurso e sua utilização nos remete àquilo que Tânia Navarro, citando Castoriadis, chamou de "imaginário instituinte", que bloqueia a possibilidade de se pensar o heterogêneo, criando a noção de "evidente", "natural." O outro passa a ser visto enquanto cópia imperfeita, no domínio da identidade coletiva (Swain, 1994, p. 49).

Por meio de representações anticomunistas já internalizadas no imaginário social e do interdiscurso, diversos parlamentares e/ou pessoas do meio político com influência na opinião pública, valeram-se dessas matrizes para dar sustentação aos seus intentos golpistas. Como exemplo, citamos alguns trechos de discursos políticos que circularam nos anos do governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK) entre 1956-1961, anos considerados "dourados" onde democracia e ousadia combinavam-se. Mesmo nesse período, podemos perceber a confluência das três matrizes analisadas por Motta e também identificar outras diferentes matrizes que correspondem ao contexto em questão. Em discurso proferido por ocasião das comemorações

em honra dos soldados mortos em 1935, o presidente afirmou:

> Morreram gloriosamente (...) para que não vingasse nesse país o fanatismo revolucionário, o ateísmo deformador da alma humana, o imperialismo político e econômico, (...) que procura roubar-nos além de tudo o mais, o que possuímos de essencialmente precioso (...) que é a nossa própria personalidade de povo, nascido e plasmado sob o signo do cristianismo e na aspiração da liberdade. Morreram esses soldados em 1935, para que não morresse o Brasil como nação. [77]

Ao exaltar os feitos dos soldados que morreram em combate durante o levante comunista de 1935, JK recorre às representações anticomunistas que passaram a circular no Brasil após a Intentona Comunista de 1935 e que se constituíram em elementos de uma tradição que nos anos 1950 já estava perfeitamente consolidada como parte de um imaginário político e social que justificava e legitimava ações anticomunistas. O presidente não precisou falar explicitamente, mas ao usar os termos "fanatismo revolucionário", "ateísmo deformador" deixava claro, por meio do interdiscurso, a quem se referia. Se compararmos tal discurso de JK aos discursos que circularam no momento da Intentona Comunista de 1935, ou seja, há quase duas décadas atrás, podemos perceber a utilização das mesmas matrizes anticomunistas adaptadas ao contexto social e político dos anos JK.

Na análise de Pereira (2009, p. 7),

> a Igreja colocava-se na mesma posição das Forças Armadas nas comemorações do aniversário do levante de 1935, alertando os fiéis a respeito de quanto os comunistas já haviam prejudicado o país. Logo, tanto a Igreja como o Estado buscavam legitimidade utilizando o 'perigo vermelho' como uma ameaça que lhes cabia enfrentar em nome da sociedade como um todo. A relação estabelecida entre Igreja/Estado na repressão ao comunismo ganha força a partir de 1935. Mas é em nome da ordem, da disciplina, da harmonia, da Pátria, do antiliberalismo, do corporativismo e do anticomunismo – valores fundamentais para as duas esferas – que os laços entre Estado e Igreja se atam, sobretudo a partir do novo regime dos anos 30.

Tendo como base a acusação de que os comunistas atentavam contra a religião, a família e a propriedade, uma série de discursos foram "forjados" visando sempre o mesmo fim: a desmoralização do comunismo enquanto sistema político e econômico e a caracterização dos comunistas como seres humanos que não viviam de acordo com os preceitos cristãos ocidentais. Usamos novamente um trecho de um discurso feito pelo então presidente Juscelino Kubitschek, no dia 26 de maio de 1956, no encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste em Campina Grande. Na ocasião o presidente afirmou:

---

[77] Discurso proferido pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em 04 de novembro de 1956, pela Rede de Radiodifusão da "Voz do Brasil", ao ensejo das comemorações em honra aos soldados mortos na Intentona Comunista de 27 de novembro de 1935. In Juscelino Kubitscheck de Oliveira. **Discursos 1956**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958, p. 348.

> Ao receber o convite para promover o entrosamento entre autoridades eclesiásticas e autoridades do meu governo, (...) logo me tomei de entusiasmo e deliberação de em tudo ajudar com largueza, compreendendo imediatamente o significado ao mesmo tempo espiritual e moral da iniciativa, vendo ainda mais no empreendimento uma nova e feliz oportunidade de colaboração no Brasil entre o poder civil e o poder religioso, entre a Igreja e o Estado. Decidi-me então a restaurar nesse país a ordem militar, a ordem política, a ordem administrativa, a ordem moral, a ordem nos espíritos. Deste modo, o meu governo imediatamente afirmou-se pela presteza com que reestabeleceu o princípio da autoridade, a tranquilidade pública e a confiança na legalidade (...) Desejo exercer o mandato presidencial com equilíbrio e medida, **sem deformar o nosso regime com exibições de poder que lhe são estranhas**. Respeito o espírito e a forma do sistema democrático nos termos da Constituição. [78]

Percebe-se que o presidente procurava de todas as formas demonstrar às autoridades da Igreja e à população, que seu governo estava em consonância com as doutrinas sociais e políticas defendidas pela Igreja Católica. Valendo-se de um anticomunismo de matriz católica, o Presidente demonstrou sua total afinidade com a ideologia anticomunista da Igreja. Marilena Chauí (1989, p. 4-10) denominou de "discurso competente," aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado. Um discurso instituído onde a linguagem sofre certa restrição, mas o conteúdo e a forma já estão previamente autorizados.

Estas menções aos discursos do Presidente JK mostram que as representações que atribuem aos comunistas um caráter anticristão foram reproduzidas durante décadas. A imagem dos comunistas como ateus, profanadores da religião, da moral e dos costumes cristãos já estava consolidada no imaginário social brasileiro nos anos 1950/60 e criaram terreno fértil para a efetivação do golpe civil-militar de 1964. Recorrendo ao interdiscurso, as autoridades anticomunistas se eximiam de qualquer responsabilidade quanto à construção de tais representações. O que se percebe quando analisamos os discursos políticos dos anos JK é a reincidência de imagens e representações construídas nos anos 1930, reutilizadas aqui com uma roupagem específica ao contexto dos anos 1950 e 1960.

As representações anticomunistas que circularam nos anos 1950 demonstraram uma continuidade daquelas inauguradas no Brasil, após a Intentona Comunista de 1935. O anticomunismo de matriz católica foi o que mais se repetiu nos períodos que precederam os golpes de 1937 e 1964. No contexto do golpe de 2016, principalmente entre 2014 e 2016, as representações anticomunistas cristãs também foram muito utilizadas, entretanto a matriz predominante passou a ser a evangélica. Na campanha eleitoral de 2014, a Presidenta Dilma e o PT foram bastante pressionados pela chamada "pauta moral". Em 2015, Dilma fechou acordo com as igrejas evangélicas e se comprometeu a deixar a cargo do Congresso Nacional temas como aborto, união civil entre homossexuais, dentre outros dogmas religiosos que, de acordo

[78] Idem, ibidem, p. 120 (grifo nosso)

com as lideranças cristãs estariam em desacordo com as prerrogativas de um país cristão.[79] Ainda assim, a Presidenta foi alvo de diversas acusações de não governar segundo os preceitos cristãos. Nas palavras do pastor Silas Malafaia, "Dilma acende uma vela pra Deus e outra para o diabo."[80]

Esse discurso religioso e salvacionista foi muito usado durante todo o contexto que antecedeu a destituição da Presidenta Dilma e posteriormente o Presidente Jair Bolsonaro abusou dele, sem a necessidade de recorrer ao interdiscurso, já que o intento golpista já havia se concretizado e a extrema direita já podia mostrar sua cara. Consumado o golpe de 2016, o Presidente interino Michel Temer, em seu discurso de posse afirmou: "Quando você é religioso você está fazendo uma religação. O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país."[81]

Outra importante matriz do anticomunismo brasileiro é o nacionalismo de vertente direitista. Este baseia-se "na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social" (Motta, 2021, n.p). Um nacionalismo de viés conservador e patriótico que enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração, da centralização e da unidade da nação, vista como "sagrada" e, portanto, intocável. Nesse sentido, o comunismo visto como "o outro", "o estranho", atentaria contra a unidade do corpo nacional. Para Eugene Enriquez (1998, p. 37) "o outro é sempre suspeito de querer-nos invadir, introduzir-se em nosso interior, torna-nos culpados, provocar-nos a vergonha, a dúvida, em uma palavra, de ocupar o lugar do diabólico."

Nesse sentido, o nacionalismo anticomunista dos anos 1930 aos anos 1960 repudiava as supostas posições internacionalistas dos comunistas e a sua vinculação ao Estado Soviético e posteriormente, cubano. Os comunistas eram acusados de serem "indivíduos estrangeiros, elementos alienígenas infiltrados na nação brasileira (...) portadores de ideias malditas." ou ainda, "supostamente, anticristãos, materialistas e internacionalistas, e a sua motivação seria o desejo de controlar o mundo" (Motta, 2002a, p. 33 Para Jeifests (2022, p. 53) "Um dos mitos

[79] "Dilma fecha acordo com igrejas evangélicas." **Publicado em R7,** 10/12/2015. Disponível em: https://www.clickpb.com.br/politica/dilma-fecha-acordo-com-igrejas-evangelicas-e-deve-abandonar-temas-polemicos-88309.html Acesso em: 11 abr. 2024.

[80] "Aceno de Dilma a evangélicos não convenceria, dizem pastores". **BBC News Brasil,** Brasília. 02 de setembro de 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140901_dilma_evangelicos_pastores_jf_rm Acesso em: 11 abr. 2024.

[81] "Católico, Temer reforça aceno a religiosos em seu discurso de posse." **Folha de São Paulo,** 27 de abril de 2016. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/catolico-temer-reforca-aceno-a-religiosos-em-seu-discurso-de-posse.htm Acesso em: 09 abr. 2024.

mais persistentes da historiografia é o da existência de uma máquina inclemente de controle a imposição da vontade de autoridades superiores às seções nacionais pelos agentes do Comintern". Nas palavras de JK, "não podemos trair a memória dos que [morreram em] defesa do próprio solo brasileiro diante de invasão estrangeira."[82]

Os discursos antipetistas da atualidade, que concorreram para a destituição da Presidenta Dilma, recorreram com frequência ao anticomunismo de matriz nacionalista, na medida em que relacionavam os governos do PT aos Estados inspirados no marxismo-leninismo, em especial Cuba e em certo modo, a Venezuela. O argumento utilizado pela direita era o de que os governos do PT tinham a intenção de transformar o Brasil em ditaduras comunistas, fracassadas, totalitárias e assassinas, semelhantes ao que se viu nos países de inspiração soviética. Na análise de Motta (2021, n.p), ao relacionar os governos petistas a supostas histórias de violência e sofrimento advindas desses países, objetivavam convencer a opinião pública da necessidade de combatê-los e eliminá-los do sistema político brasileiro. Entretanto, o discurso nacionalista dos antipetistas, nada tema a ver com a defesa dos interesses nacionais, já que, por exemplo, não se levantam contra a influência norte-americana e o seu passado (presente) imperialista, ao contrário, batem continência para a bandeira dos Estados Unidos e palmas para Donald Trump.[83]

A ênfase dos antipetistas na relação entre o PT e grupos de esquerda da América Latina, também é muito frequente. Nos discursos, sempre em tom de denúncia, os petistas estão "aguardando o momento certo para deslanchar um plano de ação comunista". Para tanto, o Foro de São Paulo[84] seria uma espécie de "mini-internacional comunista da América Latina" (Motta, 2021, n.p). O guru da direita, Olavo de Carvalho, morto em 2022, definia Foro como um crime que "justificaria não só o *impeachment* como também a prisão do seu autor", no caso, Lula.

---

[82] Discurso de JK em ocasião das comemorações em honra aos motos na Intentona Comunista de 1935, no Rio de Janeiro, 04 de nov. 1956. In Juscelino Kubitscheck de Oliveira. **Discursos 1956.** op., cit. p. 349

[83] Ver: "Bolsonaro bate continência à bandeira dos Estados Unidos e muda bordão." 16 de maio de 2016. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-recebe-premio-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-e-erra-o-proprio-bordao,3e51701c017f264ac65c2f3bcce8d1c0oldta994.html. Acesso em: 19 abr. 2024.

[84] O Foro de São Paulo é uma organização que reúne partidos políticos e organizações de esquerdas da América Latina e Caribe. Surgiu em 1990, fruto da articulação política do líder da Revolução Cubana, Fidel Castro, e o então dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro encontro ocorreu em julho de 1990, em São Paulo. Essa é a origem do seu nome. Na época, foi considerado o maior evento de partidos e movimentos populares do continente americano. Nesses 29 anos foram realizados 24 edições do evento. Atualmente o Foro possui 121 partidos membros. Do Brasil, além do PT, participam o PDT, o PCdoB, o PCB, o PPL, o PSB e o PPS. In: O que é o Foro de São Paulo? **Brasil de Fato**. 24 de julho de 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/07/24/video-or-o-que-e-o-foro-de-sao-paulo Acesso em: 19 abr. 2024.
-Ver também: O que é o Foro de São Paulo, quem faz parte dele e porque ele é criticado. **Valor Econômico**. 29 de junho de 2023. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/06/29/o-que-e-o-foro-de-sao-paulo-que-se-reune-hoje-em-brasilia.ghtml Acesso em: 19 abr. 2024

(Carvalho, 2013, p. 455). Este mesmo "autor" publicou um livro inteiro destinado apenas a acusações sobre o Foro de São Paulo.[85] De acordo com os antipetistas o Foro de São Paulo seria

> (...) uma grande conspiração internacional para implantar ditaduras comunistas na América Latina (daí o suposto plano da URSAL), residindo aí, na sua perspectiva, a explicação para a ascensão de governos de esquerda nos anos 2000. O aspecto mais agudo desse ataque é associar o PT aos "narcotraficantes das FARC" e aos bolivarianos liderados por Hugo Chávez (Motta, 2021, n.p).

Outro importante exemplo dessas representações de matriz nacionalista, bastante utilizada nos anos 1930, era a defesa da unidade nacional e do sistema presidencialista. Nesse período, a imagem da democracia foi firmada pela construção de um seu oposto absoluto. (Azevedo, 1994, p. 81) Assim, o imaginário anticomunista associava a democracia a imagens como liberdade, defesa institucional, pátria, nação, ordem e outras características conservadoras. O oposto disso estava automaticamente associado ao comunismo.

Os militares foram os principais divulgadores do anticomunismo nacionalista, principalmente no pré-1964, devido, entre outras razões, à sua "tendência natural de respeitar o *status quo* e refutar os projetos revolucionários, fruto do seu papel constitucional de garantidores da ordem" (Motta, 2002a, p. 37). Além dos militares, diversos outros grupos sociais e políticos adotaram a bandeira nacionalista contra o comunismo, já que a caracterização do comunismo como inimigo da pátria encorajava a formação de frentes anticomunistas e criava um ambiente favorável à tomada de medidas excepcionais pelo Executivo.

Nas manifestações contra a Presidenta Dilma, em 2015 e 2016[86], a apropriação dos símbolos nacionais pela direita e extrema-direita, como a bandeira do Brasil e a camisa da Seleção, demonstram que no imaginário antipetista, "o outro", não defendia os interesses da pátria, portanto, não seria digno de portar seus símbolos.

> Dessa vertente nacionalista/patriótica derivaram as referências ao comunismo como perigo estrangeiro que era apresentado de maneira mais vívida na metáfora da planta exótica e inadaptável ao solo nacional, posto que importada das estepes asiáticas. Aqui teve destaque a URSS como foco da ameaça estrangeira, mas, secundariamente, também China e Cuba ocuparam esse lugar a partir dos anos 1950 e 1960 (Motta, 2021, não paginado).

O anticomunismo de caráter liberal, terceira matriz ideológica do anticomunismo teorizada por Motta (2002a), adota uma concepção contraditória de liberalismo, que não condiz com a proposta liberal-democrática do século XX, que vai além do liberalismo clássico ao defender a cidadania. Para os anticomunistas, o comunismo atentava contra a liberdade, a

---

[85] Ver: CARVALHO, Olavo de. **O Foro de São Paulo: A ascensão do comunismo latino-americano.** São Paulo, Campinas, Vide Editorial: 2022.

[86] As manifestações de 2015 e 2016, que contribuíram para a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, serão abordadas no capítulo 3.

democracia e a propriedade, por ser adepto da estatização. Dessa forma, o anticomunismo liberal brasileiro, apresentava os Estados comunistas como antíteses da liberdade e da democracia, entretanto,

> (...) não primou pela coerência. Predominou uma retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinada com a afirmação da liberdade no sentido negativo que positivo, em outras palavras, enfatizava-se a luta contra o intervencionismo estatal e relegava-se para segundo plano a questão da participação política (Motta, 2021, não paginado).

De acordo com Motta (2002a, pp. 29- 37) o anticomunismo de matriz liberal restringia-se a formulações simplórias pouco preocupadas, efetivamente, com as práticas democráticas. No interior dos movimentos anticomunistas, o tema da liberdade era um ponto delicado, pois contradizia com o caráter autoritário da política brasileira. Os anticomunistas seguindo uma estratégia de alinhamento internacional com os Estados Unidos, procuravam estabelecer uma contraposição democracia *versus* comunismo, estendendo o "rótulo" de democratas a todos os grupos anticomunistas. Democracia, neste caso, entendida como manutenção da legalidade que preservaria o sistema capitalista.

Uma demonstração clara da utilização do anticomunismo de matriz liberal no período que antecedeu o golpe de 2016 foi o ataque sistemático às políticas estatais intervencionistas e também às políticas de distribuição de renda. Na defesa de um liberalismo tosco, defendiam o individualismo e a meritocracia. O discurso impiedoso de que "*não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar"*, é característico de em liberalismo contraditório, que tem como reais intenções a preservação do *status quo* e está longe do liberalismo contemporâneo, que defende a igualdade de todos perante a lei e os direitos individuais.

Estas e outras características antipetistas, "bebem na fonte" de um anticomunismo, já internalizado. As matrizes ideológicas que alimentaram imaginários e serviram de justificativa para a necessidade de recrudescimento dos regimes "em nome da lei e da ordem" em 1937 e 1964 foram reatualizadas e amplamente utilizadas em pleno século XXI, mostrando que o "espectro" continua rondando e sendo usado estrategicamente pelos mesmos grupos políticos e sociais de outrora. Interessante notar que o anticomunismo atual, protagonizado pelos antipetistas, não fazem nenhuma referência à Intentona Comunista e as supostas "mortes de soldados enquanto dormiam", uma das principais representações anticomunistas utilizadas nos anos 1930 e 1960. A hipótese mais provável está no fato de que, por repudiarem o conhecimento histórico, conhecem muito pouco da História do Brasil.

É importante ressaltar que as três matrizes do anticomunismo analisadas, podem aparecer juntas, separadas ou combinadas. Elas carregam entre si particularidades, contradições

e divergências. O certo é que inúmeros grupos anticomunistas, valeram-se de argumentos que se baseavam em ideais católicos, liberais ou nacionalistas, (entre outros não analisados aqui) e contribuíram para a disseminação e consolidação do anticomunismo no imaginário social brasileiro permitindo "novas apropriações em momentos posteriores, como na atualidade" (Motta, 2021, n. p).

2.2 Oportunismo - O anticomunismo e o Golpe de 1937

Ao analisarmos o anticomunismo na História do Brasil Contemporâneo, dando ênfase aos contextos dos golpes de Estado de 1937, 1964 e 2016, não pretendemos fazer uma análise comparativa desses períodos, tampouco dar um tratamento homogêneo às rupturas políticas que ocorreram nos diferentes contextos. Sabemos das especificidades de cada um deles. A intenção é demonstrar a permanência de representações anticomunistas, bem como sua utilização por diferentes atores políticos e sociais que articularam os golpes. Nesse capítulo procuramos traçar um breve panorama dos contextos históricos de maior intensificação das práticas anticomunistas, a fim de demonstrar que o imaginário anticomunista comporta mais permanências do que rupturas e faz parte da cultura política brasileira.

O anticomunismo no Brasil ganhou força a partir da Revolução Russa de outubro de 1917, quando o comunismo se tornou alternativa política real. Nas palavras de Eric Hobsbawn (1995, p. 62), "o século XX viveu hipnotizado pelos acontecimentos de tal revolução, e sobre as bases da vitória de 1917 ergueu-se um novo modelo para os revolucionários de todo o século". No Brasil, logo após a revolução bolchevista de 1917, foi criado o Partido Comunista do Brasil, denominado depois de Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Em maio de 1930, o líder "tenentista" Luís Carlos Prestes converteu-se ao comunismo e foi para URSS no ano seguinte. Em 1932 o fascismo brasileiro mostrou a sua força com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB)[87]. Em contrapartida, em março de 1935 surgiu a ANL[88], dominada pelos comunistas. A atuação dessas duas instituições foram fundamentais no contexto que compreende os anos de 1922, (fundação do PCB) e o Golpe de 1937.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi uma organização política com inspirações fascistas que surgiu no início da década de 1930, sob a direção de Plínio Salgado. Diferenciava-se do fascismo italiano e do nazismo alemão por não apresentar a característica

[87] Sobre a Ação Integralista Brasileira. Ver TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro da década de 1930. 3ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

[88] Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes:** um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

racial como segregadora. Ao contrário, consideravam a miscigenação como elemento importante na constituição da nação brasileira. O lema da organização era "*Deus, Pátria e Família*", deixando claro o seu caráter cristão, nacionalista e conservador. Seu símbolo era a letra sigma grega (Σ) e usavam a expressam "Anauê" como "grito de guerra" em suas apresentações públicas, com saudação de mãos muito parecida com a do nazismo. "Anauê" significa "você é meu irmão" em tupi. A AIB teve ascensão rápida nos primeiros anos de atuação. O número elevado de adeptos fez da AIB o primeiro partido de massas do Brasil.

A imprensa integralista foi responsável por boa parte da campanha anticomunista durante a Era Vargas. Para divulgar seus ideiais fascistas, a AIB atacou fortemente seu principal opositor, o PCB, principalmente por meio das suas três revistas: Anauê!, Acção e A Ofensiva. Essas revistas tinham alcance nacional, estadual e municipal.[89] Em 1937, a AIB lançou Plínio Salgado à eleição presidencial marcada para 1938. As eleições não ocorreram devido ao golpe do Estado Novo realizado por Getúlio Vargas em novembro de 1937. Plínio apoiou o movimento golpista em virtude do "medo comunista." No entanto, apesar do apoio da AIB, um mês após o golpe, Vargas mandou fechar todos os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira e sua opositora, a ANL.

A ANL foi uma organização política antifascista que surgiu oficialmente em março de 1935. Reunia antigos "tenentes" insatisfeitos com o Governo Vargas. As principais bandeiras do movimento eram a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das indústrias estrangeiras, a reforma agrária com proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular. Luís Carlos Prestes era o presidente de honra da organização. A ANL e os integralistas tiveram muitos embates, dadas as suas ideologias opostas. Em julho de 1935, durante um comício de comemoração do Movimento Tenentista de 1924, a ANL leu um manifesto, escrito Prestes, que ficou conhecido como Manifesto de Maio[90], este conclamava a população para um levante de derrubada do governo e finalizava com a frase, "todo poder à ANL". Com base na Lei de Segurança Nacional, Vargas decidiu pela dissolução da Organização. Em novembro de 1935, após a tentativa frustrada de tomada do poder, conhecida como "Intentona Comunista[91]" a ANL enfrentou uma forte repressão por parte do governo Vargas e foi completamente desarticulada.

---

[89] Sobre a imprensa integralista ver: OLIVEIRA, R. S. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932- 1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

[90] O Manifesto pode ser lido na íntegra no Portal Arquivo Marxista na Internet - Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm Acesso em: 10 abr. 2024.

[91] O próprio termo "intentona", que passou a designar revolta, denota o tipo de percepção que se reteve daquele episódio. "Intentona" significa "intento louco", "plano insensato", portanto, tem sentido pejorativo e foi usado pelos opositores dos comunistas para desqualificar o movimento.

Dedicaremos uma atenção à "Intentona" por partilhar da compreensão de diversos historiadores, de que tal revolta foi o elemento chave que institucionalizou o anticomunismo no Brasil.

A percepção de um "perigo comunista" no Brasil vai atingir o seu auge com a Revolta de 1935, também conhecida como "Intentona Comunista". Se em 1917, o comunismo no Brasil era visto ainda como remoto, aos poucos ele foi se tornando mais próximo. Para Celso Castro,

> (...) a frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas. Os comunistas brasileiros foram acusados de serem elementos "a serviço de Moscou" e, portanto traidores da Pátria. Os militares que tomaram parte na revolta foram, em particular, acusados de uma dupla traição: não só do país como da própria instituição militar, ferida em seus pilares – a hierarquia e a disciplina (2004, p. 2).

A Intentona Comunista[92] foi um levante político-militar ocorrido, inicialmente em Natal, Rio Grande do Norte, entre 23 e 27 de novembro de 1935, durante o governo de Getúlio Vargas, reprimida rapidamente pelas forças nacionais. Liderado pelo capitão do exército Luís Carlos Prestes (1898-1990), os principais objetivos do movimento era derrubar o governo de Getúlio Vargas e implantar o comunismo no país, além de realizar medidas sociais, políticas, econômicas mais efetivas. Com apoio da URSS a revolta se espalhou rapidamente pelos estados do Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro. Devido, dentre outros fatores, à baixa adesão popular e militar, a revolta fracassou, resultando num maior autoritarismo por parte do governo Vargas que declarou a ilegalidade da ANL e do PCB e a prisão de seus líderes, além da suspensão dos direitos civis, dentre outras medidas que serão expressas dois anos depois na Constituição de 1937. É importante ressaltar, que a Constituição de 1937 traz em seu texto trechos que mostram que o anticomunismo foi mobilizado para justificá-la.

> ATENDENDO às legitimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;
> **ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente.** (Brasil, Constituição, 1937, grifos nossos).

As medidas autoritárias instituídas pelo governo Vargas após a Intentona, tiveram o apoio dos militares e de setores políticos e sociais mais conservadores. Embora a oposição de

[92] A autora Marly de Almeida Gomes Vianna, no livro "Revolucionários de 1935: sonho e realidade", publicado pela Companhia das Letras, em 1992, faz uma minuciosa pesquisa sobre a Intentona Comunista, desde os seus antecedentes até as consequências.

amplos setores militares ao comunismo anteceda à revolta, foi a partir desse momento que os comunistas passaram a ser claramente identificados como o inimigo maior, e se formou no imaginário anticomunista brasileiro as representações produzidas em torno da chamada "Intentona Comunista".

Analisando o contexto mundial em que a revolta ocorreu, percebe-se que durante o século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo influenciou a dinâmica política, cultural e as relações internacionais, ocupando posição central que se tornou mais evidente no quadro da Guerra Fria. A partir daí, o comunismo tornou-se uma força planetária, com a adesão de estados da Ásia, América e África (além da Europa oriental) à sua ideologia, rompendo o isolamento da União Soviética. Como resposta ao crescimento da influência soviética, os Estados Unidos, movidos por interesses ideológicos e geoestratégicos passam a coordenar a guerra contra o "perigo vermelho", oferecendo suporte ideológico, político e material.

No Brasil o anticomunismo foi um fator político- ideológico de suma importância. Após a Revolução Russa de 1917 a imprensa e as classes dominantes (social e política) passam a ver o comunismo como uma preocupação real. "Porém, foi a Intentona Comunista, em novembro de 1935, a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil". A tentativa de tomada de poder pelos comunistas impactou os grupos conservadores, principalmente políticos e militares, afinal, "não era uma rebelião comum, tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira" (Motta, 2002a, p. 190). Para os militares[93],

> ...ficou [na memória] o sentimento do potencial ameaçador e traiçoeiro que a doutrina comunista pode ter quando invade os quartéis, menosprezando a hierarquia e os objetivos da corporação e pregando a obediência a outros princípios e a outros chefes, muitas vezes alheio ao meio militar. Desta forma, o anticomunismo militar não dizia respeito apenas à possibilidade de um governo socializante. Dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma obediência paralela e concorrente (D'Araújo, 2004, p. 12).

Na análise de Motta (2002a, pp. 192-194), os acontecimentos de novembro de 1935 foram apropriados e utilizados pelos militares para consolidar as representações extremamente negativas sobre o comunismo, que deixava de ser algo abstrato e distante da realidade brasileira e adquiria perfil definido, concreto e próximo, chamando a atenção de setores significativos da

[93] Essa análise compõe o livro "Visões do golpe: a memória militar de 1964" organizado por Maria Celina D'Araújo (et alii), que reúne uma série de depoimentos concedidos por militares ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no âmbito de uma pesquisa interdisciplinar sobre 1964 e o regime militar, que além de entrevistas orais, inclui o recurso a outros tipos de fontes.

sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o "perigo vermelho". A tentativa dos comunistas de tomarem o poder em 1935 provocou forte reação conservadora e deu origem à construção de um conjunto de representações anticomunistas, uma verdadeira "legenda negra" (Motta, 2002b, p.191) que recorriam à linguagem verbal e a recursos iconográficos, baseados em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais diversas[94]. Então,

> ...os discursos e imagens construídos em torno da Intentona tornaram-se um dos principais esteios do anticomunismo brasileiro, oferecendo suporte político-ideológico para justificar campanhas de repressão contra movimentos inspirados no pensamento da esquerda" (Motta, 2002, p. 192).

Para os militares o levante comunista foi visto como um ataque aos valores da instituição. Diversas versões do fato foram criadas, a maioria sem comprovação, a fim de conferir aos comunistas características de traidores e sanguinários. Dentre essas versões, o suposto assassinato de oficiais, enquanto dormiam, no Rio de Janeiro, na madrugada de 27 de novembro tornou-se um dos pontos mais importantes da chamada "legenda negra" criada em torno da "Intentona". Esse fato, ainda que contestado pela historiografia, é tido como verdade em alguns setores das Forças Armadas.[95]

A homenagem aos soldados mortos na revolta comunista se tornou uma tradição e mostrou-se como uma das representações mais presentes no imaginário anticomunista brasileiro. A partir de 1937, o dia "27 de novembro" tornou-se data comemorativa das Forças Armadas com realizações de atos cívicos nos quais compareciam altas personalidades da República, tanto civis como militares, conforme escreveu Vargas em seu diário, em 28 de novembro de 1936,

> À tarde fui com o ministro da Guerra ao Cemitério de São Batista deixar flores e prestar homenagem aos oficiais e praças mortos no movimento comunista de 27 de novembro de 1935, que completara seu primeiro aniversário no dia da chegada do presidente Roosevelt. Por isso, a homenagem aos mortos foi prestada no dia seguinte. Lá estavam vários generais (Vargas, 1995, p. 563).

---

[94] O autor Rodrigo Patto Sá Motta, no livro "Em guarda contra o perigo vermelho (2002)" analisa fontes diversas, como veículos da grande imprensa sediados em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os jornais integralistas *Acção* e *A Offensiva*, os jornais católicos *O Diário* e *Por um mundo melhor*, publicações anticomunistas, como revistas e panfletos, obras de doutrinadores, ativistas, organizações políticas; documentação produzida pelos órgãos de informação e repressão, arquivos do DOPS, no RJ e do DEOPS, em SP. Essas fontes, já captadas e analisadas pelo autor, serão utilizadas na pesquisa com os devidos créditos.

[95] A versão dos fatos feita pelos militares pode ser bem compreendida pela leitura do livro: "Lembrai-vos de 35", organizado pelo General Ferdinando de Carvalho e publicado pela Biblioteca do Exército, em 1981. O livro reúne centenas de documentos, datados de 1936 a 1980, como ordens do dia, alocuções, pronunciamentos e diversos outros alusivos á Intentona. O objetivo do autor é relembrar os acontecimentos, homenagear os militares envolvidos e denunciar o "crescente ameaça vermelha existente sobre a civilização ocidental". Para nós, historiadores, a obra constitui uma importante fonte histórica, que nos permite compreender a visão dos militares sobre o acontecimento, além da constante retroalimentação do imaginário anticomunista no interior das Forças Armadas.

A fim de manter viva a propaganda anticomunista, em 1938, o governo de Getúlio Vargas construiu um monumento aos soldados mortos que lutaram ao lado do governo em 1935. O monumento foi inaugurado oficialmente em 27 de novembro de 1940, na Praia Vermelha no Rio de Janeiro e tinha como objetivo fixar a memória oficial sobre o levante e tornou-se palco principal do ato cívico. A rememoração dos fatos ocorridos em 1935, melhor dizendo, das versões sobre eles, tornou-se uma importante propaganda anticomunista e adquiriram maior relevo nos momentos em que as campanhas anticomunistas se fizeram mais intensas (Motta, 2002b, p. 207). No quadro da crise do período 1961-1964, especialmente, o tema foi muito explorado. Para Celso Castro:

> O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano, tornava seu "sacrifício" presente, renovava os votos dos militares contra o comunismo e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito. Foi no quadro dessa cultura institucional, marcadamente anticomunista, que se viveu a ditadura do Estado Novo e que se formaram os militares que, em 1964, assumiram o poder. (2004, p.)

Essa ritualística pode ser caracterizada como aquilo que Hobsbawm (1984) denominou de "tradição inventada" (Hobsbawn; Ranger, 1984. pp. 9-23), que depende de práticas fixas, repetitivas e utilizam a história como legitimadora das ações e como cimento de coesão popular. Tais práticas, investidas de funções ideológicas, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado real ou forjado, na tentativa de "estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social" (Hobsbawn; Ranger, 1984. pp. 9-23). Para tal, é imprescindível o uso do simbólico e do imaginário.

Sabemos que o imaginário social é peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e em especial do exercício de autoridade e poder. A eficácia desse imaginário depende, em larga medida, da difusão feita por episódios negativos ou positivos e dos meios que assegurem tal difusão (Baczo, 1985, pp. 296-332). A repetição e a rememoração dos rituais anticomunistas permitiram que o imaginário permanecesse vivo, tendo como base um expressivo repertório simbólico e suas representações. Durante mais de 30 anos, até a efetivação do golpe de 1964, a associação do comunismo à violência, destruição, corrupção moral e desordem alimentou ressentimentos e sentimentos de medo, ódio e repulsa.

O levante de 1935 contribuiu para respaldar atitudes anticomunistas adotadas pelo governo, pela imprensa[96] e pelas Forças Armadas[97], ajudou a criar um ambiente de pânico,

---

[96] Mota analisa a cobertura jornalística dada ao levante de 1935, através da análise de vários jornais do período. Cf. Rodrigo pato Sá Mota. "**Em guarda contra o "Perigo Vermelho..."** op. Cit., p. 195- 201

[97] No dia 03 de dezembro de 1935 foi realizada uma reunião de generais no gabinete do Ministro da Guerra, General João Gomes. Na ocasião, foi redigida uma Ata, assinada pelos 25 oficiais generais em serviço no Rio de

conferindo ao Estado a legitimidade necessária para ações cada vez mais repressivas. Dentre essas ações está a convocação, feita por Getúlio Vargas de uma reunião ministerial[98], com o objetivo de coordenar e unificar a ação do Estado no tratamento da "questão comunista." Os parlamentares aprovaram três emendas ao texto constitucional que previam: equiparação do Estado de Sítio ao Estado de Guerra, mediante prévia autorização do Congresso; a exclusão das Forças Armadas de militares comunistas; a exoneração sumária de funcionários tidos como comunistas (Dulles, 1985, p. 42 - 43).

O Estado, então, empreendeu uma dura campanha de repressão direcionada, principalmente, a comunistas, esquerdistas e desafetos políticos. A criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em julho de 1936, cujos juízes eram nomeados pelo Presidente Vargas, recrudesceu ainda mais a punição contra os acusados de envolvimento com o comunismo. Da criação, até a extinção em 1945, estima-se que o TSN condenou mais de quatro mil pessoas. Em janeiro de 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), órgão subordinado ao Ministério da Justiça. Sua função era fazer investigações sumárias sobre os envolvidos em atividade de subversão à ordem, auxiliando o Executivo a localizar os elementos perigosos. Percebe-se que, poucos meses após a revolta de 1935, o Estado criou encampou uma reforma institucional que possibilitou e efetivação de um poderoso dispositivo de repressão, que deu origem a uma intensa campanha anticomunista, responsável por consolidar, em pouco tempo, um imaginário que associava comunismo ao "mal" e a uma variada gama de adjetivos negativos (Motta, 2002b, pp. 204- 208).

Na análise de Mariani (1998, p. 160), no período anterior ao golpe do Estado Novo, foi possível atestar a ação do interdiscurso, possibilitando a estabilização imaginária da produção discursiva que fez circular formulações que cristalizaram a negativização no processo de significação. "Embora a negativização venha se instalando desde meados da década de 1910, é entre 1930 e 1937 que se funda o discurso sobre os comunistas que retorna sempre, significando-os como inimigos" (Mariani, 1998, p. 160).

Com a suspensão do Estado de Guerra, em junho de 1937, a situação parecia caminhar para a normalização institucional. Porém, esse clima de retorno à liberdade era frágil e efêmero. Logo verificou-se a mobilização de grupos anticomunistas radicais, como por exemplo, os

---

Janeiro, que dava apoio ao Ministro para "agir junto aos poderes competentes para que a punição dos crimes praticados se processasse o mais rapidamente e energicamente possível."
A Ata da reunião encontra-se disponível em: < www. cpdoc.fgv.br.> **Arquivo Getúlio Vargas**: GV 35.12.03/3-XX -49; AGV, CPDOC/FGV. Acesso em: 05 mai. 2008.

[98] O relatório, de onze páginas, encontra-se arquivado em Arquivo Getúlio Vargas: GV 35.12.03/3 - XX-87; AGV, CPDOC/FGV.

integralistas, católicos e militares.[99] Em fins de setembro, alguns altos oficiais do Exército "descobriram" muito oportunamente o chamado "Plano Cohen"[100] para o "assassinato de membros do governo", "incêndios de edifícios públicos", "captura e fuzilamento de reféns." Diante de uma nova "trama comunista", o Congresso autorizou um novo Estado de Guerra por noventa dias (Dulles, 1985, pp. 134-135).

Nas palavras de dois comandantes das Forças Armadas, o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra e o da Marinha, Almirante Aristides Guilhen,

> Não é fantasia das autoridades, não é temor que nos domina os ânimos. Os documentos de origem comunista, vindos do exterior ou editados em nosso próprio território são copiosos e precisos. As atitudes agressivas dos elementos recentemente postos em liberdade são públicas e evidentes. (...) não poderá a polícia fazer abortar o golpe que se prepara, pois as próprias leis atuais constituem obstáculo insuperável á ação da autoridade (...) Impõem-se contra a ação nefasta iminente, a ação honesta e salvadora das instituições nacionais. [101]

Aprovado o Estado de Guerra, o governo iniciou nova ofensiva contra os comunistas, contando com o apoio de diversos setores sociais, de anticomunistas militantes que tiveram sua atuação referendada e com a intensificação do trabalho policial. Assistiu-se ao recrudescimento da repressão, da censura e da propaganda, abrindo caminho para a preparação do Golpe de Estado. Como consequência dessa "histeria" habilmente articulada, em 10 de novembro de 1937, o Congresso foi fechado e, em seguida, promulgou-se a Constituição do Estado Novo, "uma versão atenuada do modelo fascista europeu" (Skidmore, 1982, p. 52).

Em 1939, a fim de reforçar os "aparelhos ideológicos do Estado", Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)[102]. Tratava-se de um órgão responsável por difundir a ideologia do regime por intermédio da propaganda política e também por realizar a censura. O DIP também foi responsável por grande parte da veiculação da propaganda anticomunista de origem estatal, que na Era Vargas foram muito eficazes.

> Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas. Cada um deles concorre para este fim único na maneira que lhe é própria. O aparelho político submetendo os indivíduos à ideologia política do

---

[99] Sobre a mobilização desses três grupos nos meses de junho a setembro de 1937, ver: Rodrigo Pato Sá Mota. **"Em guarda..."** op.cit., p. 216-219

[100] O documento tinha nome judaico e era falso. Foi escrito pelo então coronel Olympio Mourão Filho, organizador da milícia paramilitar da AIB, responsável pelo serviço secreto integralista e lotado no setor de inteligência do Estado-Maior do Exército. O general Góes Monteiro recebeu a papelada produzida por Mourão, tratou-a como autêntica e a encaminhou ao Presidente Getúlio Vargas. O documento foi tornado público. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING. Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 374.

[101] Trecho do documento governamental apresentado ao Congresso Nacional solicitando a decretação do Estado de Guerra. O documento foi elaborado pelo Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra e o Ministro da Marinha, Almirante Aristides Guilhen. Apud Rodrigo P. Sá Mota. **"Em guarda..."** op.cit., p. 221

[102] Criado por meio do Decreto-Lei n.º 1.915, emitido no dia 27 de dezembro de 1939. Investiu maciçamente no rádio e existiu até o ano de 1945.

> Estado [...]. O aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc. (Althusser, 1987, pp. 78)

Para Schwarcz e Starling (2018, pp. 373 -374), a combinação entre censura, repressão e propaganda produziu uma tempestade ideológica que demonizou a atuação dos comunistas aterrorizando a população católica e as classes médias altas, consolidando um imaginário anticomunista que acompanharia a história política do país pelos 50 anos seguintes. Diversas acusações aos comunistas foram forjadas, dentre elas, a mais célebre e oportuna foi o Plano Cohen. A divulgação na imprensa e nos quartéis de que o Exército havia capturado um minucioso programa secreto de tomada de poder, repleto de ameaças como incêndios de prédios públicos, saques e fuzilamentos, reacendeu os debates contra o perigo comunista e deu a Vargas o apoio que precisava para a instauração da Ditadura do Estado Novo (1937-1945).

De acordo com Vieira (2022, p. 168):

> Sobre o assunto, historicamente é possível admitir que a Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, destinada a punir "crimes contra a ordem política e social", já dispunha de conteúdo orientado a combater o avanço das ideias comunistas no Brasil. Neste sentido, foi usada para colocar na ilegalidade a Aliança Nacional Libertadora - ANL, cujo rápido crescimento vinha incomodando o Governo Vargas e seus aliados ligados à direita no campo político, como os Integralistas de Plínio Salgado. A resposta Aliancista por meio do levante liderado por Prestes no mesmo ano, levou Vargas a sancionar a Lei nº 136, em dezembro, de modo a reforçar a Lei nº 38, ampliando a lista de crimes e penas, visto o estado de terror suscitado pelos acontecimentos junto a uma parte da opinião pública. Tais acontecimentos, terminaram por cooperar para a formulação do Plano Cohen e o consequente início da ditadura do Estado Novo, contra o inimigo interno de matriz comunista.

Na área educacional, a influência da Igreja Católica e dos militares esteve muito presente durante o Estado Novo. A Igreja era contrária ao movimento progressista da Escola Nova[103] e cobrava por parte do Governo Vargas o compromisso com uma educação tradicional. "Durante a gestão do então Ministro da Educação Gustavo Capanema (...), de 1934 a 1945, a Igreja, se empenhou em combater os ideais marxistas e soviéticos," enquanto a presença das Forças Armadas era sentida no discurso nacionalista. "O governo realizava, portanto, uma política que incluía significativas concessões aos católicos e aos militares" (Ferreira, 2008, p.

[103] A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O idealizador do movimento Escola Nova foi o filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952). No Brasil, durante o século XX, vários educadores foram influenciados por suas ideias, dentre eles Fernando de Azevedo, Lourenço filho e Anísio Teixeira. Estes publicaram Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade. De acordo com o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos estar aludindo a direitos de oportunidades iguais perante a lei. Ver: "John Denew e a Educação Nova." In: PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. 2ª edição. São Paulo: Contexto: 2021, p. 133 a 140.

30 e 32).

A educação militar e o discurso nacionalista passaram a ser os principais pilares do projeto educacional no início do século XX. Com o auxílio do DIP e de incentivos governamentais diversas atividades extracurriculares, como passeatas, exposições, convenções e desfiles, etc., passaram a ser organizadas a fim de disseminar os ideais nacionalistas e anticomunistas e combater as ideologias "subversivas". Dentre essas atividades destacou-se a Exposição do Estado Novo,[104] realizada no Rio de Janeiro, entre dezembro de 1938 e janeiro de 1939. A exposição objetivava comemorar o primeiro ano do regime e exaltar os feitos da ditadura varguista. Uma das principais atrações da Exposição foi o *stand* anticomunista. Elaborado com a ajuda de todos os Ministérios, inclusive o da Saúde e Educação, apresentava o comunismo como inimigo da pátria brasileira. Por meio de textos, artigos, livros e diversas imagens "os comunistas eram descritos enquanto "confusos" e capitaneados por uma organização "fraca", embora perigosa, pois subvertia os valores sociais e religiosos" (Bona; Fiuza, 2021, p. 21). Essas atividades "extra-curriculares" foram muito incentivadas durante o Estado Novo e mostram que o anticomunismo além de elemento fundador do regime tornou-se um projeto de Estado, que teve influência em todas as instâncias, principalmente na educação.

> O pretexto para o cancelamento das eleições, [de 1938] e o golpe [de 1937] foram os comunistas, que, apesar de quase todos presos, viram-se acusados de estar preparando uma nova conspiração. Elementos integralistas chegaram a elaborar um plano falso, o Plano Cohen, prevendo a instalação de um governo comunista e o assassinato de centenas de políticos brasileiros (Piletti, 2021, p. 193).

Desta forma, o anticomunismo tornou-se um dos pilares de sustentação do Estado Novo, que já contava com um imaginário anticomunista consolidado na estrutura social brasileira. Apesar do grande investimento estatal para legitimar um regime autoritário e modernizador, o Estado Novo durou menos tempo do que previa seus ideólogos. O contexto internacional, bem como diversos fatores de ordem interna precipitaram o fim do regime. Após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, setores sociais e a oposição questionavam a contradição entre o apoio do Brasil à democracia e a ditadura de Vargas.

A partir desse quadro, em fevereiro de 1945, Vargas baixou o chamado Ato Adicional à Carta de 1937, fixando um prazo de noventa dias para a marcação da data das eleições gerais. A partir daí, assistiu-se a uma gradativa restauração das liberdades democráticas, com a mobilização e greve de trabalhadores, e o apoio dos comunistas à campanha "queremista" que advogava a continuação de Vargas na Presidência. Porém, a renúncia de Vargas em outubro de

[104] Sobre a Exposição do Estado Novo, ver: FRAGA, A. B. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). **Cordis**, São Paulo, n. 18, p. 3-38, jan./jun. 2017.

1945, motivada pela conjuntura política e pela pressão os militares, desfez o frágil vínculo que unia comunistas e varguistas.

O regime instalado no Brasil, com a vitória de Eurico Gaspar Dutra nas eleições realizadas em 02 de dezembro de 1945, deu continuidade à repressão aos comunistas, motivada principalmente pelas próprias concepções conservadoras de Dutra, "um militar que vestiu com certo desconforto a indumentária civil" (Gonçalves, 2004) e pelo crescimento do Partido Comunista.[105] Dutra procurou dar ao seu governo uma identidade democrática. Entretanto a democracia para ele era entendida como respeito às instituições, à lei e à ordem. Assim sendo, o discurso da legalidade, de paz e da unidade era constantemente utilizado. Qualquer manifestação de conflito, diferença ou oposição era imediatamente caracterizado como "subversão" e desordem.

> Firmar a imagem da democracia pela construção de um seu oposto absoluto foi um dos caminhos tomados pelo governo que se instalou pelo voto com o fim do Estado Novo. A criação de uma dualidade excludente que opunha democracia e desordem encontrou uma imagem forte e realizadora na oposição comunismo e democracia (Azevedo, 1994, p. 81).

Com a cassação do Partido Comunista do Brasil, em 07 de maio de 1947, Dutra reafirmava sua ideologia de governo e a impossibilidade de conciliar comunismo e a democracia. Essa atitude justificou o recrudescimento do anticomunismo ao longo de um governo aparentemente "democrático". Além do fechamento do PCB, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em centenas de sindicatos e fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. Em janeiro de 1948 completaram-se as medidas que levaram o PCB à clandestinidade: uma lei aprovada pelo Congresso Nacional determinou a cassação dos mandatos dos deputados, senadores e vereadores eleitos pela legenda do Partido. Nos anos que vão do início do segundo governo Vargas (1951) ao início do governo JK (1956), os países ditos do "Terceiro Mundo", estavam pressionados a adotar posição mais rígida com relação ao comunismo. Tal pressão advinha da mudança de rumo da política norte-americana, que converteu o anticomunismo em uma verdadeira cruzada (Fausto, 2001, pp. 83-84).

O governo de Café Filho, que assumiu após morte de Getúlio, estava determinado a proceder às eleições, apesar da afirmação dos golpistas de que apenas a suspensão das eleições poderia evitar que os aliados de Vargas retornassem ao poder. O Almirante Penna Boto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista[106], que publicava regularmente matérias pagas

---

[105] Durante o efêmero período de legalidade, (1945-1947), o PCB surge como o quarto partido do país, calculando-se que contava, em 1946, com 180 mil a 200 mil militantes. Cf. Boris Fausto. op.cit., p. 221

[106] Organização anticomunista fundada em 1952, formada principalmente por oficiais da Marinha, cujo principal líder era o Almirante Carlos Penna Botto, antigo militante integralista. Desenvolvia atividades de cunho

em jornais, afirmava: "Não é possível que através de eleições desonestas voltem ao poder os mesmos homens que humilharam e arrasaram este país."[107]

A eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira para Presidente da República e João Goulart para Vice em 03 de outubro de 1955, contribuiu para o recrudescimento do imaginário anticomunista. Após algumas tentativas de golpe e contragolpes para impedir/garantir a posse de JK, o Presidente recém-eleito esforça-se para provar que o temor de seus inimigos era infundado, negando qualquer ligação com os comunistas, apesar de os mesmos terem apoiado sua eleição. Durante os anos JK, o imaginário anticomunista permaneceu vivo e atuante, culminando com o golpe militar de 1964, ensaiado durante os poucos anos em que o Brasil viveu um regime democrático.[108]

No tópico a seguir faremos uma análise do contexto de agitação política e social pré-1964, nos permite perceber a "guerra psicológica" fomentada pela direita, pelas Forças Armadas e por amplos setores da sociedade civil e militar para divulgarem o "fantasma" do comunismo e a necessidade do seu combate para a "instauração da paz social" e a "manutenção da ordem."

2.3. Tragédia - O anticomunismo e o golpe de 1964

O contexto histórico conflituoso que se inicia após as eleições de 1960 e culmina com o Golpe Militar de 1964 é bastante complexo. Não pretendemos analisá-lo de forma factual ou cronológica e nem dar conta de toda a dinâmica sócio-política de radicalização e instabilidade que contribuíram para a queda do Presidente João Goulart (Jango). Assim como no tópico anterior, fizemos uma análise da influência das representações anticomunistas no imaginário político e social do período e da sua atuação na efetivação do golpe de 1964, tentando identificar os atores envolvidos, as ações empreendidas e as intencionalidades. Para isso, nos aproximamos da historiografia marxista sobre o Golpe de 1964, que "destacam as determinações econômico-estruturais e os condicionamentos de classe" (Fico, 2004, p. 32), sem deixar de lado,

---

propagandístico, intervenção política e participação em eventos internacionais. Há indícios da atuação da Cruzada até a década de 70, quando se filia a uma entidade intercontinental, a "Confederação Interamericana de Defesa do Continente." Mais detalhes sobre a organização, ver: Rodrigo Pato Sá Mota. **"Em guarda..."** op. cit., p. 143-148

[107] O Estado de São Paulo, 6 de setembro de 1955 apud Skidmore, op.cit., p. 187.

[108] Na minha dissertação de conclusão do curso de Especialização em História Cultural (UNB, 2008) pesquisei o imaginário anticomunista no Governo de Juscelino Kubistcheck. Tendo a Análise de Discurso como apoio teórico e metodológico, analisei diversos discursos políticos do Presidente, de parlamentares e das Forças Armadas. Intitulada de "O imaginário anticomunista nos anos dourados (1956-1961)", a pesquisa mostrou que mesmo em períodos democráticos, o imaginário anticomunista se manteve, reproduziu representações utilizadas nos anos 1930 e valeu-se de novas estratégias discursivas, contribuindo para a sobrevivência de (re) sentimentos políticos que culminaram nos Golpes de 1964.

obviamente, a dimensão política.[109]

De acordo com Motta (2021, n.p.), diversas questões tiveram influência no golpe de 1964, como por exemplo a crise econômica e as denúncias de corrupção, entretanto

> (...) a crença na ameaça comunista foi o tema mais importante na mobilização golpista, com destaque para as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade". Os argumentos anticomunistas foram especialmente significativos em 1964 por unirem grupos que tinham divergências em outras questões, por exemplo, liberais e fascistas. Ademais, eles ofereciam a oportunidade de expressar a crise em linguagem compreensível para amplos setores sociais que havia tempo estavam acostumados a ouvir discursos sobre o "perigo vermelho".

No governo de João Goulart o debate político deixou de ser privilégio de poucos e estendeu-se a vários segmentos da sociedade civil, que se inseriram na efervescência ideológica que tomou conta do País. Para Toledo (1997, p. 67) "os tempos de Goulart singularizam-se dentro da história política brasileira: neles a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel."

Nos anos que antecederam o golpe, o PCB ganhou bastante expressividade, com a participação efetiva de operários, camponeses, estudantes e diversas organizações de esquerda. Defendiam as "reformas de base", uma espécie de "interpretação trabalhista da linha discutida pelo PCB" que tinham como objetivo "direcionar o desenvolvimento capitalista brasileiro no rumo de uma revolução nacional e democrática". Goulart optou por "abraçar as reformas de base, independente do Congresso, buscando apoio diretamente nas massas." No dia 23 de agosto de 1963, aconteceu o comício do CGT[110] pelo aniversário da morte de Getúlio Vargas com a presença de João Goulart. Durante seu discurso, Goulart foi cobrado pela definição acerca das reformas. Este "promete que elas serão implementadas" (Fico, 2004, p. 17 e 207). No Comício da Central do Brasil,[111] sete meses após esse episódio, Jango anunciou reformas agrária, urbana, educacional, tributária e eleitoral, além da proposta de legalização do Partido Comunista e o direito de voto para analfabetos, cabos e soldados. Entre os oradores, estavam os governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes e dirigentes do CGT) e da UNE.

---

[109] Sobre a historiografia marxista relacionada ao golpe militar de 1964, Fico (2004, p. 33) esclarece que, "nenhuma pesquisa acadêmica de fundo restringiu-se ao que poderíamos chamar de uma interpretação marxista economicista ortodoxa ou 'vulgar', que descuidasse completamente dos aspectos políticos ou compartilhasse um determinismo economicista absoluto".

[110] O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi uma organização intersindical brasileira, cujo objetivo era orientar, dirigir e coordenar o movimento sindical no Brasil. Foi criado em São Paulo, em agosto de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, e reunia vários sindicatos, federações e confederações. No entanto, nunca foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e acabou sendo desarticulado por ocasião do golpe militar de 1964.

[111] O Comício da Central, ou Comício das Reformas, foi um comício realizado no dia 13 de março de 1964 na cidade do Rio de Janeiro, na Praça da República, situada em frente à estação da Central do Brasil. Cerca de 200 mil pessoas ali se reuniram para ouvir a palavra do Presidente da República, João Goulart, e do ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola.

> (...) foi a luta por elas [reformas de base] que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil. Os militantes comunistas puderam aplicar uma orientação tática ajustada à realidade concreta e coerente com a linha política (Gorender, 1987, p. 31).

A reação ao Comício da Central foi imediata, as direitas unidas organizaram diversas marchas, que ficaram conhecidas como "Marcha da Família com Deus pela Liberdade"[112] Dos dias 19 de março de 1964 (data da primeira marcha em São Paulo), até o dia 08 de junho de 1964 aconteceram 52 marchas em diferentes regiões do país. [113] O caráter anticomunista dessas manifestações pode ser constatado já na escolha do nome: "Marcha da família com Deus pela liberdade", evidenciando um anticomunismo de matrizes católica, liberal e nacionalista. Os participantes diziam ser "contra a subversão 'vermelha' que estaria insuflando a crise econômica para perturbar a ordem". As marchas reuniram setores importantes da sociedade: elite empresarial, militares, políticos, religiosos, classe média e etc., "todos amedrontados ante a possibilidade de suposta ruptura revolucionária" (Motta, 2002a, pp. 265 e 264).

Outra característica importante dos anos 1960, que contribuiu para a intensificação da luta ideológica, foi o surgimento das organizações suprapartidárias. Estas reuniam partidos políticos de orientação distinta em torno de uma "bandeira" ideológica, à esquerda e à direita. As principais organizações foram a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP). A primeira reunia a maioria dos deputados federais do Partido Social Democrático (PSD) e do PTB, além dos setores nacionalistas da União Democrática Nacional (UDN) em torno de ideias reformistas. A segunda, de orientação anticomunista, tinha seu núcleo base proveniente da aliança PSD, UDN, do Partido Social Progressista (PSP) e pequenos partidos, além da ala direita do PTB. A atuação dessas organizações acontecia, principalmente, via imprensa, que na época era o principal meio de comunicação. Enquanto a FPN era muito apoiada por um jornal, O Semanário, a ADP tinha grande divulgação por meio da revista Ação Democrática.

A FPN foi criada no início do governo Juscelino Kubitscheck (1956-1961). O seu primeiro manifesto[114], trazia como principais bandeiras a "defesa do patrimônio e da soberania nacionais". De acordo com Lucília Delgado (2007) a luta da FPN era pela defesa do monopólio estatal do petróleo e da energia elétrica, além do controle sobre as remessas de

---

[112] Retornaremos a falar sobre as marchas no capítulo 3.

[113] As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram estudadas por Aline Alves Presot e publicadas na sua Dissertação de Mestrado, em 2004, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Teve como orientador o professor Carlos Fico e a banca foi composta pelos professores Celso Castro e Marieta de Morais Ferreira. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/9817 Acesso em: 18 abr. 2024.

[114] Diários da Câmara no dia 7 de junho de 1956, página 4140. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07JUN1956.pdf#page=Acesso em: 10 abr. 2024.

lucros do país. Nos anos 1960, o grupo também passou a ser um ferrenho defensor das reformas de base. O grupo era informal, o que significa dizer que não sabemos ao certo quantos deputados faziam parte. Em um estudo recente sobre a trajetória da Frente Parlamentar Nacionalista, foram encontrados cerca de 120 nomes, E o mais interessante: políticos de vários partidos, inclusive da UDN, legenda que defendia várias pautas diferentes da FPN. A organização foi crescendo cada vez mais, articulando-se no Congresso, organizando comícios, entre outras ações.

Em 1961, surge a ADP, principal adversária da FPN. Mais de 150 deputados fizeram parte do grupo, também oriundos de várias legendas, inclusive do PTB. O lema escolhido, "Anticomunistas sempre; reacionários, nunca", ilustra qual seria a principal preocupação daqueles deputados: derrotar o comunismo que, na visão deles, estaria se infiltrando nas instituições. Para Motta (2002b, p. 240) a ADP se configurou como um dos "bastiões da mobilização conservadora que levou ao golpe militar". Ambas as organizações contribuíram para acirrar ainda mais a polarização no Brasil, confrontando-se em projetos muito antagônicos.

A presença da FPN e da ADP na política foi interrompida com o golpe de 1964, que, a propósito, foi apoiado pela Ação Democrática Parlamentar. Logo no primeiro Ato Institucional, vários membros da Frente Parlamentar Nacionalista entraram na lista de cassações do regime e foram perseguidos pela ditadura.

Além das Frentes Parlamentares, a disputa política e ideológica alcançou também diversos setores da sociedade brasileira: trabalhadores urbanos e rurais, soldados e estudantes, empresários, militares, Igreja, sindicalismo. Além disso, assistiu-se também à politização dos movimentos de trabalhadores e maior atuação das Ligas Camponesas,[115] que contestavam a dominação política e econômica a que estavam submetidas as massas rurais e lutavam contra o latifúndio e pela reforma agrária, além do surgimento da Ação Popular (AP)[116] e da Política

[115] As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

[116] A Ação Popular (AP) foi uma organização política de esquerda extraparlamentar, criada em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte, resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira. A partir de seu segundo congresso, realizado em Salvador, em 1963, a AP decidiu-se pelo "socialismo humanista", buscando inspiração ideológica em Emmanuel Mounier, nos jesuítas Teilhard de Chardin e Henrique Cláudio de Lima Vaz, Jacques Maritain e no dominicano Louis-Joseph Lebret. Teve uma vertente protestante, quadros oriundos do Movimento Estudantil Cristão, dentre esses, merecendo especial destaque: Paulo Stuart Wright.

Operária (POLOP).[117] A UNE[118] se integrou à frente antilatifúndio e antiimperialista e postulou, como tarefa a formação de uma "aliança-operário-estudantil-camponesa" (Toledo, 1997, p. 69).

De acordo com Paes (1997, pp. 37-39), o que se viu foi uma inusitada mobilização da sociedade brasileira, chamando a atenção mais pela amplitude do que pela organização das forças sociais, pois embora envolvendo trabalhadores urbanos e rurais, setores subalternos das Forças Armadas, estudantes, classe média intelectualizada e meio artístico-cultural, a participação organizada ainda era reduzida. O novo residia na crescente politização dos movimentos sociais, ou seja, no fato de a disputa político-ideológica deixar de ser privilégio do Congresso, dos partidos da elite dominante, para envolver a cada dia novos setores sociais.

Na análise de Motta (2002b, p. 233):

> No limiar da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes socais, para além de intelectuais e ativistas sindicais (...) Em larga medida, o crescimento do apelo das propostas radicais devia-se ao impacto da Revolução Cubana, que teve o efeito de estimular a ação tanto de comunistas como de anticomunistas.

Nesse contexto de politização social, não é de se estranhar a movimentação da elite dominante, principalmente do empresariado, na articulação do golpe. Na análise de Dreifuss, (1981, p. 144) os empresários foram os principais articuladores do golpe de 1964, o qual o autor denomina de *"*um movimento de classe, e não um mero golpe militar." Para Benevides (2003, p. 2), "a noção de golpe de classe é insuficiente para dar conta da dinâmica política, econômica e social da época", mas convém analisar a importante contribuição de Dreifuss quando ressalta a participação do empresariado brasileiro na efetivação do golpe.

Dreifuss (1981, p. 145) denomina de "complexo direitista" uma série de organizações criadas por empresários, militares e setores da Igreja, com o intuito de defender seus interesses e conter o avanço político dos movimentos sociais de orientação nacionalista e de esquerda. Dentre essas organizações destacam-se o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC), a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD), dentre outras. Merecem destaque, na análise de Motta (2002b, p, 241) duas entidades que

---

[117] A POLOP surgiu em janeiro de 1961, reunindo cerca de vinte militantes, como resultado da fusão de pequenos grupos do Rio de Janeiro (Juventude do Partido Socialista Brasileiro), Minas Gerais (Mocidade Trabalhista), São Paulo (Liga Socialista Independente) e Bahia (um grupo em Salvador e outro em Ilhéus). Esses militantes não aceitavam as propostas do PCB, força então dominante na esquerda - que afirmava que a revolução no Brasil tinha caráter democrático-burguês -, e não concordavam com a orientação do PCB de levar o operariado a apoiar um setor da burguesia.

[118] A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 11 de agosto de 1937, para ser a entidade máxima promovendo a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social. A oficialização da UNE como representativa dos universitários aconteceu através do Decreto-Lei 4.080, de 1942, sancionado pelo presidente Vargas. Porém, com o Golpe Militar de 64, o movimento estudantil se tornou ilegal, permanecendo dessa forma por 20 anos.

“desempenharam o papel de induzir a estruturação de novos grupos anticomunistas”: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959 e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961. Ambos desempenharem o papel de “partidos da burguesia” e juntamente com os oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), associação que gerou o “Estado Maior” do movimento civil-militar que derrubaria João Goulart, formando o que Dreiffus (1981, p. 24) denominou de “complexo direitista’.

A ação ideológica do IPES/IBAD fez-se pelo financiamento da imprensa, de revistas, livros, jornais, panfletos, conferências, fórum de debates para isso, recebia ajuda de indústrias, banqueiros, multinacionais, proprietários rurais, usineiros, corporações norte-americanas etc. Tratava-se de

> (...) um bloco modernizante-conservador [que], embora fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte de apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo (Dreifuss, 1981, p. 259).

Em concordância com a análise de Dreifuss, Maria Helena Moreira Alves (1981, p. 24-26) afirma que a mais importante tarefa do complexo ESG/IPES/IBAD terá sido, talvez, a criação e implantação de uma rede de informações. Antes do golpe, esse grupo já estava de posse de um completo e detalhado dossiê de informações sobre mais de 400.000 cidadãos brasileiros. Agentes de informação atuavam secretamente entre estudantes, sindicatos, camponeses, imprensa, organizações culturais, Igreja Católica, universidades e organizações cívicas de classe média. Tais grupos eram responsáveis pela coleta de informações necessárias ao planejamento e ao esforço de coordenação da conspiração. Além disso, produziu e difundiu grande número de programas de rádio e televisão e matérias nos jornais com conteúdos anticomunistas.

> O complexo ESG/IPES/IBAD mantinha estreito contato com funcionários americanos e recebia recursos financeiros de muitas coorporações internacionais e nacionais. Constituía o centro nervoso da campanha de desestabilização do governo (Alves, 1981. p. 26).

Dessa maneira, a oposição ao governo de João Goulart se intensifica. De um lado, crescia a propaganda envolvendo jornais, rádio e televisão, com denúncias de corrupção, incompetência na condução da economia, infiltração comunista no governo. Do outro lado, avançava a ação do IPES-IBAD-ESG articulando vários grupos civis e militares, oficiais, políticos, governadores, que conspiravam abertamente contra Goulart. Todo esse contexto de agitação social e política alimentou uma verdadeira “guerra psicológica", fomentada pela direita e pela embaixada norte-americana em torno da denúncia sem provas de uma possível “guerra revolucionária”, ou seja, de que o país estaria prestes a assistir à tomada de poder pelos

comunistas.

> Nos últimos dias de março intensificaram-se as atividades conspiratórias, envolvendo oficiais-generais, oficiais superiores, governadores, parlamentares e empresários. Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do governo João Goulart, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo IPES (...) e pelo IBAD (...), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista (Fico, 2004, p. 15).

Razões de ordem externa também contribuíram para a efetivação do golpe. A Revolução Cubana de 1959 colocou a América Latina no centro das preocupações das duas superpotências da Guerra Fria (Estados Unidos e União Soviética). A fim de evitar a influência soviética e cubana no continente americano, os EUA criaram o programa "Aliança para o Progresso", com claros objetivos anticomunistas. A preocupação norte-americana soma-se à dos setores conservadores brasileiros, que já munidos de um arsenal de representações acerca do "perigo vermelho" apoiam os EUA nessa empreitada. A Política Externa Independente (PEI) adotada pelo Presidente Jânio Quadros no início de 1961, que tentava aproximar o país com as nações não alinhadas aos EUA e a condecoração de Che Guevara, com a "Ordem do Cruzeiro do Sul" mobilizaram os anticomunistas, que passaram a atuar mais efetivamente. Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e a posse conturbada de seu vice-presidente, João Goulart, sob um regime parlamentarista, o temor de uma "infiltração comunista" no país, adquire fundamento, já que Jango era líder da ala de esquerda do PTB e aliado do PCB.

A adoção por parte do governo de João Goulart da política externa de aproximação com os países não alinhados e socialistas, dentre eles, Cuba e o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, em novembro de 1961, às vésperas da comemoração da "Intentona" insuflaram a reação conservadora. Nesse ano, o evento em homenagem aos militares mortos no levante reuniu centenas de pessoas, com a colaboração de parte da imprensa que se empenhou na divulgação. Como consequência dessa conjuntura, diversas organizações anticomunistas[119] foram criadas e aquelas já existentes, passaram a atuar de forma mais contundente e contribuíram para a "formação de um ambiente de radicalização e polarização ideológica, preparando o terreno para a reação conservadora de 1964" (Motta, 2002b, p. 238).

Todo esse contexto de agitação social e política e de oposição ao governo de João Goulart, contribuiu para o trágico desfecho de abril de 1964. O golpe civil-militar que procurava se legitimar por meio de um discurso salvacionista, e que propalava a necessidade de correção dos rumos para o retorno à ordem democrática, desdobrou-se em regime autoritário que perdurou por 21 anos, tendo como legitimador o discurso anticomunista que, de uma forma

[119] Sobre as Organizações anticomunistas, ver: Motta (2002a, p. 237- 243)

orquestrada foi disseminado no imaginário político e social brasileiro. De acordo com Motta (2001, p. 231), "entre 1961 e 1964, o anticomunismo adquiriu um uma importância preponderante, sendo a fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março." O documento fundador da Ditadura de 1964, o Ato institucional n.1, de 09 de abril de 1964, confirma a proposição de Motta, ao trazer o anticomunismo em seu texto e o colocar claramente como elemento legitimador do Golpe Militar que se impunha,

> O presente Ato institucional [objetiva] **destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País (...)** Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a **drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativa** (Brasil, Ato Institucional n.1, 1964. Grifo nosso).

O fim da Ditadura Militar brasileira em 1985 e o retorno à democracia não significou o fim do anticomunismo no Brasil. Esse imaginário permaneceu vivo e tomou fôlego no contexto da crise política e institucional que culminou com o golpe que interrompeu o mandato da ex-Presidenta Dilma Rousseff em 2017. Durante o período de 2014 a 2017, uma nova "onda anticomunista" associada ao antipetismo tomou conta do país. As inúmeras manifestações verde-amarelo repetiam slogans anticomunistas usados na década de 60 e faziam menções saudosistas à Ditadura Militar de 1964. De acordo com Motta (2021, não paginado).

> o antipetismo bebe nas mesmas fontes do anticomunismo tradicional, pois sua argumentação conecta-se ao cristianismo conservador, ao nacionalismo/patriotismo e ao liberalismo. O fundamento religioso da recusa moral à esquerda é basicamente o mesmo, assim como a necessidade de associar o perigo vermelho a algum tipo de ameaça estrangeira à pátria.

De acordo com Fernandes (2016, pp. 118-119), o anticomunismo atual não se destina aos comunistas brasileiros, de fato. Até porque esses, quase já não existem. O anticomunismo atual age como antiesquerda em geral, ignorando a distância evidente entre comunismo e petismo. "O estranho resultado é um anticomunismo que é antipetista e um antipetismo que é anticomunista". A ameaça de um "golpe comunista" opera como pânico moral que opõe os "cidadãos de bem", "patriotas" e "cristãos" *versus* "esquerdistas", "ateus" e "desonestos", dentre vários outros adjetivos pejorativos destinados a qualquer cidadão progressista que se oponha ao golpe e seja eleitor da esquerda.

Nas palavras de Fernandes (2016, p.120):

> Toda e qualquer expressão de esquerda é tratada como equivalente e como deletéria. Não basta o fato de o comunismo real, as bases do marxismo, e a noção de luta de classes terem sido deturpados em favor de falácias bem construídas, como a de que Marx teria sido um satanista (como se Marx, trancafiado na Biblioteca Britânica, tivesse tempo e preocupação com rituais pagãos). É necessário, para os anticomunistas, associar todo pensamento progressista ao imoral, e no caso específico

brasileiro, ao corrupto.

Diante do exposto, podemos (re) afirmar a epígrafe que uso para abrir o tópico 1.4 dessa dissertação, *"Um espectro ronda a história do Brasil contemporâneo. O espectro do comunismo"*, afinal, o imaginário anticomunista foi forjado no Brasil desde a década de 30 e ainda permanece vivo e vem sendo utilizado por diferentes grupos políticos e sociais conservadores. Esse imaginário contribuiu para a efetivação do golpe que interrompeu o mandato da ex- Presidenta Dilma Rousseff e a para a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, que mergulhou o país numa onda de retrocessos e perseguição à lideranças políticas, artísticas, professores e outros setores progressistas. Convém analisar como esse imaginário anticomunista agiu no Brasil no contexto de 2016, desvendar suas estratégias de manutenção e divulgação e assim levar para a sala de aula um conhecimento histórico ético, que dialogue com o presente e possibilite um ensino de história crítico e transformador.

CAPÍTULO 3. FARSA - O ANTICOMUNISMO E O GOLPE DE 2016

> **Os acontecimentos do presente se entrelaçam com as tramas de um passado autoritário que não passou, que se (re) atualiza e (re) conduz no tempo presente, ameaçando o futuro (Lima; Noronha; Nascimento, 2019, p. 10).**

3.1. Anticomunismo e antipetismo: A farsa do golpe de 2016

Quando, no início de 2022, decidi dar continuidade no curso de mestrado em História, aos estudos sobre o anticomunismo e levar essa temática para sala de aula, sabia que poderia enfrentar oposições já que o Brasil vivia momentos de recrudescimento do autoritarismo, sob o governo de Jair Messias Bolsonaro. Com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no final desse mesmo ano, a pesquisa se tornou mais viável. Motivada por esse facho de luz, decidi enfrentar essa temática, após vivenciar em sala de aula a inacreditável perseguição ideológica que acusou os professores de "doutrinadores", "esquerdistas", "comunistas", além disseminadores de ideologias que contrariavam os valores cristãos. Muitos alunos e seus familiares, incentivados por discursos anticomunistas de grupos da extrema direita, passaram a confrontar os professores, criando um clima de "caça às bruxas" dentro das escolas. A resposta a esse confronto só poderia vir do conhecimento histórico crítico, ético e responsável.

Na academia é ponto pacífico que a interrupção do mandato da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, não passou de uma "trama política orquestrada por atores do mercado financeiro, da mídia, do parlamento e do judiciário" (Lima; Nascimento; Noronha. 2019, p. 10), porém, nas escolas de ensino fundamental e médio, e na sociedade, esse tema ainda está em aberto. Muitos alunos se surpreendem quando afirmamos que em 2016 houve um golpe de Estado e assim como em outros golpes que tivemos no passado, o anticomunismo foi um fator mobilizador.

Para Lima; Nascimento; Noronha (2020, p. 362)

> A compreensão imediata de que os acontecimentos políticos de 2016 faziam parte de um golpe de Estado, por si mesma, constitui fenômeno histórico significativo do ponto de vista historiográfico: um daqueles raros momentos em que, como afirma Prost, "os contemporâneos de uma época" tiveram "consciência da originalidade do período em que viviam, ao ponto de atribuir-lhe um nome", pois, como observa o autor, "em geral, processos históricos [...] são raramente percebidos no próprio momento e , ainda mais raramente conceitualizados."

Importante ressaltar, que ao caracterizar a destituição da Presidenta Dilma, em 2016, como um golpe de Estado, estamos de acordo com o debate teórico contemporâneo e da tradição marxista, na qual golpes de Estado se articulam frequentemente, a ditaduras de classe, ainda que disfarçadas de defesa dos interesses nacionais" (Napolitano, 2019, p. 397). Para Barbé (1998, p. 547), o Golpe de Estado "é tradicionalmente um método da direita para a conquista

do poder político". Portanto, o golpe de 2016 foi, sem dúvida, um "golpe jurídico-midiático-parlamentar (...) das elites contra os trabalhadores, dos homens contra as mulheres, um golpe contra a diversidade" (Ferreira; Júnior, 2020, p. 52).

Nas palavras de Lowy (2016, p. 62)

> Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, "constitucional", "institucional", parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores- profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, "pedaladas fiscais", para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores.

Ao trabalhar os acontecimentos políticos que culminaram com o golpe (travestido de *impeachment*), será necessário enfrentar um tema sensível. Benoit Falaize (2014, p. 228), define tema sensível como um tema de ensino vivo, presente nas mídias e objeto de controvérsia. São temas delicados de se trabalhar em sala de aula, fazendo com que o próprio professor questione seus conhecimentos e sua capacidade de ensinar. Tais questionamentos decorrem, principalmente, das reações dos alunos. Um tema sensível geralmente faz parte de um passado controverso, em razão

> Do autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de apartheid da África do Sul); ou por um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o que dizer e como falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso, e diferentes versões ainda estão em disputa – tanto na memória como na história (Araújo, 2013, p. 9).

A proximidade com a história recente contribui para melhorar, em algum aspecto, o mundo em que vivemos, ou seja, ao pesquisarmos sobre o golpe de 2016, estamos contribuindo para a reflexão sobre a importância da democracia e da defesa dos Direitos Humanos. No trabalho com história do tempo presente, nós professores e historiadores, fazemos aquilo que Jörn Rüsen (2011, p. 261) denominou "melhoramento do ontem," colocamos o passado a serviço da vida. Não se trata de reconstruirmos um passado melhor, diferente do que ocorreu, mas de avançarmos para além dos fatos e transformarmos os acontecimentos em conhecimentos históricos plenos de sentido que possam orientar o presente dos alunos e o seu agir futuro. "Pode-se afirmar que a presente conjuntura nos ajuda a entender o contexto de 1964, (e de 1937) ou a imaginar a força de mobilização das representações anticomunistas naquele momento histórico" (Motta, 2021, n.p).

Sabemos das dificuldades de trabalhar em sala de aula com esses passados sensíveis que ainda estão em debate na sociedade, mas sabemos também das consequências da nossa omissão,

já que os protagonistas do golpe de 2016 objetivam a reinstituição de um passado autoritário, "na tentativa de negar toda uma história 'vista de baixo' em revisitação aos fundamentos do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e do anticomunismo, criando e recriando fantasmas e zumbis políticos que ainda nos assombram" (Lima; Nascimento; Noronha 2019, p. 10).

O Golpe de 2016 apresentou-se como consequência da fragilidade da democracia[120] brasileira, que sempre flertou com o golpismo. Os mecanismos de atuação dos agentes do golpe trazem características muito semelhantes àqueles usados para legitimar os golpes de 1937 e 1964. O comunismo, inimigo comum e temido, também foi objeto de demonização no contexto de 2016. A mídia brasileira se empenhou nessa tarefa e cumpriu com maestria. Não somente a mídia, mas diversos grupos conservadores de extrema direita, como setores da classe média (alta e média).

Para Miguel (2020, pp, 21- 26) os líderes do golpe de 2016 investiram na construção de uma narrativa maniqueísta, próxima dos discursos extremistas e abriram caminho para a vitória de Jair Bolsonaro, pois, deram visibilidade e legitimidade públicas a setores antes marginalizados na disputa política como os nostálgicos da Ditadura Militar, monarquistas, sobreviventes do integralismo, fundamentalistas religiosos radicais, dentre outros. "O processo de construção do golpe de 2016 levou à unidade de todas as forças da direita brasileira, no combate ao projeto reformista do Partido dos Trabalhadores", além de evidenciar um processo de "desdemocratização", que a literatura internacional define como consequência direta do avanço neoliberal em todo o globo e a relação ambígua que os setores conservadores do Brasil mantêm com o valor da democracia.[121]

---

[120] Adotamos o conceito de democracia teorizado pela política contemporânea, especialmente nos países de tradição democrático- do indivíduo liberal, segundo os quais as definições de democracia tendem a resolver-se num elenco, mais ou menos amplo de regras e procedimentos universais. Dentre eles destacam-se, de forma resumida: 1) A função legislativa deve ser composta por membros eleitos direta, ou indiretamente pelo povo; 2) junto com o supremo órgão legislativo deve haver outras instituições com dirigentes eleitos; 3) Todos os cidadãos devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres para votar, segundo a própria opinião; 6) devem haver reais alternativas de candidatos aos cargos eletivos, para que a liberdade eleitoral seja alcançada. 7) vale o princípio de maioria numérica; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar o direito da minoria; 9) o órgão do governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do Poder Executivo, eleito pelo povo. BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; **Dicionário de Política.** 5ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 327.

[121] Acreditamos na democracia como um valor "que deve estar em afinidade com tudo que preserve a autonomia e dignidade. Nesse sentido, a sua base é o diálogo e não a violência; a argumentação racional e não a entrega acrítica a uma doutrina ou a um líder carismático; a ação voluntária e não a submissão fatalista às tradições ou ás formas corporatistas e corporativas de representação; as ideias de universalidade e de igualdade e não o culto aos particularismos" (Silva, 2000, p. 123).

De acordo com Silva (2021, p. 3)

> Junto com ele [Jair Bolsonaro], assumiram a centralidade da agenda pública brasileira o negacionismo científico, o conspiracionismo e um anticomunismo ao mesmo tempo anacrônico e caricato, aliados a uma explosão de candidaturas de membros das Forças Armadas e das corporações policiais (inclusive da ativa) e a um expressivo aumento da participação de militares em funções de Estado, mesmo em comparação à ditadu-ra militar brasileira (1964-1985).

Fernandes (2019) analisa o contexto histórico brasileiro que possibilitou o golpe de 2016, como consequência desse processo de desdemocratização, que se fortalece, principalmente após as manifestações de junho de 2013[122]. A fragmentação das esquerdas e a ascenção da extrema direita, trouxeram à tona diversos "sintomas mórbidos"[123] que criaram as condições favoráveis ao golpe. Segundo a autora, para falar em desdemocratização é preciso começar falando de (re) democratização e dos dilemas da democracia liberal no Brasil. A abertura política dos anos 1980, implicou num processo de anistia que devolveu direitos políticos a exilados e perseguidos, mas não garantiu justiça de transição com relação a violência, tortura e morte do período ditatorial.[124] Os impactos dessa redemocratização incompleta, que anistiou torturadores, é sentido hoje, na relativização da tortura, na apologia à Ditadura Militar e no avanço conservador que a sociedade brasileira experimentou, principalmente de 2015 em diante.

> A ausência de justiça de transição impactou a memória histórica do brasileiro, de modo que gritos de 'Ditadura nunca mais!' ficaram limitados ao campo da esquerda e à atividade de docentes comprometidos com a liberdade de pensamento (...) a democracia estabelecida no Brasil, embasada na Constituição de 1988, não ultrapassou os limites e garantias formais, mesmo sob os governos petistas (Fernandes, 2019, p. 114.).

Frente à ameaça real do fascismo é necessário que as esquerdas se unam na defesa da democracia liberal de modo a garantirem sua própria existência. No caso dos governos petistas, a democracia liberal sustentou a ilusão da conciliação entre as classes, além da adesão ao "jogo" da política (principalmente eleitoral) para realizar o mínimo de políticas progressistas. Como

---

[122] As manifestações de junho de 2013, também chamadas de "Jornadas de Junho" foram uma série de mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de quinhentas cidades do Brasil no ano de 2013. Pode ser considerada como a primeira insurreição ou levante popular de proporções realmente nacionais no país, tendo acontecido em todas as cinco regiões.

[123] A expressão "sintomas mórbidos" é usada pela autora Sabrina Fernandes no livro "Sintomas Mórbidos - A encruzilhada da esquerda brasileira" para caracterizar o contexto antidemocrático que o Brasil vivenciou após as Manifestações de junho de 2013 e o fim do governo Bolsonaro. Tal expressão remete ao interregno pensado pelo revolucionário italiano Antonio Gramsci na famosa passagem do seu Cadernos do Cárcere: **"o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece".**

[124]Essa questão só veio a ser enfrentada no Brasil, mais de duas décadas após a abertura política, por meio da Comissão Nacional da Verdade, que "soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988…" (CNV, 2014, p.20).

consequência tivemos a despolitização da democracia e do debate de projetos e uma relativização e até mesmo apologia à ditadura. Abriu-se caminho para o fortalecimento de uma onda conservadora que, baseada em questões morais, intencionalmente ofuscou o debate de classe e das opressões, e estabeleceu aquilo que Penna (2018, p. 109) denominou de "estratégia do pânico moral", terreno fértil para o neofascismo e seus sintomas mórbidos. O desafio de ontem e de hoje, está na necessidade da esquerda compreender que, não basta estabelecer a democracia liberal, "é preciso caminhar rumo a uma democracia ampliada e mesmo a uma democracia socialista" (Fernandes, 2019, p.117).

Ainda de acordo com Fernandes (2019, p. 117),

> (...) o fascismo tem como um de seus pilares não apenas ser antidemocrático, mas também anticomunista. A falha está em os socialistas e comunistas não compreenderem a democracia liberal como modelo limitado de democracia a ser superado e sim se acostumarem com ele, de modo a facilitar o ressurgimento fascista.

Para Toledo (2020, p. 30) a noção de democracia no Brasil é objeto de incessante luta teórica e ideológica. Em nenhuma sociedade capitalista a democracia tem condições de se radicalizar além do estrito plano da política. A ordem capitalista não permite a radicalização da política nos planos econômico e social. É possível uma ampliação dos direitos e liberdades políticas, mas não existe uma democratização da atividade econômica. Isso porque a existência da propriedade privada e a lógica do mercado impõem limites estruturais à expansão da democracia fora do plano das instituições representativas e do Estado. A socialização da democratização no plano econômico implicaria na superação da "lógica incorrigível do capital". Essa superação advém da eliminação dos "fundamentos causais, antagônicos e profundamente enraizados da ordem capitalista" (Meszáros, 2006, pp. 10 e 24).

A fragilidade democrática brasileira, que culmina nesse processo de desdemocratização, pode ser confirmada se analisarmos os vários momentos de crises que afetaram as nossas instituições políticas. Em 1937, com o apoio de integralistas, militares e intelectuais, Getúlio Vargas suspendeu a Constituição de 1934 e colocou todos os partidos políticos na ilegalidade. Em 1961 um "golpe branco" instituiu o parlamentarismo, por força de imposição militar, a fim de neutralizar o governo de João Goulart. Em 1964, um Golpe de Estado, liderado pelas Forças Armadas com o apoio de setores civis, instituiu uma Ditadura Militar que durou 21 anos. Em 2016, um golpe midiático tirou a Presidenta Dilma do poder através do uso oportunista de procedimentos legais[125] que serviram de pretexto para um governo legitimamente eleito.

[125] Os procedimentos legais, foram a formalidade do processo na Câmara Federal e no Senado, entretanto, não houve crime de responsabilidade. As "pedaladas" foram simples atrasos de pagamentos de dívidas da União, manobras meramente contábeis, já realizada por outros presidentes e governadores.

Portanto, a análise do contexto político, econômico e social em que o *impeachment* ocorreu nos permite caracterizá-lo como golpe. Para Cyrino, (2020, p. 99) há um profundo vínculo entre o *impeachment* da Dilma e o avanço do neoliberalismo no Brasil, que defende uma agenda econômica privatista, a redução do papel do Estado, menos investimento público em educação, saúde e assistência social, desregulamentação das relações trabalhistas. Os governos Lula e Dilma combinaram políticas neoliberais com políticas sociais, por isso foram denominados de "governos de conciliação." No 2º governo Dilma (2015- 2016), essa conciliação dá sinais de falência, que se refletem principalmente na área econômica: queda de lucratividade das empresas, redução do PIB, aumento do desemprego e etc., além das denúncias de corrupção da Operação Lava-Jato[126]. Foi nesse contexto de crise econômica e insatisfação social que o *impeachment* de Dilma ocorreu.

O processo político conflituoso que culminou no *Impeachment* da Presidenta, começou desde 2014. Antes mesmo da posse da presidente Dilma, o PSDB entrou com um pedido de auditoria no sistema das urnas eletrônicas, em 05/12/2014 e solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a cassação do registro de Dilma e Temer. Impulsionado pelas manifestações de rua e como represália pelo voto de 3 deputados do PT que se negaram a absorvê-lo na Comissão de Ética da Câmara Federal, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de *impeachment* feito pelo tucano Miguel Reale e o ex-petista Hélio Bicudo. Está claro que as razões do golpe foram questões de ordem política e não jurídica como falta de governabilidade e a crise econômica. Entretanto, forjaram um crime de responsabilidade, as tais "pedaladas fiscais" [127], para vestir de legalidade o processo golpista.

Para Toledo (2020, p. 47)

> O Golpe de 2016 nos lembra a frase clássica de Marx, "A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa." Tragédia em 1964 e farsa em 2016. Farsa: sem fundamento jurídico, uma simples operação contábil – visando ocultar momentaneamente o déficit fiscal da União (as pedaladas fiscais) - foi transformada em crime de responsabilidade para a oposição e grande mídia (...) Um governo presidencialista foi derrubado como se as regras existentes fossem as que estão vigentes em países parlamentaristas.

[126] A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações, algumas controversas, realizadas pela Polícia Federal do Brasil (PF), que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina, denominado Petrolão. A operação teve início em 17 de março de 2014 e conta com 80 fases operacionais autorizadas, entre outros, pelo então juiz Sergio Moro, durante as quais prenderam-se e condenaram-se mais de cem pessoas; tendo seu término em 1.º de fevereiro de 2021. O nome da operação deve-se ao uso de um posto de combustíveis para movimentar valores de origem ilícita, investigado na primeira fase da operação, na qual o doleiro Alberto Youssef foi preso.

[127] No Brasil, pedalada fiscal designa operações no orçamento público realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, apresentando melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas.

Para dar um caráter de verdade à farsa do golpe de 2016, a grande mídia teve um papel fundamental e se empenhou em estratégias de desestabilização do governo a fim de fazer avançar a agenda neoliberal. Dentre essas estratégias estão a polarização da sociedade e a demonização da esquerda, inviabilizando o diálogo e o exercício da democracia. O PT foi eleito como bode expiatório responsável por todas as mazelas que acometeram a sociedade brasileira. O termo "petralha"[128] passou a ser amplamente divulgado, numa associação entre o PT e os "Irmãos metralha", ladrões sempre de olho na caixa de dinheiro do Tio Patinhas. Para Cyrino (2020, pp. 97-100):

> [...] o termo e a figura dos petralhas, ao mesmo tempo em que se permite associar o PT à corrupção, possui uma outra função correlata, mais velada e que atua, portanto, de maneira subliminar: a associação do PT ao comunismo, pois os irmãos metralhas são especialistas em roubar o tio Patinhas, símbolo do capitalismo.

No Brasil de 1937, 1964 e 2016 o anticomunismo cumpriu o papel de

> (...) mobilizar os setores sociais conservadores através da manipulação de seus temores, muitas vezes exagerando (intencionalmente, é claro!) a força real dos revolucionários. Além disso, houve também uma manipulação político eleitoral, na medida em que alguns líderes se arvoraram em campeões do anticomunismo, visando com isso atrair o apoio do eleitorado (Motta, 2002, p. 43).

A citação acima foi retirada do livro "Dicionário Crítico do pensamento da direita", escrito em 2000, portanto, não se referia ao contexto atual. Entretanto, ela pode ser vista como um prelúdio do que iríamos assistir em entre 2014 e 2022.

No contexto atual, a mobilização da direita golpista, valeu-se dessa tradição enraizada e conferiu ao antipetismo o lugar de "bode expiatório" que antes era do anticomunismo. O golpe de 2016 foi mobilizado por um discurso de rejeição ao Partido dos Trabalhadores, em particular e à esquerda, em geral. Entretanto, os argumentos utilizados foram em grande parte, apropriados do imaginário anticomunista: "em nome de Deus, da pátria e da família", contra a ideologia "vermelha" que quer destruir a família tradicional brasileira. Não por acaso, vencidas as eleições de 2018, o slogan adotado pelo governo Bolsonaro foi: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", numa associação a um dos lemas mais repetidos na Alemanha de Hitler era "*Deutschland über alles*", que significa, em português: "Alemanha acima de tudo".[129]

---

[128] Petralha é um termo pejorativo, criado pelo jornalista Reinaldo Azevedo em 2002 para insultar as pessoas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e eleitores de Lula. Entretanto, o termo passou a ser usado de forma generalizada no contexto de polarização política do 2º governo Dilma para definir os grupos de esquerda que defendem a igualdade social, os direitos humanos e as minorias.

[129] Lia Bianchini. Bolsonaro é fascista? Listamos 13 frases do candidato para reflexão. In. Brasil de Fato. Curitiba (PR), 17 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao Acesso em: 06 abr. 2024.

Assim "o anticomunismo vira um outro nome do ódio à democracia e do potencial emancipatório que [a democracia] sempre teve em alguma medida" (Kaysel, 2022, n. p.):

> O anticomunismo, com frequência, assume um papel preventivo mais do que reativo (...) Isso varia um pouco de país para país, mas há tradições nacionais estabelecidas que, no limite, remetem a pelo menos duas estruturas presentes em toda a região, bem capilarizadas e que são alicerces tradicionais da ordem, como bastiões do anticomunismo: o Exército – as Forças Armadas – e a Igreja Católica. Ainda que no caso tanto da Igreja como do Exército, haja oscilações dependendo do país analisado.

Para Kaysel (2022), a associação do PT ao comunismo é paradoxal isso porque o PT é um partido moderado. Mas, ao mesmo tempo, ele nunca renegou símbolos da esquerda: a cor vermelha, a estrela. Não tem a foice e o martelo, embora tenha um aliado histórico, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que apesar de ser um partido pequeno, que mantém uma presença muito marginal no imaginário brasileiro, ele ocupou cargos no governo petista. O PT como partido tem a simbologia da esquerda, de organização sindical, com a figura do Lula como líder sindical, e nunca renegou as relações com Cuba ou com a Venezuela. Mesmo quando muito aconselhado a fazer isso em nome da prudência eleitoral, mantém essas relações internacionais via Foro de São Paulo, cuja importância é imensamente exagerada pela extrema direita. Tudo isso contribui para manter no imaginário da direita a suspeita de que o PT é comunista, embora suas políticas efetivas, sejam o melhor critério para julgar o que ele é ou não, estejam em termos de uma social-democracia bastante moderada.

Nesse contexto de demonização da esquerda e da associação do PT ao comunismo, a narrativa do *impeachment* foi forjada e obteve apoio de parcela significativa da população brasileira. No dia 17 de abril de 2016 assistimos bestializados a um "show de horrores" protagonizado pela Câmara dos Deputados e transmitido em telões numa Esplanada dos Ministérios dividida por grades que separavam os militantes contrários e favoráveis à deposição da Presidenta. (figura 1) Foram 367 votos favoráveis ao *impeachment* e 137 contrários, além de 7 abstenções e 2 ausências.

A foto abaixo (figura 1) poderia fazer parte do meu acervo pessoal. Nesse dia fiz vários registros fotográficos, consciente de que era testemunha ocular da História que se desenhava ali e do poder das imagens como evidência histórica, assim como, nos encorajou Peter Burke.[130] Entretanto, resolvi usar a foto em questão, por ter sido uma das imagens que mais circulou no Brasil e no mundo, no dia da votação e nos dias que seguiram. Eu estava, obviamente, do lado esquerdo da cerca, que separava não apenas pessoas favoráveis e contrárias ao *impeachment*

[130] BURKE, Peter. Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica. Editora Unesp: 2017.

conforme noticiava a mídia[131], mas projetos de sociedade distintos: democracia *versus* autoritarismo; subserviência ao capital *versus* inclusão social. Escrever e ensinar sobre a história recente, que toca em questões traumáticas, nos empurra para o perigoso e temido caminho da militância pura e simples. A saída é o que estamos fazendo: buscando os fundamentos em suportes teóricos, metodológicos e historiográficos válidos, éticos e científicos, conforme os fundamentos da disciplina histórica.

Figura 1: Grupos pró e contra *impeachment* separados por cercas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – 17 de abril de 2016



Foto: Juca Varella/Agência Brasil
Disponível em https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/grupos-pro-e-contra-impeachment-ocupam-esplanada-dos-ministerios.html
Acesso em : 27 mar.2024

Merecem atenção os discursos proferidos pelos 367 deputados que votaram a favor do golpe. Nos 30 segundos que foram dados a cada deputado para justificarem seus votos, as palavras "Deus", "família" e "corrupção" foram citadas inúmeras vezes. A palavra "Deus" foi pronunciada 59 vezes, quase o mesmo que "corrupção", que foi proferida em 65 ocasiões. Já o termo "família" surgiu 136 vezes. O suposto crime de responsabilidade, do qual a Presidenta era acusada foi pouco citado. A contagem das palavras foi feita pela Agência Brasil[132] com base em transcrição da votação no site da Câmara dos Deputados. O discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, que na época era Deputado Federal pelo PSC - RJ, ilustra perfeitamente o caráter do golpe e a linha ideológica que seria adotada no seu futuro governo.

[131] O termo "mídia" está sendo usado aqui como o conjunto de meios de comunicação comerciais e burgueses (televisivos, impressos, internet, rádio e etc.), que atuaram como atores políticos e ideológicos durante o processo de destituição da Presidenta Dilma, adotando uma linha editorial claramente favorável ao golpe.
[132] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-de-dilma-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-na-camara Acesso em: 28 mar. 2024.

> Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo e em memória do coronel Brilhante Ustra, o meu voto é sim (Bolsonaro, 2017, sem paginação).

A justificativa ideológica do golpe de 2016 contou com um expressivo apoio popular. A direita ocupou as ruas com manifestações muito parecidas com as ocorridas nos anos 1960, em nome da Tradição, Família e da Propriedade, favorável ao golpe militar e contra os "comunistas". A mídia contribuiu para o golpe dando legitimidade às reivindicações golpistas, ao cobrir em tempo real as manifestações da direita e ao abraçar insistentemente a pauta econômica e do combate à corrupção. Após a saída da Presidenta Dilma e com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, a pauta conservadora e anticomunista mostrou ter sido o pano de fundo do golpe, cujo fim último era conter os avanços democráticos, sociais e políticos possibilitados nos governos do PT que deram visibilidade e garantia de direitos a grupos historicamente oprimidos e marginalizados na nossa sociedade, como por exemplo os negros e negras, as mulheres, LGBTqia+, dentre outros.

> Se na década de 1960 o "perigo comunista" era identificado com a URSS externamente e com os sindicatos, internamente, agora ele expressa uma sociedade civil pujante, diversa, que organiza novos ativismos em várias escalas (local, municipal, nacional e global) e pretende avançar em uma nova agenda de direitos (Chaloub; Lima; Medeiros, 2021,p.1).

O golpe de 2016, portanto, valeu-se de um imaginário anticomunista já consolidado na sociedade brasileira e usando um discurso conservador e reacionário de preservação dos valores cristãos e familiares, conseguiu apoio de parcela expressiva da sociedade civil, do empresariado, de setores políticos da direita e da extrema direita com o intuito de conter os avanços sociais, econômicos e políticos que havíamos conquistado nos últimos 15 anos de governos do Partido dos Trabalhadores. Portanto, pode ser caracterizado como um golpe de classe, disfarçado de defesa dos interesses econômicos e sociais do país.

> Projetos aprovados na era da petista concederam direitos trabalhistas a uma classe trabalhadora explorada, ainda no limiar do século XXI, nos moldes do sistema escravocrata. Isso afetou diretamente os ganhos da classe média, impactando, também, sua própria percepção de classe na sociedade. Essa mudança material gerou lastro para o ódio visto posteriormente nas manifestações de classe média e classe média alta contra Dilma e na sua adesão fervorosa a Bolsonaro e ao lema "Brasil acima de todos. Deus acima de tudo (Fernandes, 2016, p.124),

De acordo com Galdêncio Frigotto (2017, p. 18) "são nas relações sociais classistas do sistema capitalista atual que se gestam, se articulam e se potenciam os pilares das ditaduras e os reiterados golpes institucionais da classe dominante brasileira". No Brasil de 2016, as razões classistas também prevaleceram, escondidas atrás da "cortina de fumaça" da ameaça comunista

e de diversas outras pautas baseadas em costumes morais, que têm apelo fácil numa sociedade conservadora como a nossa. Para Motta (2000, p. 42) “os momentos da história de maior militância anticomunista geralmente coincidiram com as fases de ascensão da esquerda.” Convém tentar entender as estratégias utilizadas pelos ideólogos do golpe, as razões do seu poder de sedução e os objetivos dos atores envolvidos.

3.2. As estratégias discursivas e midiáticas de legitimação do Golpe de 2016

Em 2016, o imaginário anticomunista, plenamente consolidado e internalizado, foi amplamente utilizado, contribuindo para o desgaste da imagem da Presidenta Dilma Rousseff perante a opinião pública. Para Israel de Sá (2020, p. 121) os discursos que materializam posições ideológicas são construídos historicamente e postos em circulação por sujeitos histórico-ideológicos e seu lugar privilegiado de materialização é a linguagem (verbal e não-verbal). Cabe indagar a qual posição histórico-ideológica esse dizer se filia.

Ao trabalhar o golpe de 2016 em sala de aula, dando ênfase ao imaginário anticomunista, iremos propor um diálogo com a historiografia sobre os golpes de 1937 e 1964, por meio da mediação didática, na tentativa de refletir sobre os modos pelos quais o estudo do passado e a sua compreensão podem ser usados no presente, na defesa da democracia, dos Direitos Humanos e de valores que são caros para a sociedade. Através do diálogo, do levantamento de hipóteses e da busca de soluções ou proposições, realizaremos um trabalho coletivo de desconstrução de imaginários e interpretações históricas, advindas de uma consciência histórica formada a partir do senso comum e não com base em fundamentação histórica e teórica comprometidas com o conhecimento histórico.

No contexto do golpe de 2016, a mídia brasileira (televisiva, impressa e digital) “manipulou a opinião pública com a produção sistemática das versões da realidade, versões que interessam a quem essa mídia representa e da qual é parte: o capital” (Frigotto, 2016, p. 20). Ela teve um papel fundamental nesse processo de demonização da esquerda, criminalização do Partido dos Trabalhadores, e destituição da Presidenta Dilma. A forma como o processo de *impeachment* foi conduzida e noticiada, contribuiu para estimular entre os brasileiros, um forte sentimento de polarização política e aversão á esquerda, em particular ao PT, aumentando a intolerância e o discurso de ódio. Portanto, a mídia brasileira assumiu posição golpista no contexto de 2016, que nos permite caracterizá-lo também como um “golpe midiático”.

Para Israel de Sá (2020, p. 135):

> O que dá o caráter de midiático aos golpes é a participação da mídia na construção dos sentidos, no corte/recorte dos acontecimentos, na seleção e sintetização em um enunciado. O jornalismo e a mídia são sujeitos na construção da história e na produção de memórias e, em ambos os momentos [1964 e 2016], possibilitaram a inscrição de uma verdade, a do golpe.

Juridicamente, o suposto crime de responsabilidade cometido pela Presidenta Dilma Rousseff foram as "pedaladas fiscais", porém, os ataques à ela iam muito além disso. A mídia criou representações extremamente negativas sobre a Presidenta e estas foram reproduzidas nas redes sociais e divulgadas em grupos de *WhatsApp.* As manifestações de rua[133], que em 2015 e 2016, pediam o *impeachment* de Dilma valeram-se dessas representações e tiveram como eco a divulgação massiva na imprensa, nas mídias digitais de direita, nos jornais impressos, nas redes sociais e etc. Estas manifestações foram financiadas pela classe dominante, por fundamentalistas religiosos, entidades representativas do empresariado como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)[134], a Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ)[135] e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban)[136] além das Bancadas Congressistas do boi, da bala e da Bíblia, dentre outros grupos. Os principais organizadores dessas manifestações foram os grupos Vem pra Rua[137], o Revoltados On line[138] e o Movimento

[133] Os protestos contra o governo Dilma Rousseff foram manifestações populares que ocorreram em diversas regiões do Brasil, no contexto da crise político-econômica iniciada em 2014 e que se estenderam até o golpe de 2016. Os principais objetivos era protestar contra o governo Dilma Rousseff e defender a Operação Lava Jato. O movimento reuniu milhões de pessoas nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto, 13 de dezembro de 2015 e 13 de março de 2016.

[134] A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é uma entidade da indústria brasileira, filiada à Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade reúne 52 unidades representativas no estado de São Paulo, que representam 133 sindicatos patronais e 130 mil indústrias.

[135] A Federação Israelita do Rio de Janeiro (FIERJ) é a representante política da comunidade judaica do Estado do Rio de Janeiro. Fundada em 1947 com finalidade principal de acolher os sobreviventes do Holocausto na capital brasileira. Estima-se que hoje congregue 75 entidades judaicas e que possua 35 mil membros. Seus principais objetivos são: representar os judeus do Estado do Rio de Janeiro e os interesses da comunidade judaica estadual e, em especial, dos seus associados, perante as autoridades constituídas, as Federações congêneres e quaisquer outras instituições ou entidade; fomentar os sentimentos de civismo, solidariedade humana, democracia, paz e justiça social, opondo-se a quaisquer formas de discriminação, dentre outros.

[136] A Federação Brasileira de Bancos é a principal entidade representativa dos bancos brasileiros. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, e seu atual presidente é Isaac Sidney. Seu quadro associativo conta com 119 instituições financeiras associadas de um universo de 155 em operação no Brasil.

[137] O Movimento Vem pra Rua é um movimento político-social fundado em outubro de 2014 com o objetivo de organizar e captar pessoas em razão da crise política e econômica que o país enfrentava durante o Governo Dilma. Tinham como bandeiras o combate à corrupção, o impeachment de Dilma Rousseff e a aprovação das 10 Medidas contra corrupção, projeto de lei do Ministério Público Federal. Nos anos de 2015 e 2016, o Vem Pra Rua organizou, junto a outros movimentos da sociedade civil, manifestações em todo o Brasil contra a corrupção, o Partido dos Trabalhadores e o governo da presidente Dilma Rousseff.

[138] Criado pelo empresário paulista Marcello Reis, o Revoltados Online foi um dos muitos grupos de direita que se beneficiaram da insatisfação popular iniciada em junho de 2013 e que continuou nos anos seguintes. O grupo cresceu, e Reis se aproximou de figuras como os então deputados Eduardo Cunha e Jair Bolsonaro, consolidando uma narrativa mais radical de direita. Mas a página do Revoltados Online, com 2 milhões de seguidores no Facebook, acabou bloqueada por compartilhar discurso de ódio e homofobia.

Brasil Livre (MBL)[139] e o grupo Nas Ruas[140]. A grande quantidade de pessoas, grupos sociais e organizações políticas que se uniram a favor do golpe não demonstra uma unidade social. Para Moura,

> O amálgama constituído por esses grupos não forma um todo monolítico. Cada num tem seus propósitos, nem sempre convergentes. Mas, há algo que os une: medo de perda relativa de poder político, social e econômico, em razão da possibilidade de conquistas dos fragmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora (2017, p. 6).

Portanto, tratava-se de grupos diversos, porém ideologicamente parecidos. Eram todos contra as bandeiras progressistas do PT, como por exemplo: a defesa dos Direitos Humanos, cotas raciais, política externa dissociada dos EUA e etc. Para Ferreira e Júnior (2020, p. 56) tais grupos objetivavam "implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das minorias como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país."

Essa "cruzada ideológica" pela destituição da Presidenta Dilma valeu-se de representações anticomunistas, que alimentaram um imaginário social extremamente hostil e conservador. Diversas frentes se uniram com um discurso já conhecido pelos brasileiros, mas ainda muito atual: o anticomunismo. Para que o golpe se efetivasse, sem que os seus ideólogos carregassem a pecha de golpistas era necessário o apoio popular e esse foi conseguido usando (e abusando) da estratégia do pânico moral, sejam nas manifestações populares, nos meios de comunicação em massa, nas redes sociais e na imprensa.

As manifestações contra o governo Dilma ocorridas em 2015 e 2016 mobilizaram um arsenal de representações anticomunistas. Estas se assemelhavam àquelas defendidas nos anos 1960, como a defesa da família, da religião e da propriedade. Muitas vezes parecia estarmos assistindo uma reedição da *Marcha da família com Deus pela liberdade*, ocorrida em 1964. As semelhanças entre os contextos de 1964 e 2015 são muitas. Nos atemos no caráter anticomunista dessas manifestações. Para exemplificar, analisamos (numa escala muito pequena, já que a análise de imagens não é, diretamente, o objeto da pesquisa) algumas fotografias das manifestações, de modo a sustentar o argumento de que o imaginário anticomunista contribuiu, de forma importante, para a legitimação do golpe de 2016 perante a opinião pública.

---

[139] O Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento político liberal-conservador brasileiro vinculado à direita, ativo desde 2014. Em seu manifesto, cita cinco objetivos: "imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras".

[140] O Movimento Nas Ruas é um movimento social brasileiro de direita, fundado em julho de 2011 que tem por objetivo o combate à corrupção e impunidade. Sua fundadora é a atual deputada federal Carla Zambelli.

A temática do comunismo esteve muito presente nas justificativas ideológicas que a sociedade usava para desacreditar o governo da Presidenta Dilma Rousseff e apoiar o seu *impeachment* e a mídia contribuiu ao amplificar o alcance dessas manifestações em seus veículos de transmissão, principalmente a imprensa e as mídias digitais. Analisemos as Figuras 2 e 3.

Figura 2: Foto retirada na Avenida Paulista em 15 de março de 2015



Fonte: G1. Fotografia de Gerardo Lazzari.
Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2015/03/fotos-protesto-contra-o-governo-e-corrupcao-toma-paulista.html
Acesso em: 31 mar. 202

Figura 3: Foto retirada na Avenida Paulista em 15 de março de 2015



Fonte: G1.
Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2015/03/fotos-protesto-contra-o-governo-e-corrupcao-toma-paulista.html
Acesso em: 31 mar. 2024.

Analisando as figuras 2 e 3, chama atenção a data da manifestação. Ambas as fotos foram tiradas na manifestação do dia 15 de março de 2015, apenas 2 meses após a Presidenta Dilma tomar posse, o que aconteceu em janeiro de 2015.[141] É claro que o roteiro para inviabilizar o mandato de Dilma começou antes mesmo de qualquer denúncia de crime de responsabilidade cometido. Colunistas de jornais e TV introduzem as possibilidades de golpe tão logo a derrota de Aécio Neves se concretiza. Observando as imagens, percebemos claramente qual era o grupo social predominante nas manifestações. De acordo com o Instituto Data Folha, dos 500 mil manifestantes que estiveram presentes, 57% eram do sexo masculino; 77% se autodeclararam brancos e 77% tinham ensino superior.[142] Essa constatação reforça o caráter classista do golpe. Além disso, as imagens citadas são claramente anticomunistas. O apelo pelo retorno da Ditadura Militar e a afirmação de que o Brasil "jamais será vermelho", são usuais em manifestações anticomunistas em todo o mundo.

Para Vieira (2022, p. 42):

> Não por acaso, a associação do petismo à corrupção e ao comunismo em uma sociedade majoritariamente cristã, foi promovida de modo a incitar a retórica do ódio contra suas lideranças e apoiadores, sobretudo através das redes sociais, dentre as quais o Facebook, ou das manifestações de rua, (...) potencializou a lógica do nós contra eles, materializando com seu discurso, ocupação das ruas e atos simbólicos, a exemplo da exacerbação do contraste entre o verde-amarelo e o vermelho.

As figuras 4 e 5, ambas retiradas da manifestaçao pró-*impeachment* que aconteceu na Avenida Paulista, no dia 16 de agosto de 2015, expõem mais explicitamente o viés anticomunista do golpe. Na figura 4, uma manifestante branca mostra um cartaz, escrito em inglês *"We don't want comunism in Brazil*". A intenção era atrair a atenção da mídia internacional, especialmente estadunidense. Como se isso fosse necessário! Os Estados Unidos apoiaram o golpe, pois eram contrários à política externa de fortalecimento das relações Sul-Sul[143], adotada pelos governos do PT. Para a política externa norte-americana "era necessário

[141] Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (PSDB) na disputa em segundo turno e foi reeleita em 26/10/2014 para um novo mandato como presidente da República (2015-2018). Dilma obteve 54.501.118 votos (51,64%) e o tucano, 51.041.155 votos (48,36%). As abstenções totalizaram 30.137.479 (21,1% do total).

[142] Dados da Pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha. Disponível em: https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf Acesso em: 07 mar. 2024.

[143] Em linhas gerais, as principais medidas de política externa do governo Lula que fortaleceram as relações Sul-sul e contrariaram os interesse norte-americanos na América Latina, foram: o fortalecimento e aprofundamento das relações com os Brics (países emergentes Rússia, China, Índia África do Sul e Brasil); a reabilitação do Mercosul; a retomada dos laços com a África e o fortalecimento das relações entre América Latina, África e países lusófonos com a criação das Universidades Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab). Outro fator que merece ser destacado como razão do apoio dos EUA ao golpe, é o interesse desse país em dominar a tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas ultra profundas, na qual a Petrobras é líder mundial. A política externa do governo Dilma era contrária à perda do domínio da Petrobras do controle da tecnologia e da operacionalização das atividades do pré-sal. Ver: Moura (2017).

ter no Brasil um governo confiável e sensível aos seus interesses". Os idealizadores do golpe "eram a favor de maior aproximação com países de capitalismo avançado, especialmente os EUA: realinhamento dependente" (Moura, 2017, p. 5). Isso explica a devoção que os antipetistas têm pelos países capitalistas, especialmente os EUA.

Figura 4: Manifestação pelo *impeachment* em 16 de agosto de 2015



Fonte: El País, 16 de agosto de 2015
Disponível em: https://brasil.elpais.com/acervo/2015-08-17/
Acesso em: 31 mar. 2024

Na figura 5 outra mulher branca mostra mais um cartaz que traz o símbolo do comunismo "a foice e o martelo" como algo que deve ser evitado. Esses exemplos mostram que o anticomunismo foi um dos fatores mobilizadores do golpe. Poderíamos trazer centenas de imagens de vieses anticomunistas retiradas das inúmeras manifestações que aconteceram no país no período pré-golpe, mas ultrapassaria os limites deste trabalho. A intenção é mostrar que o imaginário anticomunista foi mobilizado nas manifestações "populares" que reivindicavam a saída da Presidenta

Figura 5: Manifestação pelo *impeachment* em 16 de agosto de 2015



Fonte: El País, 16 de agosto de 2015
Disponível em: https://brasil.elpais.com/acervo/2015-08-17/
Acesso em: 31 mar. 2024

Voltando mais de 50 anos no tempo cronológico, chegamos em 1964, mais especificamnete em São Paulo onde acontecia a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As semelhanças com as manifestações pró-*impeachment* da Dilma são inúmeras. Conforme já explicitado, daremos ênfase ao caráter anticomunista dessas manifestações.

Contando com a união da classe média, dos militares e de diversas "forças reacionárias" contrárias ao governo de Jango, a Marcha foi organizada após o comício de 13 de Março de 1964, quando o presidente João Goulart defendeu as Reformas de Base. O Comício foi considerado uma ameaça comunista. Como resposta, cerca de 300 mil pessoas ocuparam o centro da cidade numa manifestação político-religiosa, unida em torno das bandeiras difusas da moralidade, da ordem e do anticomunismo, tendo como alvo direto o presidente João Goulart.

Merece atenção a presença maciça das mulheres nas manifestações de 1964. Nos anos 1960, diversas organizações anticomunistas femininas foram criadas, como por exemplo, a Liga Feminina Anticomunista e a União Feminina Anticomunista, dentre outras,[144] e a mobilização das mulheres tinha com o objetivo conferir apelo especial às manifestações, já que as mulheres representavam um grupo numeroso e influente, com forte apelo emocional.

De acordo com Motta (2002a, p. 241):

> As mulheres foram mobilizadas contra o comunismo em nome da defesa da ordem tradicional: família, religião e propriedade. Organizaram-se para defender e conservar os valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo (...) A força simbólica desta presença feminina era grande, com as mulheres representando a figura materna, o lar, a dona de casa, em resumo, a família.

Nas figuras 6 e 7 é possível ler os dizeres das faixas que os manifestantes carregavam: "Comunismo não. Democracia sim"; "Reformas com o comunismo"; "Verde amarelo, sem foice e martelo"; "Queremos governo cristão". O que se observa, é que o "fantasma do comunismo" estava presente em ambos os contextos e foi usado estrategicamente por grupos conservadores a fim de manter inalteradas situações de privilégios e exclusões que nos caracterizam.

[144] Entre 1962 e 1964 várias entidades femininas surgiram nos principais estados brasileiros, todas tinham o anticomunismo como motivação maior: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE – Guanabara); União Cívica Feminina (UCF – São Paulo); Movimento de Arregimentação Feminina (MAF – São Paulo); Liga da Mulher Democrática (LIMDE – Minas Gerais); Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG – Rio Grande do Sul); Cruzada Democrática Feminina (CDF – Pernambuco), dentre outras; Ver Motta, (2002a, p. 238 -241)

Figura 6: Marcha da Família com Deus pela Liberdade



Fonte: Agência O Globo, 02/04/1964
Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175
Acesso em: 10 jun. 2024

Figura 7: Marcha da Família com Deus pela Liberdade



Fonte: Agência O Globo, 02/04/1964
Disponível em:https://historiativanet.wordpress.com/2011/11/23/a-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/
Acesso: 06 mar.2024

Figura 8: Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964



Fonte:Agência O Globo, 02/04/1964
Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175
Acesso em: 10 jun. 2024.

Figura 9: Foto retirada na Avenida Paulis em 15 de março de 2015



Fonte: G1
Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2015/03/fotos-protesto-contra-o-governo-e-corrupcao-toma-paulista.html
Acesso em: 31 mar. 2024

As imagens número 8 e 9 são inacreditavelmente idênticas e revelam o anticomunismo de matriz liberal ou "internacionalista", expressão usada por Vianna (1993). Este criou diversas representações e alimentou imaginários que acusavam os comunistas de serem "agentes estrangeiros", "enviados de Moscou", "corpo estranho", "doutrinas exóticas", "ideias estranhas", "alienígenas" (Motta, 2002a, p. 55), e portanto, uma ameaça à unidade da Nação. A menção à Cuba ainda hoje é comum ao vocabulário anticomunista.

A acusação de que os comunistas eram "agentes estrangeiros a serviço de Moscou" foram bastante utilizadas na repressão aos comunistas desencadeada após a Intentona Comunista de 1935. Viana (1992) desconstrói a tese, defendida por alguns historiadores, de que os levantes de 1935, teriam acontecido devido a fatores externos, isto é, desencadeados por ordens da Terceira Internacional Comunista. Para a autora, os levantes ocorreram devido às condições políticas, sociais e ideológicas gestadas e desenvolvidas na sociedade brasileira da época como: o tenentismo de esquerda e a tradição dos movimentos militares de se considerarem os únicos aptos a modernizar o país; a mobilização popular contra o integralismo e o nazifascismo; as oposições estaduais a Vargas; a instabilidade do operariado urbano e a insatisfação dos militares subalternos, impedidos de se manifestar e ameaçados pela redução dos efetivos do exército. Portanto, o mito que atribui ao Komintern o comando dos levantes teria sido forjado pelo Estado e usado como justificativa para o recrudescimento do regime varguista e do movimento integralista.

Ainda de acordo com Vianna (1992) o desenrolar dos fatos que culminaram com a eclosão da Revolta de 1935, mostra que os motivos foram de ordem interna, relacionados a descontentamentos dos militares e não de ordem externa (influência da Terceira Internacional Comunista), como os anticomunistas tentaram mostrar durante décadas.

Na análise de Jeifets (2022. p. 71 -72)

> (...) a prática da primeira década de existência da III Internacional demosntrou a impossibilidade de uma única abordagem estratégica e tática (...) As especificidades das condições nacionais dos países latino-americanos determinaram as relações contraditórias do Comintern com suas seções nacionais inevitavelmente dando espaço para o surgimento de conflitos. Estes conflitos estavam relacionados tanto com a efetiva implementação da revolução dentro de um determinado país quanto com a escolha entre a forma violenta e armada de tomada do poder, ou às formas de coordenar o movimento comunista latino-americano.

Na primeira onda anticomunista (1935-1937), as denúncias giravam em torno da União Soviética e da influência da Internacional Comunista no Brasil. Na segunda onda anticomunista (1961-1964), as denúncias de uma suposta "infiltração estrangeira" mudam um pouco de foco. A URSS deixa de ser o ator principal e Cuba assume posição de destaque e passando a ser "atacada violentamente devido à política de 'descristianização[145]' e à prática de fuzilar opositores (o *paredón*)" (Motta, 2002a, p. 244).

> Durante décadas (...) a União Soviética ocupou lugar central no imaginário anticomunista, desempenhando o papel de foco propagador da "ameaça revolucionária". Mas, à medida que outros países entravam para a esfera do "socialismo real", a ameaça estrangeira perdeu o monocórdio tom russófobo. A partir de 1960, China e Cuba, principalmente, também começaram a ser denunciadas como fonte da conspiração comunista. As novas "potências vermelhas" foram acusadas de fomentar a revolução no país por meio da divulgação de literatura subversiva. Ou do envio de agentes treinados para dirigirem a açao dos comunistas brasileiros." (Motta, 2002a, p. 56).

Durante o governo Dilma, a expressão "Vai pra Cuba" passou a ser usada com frequência pela direita, para afrontar os "comunistas de *iphone*", que defendiam o regime cubano, mas viviam confortavelmente sob as supostas benesses do capitalismo. Essas expressões confirmam a tese de que as acusações feitas ao comunismo carecem de fundamentação teórica e se baseiam no ódio à esquerda e aos possíveis avanços sociais que ela propõe. Aliás, Karl Marx, nunca defendeu que o pobre devesse fazer "voto de pobreza" e abster-se de bens materiais ou da tecnologia. Ao contrário, na "Crítica ao programa de Gotha" e em diversos outros escritos, Marx defendia a importância de os trabalhadores desfrutarem de conforto material no socialismo. Nas palavras de Marx (1875) "o trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura, e como o trabalho útil só é possível dentro da sociedade e através dela, todos os membros da sociedade têm igual direito a perceber o fruto integro do trabalho",

[145] Em 1976, a nova Constituição cubana declarou o caráter ateu da ilha.

[146] afinal, "se a classe operária tudo produz, a ela tudo pertence". [147]

No cenário de crise econômica, polarização e demonização da esquerda vivenciado no contexto pré-golpe de 2016, a irracionalidade, o discurso de ódio e a intolerância assumiram uma proporção muito grande. A educação foi um dos principais alvos desse discurso de ódio. O Movimento Escola sem Partido[148] criado em 2004, se fortaleceu e encampou uma luta contra a "doutrinação marxista" nas escolas. De acordo com seus idealizadores, o programa seria "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis, do ensino básico ao superior".[149] Diversos projetos de lei foram criados tendo como base a ideologia do programa e mesmo após várias declarações de inconstitucionalidade dos projetos, pelo Supremo Tribunal Federal (STF)[150], as pautas conservadoras e retrógradas que o geraram continuaram em disputa na sociedade.

Durante o processo de destituição da Presidenta Dilma, o pleito eleitoral de 2018 e o governo Bolsonaro, os reflexos dessa ideologia foram muito sentidos nas escolas e universidades. A tentativa de associação entre o PT e a "doutrinação marxista", fazia parte de processo de demonização do PT em particular e das esquerdas em geral. Para Israel de Sá (2020, p. 131), "a demonização da esquerda configura-se estratégia discursiva fundamental nos processos que culminam em golpes de Estado". Na *internet* multiplicam-se os memes[151] que associavam o PT ao comunismo e os professores como "esquerdistas e doutrinadores", como veremos nos exemplos abaixo que circularam nas redes sociais e grupos de *WhatsApp.* (figuras 10 e 11).

> Há que se ressaltar, a tentativa de associação recorrente do PT ao comunismo, uma associação que carece de fundamento, mas que permanece forte no imaginário social do brasileiro (...) uma eterna ameaça a ser continuamente evocada. Tudo indica que o "fantasma do comunismo" continua a ser utilizado como estratégia política, desencadeando emoções de raiva, de ódio, de medo (Cyrino, 2020 p. 112).

---

[146] Crítica ao programa de Gotha (pcb.org.br) PDF – Disponível em: https://pcb.org.br/portal/docs/criticaaoprograma.pdf Acesso em: 15 abr. 2024.

[147] Essa frase ora é apontada como de karl Marx (1818-1883), ora como dita por Ferdinand Lassalle (1825-1864). Independente da autoria exata, a frase resume bem os postulados marxistas descritos em *MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 112. "o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho".*

[148] Projeto de Lei nº 867/2015

[149] Disponível em: http://www.escolasempartido.org/quem-somos/ Acesso em: 15 abr. 2024.

[150] Sobre a suspensão de projetos de leis baseados no programa Escola sem partido, ver: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=450392&ori=1Acesso em: 15 abr. 2024.

[151] Os memes são fenômenos de linguagem, propagados na internet, principalmente em plataformas sociais, responsáveis pela disseminação de informações – nem sempre verídicas- carregadas de humor e ironia sobre fatos do cotidiano.

A associação do PT ao comunismo é exemplificada na figura 10 (abaixo). “A retórica dos publicistas que ajudaram a criar a atual onda direitista (...) se assemelha à tradição anticomunista, da qual eles se apropriaram para atacar os governos liderados pelo PT” (Motta, 2021). Retirado de uma publicação feita no dia 17 de maio de 2016 num *blog* de direita intitulado RS Notícias, o meme foi amplamente divulgado nas redes sociais e grupos de *WhatsApp* nos anos que precederam o golpe de 2016. A imagem ilustra a perseguição ideológica que a educação foi submetida, principalmente durante os governos da Presidenta Dilma e do seu sucessor Jair Bolsonaro. O meme é um ataque à Universidade Pública ao sugerir que nos governos do PT os estudantes universitários passavam por uma espécie de “lavagem cerebral”. De jovens disciplinados e esforçados a jovens preguiçosos e dependentes dos programas sociais do governo. Claramente o meme reflete uma defesa da meritocracia e um ataque às politicas públicas de ação afirmativa e distribuição de renda. A referência ao comunismo aparece nas camisetas vermelhas com imagens de Che Guevara e aos semblantes deformados e eufóricos.

Figura 10: Meme



Fonte: Blog RS Notícias
Disponível em:
https://www.rsnoticias.top/2016/05/governo-do-pt-12-anos-praticando.html
Acesso em: 28 mar. 2024

No mesmo sentido, a figura 11 (abaixo) é outro meme que também circulou nas redes sociais no contexto de efervescência do Movimento Escola Sem Partido. Impressiona pelo absurdo da imagem: um modelo idealizado de família que ignora a heterogeneidade da configuração social brasileira. Poderia ser usado como uma piada, mas sabemos que esses memes têm um alcance muito amplo e atinge parcelas distintas a sociedade. O que para uns é uma piada de mal gosto, para outros pode ser visto como uma verdade ou um ideal que se

pretende alcançar, afinal, “a informação dada a partir de elementos gráficos não necessita de provas, pois não é científica, mas sim satírica, inserindo-se na opinião popular de uma maneira sutil e despercebida” (Bona, Fiuza, 2021, p. 354). Esses recursos imagéticos, obviamente, não serão utilizados na educação formal, entretanto, eles influenciam a educação informal e tem um grande poder de influenciar a opinião pública.

Figura 11: Meme



Fonte: Página da internet Pinterest “Recados de bom dia” – Disponível em https://br.pinterest.com/pin/776589529482037450/ Acesso em: 07 mar. 2024

Toda a perseguição ideológica a que os professores foram submetidos no contexto do pré- golpe de 2016 também demonstra as continuidades do imaginário anticomunista. Desde os anos 1930 os governos ditatoriais se preocuparam em esvaziar o pensamento crítico e em criar conformidades com a ideologia autoritária, tendo como estratégia a disseminação de valores e ideias anticomunistas. Após a Intentona Comunista de 1935, o conservadorismo ganhou mais espaço na área educacional, reduzindo a influência que a Escola Nova e intensificando a presença das Forças Armadas. “destaca-se a ênfase na consciência patriótica, em sintonia com os nacionalismos em voga na Europa” (Piletti, 2021, p. 196).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) a educação brasileira passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Os avanços democráticos vivenciados no período entre as ditaduras do Estado Novo e a militar (de 1945 a 1964) foram substituídos por uma enorme perseguição a professores e alunos. Os movimentos estudantis foram sufocados e a UNE foi posta na ilegalidade, passando a atuar na clandestinidade. Com a publicação do AI5 em 1968, a organização estudantil, bem como greves, comícios, desfiles, divulgação de material “subversivo” foram proibidos, sob pena de demissão de professores e funcionários, desligamento de estudantes e proibição de se matricularem em outras escolas. Diversas

reformas[152] foram efetuadas, em parte devido a acordos educacionais firmados entre o Ministério da Educação e a Agência Interamericana de Desenvolvimento dos Estados Unidos (Acordo MEC – USAID). Por meio de iniciativas de ordem burocrática[153], o governo militar procurou neutralizar a luta dos estudantes universitários por mais vagas nas universidades. Com relação ao 1º grau, a reforma de 1971, a mudança mais significativa foi a "exclusão da preparação para o ingresso no ensino superior (...) e a obrigatoriedade da formação profissionalizante no caso do 2º grau", além da substituição das disciplinas de História e Geografia por Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e de Educação Moral e Cívica (EMC), num claro movimento de militarização das escolas e esvaziamento do caráter crítico, "matérias mais reflexivas, como Filosofia e sociologia, deixaram de ser ministradas no ensino de 2º grau". (Piletti, 2021, pp. 218, 222 e 224) Todas essas mudanças estavam acompanhadas da perseguição, prisão e demissões de professores que tentassem questioná-las ou mesmo se opor ao regime.

A figura 12, publicada em abril de 1964, apenas um mês após a instauração da Ditadura Militar, mostra que a perseguição aos professores com acusações de caráter anticomunistas foi herdada do Estado Novo e permaneceu como uma prática comum antes mesmo do endurecimento do regime. O meme sugere que "denunciando a professora de comunista", ela seria demitida e eles se livrariam da aula. As semelhanças com o contexto atual, não é mera coincidência. Os memes e a charge confirmam a tese de que o anticomunismo comporta mais continuidades do que rupturas e se alimenta de matrizes ideológicas que se repetem nas representações.

[152] Reforma Universitária de 1968 e Reforma do Ensino de 1º e 2º, Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971.
[153] Dentre essas iniciativas podemos citar: A instituição do vestibular classificatório; organização da universidade em departamentos (modelo empresarial e burocrático); organização em semestres e do sistema de créditos; as matérias filosóficas tornaram-se optativas; multiplicação de vagas em escolas superiores particulares; Instituição da obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau. Ver: Pilleti, 2021, Op. Cit., pp. 218 -219

Figura 12- Cartum de Claudius, chargista do Pasquim



Fonte: Jornal do Brasil, 07 de abril de 1964

As mídias impressas brasileiras, como jornais e revistas, também adotaram uma posição golpista e valeram-se do imaginário anticomunista em suas representações. Para exemplificar e sem a pretensão de fazer análises generalistas a partir de um pequeno referencial, cito algumas revistas de grande circulação, para dar continuidade reflexão sobre a manutenção e utilização de representações anticomunistas por meio de diversas fontes, dentre elas, as fontes iconográficas.

Na véspera da eleição de 2014, a Revista *Veja* antecipou a divulgação do editorial nº 2397[154] que trazia como reportagem de capa, a foto da Presidenta Dilma e do ex-presidente Lula e a manchete em vermelho: "Eles sabiam de tudo!" (Figura 13) Me lembro de parar num semáforo, em Brasília, no sábado, dia 25 de outubro de 2014 e ficar perplexa ao ver que a revista estava sendo vendida ali na rua, por militantes da direita. A reportagem trazia o depoimento do doleiro Alberto Youssef, réu no caso em que apurava a corrupção na Petrobrás. Ele afirmava que a Presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula sabiam dos desvios de verba na estatal petrolífera. Ao que parece, tal depoimento sequer existiu, de acordo com o próprio advogado de Alberto Youssef.[155]

[154] Link para acesso ao site da revista Veja em que a capa foi publicada, disponível em: http://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/ Acesso em: 03 abr. 2024.

[155]A reportagem do jornalista André Guilherme Vieira, publicada pelo jornal Valor Econômico, no dia 30 de outubro de 2016, afirma que o advogado que representa Alberto Youssef, Antonio Figueiredo Basto, negou envolvimento na divulgação de informações que teriam sido prestadas pelo doleiro no âmbito da delação premiada. "Asseguro que eu e minha equipe não tivemos nenhuma participação nessa divulgação distorcida", afirmou o advogado de Yousseff ao Valor. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/10/30/advogado-de-youssef-nega-participacao-em-divulgacao-distorcida.ghtml Acesso em: 03 abr.2024.

O ministro Admar Gonzaga, do TSE, com base numa representação do PT, concedeu liminar[156] determinando que a edição não poderia circular. Entretanto, não havia nenhuma possibilidade de recolher as edições já vendidas ou distribuídas. Na decisão, o juíz argumentou que a "ampla divulgação do conteúdo de capa da revista e sua publicação antecipada em dois dias pode transformar a veiculação em verdadeiro panfletário de campanha, que, a toda evidência, desborda do direito/dever de informação e da liberdade de expressão".[157]

Sem entrar em mais detalhes sobre a influência que esta edição pode ter tido nas eleições, sabemos que foram significativas, ou ao conteúdo da matéria divulgada, vamos nos ater somente às representações contidas na capa da revista. Estas reforçam imaginários anticomunistas já constituídos e amplamente divulgados em décadas de atuação, como por exemplo, a associação da esquerda às trevas, ao fazer uso da cor preta no fundo. A manchete em vermelho também remete á esquerda e ao comunismo. Os semblantes pesados e a ausência de um lado do da face, transmitem a ideia de que ambos (Lula e Dilma) são, na verdade, uma única pessoa, ou uma única ideologia, que conspiram contra o país. De acordo com Burke (2004, p. 81) "(...) a solução mais comum para o problema de tornar concreto o abstrato é mostrar indivíduos como encarnações de ideias e valores." A capa da revista nos remete a um imaginário instituído e como tal, não necessitaria de maiores explicações.

[156] Na liminar, o ministro Admar Gonzaga afirmou, também, que a divulgação do conteúdo da revista na forma de publicidade comercial desrespeita a regra do artigo 44 da Lei nº 9.504/1997, a Lei das Eleições, segundo a qual "a propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido nesta lei, vedada a veiculação de propaganda paga". Disponível em: https://globalfreedomofexpression.columbia.edu/wp-content/uploads/2015/10/Acompanhamento-Processual-da-Justi%C3%A7a-Eleitoral-TSE-com decis%C3%A3o.pdfAcesso: 04 abr. 2024

[157] Disponível em: https://globalfreedomofexpression.columbia.edu/wp-content/uploads/2015/10/Acompanhamento-Processual-da-Justi%C3%A7a-Eleitoral-TSE-com-decis%C3%A3o.pdf Acesso em: 04 abr. 2024

Figura 13: Capa da Revista Veja, Edição nº 2397-
25 de outubro de 2014



Disponível em:
http://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/
Acesso em: 03 abr. 2024.

A figura 14 cabe perfeitamente na análise de Miguel (1998) em seus estudos sobre mitologias políticas. De acordo com o autor, (1997, p. 13), no interior das construções discursivas existem núcleos imagéticos ou simbólicos fortemente irracionais, que formam os mitos políticos[158], "seu traço fundamental é a promoção de uma relação emocionalizada entre o público e os conteúdos da mensagem política". Todavia, essas mensagens não brotam do nada, mas resultam de um código inscrito no imaginário coletivo e este código advém de pensamentos comuns, gravados na psique humana e que formam sistemas de imagens. O mito apenas fornece os contornos, o conteúdo é adaptado por quem recebe, de acordo com uma situação prévia de disponibilidade. Ainda segundo o autor, existe no discurso mítico uma ideia de conspiração que sataniza um grupo real ou imaginário de forma racional, entretanto as massas que aderem aos mitos políticos, geralmente o fazem de forma inconsciente (Miguel, 1998, pp. 1 a 7).

> (...) é justamente ali, onde impera a irracionalidade, que abre-se espaço para a criação de mitos políticos, que, permanecendo no terreno do inatingível, se tornam imunes a qualquer crítica de base racional, povoando o vazio reflexivo com emoções apaixonadas á espera de abrigo (Cyrino, 2020, p. 115)

[158] Raoul Girardet (1987) faz um importante estudo sobre os imaginários políticos e mitos políticos, por meio da análise dos grandes acontecimentos históricos da França nos últimos séculos. Seu estudo é fundamental para quem pesquisa os mitos políticos em qualquer país. Ver: GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Nesse sentido, os discursos imagéticos analisados concorrem para a reafirmação do imaginário anticomunista, que podem ser transformados em mitos políticos. Os meios de comunicação, ou a mídia (impressa, digital e televisiva) transmitem e garantem a sobrevivência dos mitos políticos através de um discurso (ou do interdiscurso) iconográfico, de assimilação imediata. Na figura 14, a associação do ex-presidente Lula ao comunismo e esse à tragédia, sangue e morte é o resultado esperado, ainda que não esteja descrito de forma explícita. Afinal, esse é o objetivo do interdiscurso "um não-dizer", "que sustenta a possibilidade de todo dizer" (Orlandi, 2001, p. 34 e 35). Se levarmos essa capa de revista para a sala de aula e sugerirmos que os alunos relatem sobre suas impressões, mesmo sem manchete, estes provavelmente trarão elementos do imaginário anticomunista já forjado e que portanto, faz parte da cultura política brasileira.

Figura 14: Capa da Revista Veja – Edição Nº 2496,
16 de setembro de 2016



Fonte: https://veja.abril.com.br/2021/?post_type=edicao
Acesso em: 12 abr. 2024

Na tentativa de aparentar imparcialidade, as revistas utilizam-se de elementos simbólicos que, na representação social, são comumente associados ao comunismo, como por exemplo as cores principais: o preto e o vermelho, alusivas à ideia de mundo subterrâneo, império das trevas, sangue, dor e sofrimento. É muito comum também nas representações anticomunistas o uso animais como dragões, serpentes, ratos, sanguessugas, polvos, etc., que reforça um imaginário que associa o comunismo á perigo, sujeira, doença, infiltração, traição, como podemos observar nas figuras 15 e 16. Este comunismo animalesco é denominado por Girardet (1987, p. 44) de "bestiário do complô". Nas duas imagens abaixo, podemos constatar a permanência dessas representações ao compararmos a capa de um livro católico publicado em 1960 com a capa da Revista Veja, de 2010.

O livro, intitulado Catecismo Anticomunista[159] (figura 15), foi escrito pelo Arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud e até hoje é vendido em livrarias católicas do Brasil. A capa traz a imagem da Virgem Nossa Senhora de Fátima sobre uma criatura demoníaca, monstruosa e ameaçadora, mistura de dragão e polvo, que representava o comunismo e deveria ser combatido pela fé. O uso do polvo vermelho é constante nas representações anticomunistas, por ser um animal com muitos tentáculos, que consegue envolver e alcançar diversos lugares ou objetos ao mesmo tempo, numa referência á infiltação da ideologia comunista.

A Revista Veja (figura 16), 50 anos depois, faz uso da mesma representação: o monstro vermelho, meio dragão e meio polvo que, de acordo com a revista, seria a ala mais radical do PT, que pressionava a então candidata à presidência Dilma Rousseff a adotar um programa de governo mais alinhado a os ideais de esquerda, o qual a revista chamou de "furiosamente esquerdista" (Veja, 2173, p.13). Como se pode observar, essa edição da Veja foi publicada poucos meses antes do 1º turno das eleições de 2010 e já havia uma campanha "velada" de acusações contra a Presidenta, que viria se tornar mais explícita a partir de 2013.

Figura 15 - Capa do livro Catecismo Anticomunista. 1960



Fonte: SIGAUD, Geraldo de Proença. Catecismo Anticomunista. Diamantina: Vera Cruz, 1960

[159] O livro é vendido até hoje em livrarias católicas, pela internet. Nas propagandas do livro em diferentes livrarias consta a mesma apresentação: "Catecismo Anticomunista é uma série de esclarecimentos acerca da perversa doutrina de Karl Marx. Apresentada em forma de perguntas e respostas, Dom Geraldo de Proença Sigaud explica de forma breve os fundamentos e as consequências do comunismo para a Igreja e a sociedade. Sem dúvidas, é uma leitura indispensável a todo aquele que desejar saber o que os adeptos de tal seita não revelam sobre o comunismo".

Figura 16 - Capa Revista Veja, Edição Nº 2173
14 de julho de 2010



Fonte: https://veja.abril.com.br/2021/?post_type=edicao
Acesso em: 12 abr. 2024

A figura 17, capa da Revista IstoÉ, de abril de 2016, apresenta a imagem de Dilma, Lula e João Pedro Stédile e logo atrás deles bandeira da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ambos movimentos sociais de esquerda. A associação ao comunismo e/ou à esquerda pode ser evidenciada no uso excessivo da cor vermelha, já que historicamente essa cor é utilizada pelos movimentos de esquerda no mundo. As expressões de rosto de Lula, Dilma tentam passar um ideia de agressividade e radicalismo. A articulação entre as cores, as imagens, as bandeiras e o enunciado principal "os sabotadores do Brasil" em amarelo corroboram ainda mais a ideia de ameaça. Reforçando assim, um imaginário já instituído que associa a esquerda e o comunismo à violência, desordem que "transforma os seres humanos em escravos do Estado" (Motta, 2002a, p. 102).

Figura 17:Capa da Revista *IstoÉ*, Edição 2421
29 abril de 2016



Disponível em:
https://www.vercapas.com.br/edicoes/istoe/
Acesso em: 10 jun. 2024.

E por fim, depois de uma campanha orquestrada e de usadas todas as estratégias discursivas e midiáticas de associação do governo Dilma e da esquerda ao mal maior, estava viabilizado, portanto, mais um golpe de Estado na frágil democracia brasileira. Os agentes do golpe perguntavam, em alto e bom som: "O que falta para ela sair?

Figura 18 - Capa da Revista *IstoÉ*, Edição 2401
11 de dezembro de 2015



Disponível em: https://www.vercapas.com.br/edicoes/istoe/
Acesso em: 10 jun. 2024.

Ao analisarmos a figura 18, capa da Revista *IstoÉ*, publicada em dezembro de 2015, mês em que o processo de golpe foi aberto na câmara, percebemos que a Revista tentou apresentar o afastamento da Presidenta como algo inquestionável. A manchete principal "O que falta para ela sair?" não abre espaço para o questionamento da legalidade do processo. O outro enunciado presente na capa é "empresários, líderes políticos até do PT e a maioria da população anseiam pela saída de Dilma e por um pacto nacional que resgate a credibilidade do País". Claramente, a Revista a *IstoÉ* tentou influenciar a opinião do leitor: ao afirmar que um vasto grupo de pessoas e lideranças políticas, inclusive o PT, desejavam a saída da Presidenta, a revista silencia os discursos contrários ao afastamento. Na capa, Dilma tem sua imagem representada apenas como uma sombra, de costas para a faixa presidencial, como se o *impeachment* já tivesse sido consumado. Fica claro que o objetivo dessa representação é criar consensos sobre a destituição da Presidenta, sem abrir espaço para o contraditório.

Nas eleições de 2022, o anticomunismo foi exaustivamente usado e novamente as representações que alimentaram os imaginários anticomunistas no Brasil durante décadas são utilizadas, o que pode ser exemplificado pela figura 19. Aproveitando de um contexto político extremamente polarizado, a disputa dicotômica entre o bem e o mal foi bastante explorada. As represemntações anticomunistas de matrizes católicas são reatualizadas e substituídas pelo discurso neopentecostal e a pauta moral dominou a agenda do então candidato Jair Bolsonaro, o que se pode perceber no *outdoor* da campanha de Bolsonaro instalado num prédio de Porto Alegre (Figura 19). Temas como o "aborto" e a suposta "ideologia de gênero", já bastante utilizados nas eleições de 2018, voltam à tona e são amplificados pela "bancada da Bíblia", bastante influente no Congresso Nacional. Os partidos de esquerda e principalmente o PT passam a ser acusados de associação ao narcotráfico, apoio ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e à liberdade de bandidos. Seria essa uma nova matriz anticomunista? Acredito que sim.

O tema da "censura" também é muito utilizado, numa clara distorção ao significado democrático de "liberdade de expressão". Na verdade, o que eles defendem é a liberdade de divulgar *fake news* e peças difamatórias de reputações, sem necessidade de comprovação, ou seja, defendem a liberdade de praticar crimes. A defesa do agronegócio também mascara a defesa da propriedade privada, contra a reforma agrária e os movimentos sociais do campo. Enfim, a propaganda de campanha ilustra bem a alimentação de imaginários anticomunistas (re) atualizados e (re) adaptados a um novo contexto sócio-histórico. São os "períodos quentes" sinalizados por Baczco, nos quais a "produção de imaginários sofre um ímpeto particular," ao introduzir nas estruturas de pensamento mais duráveis, "mudanças que derivam do dinamismo de uma determinada conjuntura" (Espig, 1998, p. 164).

Figura 19: Faixa instalada em prédio da Avenida Osvaldo Aranha, Porto Alegre, 2022



Fonte: Portal Jornal Gazeta Zero Hora
Disponível em:
https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/08/publicidade-anticomunista-instalada-em-predios-de-porto-alegre-cria-controversia-cl6r3em8c003x017p0jlwkh06.html
Acesso em: 17 mai. 2024

O que pretendemos demonstrar neste capítulo, por meio de exemplos iconográficos, foi que as representações anticomunistas sobre o governo Dilma, os governos do PT em particular e a esquerda em geral, foram difundidas por iniciativa estatal, religiosa, partidária e empresarial, alcançaram as mais diversas classes e grupos sociais. Raoul Girardet chama de "mito da conspiração anticomunista" (1987) o financiamento do pensamento anticomunista por parte de diversas organizações estatais, militares, sociais e etc. Estas se empenham em criar uma imagem tenebrosa do comunismo e dos comunistas que se consolida através dos imaginários partilhados.

Essas representações foram ressignificadas e inspiradas em ondas anticomunistas como os contextos de 1937 e 1964. "Tais imagens apresentavam certa capilaridade, ainda que de difícil mensuração de seu alcance, mas que potencialmente alcançavam o tecido social e contribuíam para que não fossem meramente representações do campo simbólico, pois produziram efeitos sociais e materiais" (Bona; Fiuza, 2021, p. 366). O grande desafio agora é levar este trabalho para a sala de aula, o que será feito por meio do *E-book* temático, que compõe o Capítulo 4.

CAPÍTULO 4 – PARTE PROPOSITIVA

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”(Paulo Freire, 2019, p. 83).

4.1- *E-Book* temático para o Ensino Médio

A “virada conservadora” que se voltou contra a ciência, o professor e especialmente contra o ensino de história, nos últimos anos, exigiu de nós, professores, reações, para as quais, na maioria das vezes, não estávamos preparados. Mais do que nunca se tornou urgente enfrentar esse monstro, antes que ele nos devorassem. Diversos temas, que antes eram trabalhados em sala de aula, sem grande comoção ou resistência, transformaram-se em assuntos perigosos, “sensíveis” e passaram a ser evitados pelos professores, amedrontados por uma rede de denúncias e acusações.

Frente à real ameaça aos valores democráticos, que nos são tão caros, fomos impelidos a traçarmos “novos combates pela história.” Estes se materializaram na criação de uma série de organizações civis e políticas em defesa de uma “escola sem mordaça”,[160] e numa enorme produção historiográfica que nos instrumentalizou e ajudou a enfrentar esse desafio. Especialistas em “transformar limões em limonadas,” buscamos respaldo também nos documentos oficiais que regem a Educação Básica. Estes legitimam o trabalho com “temas sensíveis”, já que “atendem às demandas da sociedade contemporânea” (Brasil, 2019, p. 5).

Nesse sentido, o *E-book* que apresentamos constitui-se como um desdobramento de um longo trabalho de pesquisa sobre o imaginário anticomunista no Brasil, sua influência nos golpes de Estado de 1937, 1964 e 2016. Realiza-se aqui, um trabalho de transposição didática ou “mediação didática”, terminologia usada por Monteiro (2007, p. 90), que objetiva articular a escola e a academia, entendendo não haver hierarquias de saberes, mas saberes que se complementam, como os saberes acadêmicos e os saberes escolares. Nas palavras de Paulo Freire, "não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes" (1987, p. 68).

O *E-book* “O Perigo Vermelho: Comunismo e Anticomunismo no Brasil” é composto de 17 aulas de temática específica, e poderá ser usado pelos professores como itinerários formativos, projetos pedagógicos ou parte diversificada. “Cabe aos sistemas e às escolas adotar a organização curricular que melhor responda aos seus contextos e suas condições: áreas,

[160] Dentre essas organizações podemos citar: o coletivo: Professores contra o Escola sem partido; O Movimento Educação Democrática em parceria com a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Educação Democrática (NEED), dentre outros.

interáreas, componentes, projetos, centros de interesse etc." (Brasil, 2017, p. 123). Portanto, o *E-book* apresenta-se como um material didático- pedagógico que ficará à disposição de todos os professores da Educação Básica. Recomendo que o trabalho seja realizado no Ensino Médio e principalmente como Intinerários Formativos[161], estes "devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes" (Brasil, 2017, p. 47).

Os itinerários formativos do Novo Ensino Médio são um conjunto de situações e atividades educativas escolhidas pelos próprios estudantes, com o objetivo de aprofundar a aprendizagem em uma ou mais área de conhecimento. As escolas da rede pública e privada têm autonomia para definir a quantidade e o conteúdo dos itinerários formativos, que já deverão ser iniciados no 1º ano. Os estudantes devem ter acesso a mais de um tipo de itinerário formativo. Pelo menos 40% da carga horária anual[162] deve ser dedicada aos itinerários, enquanto as demais aos componentes curriculares comuns (Distrito Federal, 2023, p. 14).

O Novo Ensino Médio prevê 3 tipos de itinerários formativos: 1- Por área do conhecimento; 2- Formação técnica e profissional; 3- Integrado: combinam mais de uma área do conhecimento e/ou a formação técnica e profissional. A proposta é que o *E-book* em questão seja utilizado como um Itinerário Formativo por Área do Conhecimento (IFAC). Este é composto pela unidade curricular Projeto de Vida, por Unidades Curriculares Eletivas, por Trilhas de Aprendizagem e por Projeto interventivo. O itinerário que mais se adequa à proposta do *E-book* são as Unidades Curriculares Eletivas (UCE). Oferecidas semestralmente nas três séries do Ensino Médio, estas devem compor 666 horas/aulas.

> Dessa forma, o aprendizado nas Eletivas é essencial para o desenvolvimento e ampliação da visão de mundo do estudante, além de oportunizar o aprofundamento das aprendizagens inicialmente e/ou concomitantemente desenvolvidas pelos componentes curriculares da Formação Geral Básica (FGB) (Distrito Federal, 2023, p. 54).

---

[161] DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Caderno Orientador – Itinerários Formativos – Novo Ensino Médio - Rede Pública do Distrito Federal do Distrito Federal. 2023. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2021/07/caderno_orientador_itinerarios_formativos_14jul23.pdf Acesso em: 10 mai. 2024.

[162] A partir de 2025 haverá mudanças no que se refere à carga-horária do Novo Ensino Médio. O texto que estipula as regras para o Novo Ensino Médio, aguarda a sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), traz consigo, além de alterações na carga horária, uma série de regras sobre itinerários formativos, formações ofertadas, entre outros detalhes. Todas as regras começam a valer a partir de 2025. Ver: https://www.metropoles.com/brasil/entenda-o-que-muda-com-o-novo-ensino-medio-aprovado-no-congresso Acesso em: 14 set. 2014.

Os objetivos dos itinerários formativos são:

> 1. Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às áreas de conhecimento e à formação técnica e profissional;
> 2. Consolidar a formação integral do jovem, que deve desenvolver autonomia para realizar seu projeto de vida;
> 3. Promover valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade;
> 4. Desenvolver habilidades para ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e saber agir em diferentes contextos (Distrito Federal, 2023, p. 14).

Além disso, os itinerários devem contemplar 4 eixos estruturantes: Investigação científica; Mediação e intervenção sociocultural; Processos Criativos e Empreendedorismo (Distrito Federal, 2023, p. 18). O *E-book* estrutura-se principalmente nos três primeiros eixos citados. Não se pretende trabalhar o quarto eixo, "empreendedorismo" por acreditar que ele atende aos interesses dos "reformadores empresariais da educação."[163]

Por meio da investigação e práticas científicas, os estudantes desenvolvem a capacidade de investigar e compreender a realidade, além de se aprofundarem em conceitos fundantes da ciência para interpretar ideias, fenômenos e processos, a fim de identificar um problema, formular hipóteses e propor soluções, que visem a mediação e intervenção sociocultural. É importante ressaltar que,

> A defesa do pensamento científico como referência de validade dos enunciados sustentados pelos professores e professoras e pela instituição escolar integra o conjunto de compromissos éticos da docência. Não de modo instrumental e arrogante, como última palavra que separa o que vale e o que não vale com base em um discurso de autoridade, mas como ponte entre os conhecimentos (ABEH, 2022, p. 37).

A ideia de utilização do *E-book* como itinerários formativos é apenas uma recomendação ou sugestão de trabalho, por entender que ele se adequa bem a essa proposta e atende à necessidade curricular do Distrito Federal. Entretanto, seu uso ficará a critério dos professores, podendo, inclusive, ser usadas nas aulas do próprio componente curricular de História.

Acreditando que "o aprendizado se dá a partir de problemas, ou perguntas de pesquisa, que serão resolvidos (ou não) com o uso de fontes ou evidências" (Alberti, 2021, p. 16), o *E-book* busca acionar diferentes conceitos históricos a fim de promover operações intelectuais,

---

[163] De acordo com Freitas (2012), os reformadores empresariais da educação são uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, institutos e fundações privadas que, baseados no neotecnicismo, impõe a lógica empresarial à educação pública. Objetiva a formação de mão-de-obra barata, a precarização do trabalho do professor e a individualização dos sujeitos. Portanto, um projeto de classe, importado do modelo norte-americano. Ver: FREITAS, Carlos Luiz de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.
Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt Acesso en: 10 mai. 2024.

que construam um conhecimento histórico dialógico e significativo. “O exercício de deslocamento para outros pontos de vista é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais” (Brasil, 2017, p. 130).

> É por meio do diálogo que os estudantes ampliam sua percepção crítica tanto em relação à produção científica quanto às informações que circulam nas mídias, colocando em prática a dúvida sistemática, elemento essencial para o aprimoramento da conduta humana. (Brasil, 2017, p. 124).

No Ensino Médio, “o domínio maior sobre diferentes linguagens, favorece os processos de simbolização e de abstração” (Brasil, 2017, p. 123) e possibilita a problematização dos conceitos, categoria e objetos estudados no Ensino Fundamental. Isto posto, antes de trazer conceitos e informações prontas, o material mobilizará categorias de análise como as operações de identificação, seleção, organização, comparação, interpretação e compreensão, para que os alunos construam suas próprias hipóteses e elaborem seus argumentos a respeito do tema, entendendo que a história é dinâmica e também dialética.

Para que essas categorias sejam mobilizadas na construção do conhecimento histórico e de uma consciência histórica o *E-book* faz uso de fontes diversas que contemplam diferentes linguagens (textuais, imagéticas, digitais, tecnológicas e etc.). De acordo com Alberti, “fontes históricas diversas (...) não devem ser vistas como retratos da realidade, mas como documentos de uma determinada época aos quais devemos perguntar: quem, quando, por que, para quem e como foram produzidas, difundidas e preservadas” (2021, p. 29). A autora argumenta que “praticamente toda a produção humana pode ser indagada como fonte”: documentos textuais, manuscritos e impressos, documentos sonoros imagens, documentos audiovisuais, achados arqueológicos, edificações, objetos, esculturas, ferramentas, utensílios e etc. Para cada tipo de fontes há formas específicas de abordagem, mas determinadas perguntas devem ser feitas a todos os documentos (2019, p. 108).

As fontes históricas utilizadas no *E-book*, em sua maior parte, são oriundas da *internet* e das redes sociais, como por exemplo, os textos, músicas, memes, charges, imagens, além de reportagens de jornais *online*, pesquisas etc. A escolha do *YouTube* como principal fonte de acesso aos vídeos justifica-se pelo fato de ser diariamente utilizado por professores e alunos. Uma pesquisa[164] realizada pela Vídeo *Viewers* em parceria com o Instituto *Provokers* e com a *Box 1824* em 2018 indicou que nove, em cada dez brasileiros, utilizam o *YouTub*e para estudar,

[164] Pesquisa Video Viewers: como os brasileiros estão consumindo vídeos em 2018. Disponível em: https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/estrategias-de-marketing/video/pesquisa-video-viewers-como-os-brasileiros-estao-consumindo-videos-em-2018/Acesso em: 27 jun. 2024.

sendo esta a principal fonte de pesquisa de estudantes. O desafio está em buscar nessa e em outras plataformas digitais conteúdos que sejam confiáveis.

Nesse sentido, houve um cuidado na escolha dos vídeos, textos, imagens e demais fontes da *internet*. A maioria dos canais do *YouTube* utilizados no *E-book* fazem parte da plataforma *YouTube* Edu[165]. Esta plataforma conta com mais de mil vídeos organizados em *playlists,* com conteúdos alinhados à BNCC. Todos os vídeos passaram por um rigoroso processo de seleção, baseados em critérios técnicos e pedagógicos. Os vídeos utilizados no *E-book* que não fazem parte da plataforma *YouTube* Edu também foram cuidadosamente analisados e sua utilização condicionou-se a alguns critérios, o principal deles foi a escolha de canais criados e dirigidos por professores de História, os chamados EduTubers[166]. Observou-se também a quantidade de seguidores do canal (canais com um número inexpressivo de seguidores não foram selecionados). A linguagem utilizada também foi verificada,bem como as indicações de leitura geralmente, são disponibilizadas ao final de cada vídeo.

A escolha das demais fontes digitais também passaram por critérios de validação semelhantes. Importante ressaltar, que este trabalho não ignora a problemática que existe no Brasil a respeito dos "financiadores empresariais da educação" e seus interesses em pautar a educação pública de acordo com os seus valores capitalistas. "Cabe destacar a necessidade de investir esforços na compreensão da relação entre o neoliberalismo, a precarização do trabalho docente e a plataformização do ensino como uma possibilidade de compreensão desse fenômeno" (Rodrigues Júnior, 2022, p.19).

Portanto, as fontes digitais utilizadas serão problematizadas com base na concepção teórica desenvolvida na pesquisa, de modo que os alunos percebam como se constitui o conhecimento histórico, entendendo que "o conhecimento do passado é condicionado pelas perguntas que fazemos às fontes" (Alberti, 2019, p. 107). Essas, não se restringem a ilustrações ou exemplificações do "conteúdo" que está sendo estudado. Mas, serão exploradas como indispensáveis para a construção do conhecimento histórico que se pretende alcançar. Teremos o cuidado de analisa-las, identificando principalmente suas condições de produção e intencionalidade, além de fazer uso dos "quatro níveis de inferência" propostos por Alberti, são

[165] A plataforma YouTube Edu (versão brasileira) foi criada em 2013 por iniciativa da *Google*, proprietária do YouTube, em parceria com a Fundação Lemann e com a UNESCO Brasil, a plataforma tem como objetivo reunir vídeos educacionais produzidos por professores.

[166] Termo utilizado pela plataforma YouTube Edu para denominar os pofessores que produzem e disponibilizam conteúdos no YouTube. Ver: "Conheça os edutubers, os professores que fazem sucesso no Youtube". Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/12/2019/professores-youtubers-atraem-milhoes
Acesso em: 27 jun. 2024.

eles: O que o documento diz? O que podemos inferir? O que ele não diz? O que e onde podemos saber mais?" (2019, p. 110)

> Uma pergunta infalível na análise de documentos é: "o que a fonte documenta?" Ou seja: "o que esse quadro, essa entrevista, essa charge etc, efetivamente documentam?" Para nos aproximarmos das respostas é importante ter em mente que as fontes podem documentar coisas que seus autores originalmente não tencionavam registrar.

Esse trabalho será feito de forma coletiva, para que os alunos percebam que a construção de um conhecimento requer coletividade, dando espaço para o contraditório. Aprender a ouvir o outro e ponderar suas colocações é um importante exercício que devemos desenvolver em nossas aulas. Trata-se de uma proposta de trabalho que visa a autonomia dos estudantes, a cooperação e a interação. Portanto, as atividades não serão "questionários" nos quais os alunos devam buscar respostas "corretas". Serão momentos de reflexão, discussão e elaboração de hipóteses que poderão, ou não, ser confirmadas com o estudo do material disponível no *E-book.* A intenção é que os professores e alunos tenham acesso à *internet* para um aproveitamento efetivo *do E-book*. Entretanto, o material também poderá ser impresso. Por isso optamos por transcrever os vídeos principais.

Devido as limitações de tempo, não será possível aplicar esta proposta em sala de aula antes da sua apreciação pela banca avaliadora. Porém, existe a intenção de desenvolvê--la durante o segundo semestre de 2024. Nesse momento, serão avaliadas a aplicabilidade das atividades, a recepção dos alunos, as dificuldades enfrentadas, a aceitação (ou não) por parte dos professores, alunos e comunidade, além dos conhecimentos históricos adquiridos, dentre outros possíveis desdobramentos. Acreditamos que este trabalho levantará novas hipóteses e perguntas de pesquisa, relacionadas á temática, que poderão (ou não) ser respondidas por meio da aplicação desta proposta.

Espera-se que os resultados deste trabalho e de trabalhos futuros, contribuam para a construção de um conhecimento histórico escolar a respeito do tema, que venha a complementar os diversos estudos já realizados sobre o anticomunismo no âmbito da academia, suprindo assim a carência que motivou a pesquisa, que se refere justamente à ausência do tema nas aulas de História da Educação Básica. Acreditamos que após a aplicação e coleta de resultados, o intento de problematizar os imaginários anticomunistas nas aulas de História seja enfim, concretizado. Obviamente, não será concluído, já que a História está em constante escrita e (re) escrita, sendo atualizada, diariamente pelos nossos espaços de experiências e horizontes de expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi se tornando um projeto ao longo da minha inquietante trajetória docente, porém, não foi nesse espaço de atuação que ela surgiu. No ano de 1993 realizei aquilo que considerava um sonho: fui aprovada na prova de seleção para cursar o Magistério na Escola Normal de Ceilândia (periferia de Brasília). Desde criança queria ser professora! Nessa escola, tive contato com professores e professoras maravilhosas, que me apresentaram os escritos de Paulo Freire. Compreendi que "a leitura de mundo precede a leitura da palavra" já que "não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho" (Freire, 2002). Foi a partir daí que aprendi a ler!

A busca por um conhecimento e por uma prática docente que vislumbrassem não apenas a interpretação do mundo, mas a sua transformação, me acompanham desde então. Portanto, foi a minha crença numa educação libertadora e numa sociedade menos desigual e mais justa, que instigaram meu interesse pela História e por temáticas relacionadas à movimentos sociais e políticos. Um dos desafios desta pesquisa, que acredito ter sido superado, foi mostrar que estudar a trajetória do anticomunismo no Brasil, na perspectiva de desmistificar imaginários construídos, não significa fazer apologia ao comunismo, tampouco relativizar suas formas totalitárias de existência real, mas, mostrar que existiram e existem outras maneiras de organização social e política que ousaram desafiar ou questionar a "lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição, os seus fundamentos" (Meszáros, 2006, p. 10).

O meu ingresso no ProfHistória em março de 2022, se deu num contexto histórico triste e conturbado. Era o quarto ano de governo de Jair Bolsonaro e acabávamos de enfrentar a pandemia de Covid -19, que vitimou mais de 700 mil brasileiros, grande parte devido ao discurso negacionista e anti-científico do presidente. Durante esses anos, os professores sofreram inúmeras perseguições, muitos foram desmoralizados e criminalizados diante da opinião pública e dos alunos, acusados de serem "esquerdistas" e "doutrinadores". Um movimento silencioso de autocensura se instalou entre os docentes, ao mesmo tempo que outro movimento de resistência se fortalecia. O golpe desferido contra a ex- presidenta Dilma Rousseff em 2016 e as ameaças reais a democracia me encorajaram a levar o anticomunismo para a sala de aula por entender que mais uma vez na história, o "fantasma do comunismo", estava sendo usado para legitimar golpes de Estado, além de justificar ataques à democracia e

aos Direitos Humanos.

Além do meu "lugar social", a escolha do tema de pesquisa que desenvolveria no mestrado, se deu também pela constatação da escassez de pesquisas que trabalham com o anticomunismo no contexto da Educação Básica. Historicamente, está claro que o anticomunismo foi um fator político e ideológico importante para a História do Brasil e do mundo, porém faltam estudos que analisem ou problematizem esses imaginários na sala de aula. Buscando sanar essa lacuna, me debrucei sobre a temática, a fim de desmistificar esses imaginários e demonstrar que eles foram usados para legitimar os golpes de Estado de 1937, 1964 e 2016.

A pesquisa mostrou que o imaginário anticomunista foi e continua sendo um elemento ideológico de suma importância na História do Brasil Contemporâneo e portanto, deve ser visto como "protagonista" nos estudos que analisam as razões dos golpes de Estado citados. Esse imaginário tem sido mobilizado todas as vezes que a elite brasileira vê a sua hegemonia sendo ameaçada. De acordo com Motta (2002a, pp. 15-37) o imaginário anticomunista valeu-se, durante muito tempo, de três matrizes ideológicas que forneceram a "matéria-prima" necessária para a construção desses imaginários: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Essas matrizes são identificadas com muita clareza entre 1935 e 1964 e ainda aparecem em 2016.

Ao longo da história e especificamente nos contextos pesquisados, os imaginários anticomunistas foram forjados e retroalimentados por meio da elaboração de uma série de representações negativas que associam o comunismo ao mal, ao pecado, a destruição e a morte. Esses imaginários comportam muitas permanências e passaram a fazer parte da cultura política brasileira, interferindo e comprometendo o processo de ensino-aprendizagem, já que eles alimentam e legitimam negacionismos, revisionismos e imprecisões históricas, disseminadas hoje principalmente pelas redes sociais, mas que originaram-se nos anos 1930 e foram usados como justificativa para discursos e práticas autoritárias e antidemocráticas ao longo da nossa história.

A análise das fontes historiográficas apontou a Intentona Comunista de 1935 como o acontecimento que deu origem à tradição anticomunista no Brasil. A partir desse momento, o comunismo deixou de ser apenas "um espectro rondando a Europa" e adquiriu contornos reais, sendo alimentado principalmente pelos militares e pela ação estatal do Governo Vargas e seus mecanismos de repressão. A tentativa dos comunistas de tomarem o poder em 1935 recrudesceu o autoritarismo e o conservadorismo dando origem à construção de um conjunto de representações anticomunistas, uma verdadeira "legenda negra" (Motta, 2002b) que recorriam à linguagem verbal e a recursos iconográficos, baseados em imagens fortes como violência,

traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais diversas.

Durante mais de 30 anos, até a efetivação do golpe de 64, a associação do comunismo à violência, destruição, corrupção moral e desordem alimentou ressentimentos e aguçou sentimentos de medo, ódio e repulsa. O levante de 1935 ajudou a criar um ambiente de pânico, conferindo ao Estado a legitimidade necessária para ações cada vez mais repressivas que culminaram com o fechamento do Congresso Nacional em 10 de novembro de 1937 e a promulgação da Constituição do Estado Novo, "uma versão atenuada do modelo fascista europeu" (Skidmore, 1982, p. 52).

A repressão e censura direcionada aos comunistas durante o Estado Novo produziu uma tempestade ideológica que contribuiu para a consolidação de um imaginário anticomunista no Brasil, que vai acompanhar a nossa história política durante todo o período republicano, adquirindo maior relevo nos chamados "anos quentes" (Baczco, 1985), que são sacudidos por mudanças conjunturais, como por exemplo, aquelas que culminaram com o golpe de 1964.

Nos anos 1960, período de grande efervescência ideológica e política, o fantasma do comunismo voltou a rondar o Brasil. Uma verdadeira "guerra psicológica" fomentada pela direita, pelas Forças Armadas e por amplos setores da sociedade civil e militar reascenderam imaginários anticomunistas, que clamavam pela "instauração da paz social" e a "manutenção da ordem," supostamente abaladas pelos comunistas, apoiados e incentivados pelo governo de João Goulart. A mobilização golpista deu protagonismo á "ameaça comunista": elite empresarial, militares, políticos, religiosos, classe média, e etc., com o apoio da imprensa, foram responsáveis pela propagação do anticomunismo na sociedade, valendo-se de consolidadas na década de 1930, o que nos permite afirmar que o imaginário anticomunista comporta muitas permanências e do que rupturas.

No contexto do golpe de 2016, o imaginário anticomunista voltou a exercer forte influência, culminando na destituição da Presidenta Dilma Rousseff. Os mesmos setores que propagaram o imaginário anticomunista na década 1960, voltam a ter expressiva atuação a partir de 2013. Para dar legitimidade à farsa do "*impeachment*", o imaginário anticomunista foi amplamente mobilizado, tendo o PT como alvo. Uma série de representações que alimentaram imaginários nas décadas de 1930 e 1960 foram reatualizados, tendo o PT como o inimigo "comunista" a ser combatido. A associação do PT ao comunismo funcionou como uma estratégia ideológica de legitimação do golpe. O "*impeachment*" foi na verdade um golpe de Estado influenciado pela mídia, pelo mercado financeiro, pelo parlamento e pelo judiciário, contra a democracia ampliada, contra os direitos humanos e contra as políticas de distribuição de renda.

O antipetismo e o antiesquerdismo são herdeiros do anticomunismo, podendo dizer, que "bebem na mesma fonte". Os ataques desferidos à esquerda em geral e ao PT, em particular, atualizaram matrizes ideológicas criadas na década de 1930 (como o liberalismo, o nacionalismo e o catolicismo) e adaptaram ao contexto atual. A divulgação do anticomunismo hoje se manifesta, principalmente pelas redes sociais e pela imprensa. O protagonismo da Igreja Católica, que foi muito forte nas décadas de 1930 e 1960, dá lugar a um discurso anticomunista de matriz evangélica. Os principais objetivos dos propagadores do anticomunismo atual é combater propostas de mudanças sociais e fortalecer as agendas conservadoras e antidemocráticas. Para tanto cultivam uma memória acrítica e apologética da Ditadura Militar (1964-1985).

Todo esse arcabouço teórico objetivou nos instrumentalizar para a construção da parte propositiva: *E-book* temático, "O Perigo Vermelho: Comunismo e Anticomunismo no Brasil", que teve como principal objetivo construir, em sala de aula, outra memória, que não flerte com o golpismo e com o fascismo e que nos incite a lutar contra negacionismos e narrativas que constroem versões distorcidas e falseadas da história. Acreditamos que a construção coletiva dessa outra memória, nos abra caminhos para a defesa da democracia, dos movimentos sociais e dos Direitos Humanos, acreditando que "a sociedade é resultado da práxis humana e passível de alterações a partir desta" (Espig, 1998, p. 153).

Minha experiência docente me permite afirmar que o trabalho com o tema sensível "anticomunismo" vai se desdobrar em diversos outros temas sensíveis, como: ditaduras, golpes, direitos humanos, conservadorismos, valores religiosos etc. Sabemos que o trabalho com temas sensíveis é um desafio para os professores de História. Vencer esse desafio não é tarefa fácil, dada a complexidade da nossa configuração social e política, bem como a eficácia dos mecanismos de atuação e transmissão do anticomunismo. Entretanto, esse trabalho é extremamente necessário, sob o risco de continuarmos vendo nossos alunos apoiando ditaduras e repetindo discursos autoritários que desrespeitam os Direitos Humanos. Para tanto, buscamos respaldo nos documentos oficiais que regem a Educação Básica e o Ensino Médio, por entendermos que, apesar das disputas e contradições, eles convergem para uma educação que tem a democracia e os Direitos Humanos como valores inegociáveis.

O E-book que compõe a parte propositiva foi composto de 17 aulas, que trazem o comunismo e o anticomunismo como temática. Usando fontes históricas diversas (vídeos, livros, artigos, iconografia, reportagens, textos de revistas e jornais, memes e etc) o comunismo é historicizado com o objetivo de desmistificar o conceito e problematizar discursos e práticas anticomunistas. O material objetiva oferecer aos professores da Educação Básica uma estratégia

didático-pedagógica para trabalhar o comunismo e o anticomunismo no Ensino Médio, sobretudo no Distrito Federal. Espera-se que contribua para um ensino de história compartilhado, crítico, reflexivo e acima de tudo, democrático.

FONTES

ABEEH. **Compromissos éticos da docência em história**. Ponta Grossa, PR: Associação Brasileira de Ensino de História, 2022. Disponível em: https://www.abeh.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=14 Acesso em:21 jan. 2022

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192%3E Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos:** Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, 2013b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional Nº 1 de 09 de abril de 1964**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm# Acesso em: 01 mar. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n.4/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/SEB, 1998. Disponível: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio (BNCC)** – Documento homologado pela Portaria n° 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ CNV** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, Volumes 1, 2 e 3. Disponível em: https://tinyurl.com/2p93nzhs Acesso em: 01 abr.2024.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição dos Estados Unidos do Brasi**l, 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 01 mar. 2024

BRASIL, Ministério da Educação. SEB. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC – Contexto Histórico e Pressupostos pedagógicos.** 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 04 mai. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: DF.2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.htmlAcesso em: 04 mai. 2024.

CPDOC. **Dossiê sobre a trajetória política de João Goulart**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. CPDOC. Coordenação de Célia Maria Leite Costa e Sueli Braga da Silva, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/ Documento impresso do site em: 15 dez. 2007.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio** – DF - Homologado pela Portaria nº 507, de 30 de dezembro de 2020, publicada no DODF de 04 de janeiro de 2021, tendo por base o Parecer nº 112/2020-CEDF, de 08 de dezembro de 2020. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/08/Curriculo-em-Movimento-do-Novo-Ensino-Medio-V4.pdf Acesso em: 04 mai. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Caderno Orientador – Itinerários Formativos – Novo Ensino Médio** - Rede Pública do Distrito Federal do Distrito Federal. 2023.
Disponível em:
https://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2021/07/caderno_orientador_itinerarios_formativos_14jul23.pdf Acesso em: 10 mai. 2024.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitscheck. **Discursos 1956**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. *In:* QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. **História e memória das ditaduras do século XX**, v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. Fontes. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de. **Dicionário de ensino de História**. Rio de janeiro: FGV Editora, 2019.

_____. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. História e memória das ditaduras do século XX, v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. Ditadura Militar nas aulas de história. *In*: **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 13, nº 33, p.1-34, maio/agosto de 2021.

ALMOND, Gabriel. e VERBA, Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984).** 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZI, Fernando; TURIN, Rodrigo, (Orgs). **A História (in) Disciplinada:** Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo de desordem no governo Dutra (1946-1950). *In*: **Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UNB**. Vol.2, n.4, 1994.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. Baczko, Bronislaw. "A imaginação social" *In:* Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/BACZKO_B_Imaginacao_social.pdf Acesso em: 25 jun. 2024

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: Bobbio, Noberto. **Dicionário de política**. V. 1, 5ª edição. Brasília: Editora UNB, 1998.

BARROS, José D'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. *In*: **Conexão – Comunicação e cultura**. UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan. jun. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/191-748-1-PB%20(1).pdf Acesso em: 08 mai. 2024.

BARTZ, Frederico Duarte. A Gênese do PCB (1818-1930). In: SECCO, Lincoln. PERICÁS, Bernardo. (orgs.) **História do PCB**. 1ªed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

_____. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Revista Escritas**, Vol. 1. 2008.

BENEVIDES, Maria Victória de M. Um golpe de classe. **Revista Lua Nova**, nº 58, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/XkRWTDbpfYrhQY9BKdqyqVN/?format=pdf&lang=pt Acessso em: 25 de jun. 2024

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história. Fundamentos e métodos**. 4ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Tradução de Carmem C. Varialle. [et. al]. Volume 1 - 5ª edição. Brasília: Ed. UNB, 1993.

_____. **Dicionário de Política.** Volume 2 - 13ª reimpressão. Tradução de Carmem C. Varialle. *et. al*. Editora Universidade de Brasília. 2007.

BONA, Gabriela. C. B; FIUZA, Alexandre. F. A educação pelas imagens: o anticomunismo nas representações imagéticas na Era Vragas (1930-1945). *In:* **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, imagem e som.** Rio de Janeiro, v. 6. n. 1. p. 341 -370. Abril/agosto de 2021.

BROWN, Archie. **Ascensão e queda do comunismo**. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2011.

BRUNO, A. Educação formal, não-formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações** - Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, v. 2, n. 2, 2014.
Disponível em: http://mediacoes.ese.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68/pdf_28.Acesso em: 21 abr. 2024.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Olavo. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASTRO, Celso. O anticomunismo nas Forças Armadas. *In:* **Dossiê sobre a trajetória política de João Goulart**. Sala de consulta do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart Acesso em 03/03/2024. Acesso em: 21 abr. 2024.

CAVALCANTI, Erinaldo. A história e o ensino nas encruzilhadas do tempo: entre práticas e representações. *In:* CAVALCANTI, Erinaldo; ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza; CABRAL, Geovanni Gomes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: demandas e desafios do tempo presente: produção acadêmica, ensino de história e formação docente.** São Luís: Edufma, 2018. p. 21 -49.

CERRI, Luiz Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional.** Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, p. 100, 2001.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezez - 3ª edição – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHALOUB, Jorge; MEDIROS, Josué; LIMA, Pedro Luíz. O impacto do golpe de 2016 e o futuro da democracia brasileira. *In*: **Le Monde Diplomatique - Brasil.** 20 de agosto de 2021. Disponível em https://diplomatique.org.br/o-impacto-do-golpe-de-2016-e-futuro-da-democracia-brasileira/Acesso em: 27 mar.2024.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. In **Estudos Avançados**. 11 (5), 1991. p. 177

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

CLETO, Murilo. DÓRIA, Kin. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016.

COELHO, Fabiano. Conceitos "cultura" e "representação": contribuições para os estudos históricos. In: Fronteiras**: Revista de História. Dourados**, MS, v. 16, nº 28, p. 87-89, 2014.Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4544

CYRINO, Rafaela. A construção midiática do golpe de 2016. In **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1ª Ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). **Visões do golpe: memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

DA SILVA Cleverson José Catore. **Como abordar a temática do comunismo nas aulas de história: uma proposta metodológica a partir dos games.** 125.f. Dissertação (Mestrado Mestrado Profissional em Ensino de História). Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional em ensino de História (PROFHISTÓRIA). Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, 2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: A Frente Parlamentar Nacionalista. *In:* FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Vol. 2. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DE BAETS, Atoon. Uma teoria do abuso da história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17- 60, 2013.

DULLES, John W. **O comunismo no Brasil, 1935- 1945:** repressão em meio ao cataclismo

mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. **Revista Anos 90**. Volume 6, nº 10, 1998, p. 151–167.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **O Manifesto Comunista.** Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

ENRIQUEZ, Eugene. O judeu como figura paradigmática do estrangeiro. *In:* KOLTAI, Caterina. (Org.) **O Estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998.

FALCON, Francisco. História e poder. *In:* CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 97-138.

FALAIZE, Benoit. O ensino de temas controversos na escola francesa: os novos fundamentos da história escolar na França? Trad. Fabrício Coelho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.6, n.11, p.224-253, jan./abr. 2014.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: A Colin, 1953.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. JÚNIOR, Mário Costa de Paiva Guimarães. O golpe de 2016 no Brasil: um projeto das elites contra o povo. *In:* **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1ª Ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271

FERREIRA, R. C. **A comissão nacional do livro didático durante o Estado Novo (1935 – 1945)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos - A encruzilhada da esquerda brasileira.** Autonomia Literária, 2019.

FICO, Carlos. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizaçao e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na exposição nacional do Estado Novo (1938). **Cordis:** Revista Eletrônica De História Social Da Cidade, São Paulo, n. 18, p. 3-38, jan./jun. 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/39708 Acesso em: 16 abr. 2024.

_____. As representações sobre o regime militar nos livros didáticos de história (1985-2011): De 'revolução' a golpe civil-militar de 1964**.** Enfoques - **Revista de discentes do PPGSA/IFCS/UFRJ,** Rio de Janeiro, v. Vol.13 (2), p. 100-131, dez. 2014. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/12622
Acesso em: 11 nov. 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimid**o. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pegagogia da Esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 58ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Carlos Luiz de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt
Acesso em: 10 mai. 2024.

FRIGOTO, Galdêncio. (Org.) **Escola "sem" partido – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP; 2017. 2ª reimpressão, 2018.

GALLEGO, Esther Solano; Luís Felipe Miguel [et al.] **O ódio como política:** a reinvenção da direita no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

GIL, Carmem. Z. de V.; CAMARGO, Jonas. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, 7(13), 139–159,2018. Disponível em: https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.430 Acesso em: 04 mar. 2024.

GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução:** Mito, imaginário político e afetividade anticomunista, Brasil 1941-1947. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/12342. Acesso em: 04 mar. 2024.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. 2ªedição. São Paulo, Ática, 1987.

GROPPO, Bruno. **O comunismo na história do século XX**. In: Lua Nova, São Paulo, 75: 115-141, 2008. Tradução de Arlete Dialetachi.

GRIMALDI, Giorgio. Introdução - Repensar o marxismo, projetar a sociedade pós-capitalista. *In:* LOSURDO, Domenico. **A questão comunista:** História e futuro de uma ideia**.** Tradução Rita Coitinho. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo: 2022.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX- 1914-1991**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JEIFETS, Lazar; JEIFETS, Victor. O Comintern na América Latina. In: SECCO, Lincoln. PERICÁS, Bernardo. (orgs.) **História do PCB**. 1ªed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, Vol. 1, N°1, 2012. pp. 9-43. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749. Acesso em; 25 jun 2024

KALLÁS, Ana Lima. **O debate público de professores historiadores acerca da ditadura pós-1964 no Brasil:** ensino de história, memória e usos públicos da história recente (1985 - 2015). 361 f. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

KAYSEL, André. O anticomunismo é um outro nome para o ódio á democracia. Jornal da Unicamp, 22 de dezembro de 2022. **Entrevista** feita por Liana Coll. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2022/12/22/o-anticomunismo-e-um-outro-nome-para-o-odio-democracia-avalia-pesquisador Acesso em: 06 abr. 2024.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KOSELLECK, Reinhart; et. al. **O conceito de história**. Trad. René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: Le Goff, Jacques; Nora, Pierre. **História: novos objetos.** Rio de janeiro: Francisco Alves, 1988.

LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... Sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. I*n:* **Terrain:** revue d'ethnologie de L'Europe, *n 9, p. 7, (Habiter la Maison), 1987*, p. 06. Tradução de José Otávio Nogueira Guimarães- Núcleo de Estudos Clássicos/ Departamento de História, Universidade de Brasília- UNB, 2013.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução**. Tradução de Paula Vaz de Almeida, São Paulo; Boitempo, 2017. (1ª edição 1917).

LIMA, Idalice Ribeiro; NASCIMENTO, Mara Regina do; NORONHA, Gilberto Cézar de (Orgs.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1ª Ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

LOSURDO, Domenico. **A questão comunista:** História e futuro de uma ideia. Tradução Rita Coitinho. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo: 2022.

LOWY, Michel. Da tragédia á farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In:* **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016a.

LOWY, Michel. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. **Blog Boitempo Editorial.** 2016b. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/Acesso em: 22 jun. 2023.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan: Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Consciência Histórica. In: OLIVEIRA, Margarida Dias

de. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Dicionário de ensino de História**. Rio de janeiro: FGV Editora, 2019.

MATA, Sérgio da. **A fortaleza do catolicismo. Identidade católica e política na Belo Horizonte dos anos 60**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. 1996.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. PDF. Disponível em: Arquivo Marxista na internet. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/index.htm Acesso: 23 fev. 2024.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. 1875. PDF. Disponível em: https://pcb.org.br/portal/docs/criticaaoprograma.pdf Acesso em: 15 abr. 2024.

MESZÁROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo: 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. **Em busca da harmonia perdida:** mito e discurso político - Uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994**.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) 1997. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Campinas.

MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do conceito de mito político. *In*: **Dados**. Rio de Janeiro, v.41, n.3, 1998. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/7165 Acesso em: 12 abr. 2024.

_____. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org.) **O ódio como política.** São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O colapso da democracia no Brasil – Da Constituição ao golpe de 2016.** 1ªedição. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

_____. Introdução: A atualidade do golpe de 2016. In LIMA, Idalice Ribeiro; NASCIMENTO, Mara Regina do; NORONHA, Gilberto Cézar de (Orgs.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1ª Ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

MONTEIRO, Ana Maria. Os saberes que ensinam. *In:* **Professores de História:** entre saberes e práticas**.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. P. 81 -111

MORE, Thomas. **Utopia**. Tradução de Paul Turner. Penguin, Londres, Edição revista, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Anticomunismo. *In:* SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina E; VIANNA, Alexandre M. (Orgs.) **Dicionário crítico do pensamento da direita:** ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad. 2000.

_____. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho":** O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002a.

_____. A Intentona Comunista ou a construção de uma legenda negra. **Tempo- Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 13, 2002b. pp. 189-207.

Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/sumarios_res.php?tp=artprt&cd_art=48&pg=2&cod=13&cod_d=1Acesso em: 24 jun 2024

_____. Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. In: Ernesto Bohoslavsky Rodrigo Patto Sá Motta Stephane Boisard (Orgs.) **Pensar as direitas na América Latina**. [Recurso eletrônico] São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2021. (PDF não paginado). Disponível em:https://books.google.com.br/books?id=p2RCEAAAQBAJ&pg=PT5&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=falseAcesso em: 17 abr. 2024.

_____. **Passados Presentes:** O golpe de 1964 e a Ditadura Militar, Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio Regressão de direitos sociais. In: **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760 Acesso em: 06 maio de 2024.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019, p. 397-420. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/WGPncXJHXXHrpMMxb3H9SFc/ Acesso em: 31 abr. 2023.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitscheck. **Discursos 1956**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Dicionário de ensino de História**. Rio de janeiro: FGV Editora, 2019.

_____; FREITAS, Itamar. Base nacional curricular comum: caminhos percorridos, desafios a enfrentar. *In:* CAVALCANTI, Erinaldo; ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza; CABRAL, Geovanni Gomes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: demandas e desafios do tempo presente: produção acadêmica, ensino de história e formação docente.** São Luís: Edufma, 2018. p. 46-63. Disponível em: http://www.edufma.ufma.br/wpcontent/uploads/woocommerce_uploads/2018/07/Ebook_Hist%C3%B3ria-_demandas-e-desafios.pdf Acesso em: 05 mai. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. São Paulo, Campinas: Pontes, 2001.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60. Rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1997.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma "escola sem partido". *In:* GALLEGO, Esther Solano (org.) **O ódio como política:** a reinvenção da direita no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.

PENNA, Lincoln de Abreu. **A Cultura Política Comunista no Brasil:** 1950 - 1964. Mimeo. 1996.

PEREIRA LIMA, M. A. M. (2023). O discurso anticomunista católico e as imagens da Guerra Civil na Espanha: ordem x desordem. **História Social,** (17), 75–91. Disponível em: https://doi.org/10.53000/hs.n17.276 Acesso em: 07 abr.2024.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes em sala de aula. Porto Alegre: **Anos 90**. v. 15, n. 28, 2008. p 113 – 128. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961. Acesso em: 07 mai. 2024.

PEREIRA Mullet, Nilton. Professor o senhor é marxista? (Artigo) **Jornal Digital Gaúcho Zero Hora** - GZH. 20/06/2019.
Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2019/06/professor-o-senhor-e-marxista-cjx3k5knp012u01mvkyyycgk9.html Acesso em: 07 mai. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. =**Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, nº29, pp. 9 -27, 1995.

_____. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. **História da educação:** de Confúcio a Paulo Freire. 2ª edição. São Paulo: Contexto: 2021.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964.** Dissertação (Mestrado em). 2004. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2004.

REMOND, Remond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getulio Vargas, 1997.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº44, 2002, p. 464. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/tM4btpprcSKfZTJQDTwj99t/abstract/?lang=pt Acesso em: 07 mai. 2024.

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. Didática da História e tecnologias digitais: as narrativas históricas no YouTube Edu. *In:* Clio: **Revista de Pesquisa Histórica.** (Recife online). vol. 40, jan- jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/251070 Acesso em: 07 mai. 2024.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão:** veredas. 19ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSAVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

RÜSEN, JÖRN. "Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em História." In: SALOMON, Marlon (Org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Ed. Unochapecó,

2011. p. 261

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING. Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SECCO, Lincoln. PERICÁS, Bernardo. (orgs.) **História do PCB**. 1ªed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

SEFFNER, Fernando; PENNA, Fernando. Palavras certas e certas palavras: o ensino de História entre democracia e autoritarismo. *In*: CERRI, Luís Fernando; CEREZER, Osvaldo Mariotto; RIBEIRO, Renilson Rosa (Orgs.) **Territórios disputados:** produção de conhecimento no ensino de História em tempos de crise. Cáceres: UNEMAT Editora, 2021.

SENA JÚNUOR, Carlos Zacarias de (org.). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SILVA, Cristiani Bereta da. Conhecimento Histórico escolar. *In:* FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. (Coord.). **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

SILVA, Wellington. T.; BAPTISTA, Paulo. A. N. A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, 2020. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59752. Acesso em: 21 abr. 2024.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Thiago Nogueira. **Ação Democrática Parlamentar:** anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional. 2015**.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo**. São Paulo: Brasiliense, 18ª edição. 1ª edição, 1980.

SWAIN, Tânia Navarro. "Você disse imaginário?" in Tânia Navarro Swain, (Org.) **História no plural**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

TOLEDO. Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. O golpe de 2016 e a fragilidade da democracia no Brasil. *In*: LIMA, Idalice Ribeiro; NASCIMENTO, Mara Regina do; NORONHA, Gilberto Cézar de (Orgs). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. 1ª Ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber Bevernage. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de**

História. V. 41, nº 87, pp 13-36, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/i/2021.v41n87/. Acesso em: 21 abr. 2024.
VARGAS, Getúlio. **Diário.** V. 1. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995, p.563.

VIEIRA, Fábio Antunes. **Do MBL ao Bolsonarismo:** o discurso antipetista por um Brasil menos livre. Montes Claros, 2022. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social / PPGDS, 2022.

VIANNA, Marli de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35:** sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR[167]

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARVALHO, Olavo de. **O Foro de São Paulo:** A ascensão do comunismo latino-americano**.** São Paulo, Campinas, Vide Editorial: 2022.

CARVALHO, General Ferdinando de. **Lembrai-vos de 35**. Biblioteca do Exército: 1981.
FRAGA, A. B. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). Cordis, São Paulo, n. 18, p. 3-38, jan./jun. 2017.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

OLIVEIRA, Rodrigo. S. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932- 1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2284. Acesso em: 21 abr. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes:** um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro da década de 1930. 3ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

[167] Obras citadas no decorrer da pesquisa como sugestão de leitura e aprofundamento.

E-BOOK

O PERIGO VERMELHO

Comunismo e Anticomunismo no Brasil

O PERIGO VERMELHO

Comunismo e Anticomunismo no Brasil



Fonte: Portal Metrópoles
https://www.metropoles.com/brasil/lula-ressuscita-medo-do-fantasma-do-comunismo-entre-seus-opositores

Autora: Eliene Gomes da Silva Alves
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Julho de 2024

Edição e Design | Henrique Silva Costa | henriquesc86@gmail.com

Sumário

APRESENTAÇÃO AOS PROFESSORES - 01
APRESENTAÇÃO AOS ESTUDANTES - 02

AULA 1 - O FANTASMA DO COMUNISMO - 04
AULA 2 - DOUTRINAS SOCIAIS E POLÍTÍCAS DO SÉCULO XIX - - - - - - - - - - - - - - - - - 08
AULA 3 - COMUNISMO: ENTRE O NOME E A COISA - 15
AULA 4 - ALGUMAS CARACTERÍTICAS DO COMUNISMO - - - - - - - - - - - - - - - - - - - 22
AULA 5 - O MANIFESTO COMUNISTA - 29
AULA 6 - O CAPITAL: A OBRA MAIS IMPORTANTE DE KARL MARX - - - - - - - - - - - - 39
AULA 7 - AFINAL, O QUE É COMUNISMO? REVISÃO DAS AULAS 1 A 5 - - - - - - - 43
AULA 8 - O BRASIL CHEGOU PERTO DE SER COMUNISTA? - - - - - - - - - - - - - - - - 48
AULA 9 - A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917 - 51
AULA 10 - A CRIAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - - - - - - - - - - - - - 58
AULA 11 - A INTENTONA COMUNISTA DE 1935 - 66
AULA 12 - O QUE É ANTICOMUNISMO - 75
AULA 13 - O ANTICOMUNISMO E O GOLPE DE 1937 - 79
AULA 14 - A REVOLUÇÃO CUBANA - 83
AULA 15 - O GOLPE DE 1964 E O ANTICOMUNISMO - 88
AULA 16 - O GOLPE DE 2016 E A FARSA DO IMPEACHMENT - - - - - - - - - - - - - - - 93
AULA 17 - DESCONSTRUINDO IMAGINÁRIOS ANTICOMUNISTAS - - - - - - - - - - - - 99

CONSIDERAÇÕES FINAIS - 105
REFERÊNCIAS - 106

Apresentação aos professores

Queridos professores e professoras,

O *E-book O Perigo Vermelho: Comunismo e Anticomunismo* no Brasil foi apresentado como trabalho final do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, que realizei entre 2022 e 2024 na Universidade Federal de Goiás (UFG), sob a orientação da professora Dra° Sônia Maria de Magalhães. Constitui-se como um desdobramento de um longo trabalho de pesquisa sobre o imaginário anticomunista no Brasil. Realizo uma “transposição didática” ou “mediação didática”, que objetiva articular a escola e a academia, entendendo não haver hierarquias de saberes, mas saberes que se complementam, como os saberes acadêmicos e os saberes escolares. Nas palavras de Paulo Freire, "não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes." (1)

Composto de 17 aulas que retratam o comunismo e o anticomunismo, o *E-book* poderá ser usado como itinerário formativo, projeto pedagógico ou na parte diversificada e ficará à disposição de todos os professores e professoras da Educação Básica. Recomendo que o trabalho seja realizado no Ensino Médio e principalmente como itinerários formativos, já que estes objetivam, “aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais (...)”, “promover valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade”, além de “desenvolver habilidades para ter uma visão de mundo ampla e heterogênea.” (2)

O *E-book* busca acionar diferentes conceitos históricos a fim de promover operações intelectuais, que construam um conhecimento histórico dialógico e significativo. Desta forma, as atividades propostas mobilizam diversas categorias de análise como as operações de identificação, seleção, organização, comparação, interpretação e compreensão, para que os alunos construam suas próprias hipóteses e elaborem seus argumentos, entendendo que a história é dinâmica e também dialética.

As fontes históricas utilizadas no *E-book* contemplam diferentes linguagens (textuais, imagéticas, digitais, tecnológicas e etc) e, em sua maior parte, são oriundas da internet e das redes sociais, como por exemplo, os textos, músicas, memes, charges, imagens, além de reportagens de jornais online, pesquisas e etc. Pretende-se problematizar essas fontes de modo que os alunos percebam como se constitui o conhecimento histórico, entendendo que “o conhecimento do passado é condicionado pelas perguntas que fazemos às fontes.” Os sites, canais do Youtube e demais fontes online utilizadas foram verificadas e aprovadas como recursos pedagógicos validados e amplamente utilizados por professores e alunos. É fundamental o acesso à internet para um aproveitamento efetivo do *E-book*. Entretanto, o material também poderá ser impresso, já que os vídeos e textos online principais foram transcritos.

No contexto atual de avanço do conservadorismo, trabalhar o imaginário anticomunista em sala de aula apresenta-se como um desafio. Entretanto, o reconhecimento da dificuldade no enfrentamento a esses imaginários não pode ser fator impeditivo para nós, professores de História, sob o risco de continuarmos vendo nossos alunos apoiando ditaduras e repetindo discursos autoritários que desrespeitam a democracia e os Direitos Humanos. Portanto, é com muita satisfação que apresento esse *E-book* a vocês professores e professoras! Espero que ele possa facilitar e enriquecer nosso trabalho pedagógico e contribuir com o nosso desafio diário de formar alunos críticos, éticos e questionadores!

[1] FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 68.
[2] DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Caderno Orientador – Itinerários Formativos – Novo Ensino Médio - Rede Pública do Distrito Federal do Distrito Federal. 2023, p. 14.
[3] ALBERTI, Verena. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de. Dicionário de ensino de História. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 107.

Apresentação aos estudantes

Prezados estudantes,

O *E-book O Perigo Vermelho: Comunismo e Anticomunismo no Brasil* é resultado de uma longa pesquisa bibliográfica e foi apresentado como produto final do Mestrado em Ensino de História, realizado na Universidade Federal de Goiás, de 2022 a 2024. A temática pesquisada é muito importante, pois perpassa toda a História do Brasil contemporâneo com reflexos na conjuntura atual.

O objetivo é levar para a sala de aula, de forma didática e dialógica, um pouco sobre a história do comunismo para que juntos possamos desmistificar o conceito e refletir sobre as representações (ideias, símbolos, imagens, iconografia, documentos e etc) que criam imaginários anticomunistas e estes são usados estrategicamente por diferentes grupos políticos e sociais para justificar suas posições ideológicas, geralmente conservadoras e reacionárias.

Acreditamos que o conhecimento histórico se constrói por meio do diálogo e da interação entre professor-aluno-conteúdo-sociedade. Portanto, a maior parte das atividades propostas deverá ser realizada de forma coletiva para que possamos debater, criticar, ouvir, analisar diferentes pontos de vista e confrontá-los com fontes históricas confiáveis e éticas. Esperamos também que o estudo da temática se estenda para outros universos, além da sala de aula.

Essa é a vantagem de um *E-book*: vocês poderão carregá-lo no bolso (por meio dos seus smartphones) e acessar as informações, vídeos, links, músicas e etc em diferentes espaços de sociabilidade e quem sabe ser um agente de divulgação de conhecimento, que é muito diferente de *fake news*. Portanto, mãos à obra! Esperamos que ao final das aulas “o espectro que ronda o Brasil” possa ser visto também como um fantasminha camarada!

AULA 1 *O QUE É COMUNISMO?*

Provavelmente você já deve ter visto essa imagem muitas vezes nas suas redes sociais, mas você sabe o que ela significa? É muito comum, principalmente na internet, o comunismo ser comparado a algo muito ruim, que vai contra os princípios religiosos e familiares. Será que essas representações são verdadeiras ou elas tem algum propósito? Por que o comunismo ainda causa tanto medo nas pessoas?

Para responder essas e outras questões precisamos tentar entender o conceito de comunismo, suas principais características e sua importância na História do Brasil.



Vamos estudar, para não cair em fake news!

Para começar, acesse o vídeo do Site Politize (4:42), disponível no link abaixo:

https://www.youtube.com/watch?v=pgXgjD3Mr-E

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO

➤ O que é comunismo?

O comunismo é uma ideologia política e socioeconômica que pretende estabelecer uma sociedade igualitária através da abolição da propriedade privada, das classes sociais e do próprio Estado.

Os ideais de uma sociedade igualitária podem ser encontrados desde a Antiguidade Clássica. Em "A República", Platão formula um modelo de sociedade ideal baseada na abolição da propriedade privada e da família. A abolição da propriedade privada, segundo o filósofo, causaria o fim do conflito entre o Estado e o cidadão em particular. Nessa sociedade, as crianças não conheceriam os seus pais e ficariam desde cedo sobre os cuidados do Estado que garantiria o seu sustento e educação. Com o passar dos tempos, esses ideais foram sendo reformulados. Entre os séculos XII e XV, grupos dissidentes da Igreja Católica pregavam o repúdio a bens materiais e a propriedade privada, ressaltando a necessidade de uma vida comunitária, onde todos trabalhariam e conviveriam em comunidade.

➤ Comunismo na Idade Contemporânea

No século XIX, a Revolução Industrial (1) transformou o contexto social e econômico dos países europeus. Ao mesmo tempo em que o sistema capitalista

se desenvolvia, boa parte da população vivia na miséria e pobreza, então os intelectuais da época passaram a propor sistemas políticos e econômicos que fossem uma alternativa ao capitalismo uma dessas proposições foi o comunismo que está no cerne da teoria marxista.

➤ O marxismo é uma corrente de pensamento criado por Karl Marx e Friedrich Engels. (falaremos sobre eles na próxima aula) Para eles em todas as épocas da história, a sociedade foi marcada por uma luta de classes, sendo essa relação caracterizada pelo antagonismo entre uma classe opressora e uma classe oprimida. Na sociedade capitalista, essas forças são representadas pela burguesia que detém os meios de produção e pelo proletariado que vende a força do seu trabalho. Esse, é claro, foi um resumo muito resumido!

➤ O comunismo na teoria marxista é uma etapa posterior ao socialismo, então vamos entender a diferença entre os dois. No sistema socialista, o Estado e o governo se mantêm no controle da vida social, mas diferente do capitalismo, o Estado segue conduzido pelos trabalhadores e a produção e distribuição de bens seriam controlados pelo governo que organizaria um sistema de igualdade e cooperação. O comunismo, como havíamos adiantado, é um estágio posterior ao socialismo. Nessa fase, já havendo igualdade absoluta entre os cidadãos, o Estado poderia ser abolido, eliminando assim as formas de opressão social. A sociedade encontraria formas de se auto-regulamentar e os trabalhadores se tornariam proprietários do seu trabalho e dos meios de produção. Com essa questão de abolição do Estado, o comunismo ficou um pouco parecido com outra corrente de pensamento político: o anarquismo. Este busca a eliminação total de todas as formas de coerção. A principal diferença entre o anarquismo e o comunismo está no processo pelo qual se atingirá a sociedade ideal. No anarquismo isso aconteceria de forma abrupta, direto do sistema capitalista para o anarquismo. Alguns autores defendem que a mudança deve ser feita através de uma revolução violenta, já outros defendem que a mudança deve ser pacífica. Já no comunismo, a sociedade ideal seria alcançada através de um processo de transição de três etapas: primeiro a superação do capitalismo através da revolução decorrente da tomada de poder pelo proletariado. Em seguida o socialismo seria estabelecido e por fim se chegaria ao comunismo. Portanto, o comunismo só poderia existir após o estabelecimento de uma sociedade socialista.

➤ A sociedade idealizada por Marx e Engels nunca chegou a ser implementada, embora o sistema socialista tenha sido adotado em alguns países. O sistema comunista ou seja, a etapa final, não foi concretizado. Podemos questionar se esse modelo é mesmo possível ou apenas uma idealização.

Referência

1. **A Revolução Industrial foi o período de grande desenvolvimento tecnológico que teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII e que se espalhou pelo mundo, causando grandes transformações. Ela garantiu o surgimento da indústria e consolidou o processo de formação do capitalismo.**

Atividades

- De acordo com o vídeo,
“O comunismo é uma ideologia política sócio-econômica que surgiu na Europa no século XX. Defende a formação de uma sociedade igualitária, sem divisões de classe, sem Estado e com a abolição da propriedade privada e dos meios de produção.”

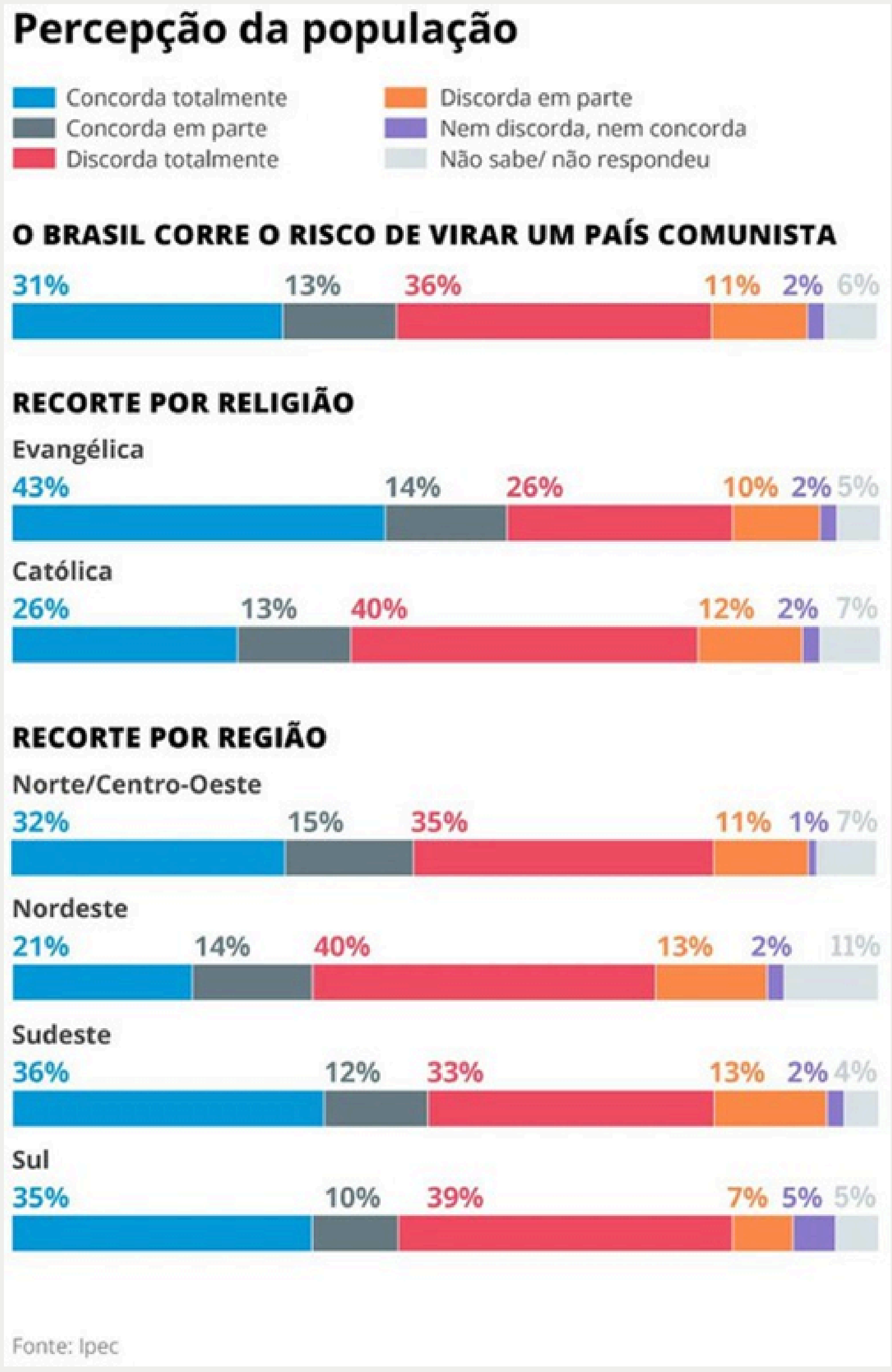
Com base nessa definição, qual a sua opinião: O Brasil já foi um país comunista ?

Sim *Não*

Uma pesquisa do Ipec, divulgada no último dia 19 de março de 2023, revelou que 44% dos brasileiros concordam que o Brasil pode ser tornar comunista. Muitas dessas pessoas, no entanto, não tem ideia do que seja o comunismo e acabam repetindo o que é constantemente proclamado por lideranças de extrema-direita, que buscam propagar o medo. Para acessar a pesquisa clique aqui:

Pesquisa IPEC sobre Comunismo

Vamos analisar melhor a pesquisa! Observe o gráfico e depois discuta as questões com seus colegas:



1. Qual a porcentagem da população brasileira que concorda plenamente que o Brasil pode ser tornar um país comunista? E a que não concorda?

2. Se somarmos os que concordam totalmente com os que concordam em parte, qual porcentagem teremos? O que podemos inferir a partir da junção desses dados?

3. No que se refere ao "recorte por religião", qual foi o resultado revelado pela pesquisa? Como vocês interpretam esses resultados?

4. No recorte por região, interprete os dados:

   - Em qual região brasileira o comunismo é mais temido em qual ele é menos temido? Que hipóteses vocês conseguem levantar sobre esse resultado?
   - Como é a situação sócio-econômica das regiões onde o comunismo é m ais temido e menos temido?
   - Se somarmos aqueles que "concordam totalmente" que o Brasil corre o risco de virar um país comunista, com aqueles que "concordam em parte", como ficariam os resultados por região?
   - O que vocês podem concluir a partir desses resultados? Anote suas conclusões no caderno.

VOLTAREMOS A ESSAS QUESTÕES DURANTE AS AULAS A FIM DE AMADURECERMOS NOSSOS CONHECIMENTOS!

Se você tivesse que responder a pesquisa, qual seria a sua resposta?
Vamos simular uma pesquisa com a turma!

Pergunta: O Brasil corre o risco de se tornar um país comunista?
ACESSO O LINK ABAIXO PARA RESPONDER

https://docs.google.com/forms/d/1YDh4ApMqM_xBxIu1ZfC53nj_2qlJ0JehlylJfp8r_9s/edit

AGORA VAMOS COMPARAR O RESULTADO DA TURMA COM O RESULTADO DO BRASIL.

- Os resultados foram parecidos?
- Quais hipóteses podemos levantar a partir desses resultados?
- Faça suas anotações no caderno e discuta com os colegas.

AULA 2

DOUTRINAS SOCIAIS E POLÍTÍCAS DO SÉCULO XIX

Para entendermos o conceito de comunismo, faz-se necessário inserí-lo no contexto histórico em que ele foi criado. Ou seja, é preciso buscar a sua historicidade.

Para tanto, é imprescindível conhecer as doutrinas sociais e políticas que sacudiram o século XIX e influenciaram os sistemas políticos e econômicos mundiais. Foram elas: CAPITALISMO, SOCIALISMO, COMUNISMO, ANARQUISMO, LIBERALISMO e NACIONALISMO.



Você já ouviu falar sobre essas doutrinas?
Sobre qual delas você tem mais conhecimento?
Essas teorias ainda são importantes nos dias atuais?

Vamos tentar responder essas e outras perguntas com o auxílio de vídeos, textos, debates, reflexões. VAMOS LÁ!!

Para começar vamos assistir ao vídeo disponível no canal do youtube História ao Quadrado! Esse canal é muito interessante! Foi elaborado pelo professor Giovani Marcos Bernini (1),

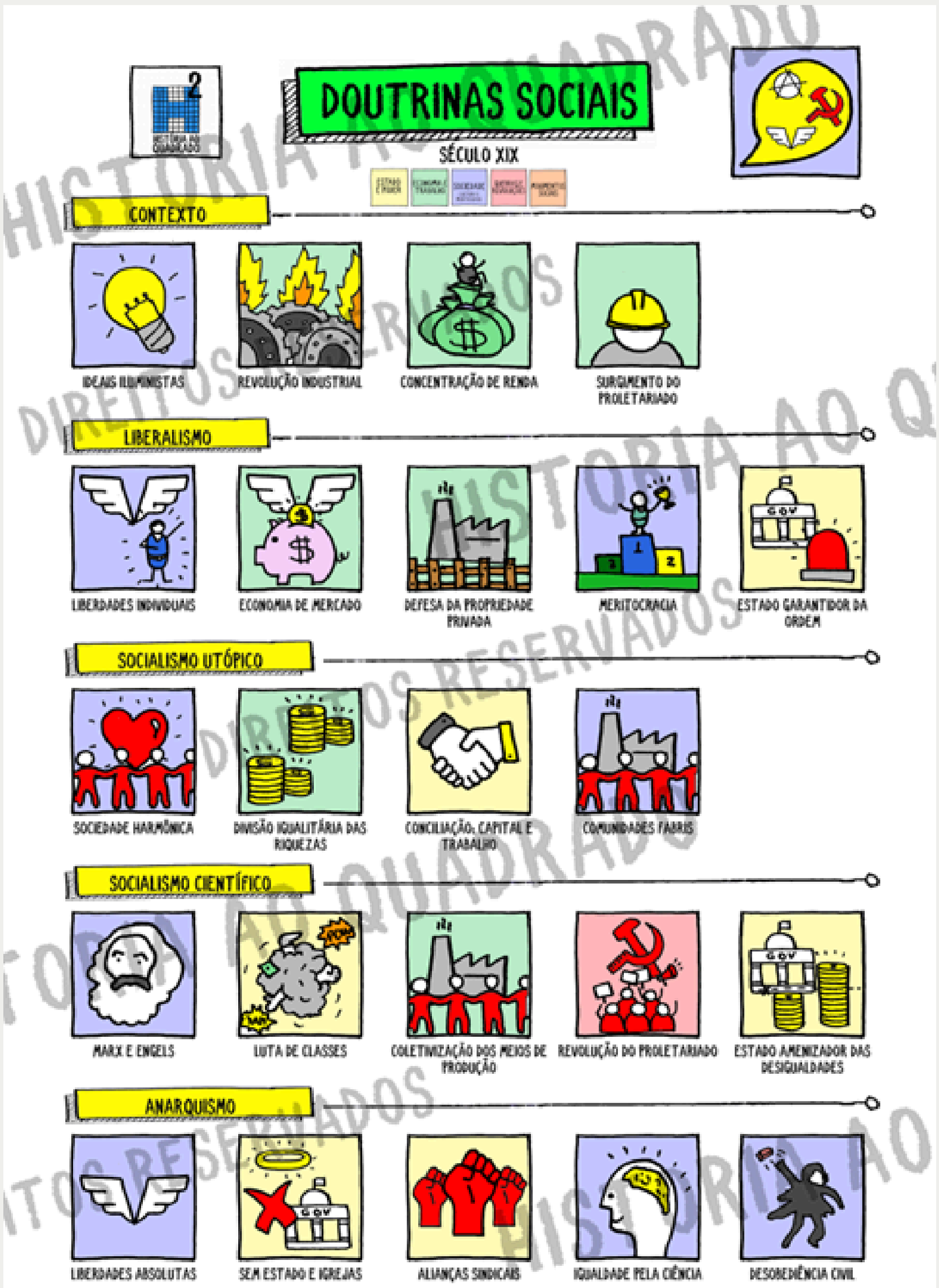
Referência

1. **Giovani Marcos Bernini: Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR (2020). O canal traz inúmeros vídeos que retratam os conteúdos históricos através de séries de desenhos e mapas mentais animados, que podem ser impressos para estudos, pois estão disponíveis em PDF.**

Vídeo: Doutrinas sociais do séc. XIX | Liberalismo; Socialismos e Anarquismo - Resumo Desenhado (7:56)

https://www.youtube.com/watch?v=0eUb-COyXOU

ILUSTRAÇÃO DO VÍDEO - Mapa Mental



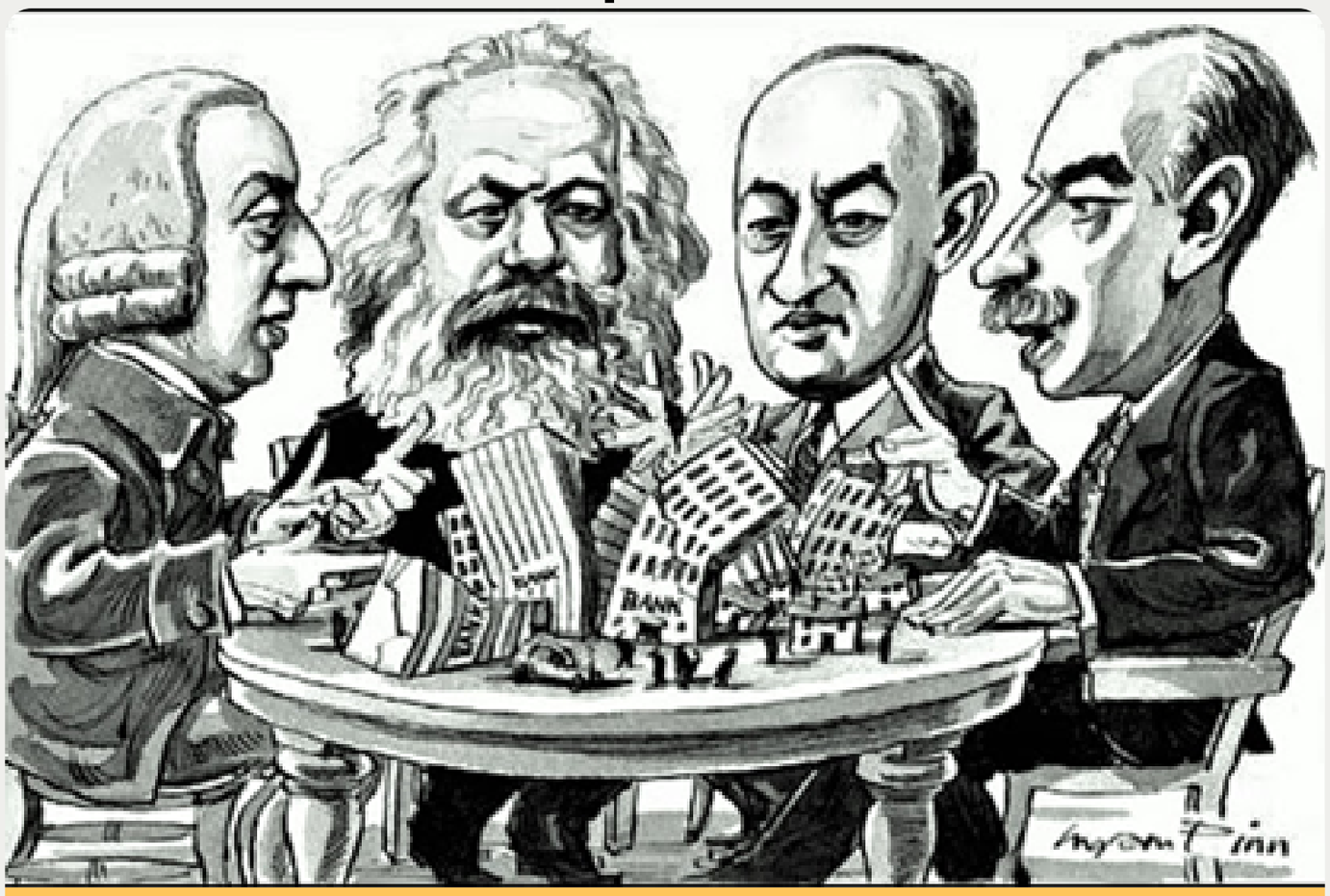
Fonte: História ao Quadrado.
Data de acesso: 07 de junho de 2024.

Atividades

1 As ideias desenvolvidas no vídeo foram representadas no mapa mental acima. escreva um parágrafo autoral, tendo como fonte o vídeo e o mapa mental.

***** Leia os textos abaixo e analise as imagens que os ilustram para responder a atividade 2.

Doutrinas sociais políticas do século XI



Na caricatura estão representados: Adam Smith, Karl Marx, David Ricardo e John Keynes. Economistas e filósofos dos séculos XVIII e XIX.
Fonte: https://pt.quizur.com/trivia/doutrinas-politicas-do-seculo-xix-l3GH

No século XIX, o mundo testemunhou grandes transformações sociais e políticas que moldaram o curso da história e os valores de muitas sociedades até hoje. Nesse período, ocorreram diversas mudanças, como a Revolução Industrial, que alterou a forma como as pessoas trabalhavam e viviam, e a expansão do imperialismo europeu, que resultou na colonização de diversas nações ao redor do mundo.

Nesse contexto, várias ideias sociais e políticas surgiram e se desenvolveram, influenciando o pensamento e o debate público. Motivadas por diferentes aspirações, essas ideias tinham em comum a tentativa de responder aos desafios e às mudanças trazidas pelo século XIX e propor soluções para os problemas enfrentados pelas sociedades da época.

A industrialização e a urbanização da Europa estimularam guerras e revoluções. Para justificar o sistema econômico vigente – o capitalismo – foi elaborado o liberalismo. Para combatê-lo, criou-se o socialismo e idealizou-se o comunismo. O avanço dessas ideias provocou conflitos durante os quais se desenvolveu outra inflamada novidade da época: o nacionalismo.

Para entender melhor cada uma dessas doutrinas vamos analisar suas definições.

Imagem 1 - Capitalismo e Socialismo



Imagem do Site Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-capitalismo.htm Data de acesso: 06 de junho de 2024.

- CAPITALISMO - Termo empregado para caracterizar uma forma de atividade socioeconômica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na utilização da força de trabalho do assalariado. O impulso fundamental que movimenta o capitalismo provém dos novos bens de consumo, produção, transporte, criados por ele próprio. Trata-se assim de um processo circular, ou seja, o capital (bens móveis e imóveis) gera o capitalismo, que por sua vez, transforma-se em capital para novo capitalismo. O capitalismo moderno surgiu como consequência das conquistas tecnológicas e do domínio do capital financeiro. De um lugar para o outro, o capitalismo assume formas diferenciadas, dosadas no seu grau de concentração, intervenção ou liberalismo econômico. Na maioria das economias capitalistas, o lucro, objetivo básico da produção capitalista, divide-se quase que exclusivamente entre o Estado e os detentores dos meios de produção particulares. A historiografia marxista assinala sempre que o motivo do desenvolvimento capitalista situa-se na luta de classes entre o proletariado e a burguesia.

- SOCIALISMO - Inicialmente empregado para designar as teorias do industrial inglês Robert Owen (1771- 1858), no início do século XIX, o termo passou a indicar um conjunto de doutrinas e teorias políticas e econômicas que visam a transformação da sociedade através de um novo conceito de propriedade. O socialismo, também definido como reação ao liberalismo capitalista, critica a injustiça social inerente a esse sistema, propondo substituí-lo por uma sociedade sem classes. Não obstante a grande variedade de sistema socialistas propostos ao longo do tempo, é inegável que a publicação do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, deu nova dimensão ao socialismo. Quaisquer que sejam as conceituações de socialismo, alguns traços comuns podem ser assinalados: predomínio do bem comum em detrimento do individual; planificação da economia; eliminação das classes sociais, dentre outros.

Fonte: AZEVEDO, Antônio Carlos Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. 3ª edição. Editora Nova Fronteira: 1999, p. 86 e 419. Textos adaptados.

2 Com base nas definições de capitalismo e socialismo descritas no verbete acima, faça uma interpretação escrita da imagem 1.

Imagem 2 - Movimento operário no século Xix: à Esquerda, o anarquista Bakunin; e à direita, o comunista Karl Marx.



Site Mundo Educação. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/movimento-operario-no-seculo-xix.htm
Data de acesso: 22 de maio de 2024

COMUNISMO E ANARQUISMO

O comunismo e o anarquismo diferenciam-se no modo de alcançar uma sociedade igualitária. Para o comunismo, a construção de uma sociedade sem classes se dá através da intensificação das contradições do capitalismo, dando origem a um processo de transformação do modo de produção. Essa mudança necessita de em um período de transição chamado de socialista. Já para o anarquismo, o Estado é fundamentado na hierarquização e na coerção, o que impediria a construção de uma sociedade justa e igualitária.

VALE A PENA ENTENDER UM POUCO MAIS SOBRE O ANARQUISMO.

O que é anarquismo?

O anarquismo é uma ideologia política baseada na livre associação e no fim de toda forma de hierarquia e autoridade. Diferente do comunismo, o anarquismo propõe que qualquer transformação real da sociedade exija a extinção do Estado.

O prefixo "anarco" é utilizado para afirmar qualquer sistema que seja baseado na ausência de autoridade e na livre associação entre os indivíduos. É também utilizado de forma pejorativa, por associar "anarco" a um modelo caótico e sem regras.

Para o anarquismo, o Estado cumpre uma função de coerção que impede o progresso rumo a uma sociedade igualitária. Assim, o movimento anarquista afirma a necessidade de criação de um sistema de igualdade imediato, alcançado pela revolução.

Alguns pensadores fundamentais do anarquismo, como Pierre-JosephProudhon, desenvolvem a ideia de que o Estado é um mal historicamente necessário. Assim, a abolição é condição necessária para que os indivíduos possam agir livremente sem que sejam submetidos a uma autoridade externa.

Referência

1. **Ver: Pierre-Joseph Proudhon – Verbete- In: Arquivo Marxista na internet. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/proudhon.htm. Data de acesso: 07 de junho de 2024.**

Leia mais em:

https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem/doutrinas-sociais-e-politicas-do-sec-xix-as-teorias-do-periodo

O filósofo político e historiador italiano, Noberto Bobbio (1909- 2004) definiu assim o anarquismo:

"O termo anarquismo tem uma origem precisa do grego, "ánarkhos" e significa 'sem governo.' Através desse vocábulo se indicou sempre uma sociedade livre de todo domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria sempre através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Anarquismo significou, portanto, a libertação de todo poder superior, fosse ele de origem ideológica (religião, doutrinas, política e etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica

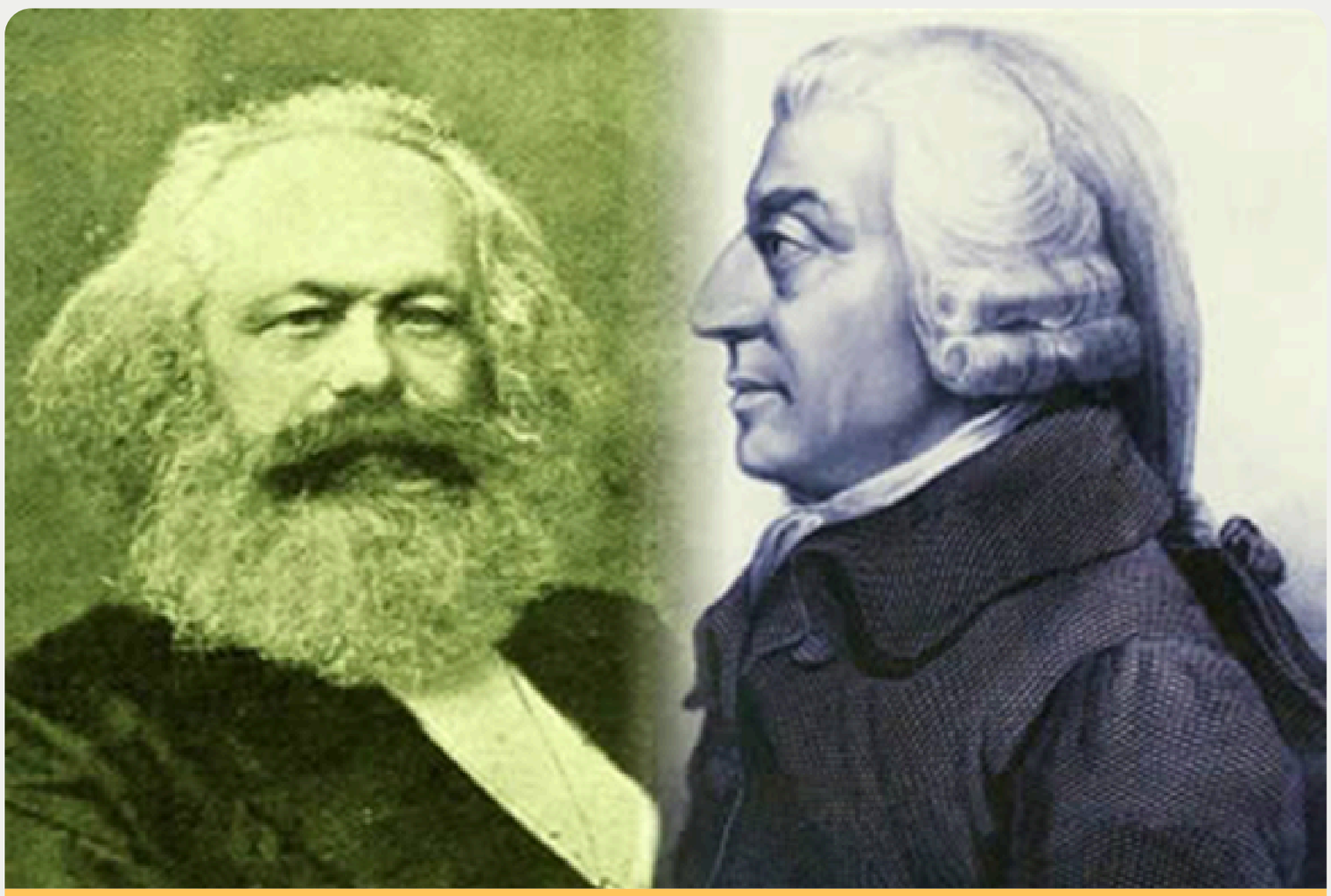
(propriedade dos meios de produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado), ou até ordem jurídica (a lei). A esses motivos se junta o impulso geral pela liberdade. Daí vem o rótulo de 'libertarismo' atribuído ao movimento, e de 'libertário', empregado para designar o que adere ao libertarismo."

Fonte: BOBBIO, Noberto [et. alii]. Dicionário de Política. 5ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. p. 23.

3 Observe a imagem 2 e responda:

- O que você acha que Marx e Bakunin tinham em comum?
- Os ideiais anarquistas são possíveis de serem aplicados hoje. Por que?

Imagem 3 - Karl Marx e Adam Smith: pensadores fundamentais das teorias socialistas e liberais.



Fonte: Site Brasil Escola
https://brasilescola.uol.com.br/historia/liberalismo-x-socialismo.htm
Data de acesso: 06 de junho de 2024.

LIBERALISMO

De acordo com o historiador Antônio Carlos de Amaral Azevedo, o liberalismo corresponde à doutrina que defende a liberdade individual no campo econômico e político. A formulação dos princípios liberais na economia teve em Adam Smith, um escocês do século XVIII, a sua principal figura. Segundo a sua teoria, existe uma "ordem natural" que se estabelece espontaneamente no domínio econômico. Cabe ao indivíduo descobrir as leis econômicas que, como as leis físicas, conduzem ao equilíbrio da economia. Interesses sociais e individuais se harmonizam, cabendo ao homem o papel de agente econômico ao qual deve ser concedida ampla liberdade de ação. A livre-concorrência não deverá ser objeto de intervenção do Estado ou de grupos particulares. Esta, junto com a não- intervenção constituem os postulados essenciais do liberalismo econômico, que teve, além de Adam Smith, outros representantes, formando a escola clássica da economia, tais como Malthus (1776-1834), David Ricardo (1772-1823), Stuart Mill (1806-1873). O liberalismo aplica-se também à política; nesse setor o inglês John Locke (1632-1704) foi um dos principais formuladores e sua principal teoria refere-se à separação dos poderes do Estado em Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo esta consagrada pelo político, filósofo e escritor francês, Montesquieu (1689- 1775).

Fonte: AZEVEDO, Antônio Carlos Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. 3ª edição. Nova Fronteira: 1999, p. 278. Texto adaptado.

4 Reflexão: a principal característica do liberalismo é a não intervenção do Estado na economia? O que você pensa sobre isso.

Imagem 4- Quadro "A Liberdade guiando o povo".



Pintura de Eugène Delacroix em comemoração à Revolução de Julho de 1830, na França.

NACIONALISMO

O nacionalismo consiste em uma ideologia política baseada na ideia de nação. Acredita na existência de características comuns em uma comunidade, e tem o objetivo de controlá-las politicamente. Ideias como a exaltação de símbolos nacionais (por exemplo: bandeira e hino nacional), a preservação das tradições e costumes e a proteção dos territórios e fronteiras são ações tipicamente nacionalistas.

O nacionalismo usa o sentimento de pertença a uma nação para fins políticos. O grande perigo do nacionalismo é que a glorificação de uma nação acabe por se transformar em ideias de superioridade e aversão ao estrangeiro.

Mesmo tendo precedentes na Idade Média (nas monarquias absolutistas), é somente a partir da Revolução Francesa que surge o nacionalismo moderno, simultaneamente com o apogeu da burguesia industrial. A luta contra um exército invasor nas guerras napoleônicas na Europa (1803-1815) e o desejo de independência no continente americano também ajudaram a moldar o nacionalismo atual.

Durante o século XIX aconteceu a afirmação do nacionalismo. Entretanto, no século XX, foi possível observar os perigos do nacionalismo exacerbado (ultranacionalismo). Ideias nacionalistas de caráter racista chegaram ao poder, sendo institucionalizas na Alemanha (nazismo), na Itália (fascismo) e no Japão. O nacionalismo também foi utilizado para promover ditaduras em países em desenvolvimento na África e na América Latina.

Fonte: Verbete: Nacionalismo. In: Enciclopédia de Significados.
Disponível em:
https://www.significados.com.br/nacionalismo/#:~:text=O%20nacionalismo%20usa%20o%20sentimento,superioridade%20e%20avers%C3%A3o%20ao%20estrangeiro

5 Você consegue identificar o uso do nacionalismo para fins políticos em algum momento da história do Brasil? Quais foram as consequências?

Agora que fizemos uma retrospectiva das principais doutrinas sociais, econômicas e políticas que movimentaram o século XIX e repercutiram no mundo inteiro, será mais fácil entender o comunismo.

AULA 3 *COMUNISMO: ENTRE O NOME E A COISA*[1]

Para iniciar a aula de hoje, vamos assistir a um vídeo que nos conta um pouquinho sobre o comunismo e seus principais idealizadores.

VÍDEO: O que é comunismo (15:20) - Brasil Escola

https://www.youtube.com/watch?v=IiUAgnWBoYY&t=48s

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO

Vamos lá! Vamos falar o que é comunismo! Bom, galera, tá aparecendo aqui do lado a figura dele, Karl Marx, (1) o homem mais odiado e demonizado do século XX, que desde o século XIX sofre algumas perseguições! Mas tudo bem, nós vamos tentar entender o porquê disso. Vamos falar o que é comunismo. Vamos tentar compreender, pegar os elementos gerais. Eu, como professor de sociologia, que estudo bastante o tema do Marxismo vou tentar mostrar para vocês os pontos fundamentais, os elementos gerais e, claro, tentar compreender de maneira complexa porque eu defendo sempre uma tese: pensamentos rasos dão também soluções rasas pra realidade. Então nós devemos sempre trabalhar sociologicamente com pensamento complexo, tentar entender o funcionamento dos conceitos, a realidade, e claro tentar compreender de uma maneira racional, não de maneira passional.

Primeiro, o termo "comunismo" começa a aparecer com mais ênfase no século XIX. Antes mesmo do Marx, um teórico da Revolução Francesa, Graco Babeuf,(2) usou a expressão para falar de sociedade comum. Segundo lugar, nós temos aqui uma dificuldade semântica devido a pluralidade do termo, que nos dá uma dificuldade enorme para ter uma definição. Essa dificuldade de conceituação, se expressa claramente no mundo da internet, das redes sociais, que é um espaço, não tão privilegiado assim para um debate racional porque é um espaço de pouca profundidade. A expressão "comunismo", geralmente, é muito vulgarizada.

Esses pontos são fundamentais para entender o conceito de comunismo. No século XIX, o termo era muito pouco usado, ele só vai ganhar força no século XX, depois da Revolução Russa. A própria palavra "comunismo" não carrega uma definição geral, única, além disso, o termo comunismo ganhou, ao longo do tempo, bastante apropriações de autores que foram ressignificando o termo. Eu poderia citar, por exemplo, o próprio Karl Marx, Friedrich Engels (3), os anarquistas que também criaram uma outra expressão de comunismo e tivemos, inclusive, no século XXI, outras apropriações que deram o nome de "comunistas" à pessoas que nunca se auto intitularam como comunistas. Então nós temos uma apropriação desse termo que gera outro problema teórico que é muito difícil de a gente superar, que é a simplificação e ridicularização da palavra.

Estamos tratando de um conceito que representa uma expressão, um conjunto de teorias, que deve ser entendido de uma maneira mais profunda. Assim, a solução contra a ridicularização completa de uma ideia é estudar de forma profunda as suas características. Não basta leituras rápidas ou frágeis. O conceito de comunismo tem, no mínimo, 150 anos de história. Não precisa concordar, pode discordar, pode inclusive estabelecer críticas, mas após um estudo do que venha a ser o termo ou o conceito. Portanto, a honestidade intelectual é um ponto que não pode ser esquecido ou negligenciado.

Referência 1: **O** título dessa aula é uma paráfrase de um importante artigo do Professor Marcos Napolitano - GOLPE DE ESTADO: ENTRE O NOME E A COISA. Revistas Estudos Avançado, Nº33, 2019.

Durante o século XIX, a palavra comunismo era pouco utilizada, o termo mais usual era socialismo, utilizado como sinônimo de comunismo. Será Vladimir Lenin, (4) na União Soviética, um dos autores mais importantes na separação entre socialismo e comunismo. O termo comunismo ganhou um significado muito forte no século XX a partir da Revolução Russa de 1917, também conhecida como revolução bolchevista. Os partidos europeus que se aliaram à União Soviética passaram pelo processo de bolchevização, que foi a centralização do poder em torno do partido e a construção de um novo ideal comunista. Novas teses que não apareciam lá no velho Marx, começaram a aparecer.

O partido que tomou o poder, na Rússia, em outubro de 1917 constituiu uma ditadura que prevaleceu até os anos 1980. Mas será que realmente aquilo que Marx definiu como comunismo foi o que foi praticado nesses países? A leitura do texto, Manifesto Comunista de Marx e de Engels, publicado em 1848 traz uma definição de comunismo mais genérica e abrangente. De acordo com o texto, o comunismo seria uma sociedade sem classes sociais, onde não existe a divisão do trabalho associada a posse e propriedade dos meios de produção. Desta forma, seria uma sociedade sem classes sociais, sem a mais valia e sem exploração do trabalho. A sociedade comunista viria através das dinâmicas do próprio capitalismo, devido, entre vários fatores, ao seu caráter dialético e contraditório. Enfim, a revolução se daria por meio de uma tomada violenta dos meios de produção e surgimento de uma nova sociedade.

Inicia-se, a partir de então, uma grande discussão sobre os meios para se chegar ao comunismo. Nessa questão há muitas divergências entre anarquistas e os socialistas autoritários principalmente no que se refere às estratégias para chegar até essa sociedade comum. Em termos, os anarquistas querem o comunismo, já que defendem uma sociedade sem classes e sem o Estado, portanto, sem o capitalismo. Uma sociedade livre justa. Entretanto, o termo passa a ser desassociado dos anarquistas ou de outras tendências devido a apropriação da palavra feita pela União Soviética. Vladimir Lenin inicia o processo de apropriação do conceito de comunismo, dissociando do socialismo. Cria o chamado “período de transição” durante o processo de revolução que a classe trabalhadora tomaria o Estado até chegar nessa sociedade comum. Sociedade essa que nunca chegou a existir, já que a União Soviética se transformou numa grande ditadura de burocratas que tomaram o Estado estabelecendo rígida centralização e burocratização das relações sociais e criando um partido único. Dessa forma, a sociedade justa, sem classes sociais não existiu na União Soviética, nem Cuba, Coreia do Norte, China e etc. Nessas sociedades que se auto-intitulam “comunistas”, ainda existe classes sociais e exploração do trabalho. Então, naquela ótica de Marx chamar esses países de comunistas seria, no mínimo, uma incoerência e uma ignorância completa.

É verdade que o próprio Lenin começou se distanciar dos comunistas, fazendo uma separação conceitual. O chamado “comunismo de esquerda” versus o comunismo verdadeiro, o do partido dele. O comunismo de esquerda representava a ala mais radical, denominada de “esquerdismo a doença infantil do comunismo”. Isso porque eles seriam contrários ao Estado, defendendo sua abolição e a autonomia proletária.

Será que realmente o que Lenin defendeu foi o comunismo que estava em Marx? Será que aquela teoria não seria pura demais? Apropriar-se desses conceitos e revisitá-los seria importante? Diversos autores, dissidentes dessa tradição soviética, “os marxistas”, querem revisitar o Marx, principalmente no que se refere a crítica à noção de Estado. A tese desses autores seria que se Marx estivesse vivo no ano da Revolução Soviética, ele não a denominaria de “comunista”. Marx acreditava no fim do Estado defendeu isso em muitos textos.

O que faz o Marx ser revisitado é a amplitude de sua obra, que abriu para inúmeras interpretações. Vale a pena ressaltar que, parte dos textos que Marx escreveu não tinham sido publicados quando a União Soviética foi criada, ou seja, Será que realmente tudo que defenderam foi marxista ou teve alguma outra mescla de outras teorias, até mesmo jacobinas no meio daquela revolução considerada comunista?

Enfim, quero encerrar a aula com essa questão, enfatizando que o debate em torno do termo comunismo é muito grande porque a palavra foi revisitada, apropriada e até mesmo ressignificada diversas vezes. Os autores que leem o velho Marx, os mais, eu diria, heterodoxos possíveis vão chegar a uma conclusão: Não é possível falar que a União Soviética se constituiu em cima do marxismo. Na verdade, ela se apropriou dele e fez alguma coisa próxima ao comunismo. Mas não estabeleceu uma sociedade sem classes, baseada na liberdade e na justiça.

Atividades

Após assistir ao vídeo, reúna com seus colegas (grupo de 3 a 4 alunos) e discutam as seguintes questões:

1. Vocês já tinham ouvido falar em Karl Marx, o que sabiam sobre ele?

2. O que vocês acham que o professor quis dizer com a frase: "Pensamentos rasos dão soluções rasas para a realidade"?

3. O termo "comunismo" possui uma pluralidade semântica, que dificulta a conceituação. Para vocês, o que é comunismo? Construam um mapa mental com as possíveis associações semânticas que vocês dão ao termo "comunismo". Vejam o exemplo abaixo:



Após a construção do mapa mental, verifiquem se as palavras utilizadas como sinônimos de comunismo foram positivas ou negativas. Tomem nota e vamos discutir no grande grupo!

4 No livro “Manifesto Comunista” escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, os autores definem o comunismo como:

Definição

Uma sociedade onde não existe a divisão do trabalho associada a posse e propriedade dos meios de produção, sem a mais valia e sem exploração do trabalho. A sociedade comunista viria através das dinâmicas do próprio capitalismo, devido, entre vários fatores, ao seu caráter dialético e contraditório. Enfim, a revolução se daria por meio de uma tomada violenta dos meios de produção e surgimento de uma nova sociedade.

Questões para debate

- Esse conceito relaciona-se com o mapa mental criado por vocês?
- Quais as aproximações e distanciamentos entre os conceitos dados por vocês e o conceito dado pelos autores no Manifesto Comunista?
- Quais as hipóteses que vocês podem construir a partir dessas duas respostas.

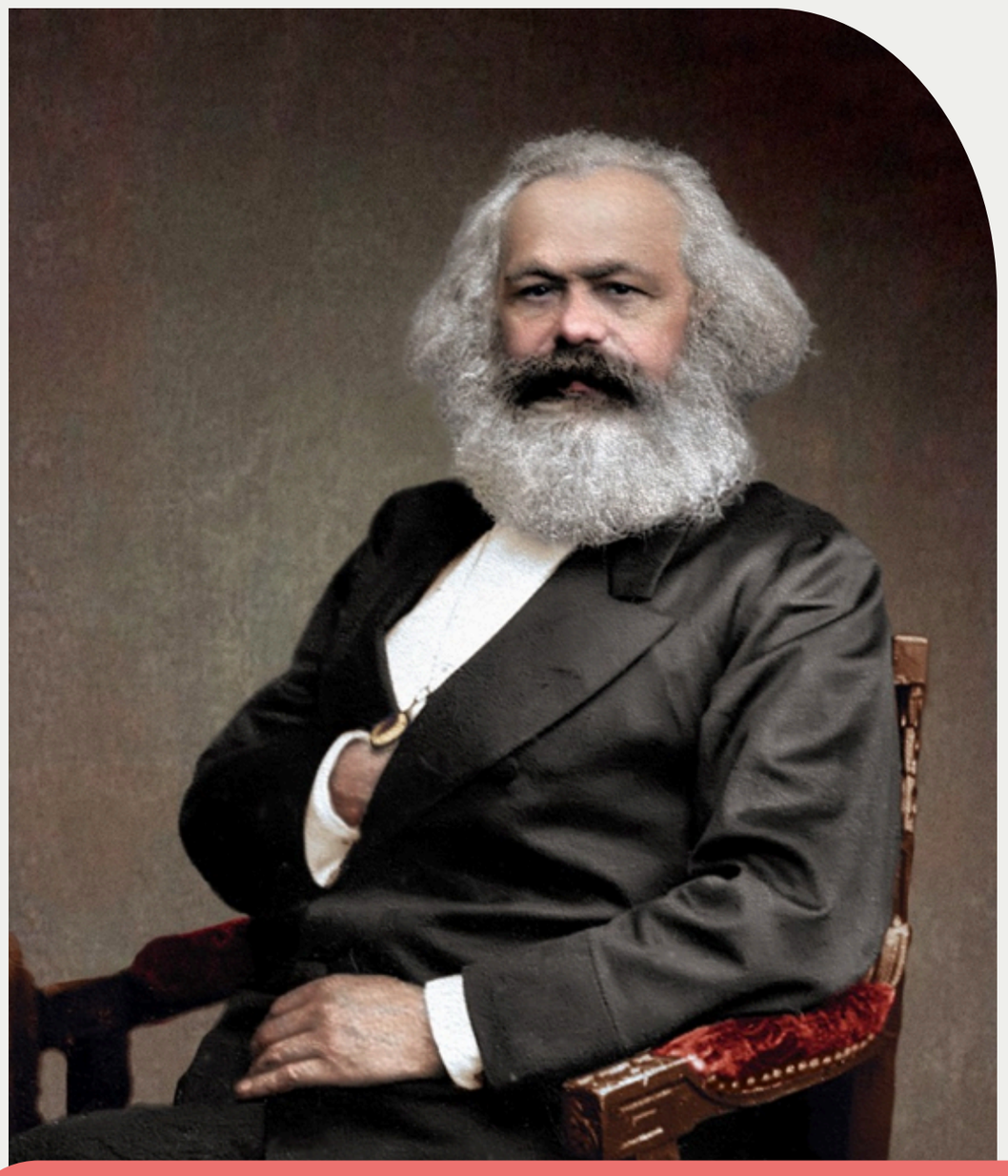
Agora vamos abrir a discussão!

Cada grupo deverá expor seu mapa mental e debater com a turma e com a professora ou professor sobre os significados atribuídos ao comunismo pelo grupo e pelos teóricos do Manifesto Comunista.

Na aula seguinte falaremos de forma mais detalhada sobre as principais características do comunismo, presentes no livro: Manifesto Comunista.

Notas de Referência

1 **Karl Marx**
Filósofo, sociólogo e economista alemão



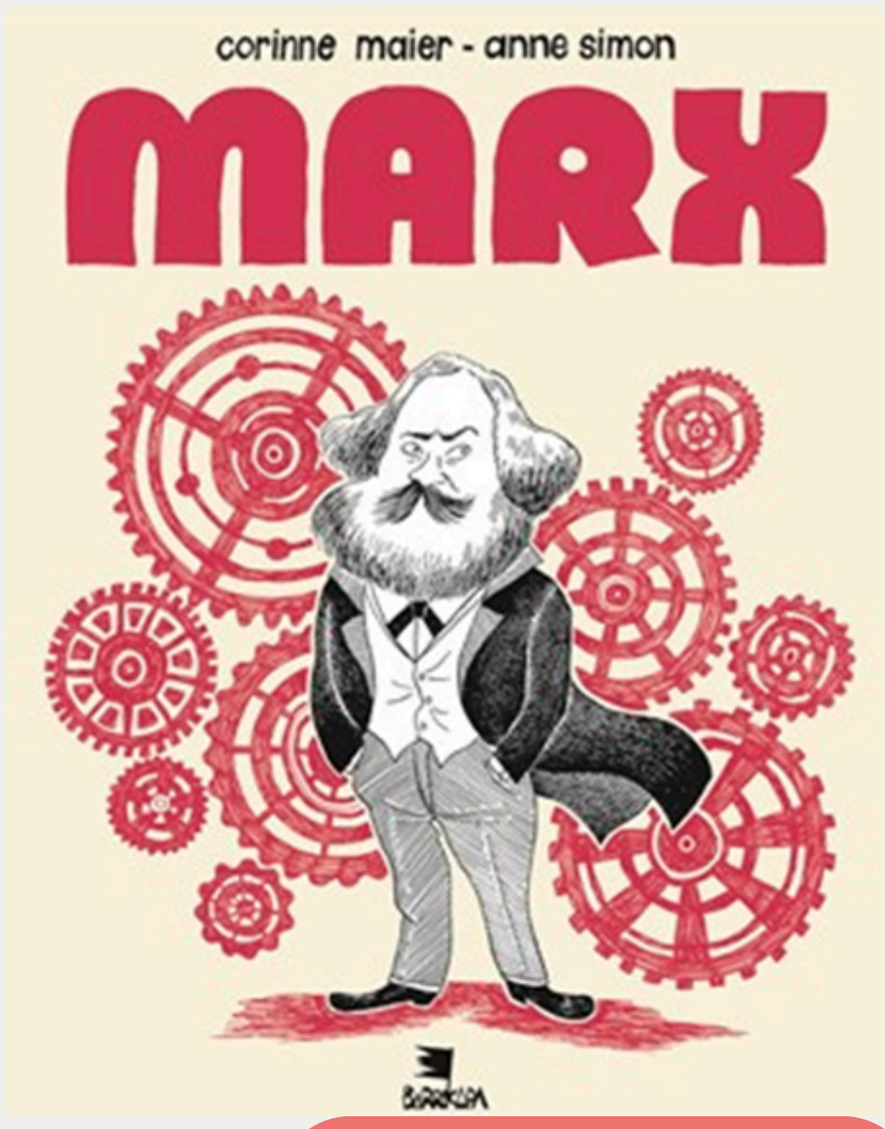
https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2018/05/karl-marx-conheca-vida-e-obra-do-pensador-alemao.html

Sugestão de leitura:

Na obra, o professor e escritor José Paulo Netto nos conta a história de Karl Marx, entrelaçando realidade sociopolítica e aspectos da vida privada do biografado. O autor dá luz à trajetória do pensamento, da atividade política, da elaboração dos textos, dos afetos e desafetos – enfim, ao grande legado do criador do socialismo científico. Ao recorrer aos textos produzidos por Marx um a um, entremeando suas reflexões a uma ampla série de citações (escolhidas a dedo), José Paulo Netto oferece ao leitor um rico guia de leitura da vida e da obra de Marx.



Biografia em quadrinhos que conduz o leitor pelos episódios cruciais da vida de um dos maiores filósofos de todos os tempos, desde a redação do Manifesto Comunista até sua busca por um mundo livre de exploração. Uma abordagem acessível e bem-humorada aos conceitos-chave do pensamento marxista.



Marx, uma biografia em quadrinhos
Autoria de Corinne Maier e Anne Simon

Leia um trecho:

https://drive.google.com/file/d/1oaXRaXBAhsrms1Wy6xCV23XdOdNowyHv/view

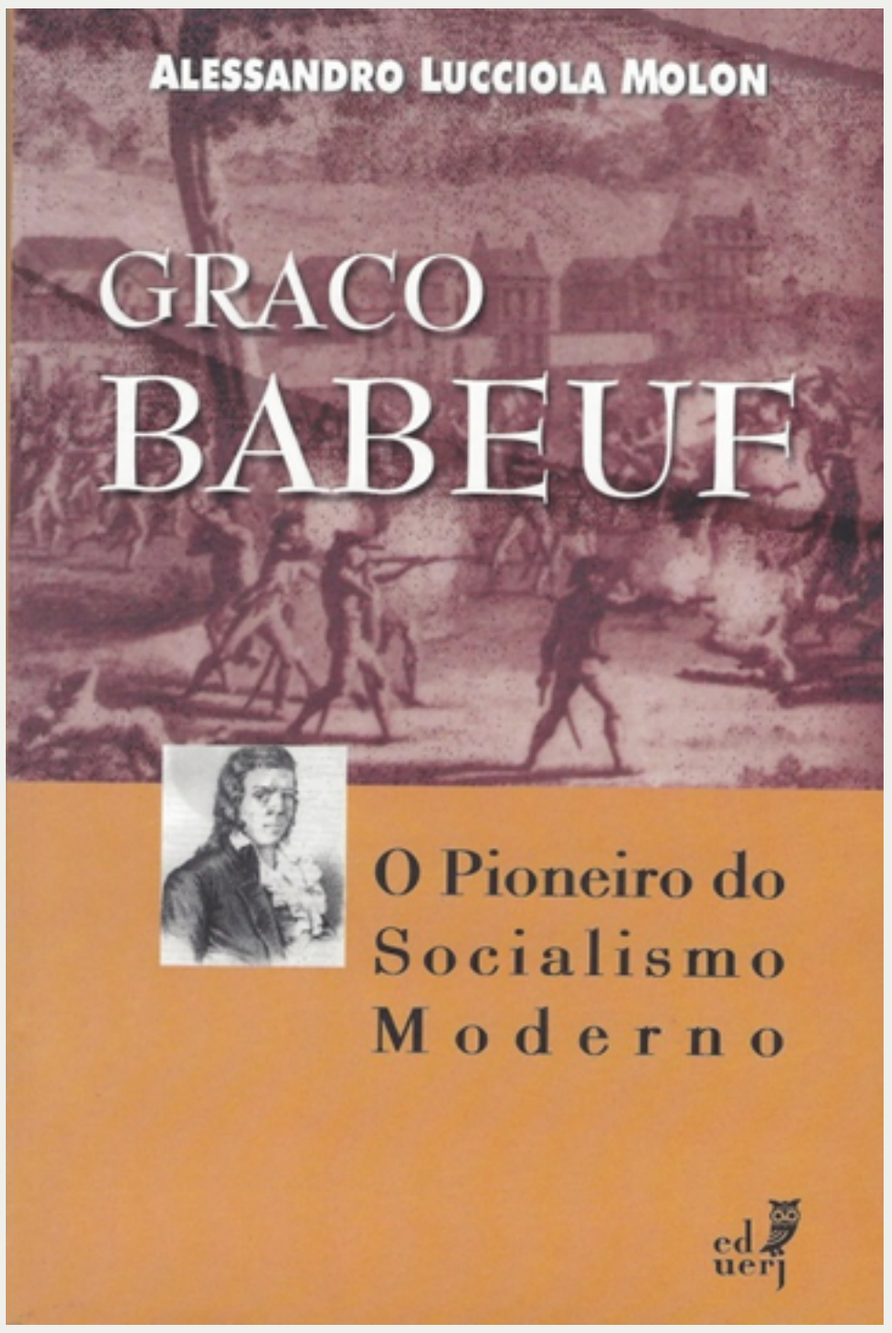
2 Quem foi Grago Babeuf

https://brasilescola.uol.com.br/biografia/francois-noel-babeuf.htm

https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/babeuf_gracchus.htm

Sugestão de leitura:

O livro apresenta as ideias e ações de um dos grandes nomes presentes na Revolução Francesa, que propunha a igualdade efetiva entre os homens. O autor destaca a importância do legado do humanismo de Babeuf, que previa, não a extinção, mas um novo papel para as artes e ciências, a partir da criação de uma sociedade coletiva. Reexamina a trajetória de Babeuf, criador do "Manifesto dos Plebeus", e defensor da justiça social e dos ideais comunistas.



3 Friedrich Engels

Para conhecer mais sobre Engels, leia a biografia disponível nos sites: Arquivo marxista na internet & Toda matéria. (Acesse no final da desse trecho).

Friedrich Engels foi um importante filósofo alemão do século XIX. Junto com o Karl Marx, criou o marxismo (socialismo científico). Nasceu em 28 de novembro de 1820, na cidade alemã de Barmen. Em 1841, entrou para o exército Prussiano, atuando na Artilharia Doméstica. Engels era integrante de uma rica família.



Fonte: Site Toda Matéria

Em 1842, foi morar na Inglaterra para trabalhar na indústria de tecidos do pai, situada na cidade de Manchester. Ao observar as péssimas condições dos trabalhadores na Inglaterra do século XIX, passou a ter uma visão crítica sobre o capitalismo. Teve contato e identificação com as ideias do socialismo, aproximando-se de Marx. No ano de 1844, Engels escreveu a obra "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra" (publicado em 1845). Nesta obra analisou o capitalismo, apontando as injustiças sociais às quais eram submetidos os trabalhadores. Em 1844, também escreveu "As Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado". No ano de 1848, junto com Marx, publicou a obra "Manifesto Comunista", onde foram estabelecidas as bases da doutrina

comunista.

Neste mesmo ano, Engels participou das Revoluções de 1848, na Alemanha, Bélgica e França. Em 1850, retornou para a Inglaterra. Na década de 1850 forneceu apoio financeiro para Marx escrever o primeiro volume da principal obra socialista “O Capital”. Após a morte de Marx (1883), Engels foi o responsável por escrever a continuação do segundo volume desta obra e redigir por completo o terceiro. Em 1878, Engels escreveu o livro "Anti Dühring", em que aponta para a necessidade da criação e implantação do socialismo científico em oposição ao socialismo utópico. Morreu em Londres, aos 74 anos, no dia 5 de agosto de 1895.

https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/e/engels.htm

https://www.todamateria.com.br/friedrich-engels/

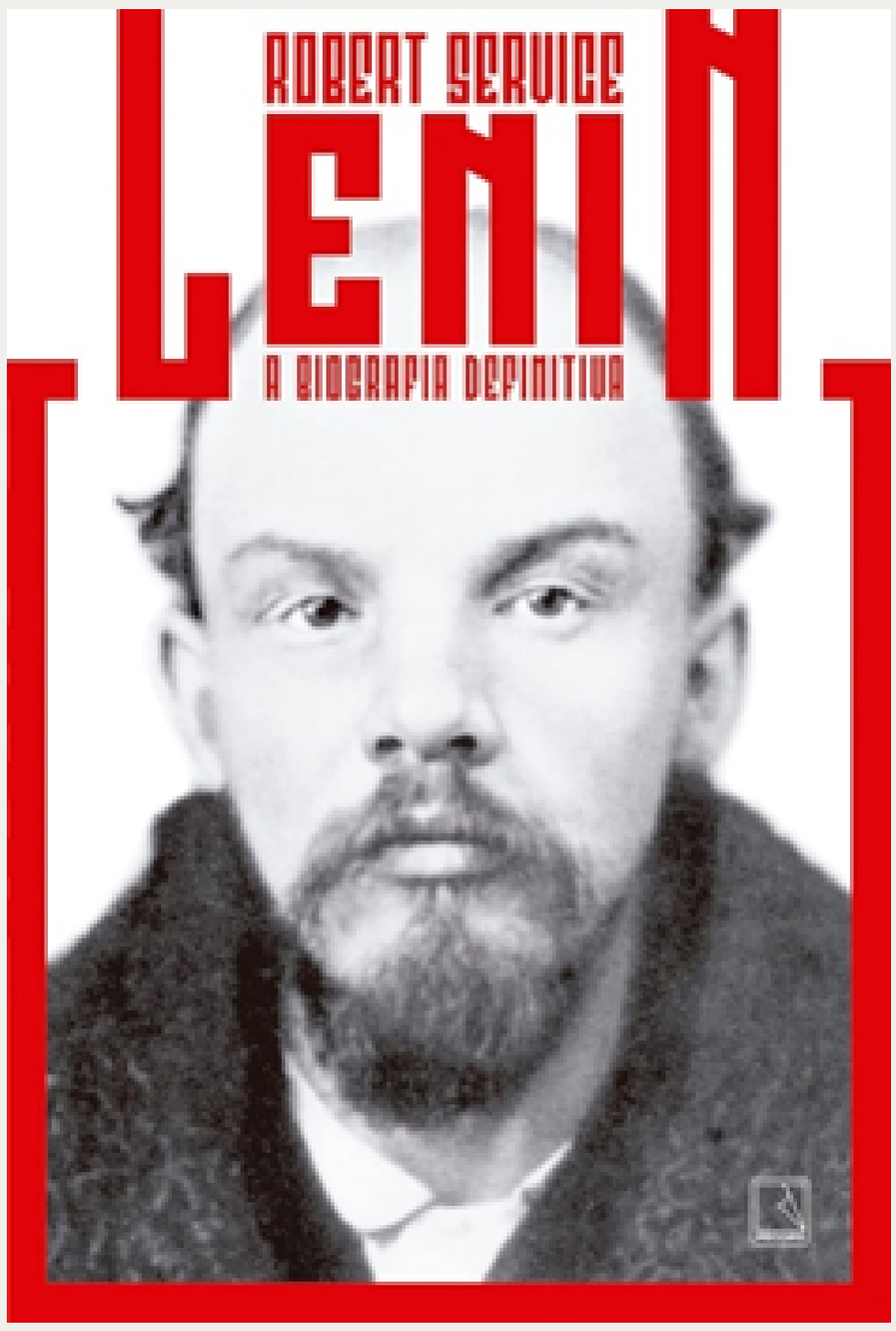
Fonte: Site Sua Pesquisa.com
Disponível em: https://www.suapesquisa.com/biografias/engels.htm
Data de acesso: 17 de maio de 2024.

4 Vladimir Lenin

https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/quem-foi-lenin-e-o-que-ele-fez-os-bastidores-de-um-dos-principais-politicos-da-historia-da-russia

Sugestão de leitura:

O livro “Lenin: a biografia definitiva”, escrito por Robert Service, lança um novo olhar sobre Lenin como líder político e, ao mesmo tempo, como pensador. Sob o prisma de sua trajetória, analisa a Revolução de Outubro, as ideias do marxismo-leninismo, o estado unipartidário, a política econômica comunista, a ditadura e a política da Europa no entreguerras. E, ao investigar as origens da União Soviética, elucida a natureza do Estado e da sociedade deixados por Lenin — um Estado e uma sociedade que não desapareceram inteiramente após o colapso do regime soviético em 1991.



Fonte: https://www.amazon.com.br/Lenin-biografia-definitiva-Robert-Service/dp/8501112038
Data de acesso: 17 de maio de 2024.

AULA 4 *ALGUMAS CARACTERÍTICAS DO COMUNISMO*

Para começar essa aula vamos diferenciar rapidamente COMUNISMO e MARXISMO:

Comunismo	Marxismo
Comunismo é uma doutrina social cujo objetivo é restabelecer o chamado "estado natural", em que todas as pessoas teriam os mesmos direitos, mediante a abolição da propriedade privada e o fim da luta de classes. Nos séculos XIX e XX o termo foi usado para qualificar um movimento político. Esta palavra tem origem no latim “comunis”, que significa comum. Ser comunista significa compactuar com as ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, ou seja, com o marxismo, e defender as mudanças políticas, econômicas e sociais necessárias à superação da sociedade capitalista por uma sociedade sem classes.	Marxismo é um sistema ideológico e um movimento intelectual que critica radicalmente o capitalismo e proclama a emancipação da humanidade numa sociedade sem classes e igualitária. As linhas básicas do marxismo foram traçadas entre 1840 e 1850 pelos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels. No ano de 1848, Marx e Engels publicam o livro Manifesto Comunista em que analisam a realidade em que viviam, o trabalho, a propriedade, as relações produtivas e principalmente a violenta exploração do proletariado. Propõem a luta pelo fim do capitalismo com a adição imediata do socialismo e, posteriormente, do comunismo, onde as massas trabalhadoras possuindo os meios de produção assumiriam o poder político e econômico. O Marxismo tornou-se um dos movimentos intelectuais e políticos mais influentes da sociedade contemporânea.

Fonte: Site Enciclopédia Significados
Disponível em: https://www.significados.com.br/marxismo/
Data de acesso: 17 de maio de 2024.

Agora que já diferenciamos Marxismo de Comunismo, vamos assistir ao vídeo Karl Marx (10:05).
Caso você não consiga assistir ao vídeo, pode ler abaixo a transcrição do mesmo. No vídeo você vai ter acesso aos seguintes conceitos marxistas:

1. Materialismo Histórico (03:59)
2. Classes Sociais e Consciência de Classe (04:52)
3. Alienação (06:18)
4. Mais Valia (07:30)

https://www.youtube.com/watch?v=mZbgdo2JQho&t=485s

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO

Karl Marx é considerado um dos intelectuais mais influentes do mundo ocidental. Sua obra mudou as análises no campo das Ciências Humanas e Sociais. Conceitos como materialismo histórico, classes sociais, consciência de classe, alienação e mais-valia foram desenvolvidos por este pensador.
Biografia:
Karl Max foi um filósofo, ativista político e um dos fundadores do socialismo científico. Nasceu em 5 de maio de 1818 em Tréveris, então Prússia, na Alemanha.

A cidade estava localizada na bacia no Rio Reno, região de abundantes recursos minerais e próxima à fronteira francesa. As tropas napoleônicas haviam ocupado a região e introduzido ideias de liberdade e democracia que favoreciam a burguesia. Tudo isto porém, terminaria quando Tréveris voltasse a Prússia e os antigos privilégios da nobreza fossem restabelecidos. É Neste contexto que nasce Karl Max, no seio de uma família judia e sem problemas financeiros, no entanto, nesta época os judeus tiveram que escolher entre se converter ou perder direitos civis seu pai advogado e Conselheiro de Justiça prefere tornar-se luterano e educar os filhos em escolas não religiosas. Mais tarde, por inspiração paterna, Marx estudou direito na Universidade de Bonn e depois se transferiu para de Berlim, onde descobriu sua verdadeira vocação: a filosofia. Aproxima-se dos discípulos de Hegel e estuda seus escritos sobre a dialética que seriam tão importantes para fundamentar suas teorias.

Em Berlim, casa-se com a aristocrata Jenny Von Westphalen que colaboraria nos seus escritos e pesquisas e também ajudaria a manter as despesas da casa e os numerosos filhos do casal. Em 1842, trabalhando no Jornal Gazeta Renana conheceu Friedrich Engels com o qual escreveria inúmeros livros. Mais tarde, o periódico é fechado pela polícia e Marx vai para Paris. Na capital francesa toma contato com socialistas como Engels e o anarquista Bakunin. Também testemunha a reação dos operários franceses aos efeitos da Revolução Industrial. Perseguido na França por causa das suas críticas ao rei da Prússia, Marx é expulso do país a pedido do embaixador. Muda-se para a Inglaterra em 1849 e ali permaneceram até a sua morte. Em Londres conhece a dura realidade do operariado, pois sem uma legislação específica, as jornadas de trabalho nas fábricas inglesas superavam 14 horas por dia e as condições de trabalho eram insalubres. Marx e Engels fundam em 1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como Primeira Internacional. A organização pretendia unir o proletariado de todos os países e fundar um partido independente que tomaria o poder.

Após a morte de sua esposa em 1881, Karl Marx adoece de uma inflamação na garganta que o impede de falar e alimentar-se. Faleceu em Londres, em consequência de uma bronquite no dia 14 de março de 1883.

Agora que você conhece um pouco da vida de Karl Marx vamos entender melhor alguns dos principais conceitos de sua teoria.

1 Materialismo Histórico

O materialismo histórico estuda as relações entre o trabalho e a produção de bens nas sociedades. Então, para o materialismo histórico é a produção material e não as ideias ou uma força divina que fazem mover a história e as mudanças sociais e econômicas, como revoluções, guerras, disputas pelo poder e etc. Estas seriam impulsionados por motivos econômicos, por isso a sociedade estaria dividida entre aqueles que possuem os bens de produção: a burguesia e aqueles que não possuem esses bens, só a força de trabalho: o proletariado.



Assim existe uma tensão entre os interesses de cada uma dessas classes. Como a burguesia não pretende mudar seu status, cabe ao proletariado lutar para transformar a situação, através de organizações políticas.

2 Classes Sociais e Consciência de Classe

A classe social é o grupo dentro de uma sociedade capitalista onde se reunem pessoas da mesma condição econômica. Segundo Marx, existem duas grandes classes sociais a burguesia e o proletariado. A burguesia está formada pelos detentores dos meios de produção, ou seja, aqueles que possuem máquinas e capital para transformar a matéria-prima. Do outro lado temos o proletariado, que só possui sua força de trabalho e seus filhos.



Fonte: http://www.viverdeeducar.net/2014/08/karl-marx-individuo-e-classes-sociais.html

Aliás, a palavra proletariado vem de "prole", por isso o proletariado tem que vender a sua mão de obra para os burgueses e estes sempre vão querer conservar o poder com o objetivo de manter sua posição social.

Curiosamente, apesar da exploração, o proletariado não tem consciência do seu valor. Com medo do desemprego e acostumado a obedecer ordens, entretanto, o proletariado deve descobrir sua força e combater a burguesia. É nesse momento que os trabalhadores entendem que são explorados e se revoltam, que acontece a história. Não por acaso, o Manifesto Comunista, uma das obras mais populares de Marx e Engels, começa com a frase "a história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias tem sido a história das lutas de classe".

3 Alienação



Frank & Ernest (1996), tirinha de Bob Thaves.

Fonte: Charges de Frank e Ernest (1996), tirinha de Bob Thaves.
Disponível em: https://vestibulares.estrategia.com/public/questoes/analise-charge121af895c9/

A palavra alienação vem do latim "alienare" que significa "tornar alguém alheio a algo". O trabalho alienado surge quando o trabalhador perde a posse dos meios de produção e passa a ser compreendido como parte da linha de montagem. Assim, como as máquinas e ferramentas, o trabalhador assume uma única

função: gerar lucro. Trata-se portanto, de uma alienação socioeconômica, onde a fragmentação do trabalho produz a fragmentação do saber humano. A divisão social do trabalho, enfatizado pela sociedade capitalista, contribui para o processo de alienação do indivíduo, afinal, os cidadãos que participam do processo de produção de bens e serviços acabam por não usufruir deles, por isso a alienação legitima o controle social. Um exemplo é o dos trabalhadores da construção civil: pedreiros, carpinteiros, encanadores, e etc. Eles levantam edifícios luxuosos mas, dificilmente poderão morar em algum deles. Segundo a teoria marxista, eles são alienados.

4 Mais Valia

A mais-valia representa a relação entre o tempo necessário para realizar um trabalho e sua remuneração. Como exemplo, podemos pensar no seguinte: para suprir as necessidades básicas de vida, como moradia, educação, saúde, alimentação, lazer e etc, o trabalhador precisaria de um salário que seria atingido com o trabalho diário de 5 horas, desta maneira ele só necessita exercer sua função durante este período. No entanto, o sistema capitalista lhe impede de trabalhar somente a 5 horas, e ele trabalha 8h por dia. Três horas a mais. Esta diferença será o lucro do sistema capitalista, também chamado de mais-valia.



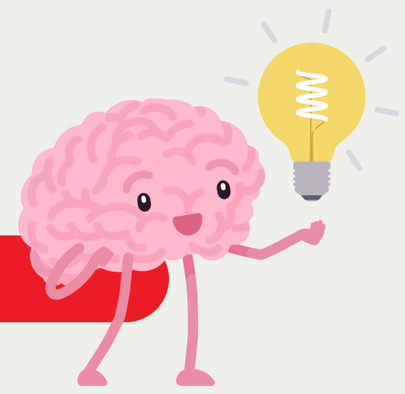
Fonte: https://www.politize.com.br/mais-valia/

Aplicação das Teorias

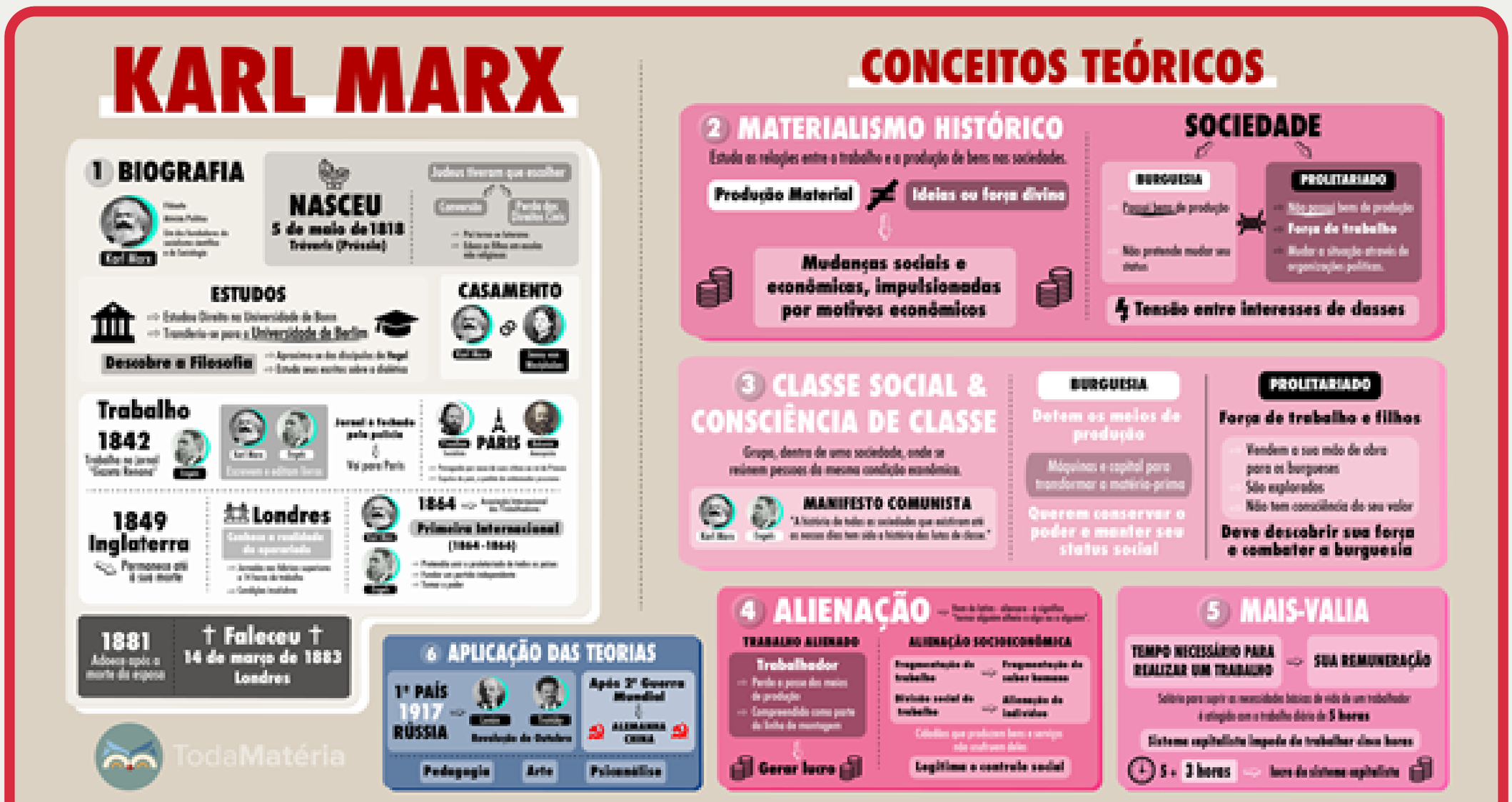
Essas foram as principais ideias de Marx que influenciaram os pensadores do mundo inteiro. O primeiro país a colocá-las em prática foi a Rússia, em 1917, quando Lenin e Trotski lideraram a Revolução de Outubro. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), países como a Alemanha Oriental e a China também adotaram o socialismo como forma de governo. Nas Ciências Sociais observamos vários autores utilizando as categorias marxistas em campos tão diferentes, como a pedagogia, a arte, a psicanálise e etc.

Para apreender melhor os conceitos estudados analisem os mapas mentais abaixo:

Mapa Mental 1



Você também pode acessá-lo, clicando aqui https://bit.ly/2HoI4i6



Fonte: Site Politize
Disponível em: https://www.politize.com.br/mais-valia/

Mapa Mental 2



Fonte: https://studymaps.com.br/karl-marx/

Atividades

Com base no vídeo, nos textos e nos mapas mentais, vamos aprofundar nossos conhecimentos sobre a teoria marxista.

Reunam-se em grupos de no maxímo 5 alunos. Faremos um sorteio no qual cada grupo receberá um conceito. O grupo deverá desenvolver uma situação (hipotética ou baseada na própria experiência) em que o conceito recebido possa ser aplicado.
Escrevam a situação no caderno, em seguida deverão apresentar a situação para o grande grupo através de uma pequena encenação.
Caso precisem de mais informações sobre o conceito, seguem algumas fontes!

Grupo 1 - Materialismo Histórico

Materialismo histórico (12:21) – In: Brasil Escola

https://www.youtube.com/watch?v=QfMt4PlHXfE

Materialismo histórico-dialético (8:01): In: Rita em 5 Minutos

https://www.youtube.com/watch?v=Xime2e9yo8Y

Materialismo Histórico – In: Brasil Escola

https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/materialismo-historico.htm

Grupo 2 - Classe Social

Karl Marx e as classes sociais (7:13) – In: Doxa e Episteme

https://www.youtube.com/watch?v=2W2mmsdJ_oA

Burguesia e Proletariado (7:17) – In Sem classe

https://www.youtube.com/watch?v=nrKMN6x-CZU

Classe social

https://www.todamateria.com.br/classe-social/

Grupo 3 - Alienação

O que é alienação (Ricardo Antunes) 13:04 – In: TV Boitempo

https://www.youtube.com/watch?v=VR4kD_9kY4M

Alienação (4:24) - In: Conceito Ilustrado

https://www.youtube.com/watch?v=XBQ24PsSvUs

Alienação na filosofia e na sociologia – In: Toda Matéria

https://www.todamateria.com.br/alienacao-na-sociologia-e-filosofia/

Grupo 4 - Consciência de Classe

O que é consciência de classe. (3:28) In: O outro lado da história

https://www.youtube.com/watch?v=YwMduX3v9xg

Consciência de classe? (8:29) In: Sem classe

https://www.youtube.com/watch?v=uDs_MZCqWxw

Consciência de classe – In: Brasil escola

https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/consciencia-de-classe.htm

Grupo 5 - Mais Valia

Entenda a mais-valia (8:05) – In: Sem classe

https://www.youtube.com/watch?v=p4C_9_xUT4I

O que é mais valia? (3:26) - In: Politize

https://www.youtube.com/watch?v=fjTvS_p72pk

Mais valia – In: História do Mundo

https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/mais-valia.htm

AULA 5

"PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS."
MANIFESTO COMUNISTA

Estátua de Marx e Engels em Berlim, Alemanha.



Fonte: Site Toda Matéria
https://www.todamateria.com.br/friedrich-engels/

Vocês já ouviram ou leram a frase que dá título à aula? Tem ideia de quando, onde e por quem essa frase foi proferida?

Conhecem os personagens que estão na imagem de abertura da aula? (Já falamos sobre eles nas aulas anteriores) .

Bem, vamos lá! A frase que dá título á aula está no livro "O Manifesto Comunista", escrito em 1848, pelos filósofos alemães representados na imagem. São eles: Karl Marx e Friedrich Engels. Mas afinal, por que esse livro é tão importante?

Para entendermos um pouco melhor sobre a importância do livro Manifesto Comunista e de seus autores, vamos assistir a dois pequenos vídeos e ler um texto que foi publicado na Revista Super Interessante!

VÍDEO 1: O Manifesto Comunista - Marx e Engels (Lincoln Secco) (6:01)

https://www.youtube.com/watch?v=JTaVhmxopVI

VÍDEO 2: Marx e Engels publicam o Manifesto Comunista -21 de fevereiro de 1848 - Hoje na História (5:20) - In: Opera Mundi

https://www.youtube.com/watch?v=oVdbUhqkn8U

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO - 1

Manifesto Comunista - Marx e Engels

Olá, meu nome é Lincoln Secco, sou professor de História Contemporânea da Universidade de São Paulo e queria deixar aqui um abraço especial para todas as professoras, alunos, alunas da Rede Municipal. Eu vou falar brevemente do Manifesto Comunista, antes de tudo eu queria dizer que se trata de um documento histórico fundamental da contemporaneidade e que pode ser comparado a qualquer outro, como a Declaração dos Direitos do Homem, da Revolução Francesa; a Magna Carta, dos ingleses; um discurso de Marco Antônio na Antiguidade Romana... Eu quero dizer que, independentemente da nossa vontade, da nossa opinião política e ideológica, o Manifesto é um grande documento histórico e não é à toa que ele exerce uma poderosa influência no século 20 e até hoje é, certamente, o livro mais lido de Marx e Engels.

Bem, o Manifesto Comunista foi escrito e publicado em janeiro de 1848 e logo em seguida houve uma Revolução na França e uma série de revoluções em outras capitais europeias que ficaram conhecidos como a Primavera dos Povos, embora o Manifesto não tenha causado essas revoluções, ele foi produto do mesmo clima de insatisfação social que as produziram.

O manifesto se divide em três partes: A terceira parte, indo do final para o começo, é uma avaliação que eles fazem de toda a literatura socialista e comunista anterior a eles, ou seja, o que eles chamavam de socialismo utópico, mas que continua existindo depois deles e existe até hoje. Depois, na segunda parte, eles fazem um estudo sobre a relação entre os proletários e os comunistas, onde eles afirmam que cabe aos comunistas defenderem os interesses gerais e finais do proletariado e lutar pela constituição do proletariado em classe. E a primeira parte, que é a mais importante, expõe uma visão nova da história, ou seja, eles percebem que a humanidade sempre se dividiu em torno de classes sociais, por exemplo, homem livre e escravo na Antiguidade, patrícios e plebeus em Roma, barões e servos, mestres de ofício e companheiros que eram os subordinados das corporações de ofício, até a divisão entre burgueses e proletários.

Por que dessa divisão? Porque os seres humanos precisam se associar para produzir e reproduzir sua própria vida e de acordo com a forma com a qual esse eles ingressam nessas relações que eles criam entre si, que são as relações de produção, eles constituem um grupo dominante e um grupo dominado. Então, o proletariado ingressa no modo de produção como um conjunto de pessoas que não tem outra coisa senão sua própria força de trabalho para vender, portanto, eles são dominados por aqueles que são donos dos meios de produção, das fábricas, das ferramentas, das máquinas, enfim, do capital. Logo toda a história é explicada por Marx e Engels como produto da luta de classes, do antagonismo de classes.

É importante que a gente saiba que para eles, essa dinâmica entre burgueses e proletários, esse antagonismo entre burgueses e proletários é o último da história. E por que eles podem dizer isso? Porque o proletariado não sofre uma injustiça em particular, por exemplo, o escravo ele sofre uma injustiça em particular, que é a escravidão. Uma vez liberto da escravidão essa injustiça foi removida, mas isso não quer dizer que o escravo tenha se tornado uma pessoa completamente livre de qualquer outra forma de exploração. Os escravizados, depois da abolição no Brasil simplesmente ficaram jogados à própria sorte e tinham que vender sua força de trabalho. Agora com os assalariados ou trabalhadores precarizados são da mesma forma. O servo na Idade Média ele podia ser emancipado da servidão, mas só para constituir uma massa explorável nas cidades para o capitalismo ascendente. No caso do proletariado, ele só pode ser emancipado e só pode ser emancipar emancipando toda a humanidade, inclusive a classe dominante. E por quê? Porque ele só pode se emancipar abolindo o trabalho assalariado e o próprio capital, ou seja, os dois fundamentos da última forma possível de exploração.

Logo, o proletariado não é uma classe que defende direitos particulares, ele é uma classe universal e por isso o Manifesto Comunista assume, como próprio nome diz, um manifesto, uma forma de propaganda no melhor sentido da palavra, ou seja, é um livro que foi escrito como um convite para que o leitor e a leitora se engajem na mudança social. A última frase do manifesto é o espelho disso e a frase mais famosa: "proletários de todos os países, uni-vos!"

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO - 2

Marx e Engels publicam o Manifesto Comunista

Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo! Todas as potências da velha Europa aliaram-se em uma sagrada perseguição a esses espectro: o papa, o czar, os radicais e policiais alemães. Onde está o partido de oposição que não tenha sido difamado como comunista? Onde está o partido de oposição que não tem arremessado de volta aos opositores mais progressistas, tanto quanto aos seus adversários reacionários a pecha estigmatizante do comunismo. Duas coisas discorrem desse fato: o comunismo já é conhecido como uma potência por todas as potências europeias e já é tempo de os comunistas exporem abertamente, perante o mundo todo, sua maneira de pensar, os seus objetivos, as suas tendências e de contrapor em ao conto da carochinha sobre o espectro do comunismo.

Em 21 de fevereiro de 1848 foi publicado, pela primeira vez em alemão, O Manifesto do Partido Comunista, um dos mais influentes documentos políticos da história, assinado por Karl Marx e Friedrich Engels. O Manifesto tornou-se nos primeiros tempos do movimento social-democrata na Europa, seu principal instrumento teórico e de ação. Pouco demorou para ser traduzido para os mais diversos idiomas, sendo largamente difundido em todo o mundo. O Manifesto divulgou as concepções de seus autores no campo da história e da filosofia. O documento deu especial destaque à análise histórica da luta de classes e aos problemas do capitalismo na época de sua publicação.

Costuma-se creditar a Engels os primeiros rascunhos do Manifesto Comunista. Em Julho de 1847 Engels foi escolhido entre os dirigentes da Liga dos Comunistas para redigir uma espécie de "catecismo". Esse trabalho veio a ser conhecido como o esboço de uma profissão de fé comunista. O esboço continha questões que ajudaram a expor as ideias da época, tanto do próprio Engels quanto de Marx. Em outubro de 1847, Engels redigiu seu próprio esboço para Liga intitulado Os princípios do comunismo. O texto, inédito até 1914, a despeito de ter sido a base do Manifesto, foi com base neste rascunho que Engels e Marx, indicados pela Liga escreveram o Manifesto Comunista, em que combinou suas ideias centrais com as de seu amigo. Nos esboços e particularmente na obra A condição da classe trabalhadora na Inglaterra, embora o nome dos dois apareça como os autores do Manifesto, Engels, no prefácio da edição alemã de 1883, disse que o documento era essencialmente obra de Marx e que o pensamento fundamental pertence única e exclusivamente ao amigo de longa data.

Após a morte de Marx, Engels escreveu: "não posso negar que antes e durante os 40 anos de minha cooperação com Marx, tive certa participação independente em lançar os fundamentos da teoria, porém a maior parte de seus princípios básicos pertence a Marx, ele era um gênio. Nós os outros, na melhor das hipóteses talentosas. Sem ele a teoria não seria de longe o que é hoje. Portanto, ela com justiça leva seu nome."

Texto

175 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA

5 fatos sobre a obra de Marx e Engels



Karl Marx e Friedrich Engels. Crédito: Getty Images

Há 175 anos, em 21 de fevereiro de 1848, os teóricos Karl Marx e Friedrich Engels publicaram o Manifesto Comunista, livro que consolidou ideias que perduram até os dias de hoje. Com uma importância histórica incontestável, a obra apresentava críticas à sociedade capitalista e suas formas de funcionamento.

"A história de toda sociedade até nossos dias é a história das lutas de classe", afirmam os autores. Em um período de mudanças sociais turbulentas, a dupla foi responsável por unificar muitos pensamentos que estavam circulando naquela época. Para relembrar a data, a equipe do site do Aventuras na História separou 5 fatos sobre o Manifesto Comunista. Confira!

1 Partido Comunista

O Manifesto Comunista foi originalmente nomeado de 'O Manifesto do Partido Comunista'. Isso porque ele foi escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, mas solicitado pela Liga Comunista, uma organização internacional da qual os dois faziam parte.



O filósofo Karl Marx / Crédito: Getty Images

O grupo consistia em pessoas que faziam parte da classe trabalhadora, principalmente artesãos e operários europeus. Durante suas reuniões, os teóricos passaram a discutir questões de classe, o que acabou gerando a solicitação por uma obra que reunisse todos os conceitos tratados por eles.

2 Revolucionário

Na época em que o Manifesto foi escrito, a Europa era revolvida por ideias revolucionárias: ela era o palco de inúmeras teorias e ideologias. Ainda assim, o livro provou ser inovador porque ele conseguiu consolidar inúmeros conceitos que estavam em discussão. Foi a primeira vez que os ideais revolucionários foram agrupados em uma obra só. Eles tratavam de temas como a luta de classes entre a burguesia e o proletariado, além da concepção da abolição da propriedade privada. Essa "síntese" se mostrou tão importante que se tornou base de um movimento que persiste até a atualidade.

3 'Panfleto político'

Como o manuscrito foi uma solicitação de uma liga que contava com pessoas da classe trabalhadora, o livro continha uma linguagem acessível, quase a de um panfleto político. A ideia é que ele pudesse ser entendido pela grande parte da população, quem eles queriam alcançar para realizar a chamada revolução. Muitos pesquisadores apontam o uso da retórica ao longo de todo o texto. Marx e Engels usaram metáforas, alegorias e mitos da época para conseguirem expor o pensamento teórico de maneira que as pessoas de fato quisessem ler o Manifesto Comunista. A própria abertura do livro é exemplo disso: "Um espectro ronda a Europa — o espectro do comunismo".

4 Olho do furacão

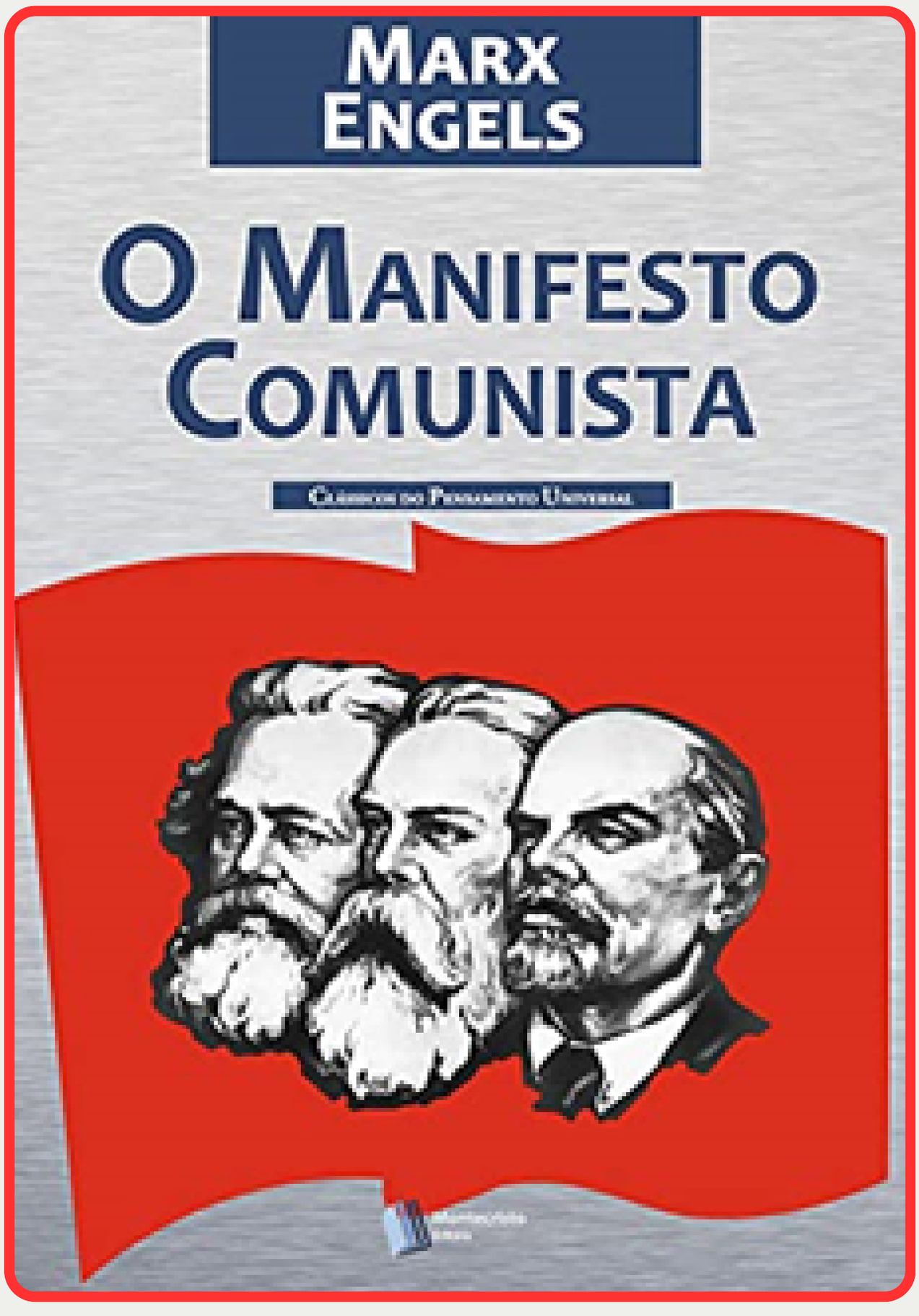
O Manifesto Comunista não surgiu do nada: ele foi fruto do momento histórico em que os autores viveram e, especialmente, do local em que eles estavam. A obra, inclusive, foi publicada pela primeira vez em Londres, na Inglaterra, que era considerada o centro das revoluções, quase o olho do furacão do mundo naquela época. Foi por estarem em contato com as consequências dessas transformações radicais, que afetaram os trabalhadores de maneira mais árdua, que a construção do pensamento comunista — anunciado pelo Manifesto — foi possível.

5 Mudanças radicais

Além de apresentarem os conceitos debatidos na época em que o livro estava sendo escrito, a dupla de comunistas também apresentou algumas previsões para o futuro, baseadas nas concepções que tinham das mudanças radicais e da sociedade capitalista no geral. Eles, de fato, anteciparam alguns eventos: a Revolução Francesa de 1848, por exemplo, aconteceu pouco depois de a obra ter sido publicada, comprovando que as sociedades passariam por revoluções. Eles não puderam imaginar a dimensão do avanço tecnológico e a complexificação das sociedades no mundo contemporâneo.

Artigo: "175 anos do manifesto comunista: 5 fatos sobre a obra de Marx e Engels." In: Revista Aventuras na História – Publicado em 21 de fevereiro de 2021– Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/os-173-anos-do-manifesto-comunista-em-5-fatos.phtml Data de acesso: 30 de maio de 2024.

Para saber mais sobre o MANIFESTO COMUNISTA



Para a leitura do Manifesto Comunista, na íntegra, clique aqui.

https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap2.htm

Audiobook (01:27)

https://www.youtube.com/watch?v=cFhf0oKHUQ0

Atividades

1 A turma será dividida em grupos e cada grupo receberá o trecho adaptado do livro Manifesto Comunista (descrito abaixo). Após a leitura do trecho, o grupo deverá escolher uma forma de apresentá-lo para os demais alunos da turma. A apresentação poderá ser por meio de uma música (paródia), cartazes, poema, jogral, simulação de tele-jornal, programa de auditório, etc... Usem a criatividade!
O importante é passar a essência do que foi lido para os demais alunos da turma! O grupo mais criativo receberá uma premiação surpresa!

Manifesto Comunista



Um espectro ronda a Europa — o espectro do Comunismo. Todos os poderes da velha Europa se aliaram para uma santa caçada a este espectro, o papa e o czar (...) radicais franceses e polícias alemães. Onde está o partido de oposição que não tivesse sido vilipendiado pelos seus adversários no governo como comunista? Onde está o partido de oposição que não tivesse arremessado de volta, tanto contra os oposicionistas mais progressistas como contra os seus adversários reacionários, a recriminação estigmatizante do comunismo? Deste fato concluem-se duas coisas: O comunismo já é reconhecido por todos os poderes europeus como um poder. Já é tempo de os comunistas exporem abertamente perante o mundo inteiro o seu modo de ver, os seus objetivos, as suas tendências, e de contraporem à lenda do espectro do comunismo um Manifesto do próprio partido.

Com este objetivo reuniram-se em Londres comunistas das mais diversas nacionalidades e delinearam o Manifesto seguinte, que é publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês.

I - Burgueses e Proletários

A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes.
Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta, ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta.

Nas anteriores épocas da história encontramos quase por toda a parte uma articulação completa da sociedade em diversos estados (ou ordens sociais) uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média: senhores feudais, vassalos, burgueses de corporação, oficiais, servos, e ainda por cima, quase em cada uma destas classes, de novo gradações particulares.

A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas.

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado.

(...) O vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. Para o lugar da manufatura entrou a grande indústria moderna; para o lugar do estado médio industrial entraram os milionários industriais, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos. A grande indústria estabeleceu o mercado mundial que o descobrimento da América preparara. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação, às comunicações por terra, um desenvolvimento imensurável. Este, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria, e na mesma medida em que a indústria, o comércio, a navegação, os caminhos-de-ferro se estenderam, desenvolveu-se a burguesia, multiplicou os seus capitais, empurrou todas as classes transmitidas da Idade Média para segundo plano.

Vemos, pois, como a burguesia moderna é ela própria o produto de um longo curso de desenvolvimento, de uma série de revolucionamentos no modo de produção e de intercâmbio. (...) A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário (...) A burguesia, lá onde chegou à dominação, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem misericórdia todos os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível "pagamento a pronto" (...) A burguesia despiu da sua aparência sagrada todas as atividades até aqui veneráveis e consideradas com pia reverência. Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela. A burguesia arrancou à relação familiar o seu comovente véu sentimental e reduziu-a a uma pura relação de dinheiro. (...) Realizou maravilhas completamente diferentes das pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos e das catedrais góticas, levou a cabo expedições completamente diferentes das antigas migrações de povos e das cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, portanto as relações sociais todas. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. O permanente revolucionamento da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos distinguem a época da burguesia de todas as outras (...) A necessidade de um escoamento sempre mais extenso para os seus produtos persegue a burguesia por todo o globo terrestre. (...) Para o lugar das velhas necessidades, satisfeitas por artigos do país, entram [necessidades] novas que exigem para a sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. Para o lugar da velha auto-suficiência e do velho isolamento locais e nacionais, entram um intercâmbio omnilateral, uma dependência das nações umas das outras. E tal como na produção material, assim também na produção espiritual (...)

A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização. Os preços baratos das suas mercadorias são a artilharia pesada com que deita por terra todas as muralhas da China, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros ao estrangeiro. Compele todas as nações a apropriarem o modo de produção da burguesia, se não quiserem arruinar-se (...) Numa palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem (...) A burguesia aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos (...) A burguesia, na sua dominação de classe de um escasso século, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, caminhos-de-ferro, telégrafos elétricos, arroteamento de continentes inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras feitas saltar do chão — que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças de produção estavam adormecidas no seio do trabalho social?

(...) Um movimento semelhante processa-se diante dos nossos olhos. As relações burguesas de produção e de intercâmbio, as relações de propriedade burguesas, a sociedade burguesa moderna que desencadeou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara. De há decénios para cá, a história da indústria e do comércio é apenas a história da revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são as condições de vida da burguesia e da sua dominação. Basta mencionar as crises comerciais que, na sua recorrência periódica, põem em questão, cada vez mais ameaçadoramente, a existência de toda a sociedade burguesa. Nas crises comerciais é regularmente aniquilada uma grande parte não só dos produtos fabricados como

das forças produtivas já criadas. Nas crises irrompe uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores — a epidemia da sobreprodução.

A sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie; parece-lhe que uma fome, uma guerra de aniquilação universal lhe cortaram todos os meios de subsistência; a indústria, o comércio, parecem aniquilados. E porquê? Porque ela possui demasiada civilização, demasiados meios de vida, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas que estão à sua disposição já não servem para promoção das relações de propriedade burguesas; pelo contrário, tornaram-se demasiado poderosas para estas relações, e são por elas tolhidas; e logo que triunfam deste tolhimento lançam na desordem toda a sociedade burguesa, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para conterem a riqueza por elas gerada. — E como triunfa a burguesia das crises? Por um lado, pela aniquilação forçada de uma massa de forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais profunda de antigos mercados. De que modo, então? Preparando crises mais omnilaterais e mais poderosas, e diminuindo os meios de prevenir as crises. As armas com que a burguesia deitou por terra o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia.

Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que manejarão essas armas — os operários modernos, os proletários (...) a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital. Estes operários, que têm de se vender à peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e estão, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado. O trabalho dos proletários perdeu, com a extensão da maquinaria e a divisão do trabalho, todo o caráter autônomo e, portanto, todos os atrativos para os operários. Ele torna-se um mero acessório da máquina ao qual se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender (...)

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, comprimidos na fábrica, são organizadas como soldados. São colocadas, como soldados rasos da indústria, sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais subalternos e oficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês; dia a dia, hora a hora, são feitos servos da máquina, do vigilante, e sobretudo dos próprios burgueses fabricantes singulares. Este despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso, mais exasperante, quanto mais abertamente proclama ser o provento o seu objetivo (...) Diferenças de sexo e de idade já não têm qualquer validade social para a classe operária. Há apenas instrumentos de trabalho que, segundo a idade e o sexo, têm custos diversos.

Os pequenos estados médios até aqui, os pequenos industriais, comerciantes, os artesãos e camponeses, todas estas classes caem no proletariado, em parte porque o seu pequeno capital não chega para o empreendimento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se de todas as classes da população. O proletariado passa por diversos estádios de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência (...) Fundam eles mesmos associações duradouras para se premunirem para as insurreições ocasionais. Aqui e além a luta irrompe em motins (...)

Esta organização dos proletários em classe, e deste modo em partido político, é rompida de novo a cada momento pela concorrência entre os próprios operários. Mas renasce sempre, mais forte, mais sólida, mais poderosa. Força o reconhecimento de interesses isolados dos operários em forma de lei, na medida em que tira proveito das cisões da burguesia entre si. Assim [aconteceu] na Inglaterra com a lei das dez horas (...)

Por fim, em tempos em que a luta de classes se aproxima da decisão, o processo de dissolução no seio da classe dominante, no seio da velha sociedade toda, assume um caráter tão vivo, tão veemente, que uma pequena parte da classe dominante se desliga desta e se junta à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro. Assim, tal como anteriormente uma parte da nobreza se passou para a burguesia, também agora uma parte da burguesia se passa para o proletariado, e nomeadamente uma parte dos ideólogos burgueses que conseguiram elevar-se a um entendimento teórico do movimento histórico todo.

De todas as classes que hoje em dia defrontam a burguesia só o proletariado é uma classe realmente revolucionária.

As demais classes vão-se arruinando e soçobram com a grande indústria; o proletariado é o produto mais característico desta (...)

Todos os movimentos até aqui foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da maioria imensa no interesse da maioria imensa. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode elevar-se, não pode endireitar-se, sem fazer ir pelos ares toda a superestrutura, das camadas que formam a sociedade oficial. Pela forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional (...)

A sociedade não pode mais viver sob a dominação da burguesia (...) A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de privados, a formação e multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. O progresso da indústria, de que a burguesia é portadora, involuntária e sem resistência, coloca no lugar do isolamento dos operários pela concorrência a sua união revolucionária pela associação. Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

Charges

2 ELABORAÇÃO DE CHARGES: Serão distribuídas diversas frases do livro Manifesto Comunista. Com base na frase recebida, o aluno deverá elaborar uma charge em folha de papel A4.
Após a elaboração das charges, deverão ajudar a montar um mural na sala de aula.

Frases:

1.“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”.

2.“As armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo se voltam agora contra ela mesma”.

3.“A burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas: os trabalhadores modernos, os proletários”.

4. “O desenvolvimento internacional do capitalismo determina o caráter internacional da revolução proletária”.

5.“Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões”.

6.”Mas será que o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, lhe cria propriedade? De modo nenhum. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado.”

7.“O comunismo não tira de ninguém o poder de se apropriar de produtos sociais; tira apenas o poder de, por esta apropriação, subjugar a si o trabalho alheio.”

8.“Já antes vimos que o primeiro passo na revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia pela luta”.

9. “Na sociedade burguesa, os que nela trabalham não ganham e os que nela ganham, não trabalham.”

10. “Proletários de todos os países, uni-vos!”.

AULA 6

O CAPITAL: OBRA MAIS IMPORTANTE DE KARL MARX



O Capital: Obra do pensador alemão Karl Marx. Publicado pela primeira vez em 14 de setembro de 1867 (Foto: Wikimedia Commons)

Para entender bem a teoria marxista, além do livro Manifesto Comunista que estudamos na aula passada, vamos estudar um pouquinho sobre outra obra clássica de Karl Marx, o livro O Capital. Para começar vamos ler dois pequenos textos sobre o livro para depois fazer as atividades.

Texto 1

3 IDEIAS DE KARL MARX EM "O CAPITAL" QUE VOCÊ DEVERIA ENTENDER.

Junto de O Manifesto Comunista, O Capital foi um dos livros que mais tiveram influência em fatos históricos no pós-revolução industrial. Inspirou a Revolução Russa de 1917, a Revolução Chinesa em 1949 e a Revolução Cubana em 1953, entre outros movimentos que instituíram governos comunistas e socialistas no mundo. Com a derrocada do regime soviético em 1989, muitos apontaram a morte também das ideias de Marx. No entanto, sua obra ainda perdura na academia, na política e nos movimentos sociais.

Segundo um estudo feito pelo professor Elliot Green, da "London School of Economics" com base no acervo do Google Scholar, O Capital é a obra publicada antes de 1950 mais citada nas ciências sociais, com 40,2 mil menções. Para entender melhor a importância dos estudos de Karl Marx, entenda três ideias centrais de O Capital.

1 Conflitos sociais

A principal ideia do marxismo como interpretação do mundo é que a história é resultado da luta entre duas classes opostas, o que ainda influencia a política e a sociedade atual. Hoje, não está mais restrita apenas à burguesia e proletariado, pois o mundo se tornou mais complexo que isso. Mesmo assim, a tese pode ser percebida em movimentos como o "Occupy Wall Street" (o 1% mais rico contra os 99%), a crise racial nos Estados Unidos, os movimentos pela reforma agrária e as organizações sindicais.

2 Inevitável tendência à crise

Para Marx, a dinâmica de superprodução mirando o lucro — mesmo quando não há demanda — resulta em acúmulo de capital e desigualdade, ao mesmo tempo em que gera crescimento econômico e avanços tecnológicos. Ele aponta que essas contradições levam a uma tendência inevitável à crise, que seria a maneira que o sistema "encontrou" de resolver seu próprio desequilíbrio. Para ele, essas crises nunca são apenas financeiras ou monetárias, mas reflexos dos desequilíbrios e desigualdades. De certa forma, é uma maneira de descrever o que os economistas tradicionais chamam de recessões, dentro de um conceito de ciclos econômicos. Também é um dos motivos de por que as vendas de O Capital costumam explodir em momentos de crise econômica, como no caso do crash de 2008.

3 Concentração dos meios de produção

Outra das críticas de Marx em O Capital é a tendência de o capitalismo gerar o acúmulo dos meios de produção nas mãos de poucos indivíduos. O que no século 19 era muito percebido no pós-revolução industrial, hoje pode ser observado principalmente no mercado da tecnologia. Hoje, poucas empresas — que por alguns teóricos já são chamadas pela sigla GAFA (Google, Amazon, Facebook e Apple) — dominam a maior fatia do mercado de internet global: publicidade digital, comércio eletrônico, informação e redes sociais.

Fonte:
Artigo: 3 ideias de Karl Marx em "O Capital" que você deveria entender. In: MARASCIULO, Marília. 14 de set. de 2020. Revista Digital Galileu. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Cultura/Livros/noticia/2020/09/3-ideias-de-karl-marx-em-o-capital-que-voce-deveria-entender.html
Data de acesso: 04 de junho de 2024.

O CAPITAL

O Capital (Das Kapital, em seu título original, em alemão) é a obra máxima e a mais conhecida do intelectual e revolucionário alemão Karl Marx (1818-1883). Trata-se de um minucioso exercício investigativo do autor acerca do funcionamento das relações econômicas, desde as suas mais obscuras origens até os dias atuais, procurando desvendar os conceitos universais que estão por trás da atividade econômica.
O livro se desdobra em três volumes, a saber:

- Livro I - o processo de produção do capital (publicado originalmente em 1867)
- Livro II - o processo de circulação do capital (publicado originalmente em 1885)
- Livro III - o processo global da produção capitalista (publicado originalmente em 1894)



Marx viveu apenas para ver o primeiro livro publicado, o qual recebeu correções e anotações posteriores do próprio autor, além de traduções para outras línguas. Os outros dois foram publicados por Friedrich Engels, amigo e colaborador de Marx. Seu objeto era, como explicitado no Prefácio ao Volume I, "revelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna". Pensadores econômicos anteriores haviam captado um ou outro aspecto do funcionamento do capitalismo. Marx busca entender todo o processo em seus três livros, chegando a uma especificidade até hoje inédita de pesquisa, argumentação e relação de dados. Defendia que o capitalismo como sistema era um modo de produção historicamente transitório cujas contradições internas o levariam à queda, sendo inevitavelmente substituído.

O autor de O Capital irá apresentar, através de seu trabalho conceitos como Mais Valia, Capital Constante (1), Modo de produção capitalista (2), Acumulação primitiva (3) entre outros. O modo de produção capitalista ilustra a tese geral de Marx de que a realidade é dialética, que ela contém contradições dentro de si, pois, de um lado a mudança tecnológica, a introdução de novos métodos de produção faz parte da própria existência do capitalismo. A pressão da concorrência força obrigatoriamente os capitalistas a inovarem constantemente, e desse modo a ampliar as forças de produção. Por um outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo levará a crises inevitáveis.

O raciocínio contido no Capital destoava da grande maioria dos outros tratados econômicos de sua época por privilegiar um ponto de vista dedicado à visão do trabalhador proletário em detrimento do grande produtor capitalista. É talvez por esse viés adotado por Marx que sua obra seja popularmente demonizada por grupos hostis a qualquer ideia de esquerda. Marx, porém, havia deixado claro em trabalhos anteriores, especialmente no Manifesto Comunista, que não via o capitalismo como um regime danoso e antagônico às suas ideias, mas apenas como um processo temporário na realização do cenário preconizado em seu raciocínio econômico.

Contrário ao que muitos analistas, entre eles alguns marxistas ainda afirmam, Marx não acreditava que o colapso do capitalismo fosse inevitável. Ele próprio insistia em dizer que crises permanentes não existem, elas na verdade são sempre soluções momentâneas e forçosas ante as contradições existentes. Não existe crise econômica tão profunda da qual o capitalismo não possa recuperar-se, uma vez garantido que a classe trabalhadora pague o preço do desemprego, deterioração dos padrões de vida e das condições de trabalho. Se uma crise irá levar a "um estágio mais elevado de produção social" dependerá da consciência e da ação da classe trabalhadora.

Fonte:
CALLINICOS, Alex. Introdução ao Capital de Karl Marx.

Notas

1. **Capital constante é um conceito utilizado por Karl Marx, no seu livro O Capital, em que ele coloca que capital constante é a parte do capital se transforma em matérias primas, em matérias auxiliares, isto é, em meios de produção.**
2. **O modo de produção capitalista é a maneira que está organizado um sistema produtivo com o objetivo de lucrar. Este sistema substituiu o modo de produção feudal na Europa e se espalhou pelo mundo nos séculos posteriores.**
3. **Acumulação primitiva - é um conceito criado por Karl Marx e abordado no capítulo 24 do Livro 1 de O Capital. Tal conceito descreve a gênese histórica do capitalismo. Segundo Marx, a origem do modo de produção capitalista não está ligada a uma pura e simples racionalização da divisão do trabalho social, mas sim a um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, etc., que separou o produtor direto dos seus meios de produção e formou enormes massas de indigentes e desocupados, na verdade uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser comprada, o proletariado; por outro lado, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis propiciaram enormes oportunidades de enriquecimento para uma parcela da burguesia.**

Atividades

1 Os textos acima mostram de forma bem resumida, o pensamento de Karl Marx, defendido no livro O Capital. Com base na leitura dos textos e em tudo o que aprendemos até aqui, vamos analisar algumas frases que explicam o pensamento de Marx, descrito no Capital. Estas frases estão destacadas no texto 2. A tarefa é analisar cada uma dessas frases (listadas abaixo) e exemplificar com alguma situação do contexto atual. O objetivo é verificar se o pensamento de Marx tem ressonância na atualidade ou se ele se restringe ao período em que o livro foi escrito, final do século XIX. Para cada frase vocês deverão responder a três perguntas:

- Por que?
- Se aplica ao contexto atual?
- Dê um exemplo prático.

Em seguida faremos um debate sobre as questões levantadas.

Frases:

- O capitalismo como sistema e um modo de produção historicamente transitório cujas contradições internas o levariam à queda, sendo inevitavelmente substituído.
- O modo de produção capitalista ilustra a tese geral de Marx de que a realidade é dialética, que ela contém contradições dentro de si.
- O comunismo propõe privilegiar um ponto de vista dedicado à visão do trabalhador proletário em detrimento do grande produtor capitalista.
- Não existe crise econômica tão profunda da qual o capitalismo não possa recuperar-se, uma vez garantido que a classe trabalhadora pague o preço do desemprego, deterioração dos padrões de vida e das condições de trabalho.
- Se uma crise irá levar a "um estágio mais elevado de produção social" dependerá da consciência e da ação da classe trabalhadora.

Para saber mais

Vídeo: O capital – Karl Marx. In: Doxa e episteme;

https://www.youtube.com/watch?v=T7KJjw9fdxk&list=PLlJzA_bKJprC-SPe4iqxGFjuFmmQ6hbeL&index=1&t=307s

AULA 7

AFINAL, O QUE É COMUNISMO?

Revisão das aulas 1 a 5.

Para responder a questão que dá título a essa aula, vamos começar lendo um texto que está disponível no site História do Mundo.

Texto 1

https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/comunismo.htm

TRANSCRIÇÃO DO TEXTO - 1

Comunismo



O comunismo é uma ideologia política, elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, que propõe a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade baseada na igualdade, sendo parte do que ficou conhecido como socialismo científico. (1) Essa sociedade seria construída por meio de uma revolução (2) conduzida pelos trabalhadores.

Portanto, o comunismo seria a etapa final de um processo de transformação que se iniciaria com os trabalhadores tomando o poder e os meios de produção (3) por meio de uma revolução. A partir daí, eles iniciariam o combate às desigualdades e, no momento que as contradições do capitalismo tiverem sido superadas, o comunismo seria implantado.

O que é o comunismo?

O comunismo é uma ideologia que surgiu com base na formulação teórica desenvolvida por dois pensadores alemães, Karl Marx e Friedrich Engels. Essa ideologia de caráter político e socioeconômico estabelece a necessidade de superação do capitalismo propondo a construção de uma sociedade alternativa, baseada na ideia de igualdade, em que toda a população teria acesso ao trabalho e toda a riqueza produzida seria dividida igualmente a todos, de maneira a atender às necessidades de cada indivíduo. Nessa nova sociedade, não haveria necessidade da existência de propriedade privada (4), de Estado (5) e de classes sociais, e tudo isso seria abolido.

Com o estabelecimento do comunismo, o capitalismo também acabaria, bem como as formas de opressão que existem nesse sistema. A instalação do comunismo, no entanto, ocorreria por meio de algumas etapas. Essa visão etapista deriva do socialismo científico, a teoria de Marx e Engels.

Marx e Engels entendiam que a continuidade da situação de opressão e exploração do proletariado no capitalismo levaria essa classe a tomar consciência de sua condição

e a se rebelar contra os seus dominadores — a burguesia. Esse seria o momento da revolução do proletariado, quando eles tomariam o poder, os modos de produção, e dariam início a um processo de transformação social.
A implantação do socialismo seria o momento em que os trabalhadores à frente do Estado realizariam as primeiras mudanças necessárias para colocar fim na opressão . O Estado, administrado pelos trabalhadores, reduziria as desigualdades ao mesmo tempo que atuaria para mitigar outros efeitos nocivos do capitalismo na sociedade e na mentalidade das pessoas.
A partir do momento que as contradições do capitalismo estiverem eliminadas e os trabalhadores estiverem naturalizados em uma sociedade baseada na igualdade, aí sim o comunismo será implantado. O comunismo é, portanto, o estágio final dessa transformação da sociedade, sendo institucionalizado depois do socialismo. No comunismo, a sociedade seria autogestionada pelos próprios trabalhadores em um contexto em que todos teriam trabalho e possibilidades de gozar da riqueza produzida por esse trabalho.

Quando surgiu o comunismo?
O comunismo é uma construção teórica realizada por Karl Marx e Friedrich Engels ao longo do século XIX. Eles foram dois intelectuais alemães que escreveram uma série de tratados analisando o capitalismo e propondo sua superação por meio de uma teoria que ficaria conhecida como socialismo científico. Um dos seus trabalhos mais conhecidos foi o Manifesto Comunista, publicado em 1848.
Embora a construção de sociedades baseadas na igualdade sejam encontrados em períodos mais distantes, como a Antiguidade, o comunismo e o socialismo têm um contexto específico de surgimento. Esse contexto foi o da Revolução Industrial.

De maneira bem resumida, a Revolução Industrial foi um ciclo de grande desenvolvimento tecnológico, que teve início na Inglaterra no século XVIII e permitiu o desenvolvimento das máquinas e, consequentemente, o surgimento da indústria. Com isso, inúmeras transformações aconteceram e o capitalismo se consolidou como sistema socioeconômico. O período da Revolução Industrial ficou marcado pela flagrante exploração dos trabalhadores. As jornadas de trabalho eram longas, as condições de trabalho eram as piores possíveis e o salário pago aos trabalhadores não permitia que pudessem se sustentar dignamente. O socialismo surgiu exatamente para lutar pela mudança dessa realidade.

Manifesto Comunista
O Manifesto Comunista é um dos grandes símbolos no comunismo, sendo um livro elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, ano em que as Revoluções de 1848 (6) se espalhavam pela Europa. Esse livro resume um pouco dos ideais que os autores alemães defendiam, além de trazer uma breve análise sobre a condição dos trabalhadores na época. Na obra, Marx e Engels defendem a organização da classe trabalhadora para que mudanças estruturais aconteçam na sociedade. Essa organização dos trabalhadores levaria a uma revolução.
Além disso, Marx e Engels fazem a uma análise da história burguesa, estabelecendo-a como a nova classe opressora, apesar de seu papel revolucionário no passado. Além disso, tecem críticas ao capitalismo e afirmam que a derrubada deste e a luta contra a burguesia são papéis de todo o proletariado.

Qual a diferença entre o socialismo e o comunismo?
A base teórica utilizada aqui é o socialismo científico de Marx e Engels, e, para esses dois alemães, o socialismo é uma etapa para a implantação do comunismo. É durante o socialismo que os trabalhadores tomam conta do Estado, tomam os meios de produção e iniciam o processo de mudanças para a derrubada das opressões e do capitalismo. Uma vez que as contradições do capitalismo sejam superadas na realidade e na mentalidade da sociedade, o comunismo é implantado. A sua implantação, portanto, é o momento de transformação da sociedade e superação do capitalismo. Nessa nova sociedade, não haverá necessidade para a existência do

Estado, das classes sociais e da propriedade privada, por isso, elas serão abolidas.

O comunismo já foi implantado em algum momento na história?
Com base na teoria marxista, a resposta é: não. Isso porque, conforme já vimos, a implantação do comunismo necessita de uma sociedade profundamente transformada e que já superou ideologicamente as contradições existentes no modo de produção capitalista. Essa transformação não seria percebida apenas ideologicamente, mas também no mundo real, uma vez que o Estado, por exemplo, seria abolido.
No século XX, dezenas de nações adotaram o socialismo enquanto modelo político e socioeconômico, mas nenhuma delas alcançou o estágio de transformação social e ideológica necessária para a implantação do socialismo. A primeira nação socialista da história foi a Rússia, transformada em socialista em 1917.
A Rússia virou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922, sendo a maior e mais poderosa nação socialista no século XX. Ela liderou o bloco de nações socialistas no mundo, em especial no continente europeu. Entretanto, essa nação deixou de existir em 1991, fragmentando-se em 15 nações. (7)
Sempre houve uma grande confusão com o uso dos termos, sendo que essa confusão tem uma relação direta com a própria União Soviética. Isso porque a palavra comunista passou a ser diretamente relacionada aos socialistas que seguiam os ditames dos bolcheviques (8). No período da Guerra Fria, a palavra comunista passou a ser associada com tudo que estava ligado ao governo de Moscou.

SILVA, Daniel Neves. Site História do mundo.
Disponível em:
https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/comunismo.htm
Data de acesso: 15 de maio de 2024.

Notas

1. O socialismo científico é uma doutrina política, econômica, social e filosófica que surgiu no século XIX por meio de Karl Marx e Friedrich Engels, dois filósofos alemães. Essa doutrina se propõe a analisar e entender a fundo o funcionamento do capitalismo, explicando seus mecanismos de controle e exploração.Também propõe que o capitalismo seja superado, mas, para isso, seria necessário que os trabalhadores tomassem consciência da exploração que sofrem. Em seguida, promoveriam uma revolução que estabeleceria a ditadura do proletariado, que então prosseguiria para construir uma sociedade baseada na igualdade.
2. Em ciência política, Revolução é uma mudança abrupta e duradoura no poder político ou na organização estrutural de uma determinada sociedade, normalmente devido à percepção de incompetência política do grupo dominante, ineficiência da burocracia estatal vigente ou uma circunstância de opressão social e econômica.
3. Segundo a teoria marxista, meios de produção são os conjuntos formados por meios de trabalho e objetos de trabalho — ou tudo aquilo que medeia a relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da natureza em si.
4. A propriedade privada refere-se ao direito legal e moral de um indivíduo possuir, controlar e usar bens, recursos ou ativos exclusivamente para seu próprio benefício. Esse conceito é fundamental em sistemas econômicos baseados no capitalismo e em sociedades que valorizam os direitos individuais.
5. O termo Estado data do século XIII e se refere a qualquer país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado, bem como designa o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação.

6. Dá-se o nome de Revoluções de 1848 ou Primavera dos Povos à série de revoluções na Europa Central e Oriental que eclodiram em função de regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, do aumento da condição financeira e da falta de representação política das classes médias e do nacionalismo despertado nas minorias da Europa central e oriental, que abalaram as monarquias da Europa, onde tinham fracassado as tentativas de reformas políticas e econômicas. Este conjunto de revoluções, de caráter nacionalista, liberal, socialista e democrático, foi iniciado por uma crise econômica na França, e foi a onda revolucionária mais abrangente da Europa, embora em menos de um ano, forças reacionárias tenham retomado o controle e as revoluções em cada nação tenham sido dissipadas.

7. Em 1991, com o fim da URSS, o bloco comunista se desmembrou em 15 nações: Armênia, Azerbaijão, Bielorússia (hoje Belarus), Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

8. Em russo, a palavra bolchevismo (bolscinstvó) significa maioria. Os bolcheviques defendiam a revolução socialista, a instalação da ditadura do proletariado, com a aliança de operários e camponeses, enfim, acreditavam que o governo deveria ser diretamente controlado pelos trabalhadores. Eles apoiavam Vladimir Lenin.

Atividades

1 Reunam-se em grupos de 03 a 05 componentes. Pensem numa música que vocês gostam muito e com base nessa música, construam uma paródia, usando o texto acima como base. Apresentem a paródia para a turma.

2 Agora vamos analisar algumas frases retiradas dos livros Manifesto Comunista e de O Capital de Karl Marx. Imagine que você é um pintor famoso e recebeu a tarefa de representar uma dessas frases de Karl Marx em forma de obra de arte.
Escolha a frase, pense , reflita sobre ela e depois a represente de forma artística.

Frases:

1- “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.”
2- “A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.”
3 - “Aos oprimidos é permitido uma vez a cada poucos anos decidir quais representantes específicos da classe opressora devem representá-los e reprimi-los.”
4 - “Os trabalhadores não têm nada a perder em uma revolução comunista, a não ser suas correntes.”
5- “A história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa.”
6 -“O governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.”
7 - “A religião é o ópio do povo.”

8 - “Até agora os filósofos ficam preocupados na interpretação do mundo de várias maneiras. O que importa é transformá-lo.”
9 - “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes.”
10 - “Ser radical é atacar o problema em suas raízes.”
11- “Uma ideia torna-se uma força material quando ganha as massas organizadas.”
12 - “Proletários de todos os países, uni-vos.”
13 - “As revoluções são a locomotiva da história.”

AULA 8 O BRASIL CHEGOU PERTO DE SER COMUNISTA?

Agora que você já sabe o que é comunismo, responda pergunta que dá título à aula.

O Brasil chegou perto de ser comunista?

Para iniciar a aula de hoje e tentar responder à pergunta, vamos assistir a um vídeo com o mesmo título da aula.

https://youtu.be/7hk-VX5qieM

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO - 1

O Brasil chegou perto de ser comunista?

No vídeo de hoje, a gente fala sobre um assunto que apareceu bastante em outro vídeo do canal: o Brasil chegou perto de ser comunista? Para entender essa história, fica por aqui que a gente vai conversar sobre: comunismo, ameaça comunista e Ditadura Militar!

Para nós começarmos a nossa conversa sobre se o Brasil realmente já esteve à beira de se tornar comunista em algum ponto da nossa história, primeiro a gente precisa entender o que é o comunismo.

De maneira bastante simplificada, a gente pode definir o comunismo como uma ideologia política e socioeconômica que surgiu lá na Europa no século XX. Essa ideologia defende a formação de uma sociedade igualitária, sem divisões de classe, sem Estado e com a abolição da propriedade privada dos meios de produção. E aí, vale lembrar que, na teoria, o comunismo seria uma fase final e o socialismo, a sua fase de transição, ou seja, antes do regime comunista precisaríamos ainda passar por uma etapa socialista. Beleza, mas será que o Brasil já chegou perto de se tornar um regime comunista? Bom, há quem diga que sim.

Como falamos no início do vídeo, há um pensamento que repercute no Brasil de que na década de 60, o nosso país passou perto de se tornar comunista. Mais especificamente, há a ideia de que em 1964, o golpe militar foi uma forma de conter a ameaça comunista no país. Em 2014, por exemplo, alguns generais da reserva do Exército fizeram um manifesto no qual dizem ter "convicção" "de que salvaram o país de organizações que desejam implantar regimes espúrios no país". Mas será que é isso mesmo que a história diz? Olha só: essa não foi a primeira vez que ouvimos falar sobre isso no Brasil. Algumas décadas antes, ainda, o Brasil também teria sido ameaçado pelo comunismo.

Pra gente entender um pouco melhor, vamos voltar na história: No ano de 1922, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi criado e, desde então, a ideia de anticomunismo cresceu no Brasil. Inclusive, já no mesmo ano, o governo de Epitácio Pessoa colocou o partido na ilegalidade e durante mais de uma década o PCB não teve grande relevância nas eleições de representantes no Brasil. Isso aconteceu, em grande parte, porque alguns anos antes, em 1917, a Revolução Russa começou. A consequência desse acontecimento a gente já conhece: implementação de um regime com um viés comunista e a criação da União Soviética.

Mas voltando para o caso brasileiro. Esse acontecimento lá na Rússia não foi bem visto pela mídia e pela população, e a partir daí a gente começa a ver os primeiros indícios do temor ao comunismo no Brasil. Ainda assim, foi só a partir de 1935 que esse sentimento anticomunista culminou e impactos reais para o Brasil. E a gente tá falando de uma das grandes "fake news" brasileiras: o Plano Cohen. Deixa eu te explicar!

Em 1935, o nazi-fascismo começou a avançar no mundo e aqui no Brasil, não foi diferente. Com ideias inspiradas no fascismo, o movimento Integralista começou a ganhar força por aqui. Com isso, uma força de oposição, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reunia diferentes grupos da esquerda, como inclusive comunistas, surgiu também em 1935. Em um dos pontos marcantes da história da ANL, tem-se a leitura de um manifesto de Prestes, presidente da organização, em uma manifestação pública da ANL. O manifesto foi lido contra a vontade de muitos dirigentes da Aliança, mas o que era afirmado nele bastou para que a organização fosse decretada como ilegal pela Lei de Segurança Nacional. Assim, já no segundo semestre daquele ano, a ANL perdeu seu poder de mobilização e foi inteiramente desarticulada.

Bom e o Plano Cohen?! Em 1937, o Governo Brasileiro divulgou um documento supostamente obtido da Internacional Comunista que denunciava um plano para a tomada de poder pelos comunistas no Brasil. O Plano foi divulgado pela imprensa e a sociedade brasileira ficou insegura com o futuro do Brasil. Foi nessa oportunidade que Vargas aproveitou para fazer com que o Congresso decretasse mais uma vez o estado de guerra e implementasse, no dia 10 de novembro de 1937, a ditadura do Estado Novo. Contudo, anos depois, em 1945, ficou comprovado que o Plano Cohen era falso. Na realidade, Vargas tinha intenções de continuar no poder e utilizou o Plano Cohen como uma justificativa para a necessidade de instalar uma ditadura no Brasil.

Bom... como a gente falou no início do vídeo, uma história parecida com essa voltou a repercutir no Brasil anos mais tarde, é a ideia de que os militares, nos anos 60, salvaram o Brasil de uma ameaça comunista. Para entender essa história, a gente precisa falar do cenário da época - no caso, os antecedentes do golpe militar. De um lado, os nacionalistas de esquerda e os reformistas, acreditavam na necessidade de um país moderno e economicamente independente e socialmente justo. Um exemplo desse grupo são os membros do Partido Comunista. Já para os conservadores, como os militares, o mais importante era a modernização econômica integrada ao capitalismo mundial.

Assim, em 1961, quando João Goulart assumiu a presidência do Brasil depois da renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, o país enfrentava uma crise política e econômica. No período, Jango enfrentava resistência da maioria dos parlamentares no Congresso, ainda assim tentou fazer com que as suas Reformas de Base - um conjunto de medidas que tinha o objetivo de reestruturar as instituições políticas, jurídicas e econômicas do país fossem aprovadas. E aí entra mais um ponto importante: os opositores do governo daquela época acusavam que essas Reformas de Base eram uma ameaça comunista - o que também contribuiu para a narrativa de que o Brasil estaria sob uma ameaça comunista. Isso significa que o Brasil enfrentou mesmo uma ameaça comunista na década de 60? Bom, especialistas como Francisco Fernandes Ladeira, mestre em Geografia pela UFSJ e o historiador Carlos Fico, professor titular de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, consideram que as reformas propostas por Goulart eram todas capitalistas, eram democráticas e visavam um amplo desenvolvimento econômico e uma melhor distribuição da riqueza. Os especialistas ainda acreditavam que João Goulart não era comunista e as suas reformas de base eram bastante modestas.

Vale lembrar que não necessariamente ser de esquerda ou propor reformas com esse caráter significa ser comunista. É por isso que a gente precisa entender os conceitos de regimes políticos e ficar atentos a generalizações, que não contribuem para a democracia. Mas vale um destaque: é fato que existiram grupos comunistas que pregavam a luta armada antes de 1964, mas estes eram uma minoria. Um exemplo eram as Ligas Camponesas, um movimento pró-reforma agrária que defendeu a “guerra de guerrilhas como forma de chegar ao socialismo". Entretanto, de acordo com historiadores, mesmo esses grupos mais extremados não realizaram ações violentas antes de 1964. Já o PCB (Partido Comunista Brasileiro), por exemplo, o maior símbolo comunista da época, defendia chegar ao poder pacificamente. Pelo menos, é o que demonstra alguns documentos que comprovam que a estratégia era utilizar os mecanismos institucionais democráticos, como as eleições diretas, para chegar à revolução. Segundo arquivos do CPDOC/FGV, a partir de 1958, o partido começou a

considerar de máxima importância sua participação nas eleições através de coligações eleitorais, a fim de eleger candidatos comunistas ao Congresso.

Esses arquivos também mostram que o Programa do V Congresso do partido, admitia a atuação do PCB “dentro dos quadros legais do sistema constitucional" e que "a revolução se faria por um caminho pacífico". Isso significa que não há comprovação histórica aceita atualmente de que o Brasil enfrentou uma ameaça comunista, especialmente, que justificasse a ditadura militar. Como colocou o historiador Vitor Amorim de Angelo. "Os comunistas tinham muita pouca força política naquele momento, embora houvesse, de fato, muitas greves e manifestações lideradas por comunistas, mas isso está muito longe de permitir a suposição de que houvesse qualquer possibilidade de uma revolução comunista no Brasil”

Bom, pessoal! Como a gente viu, essas narrativas foram utilizadas para justificar a imposição de dois governos antidemocráticos no Brasil. E é justamente por esse motivo que a nossa educação política e entendimento desses conceitos é tão importante.

Atividades

1 Vamos analisar os principais pontos discutidos no vídeo/texto.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO COMUNISMO:

SOCIEDADE SEM CLASSES SOCIAIS | **ABOLIÇÃO DO ESTADO** | **ABOLIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA**

Discuta com os colegas do seu grupo e depois vamos socializar as respostas.

- Como vocês acham que seria uma sociedade com essas características? Daria certo ou não? Por quê?
- Vocês conhecem algum país no mundo que adota ou adotou todas essas características? Qual?
- O Brasil já foi um país comunista?
- Algum partido político brasileiro defende essas características? Qual?

2 O vídeo/ texto traça um breve panorama da história do comunismo e do anticomunismo no Brasil para responder à pergunta inicial: “O BRASIL CHEGOU PERTO DE SER COMUNISTA?” Aborda alguns acontecimentos históricos que são considerados por historiadores como os antecedentes do sentimento de aversão ao comunismo (anticomunismo) no Brasil. Esses acontecimentos foram:

1. A Revolução Russa de 1917;
2. A criação do Partido Comunista Brasileiro em 1922;
3. Avanço do nazi-fascismo no mundo e no Brasil;
4. A Intentona Comunista de 1935;
5. Plano Cohen (1937);
6. A Revolução Cubana (1959);

Certamente vocês já ouviram falar em nesses acontecimentos, que são cruciais para a história contemporânea. O que sabem sobre eles? Na ordem em que estão listados, anote no seu caderno tudo o que você sabe ou imagina sobre esses fatos históricos. Nas próximas aulas iremos estudá-los! No decorrer das aulas você poderá retornar às suas anotações e complementá-las.

AULA 9 *A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917*

Vladimir Lenin



Fonte: Site Brasil Escola
https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-revolucao-russa.htm
Data de acesso: 04 de junho de 2024.

Vamos começar a aula de hoje fazendo uma oficina de elaboração de perguntas:

1. Reunam-se em duplas.
2. Escrevam todas as dúvidas e curiosidades que tem sobre a Revolução Russa de 1917. O que já sabem e o que gostariam de saber mais?
3. Produziam um "pacote" de 5 perguntas a respeito da Revolução Russa de 1917.

Agora vamos assistir a um vídeo e ler um texto sobre a Revolução Russa de 1917

VÍDEO: Revolução Russa (1917) Resumo desenhado (13:29)

https://www.youtube.com/watch?v=XpxprM5lcm0

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO

A Revolução Russa marcou há anos, a história da humanidade, mas para entendermos melhor precisamos voltar lá para o início do século XX. A Rússia estava extremamente atrasada, vivendo de uma forma quase feudal, era praticamente um país rural, ainda concentrando oitenta por cento de sua economia na agricultura. Enquanto isso os países vizinhos na Europa estavam engajados no processo industrial. Os trabalhadores viviam em grande miséria e pobreza pagando impostos altos para manter o sistema czarista de Nicolau II. O czar era tipo um rei da Rússia. Ele governava de forma absolutista, ou seja, com todo o poder em suas mãos, sem nenhuma Constituição ou algo que o parasse. Nicolau II não se preocupava nada com as demandas sociais populares. A sua família, os Romanovs estavam no poder há mais de 300 gerando uma gigantesca dinastia de uma família que fazia tudo para se manter no controle.

A palavra "czar" refere-se ao antigo Império Romano do Oriente, remete a César, que era uma palavra usada justamente para definir um título real e não o nome. Assim, em meados de 1890, o czar cansou de ficar para trás em relação aos outros países e decidiu fazer a transição para o sistema industrial o que acabou sendo feito de uma forma rápida e desorganizada.

Além disso, o império czarista gastava boa parte do seu orçamento com guerras, como a guerra russo-japonesa. Revoltados com as condições miseráveis que viviam, sem saneamento, comida e condições dignas de trabalho, o povo decidiu ir às ruas se manifestar na frente do Palácio de Inverno. Eles planejavam entregar uma carta de reivindicações por melhorias nas condições de trabalho, mas o que era pra ser um domingo legal, com a família, se tornou uma tragédia. A guarda real fuzilou milhares de manifestantes. Quem mandou a ordem de massacrar os protestantes ainda é uma grande polêmica, mas é fato que o czar nem estava no palácio no dia. O que importa é que o massacre que ficou conhecido como "domingo sangrento" provocou uma série de protestos ao redor do país inteiro.

Além disso, no mesmo ano, marinheiros que sofriam com castigos físicos, a quem eram servidas carne podre, não aguentando mais as condições de vida, se rebelaram contra o poder dos comandantes do czar, tomando o navio de guerra. A coisa ficou feia para o Nicolau II que, para amenizar o caos, propôs em outubro as leis fundamentais, que serviam como uma construção e a Duma que seria um Parlamento Nacional, mostrando certa abertura política, mas no final, ele dissolveu. Essas medidas acalmaram o povo por um tempo, mas com a chegada da Primeira Guerra Mundial, em 1914, eles se agitaram novamente. O exército russo não tinha nenhuma preparação para ir à guerra ao lado da Tríplice Entente. Os russos estavam sendo derrotados todas as vezes e o fato de os alimentos e materiais estarem sendo destinados aos soldados, a população enfrentou uma crise de abastecimento, fome e inflação.

Com a Rússia em extrema miséria e crise povo viu no comunismo uma forma de levantar o país das cinzas. Resumidamente, o comunismo é uma doutrina política e econômica que tem como objetivo de dar fim à luta de classes e promover a igualdade social, através do fim da propriedade privada e da coletivização dos meios de produção. Os nomes por trás dessa ideologia utópica são Karl Marx e Friedrich Engels.

Na Rússia, estava se movimentando um grupo que se pautava nessas ideias marxistas: o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) sob a principal liderança de Vladimir Lenin. Porém, dentro do partido as pessoas tinham ideias muito diferentes, por isso é que se dividiram entre mencheviques e bolcheviques. Os mencheviques eram minoria e acreditavam que tudo deveria ser levado com mais calma e moderação: primeiro a burguesia deveria tomar o poder e desenvolver o país por meio de uma reforma industrial capitalista profunda, enterrando o regime czarista; e só depois os operários deveriam seguir com a Revolução Comunista, sem a ditadura do proletariado. Porém, os bolcheviques, que na maioria não estava com paciência para aliança com a burguesia. Eles queriam a revolução e o governo do proletariado, controlado pelos trabalhadores diretamente. Eles contavam com o apoio dos camponeses que eram tão oprimidos como eles pelo regime czarista. As tensões cresceram mais ainda, o que fez o povo se rebelar e se juntar ao movimento revolucionário, forçando a saída do czar Nicolau II em fevereiro de 1907 que ficou conhecida como a "revolução de fevereiro".

Assim foi formado um governo provisório, onde o parlamento, de maioria burguesa, assumiu. Nessa época havia pouca participação política dos sovietes, que eram os conselhos de operários ao redor da Rússia, sendo maior o de Petrogrado, que era capital e que hoje em dia é a cidade de São Petersburgo. Porém as ações políticas foram um desastre. Eles não atenderam principal demanda do povo que era tirar a Rússia da guerra. Dessa forma Lenin publica as "teses de abril", onde ele defendia a "paz, pão e terra", além de "todo poder aos sovietes." Com paz, Lenin dizia tirar a Rússia da guerra; com pão, resolver a escassez de alimentos e com terra, a distribuição das terras dos camponeses por meio de uma reforma agrária. Essas propostas se tornaram muito populares pelo país inteiro, conquistando grande apoio ao redor dos sovietes. Assim, no dia vinte e cinco de outubro de 1917, os bolcheviques tomam os prédios governamentais e outros pontos estratégicos, declarando o governo bolchevique e a implantação do socialismo. A primeira medida deles para recuperar a economia russa foi de fato tirar o país da guerra, mas para isso tiveram que assinar o tratado de Brest-Litovsk, realizando enorme de concessões de terras para alemães e turcos.

Lenin também aplicou medidas bem autoritárias, como o fim dos outros partidos

políticos. Agora o Partido Comunista era o único todo-poderoso. Além disso, ele cumpriu suas promessas de alimentar a população e redistribuir as terras. Mas você acha que todo mundo aceitou de boa? Claro que não! Houve uma resistência enorme contra revolução bolchevique explodindo em uma guerra civil. O exército branco era formado por opositores, principalmente monarquistas que queriam a volta do czar e conservadores, como antiga elite russa e membros da nobreza. Também contava com os mencheviques. Já o exército vermelho, por outro lado, foi um exército bolchevique, formado às pressas para derrotar as forças rebeldes.

Para vencer a guerra civil, Lenin implantou uma série de medidas, chamadas de "comunismo de guerra", estatizando todos os setores da economia e confiscando a produção dos agricultores e das indústrias para sustentar o Exército Vermelho. Isso fez com que a Rússia caísse ainda mais na pobreza, inflação, fome, além da morte de milhões de camponeses e de forte repressão aos opositores. No final das contas o exército vermelho venceu e Lenin fundou em 1922 a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e para recuperar a economia, que estava arrasada pela guerra, Lênin cria a Nova Política Econômica (NEP) onde o governo decidiu voltar com algumas práticas capitalistas. Eles permitiram a entrada de capital estrangeiro, investimento de empresas privadas no setor do comércio, liberdade para os camponeses de comercializar parte de sua produção, entre outras.

A NEP foi uma medida desesperada da União Soviética para recuperar suas forças, principalmente aumentando a produção agrícola do país e alimentando o povo. Em 1924, Lenin morre sob circunstâncias muito suspeitas, criando um vácuo no poder em uma polêmica de quem seria seu sucessor. Ele deixou uma carta dizendo que queria que sua posição fosse tomada por seu fiel amigo e figura heroica Lenin, Trotsky e Stálin, um militar de alto cargo que também fazia parte do Partido Comunista. Esses dois eram inimigos mortais e defendiam ideias completamente diferentes. Trotsky acreditava que a União Soviética não sobreviveria sozinha, que eles precisavam expandir o socialismo para o mundo: a Revolução Permanente. Já Stálin acreditava que a prioridade da União Soviética deveria ser se fortificar e se isolar: "o socialismo de um país só". Mas olha só o que aconteceu! O testamento de Lênin foi abafado por Stálin, que já era muito influente no Comitê Central. Assim ele passa a assumir maior poder e autoridade na União Soviética, até mandando seus espiões matarem Trotsky em 1940. Enquanto estava exilado no México, Trotsky teve um caso com a pintora Frida Kahlo.

Mas voltando ao assunto, Stálin promoveu uma série de medidas conhecidos como "stalinismo". A mais importante foi a criação de um "estado de terror", com a perseguição de opositores políticos, por meio do assassinato deles ou o envio aos gulags, que eram campos de trabalhos forçados na Sibéria. Também foram bastante perseguidos fiéis e figuras religiosas por meio de campanhas anti-religião, além da censura à informação. As principais medidas foram planificação da economia, ou seja, a centralização da economia no Estado, além de abolir a NEP e criar os Planos Quinquenais: a cada cinco anos eles seguiram métodos específicos para desenvolver o país.

Stálin focou muito na industrialização, avançando nas áreas de metalurgia, siderurgia e energia elétrica. Outra medida marcante tomada por Stálin foi a coletivização forçada das terras, que foi a expropriação das pequenas e médias propriedades privadas para transformação em cooperativas e unidades estatais. Como resultado disso em 1928 na URSS, 90% das propriedades agrícolas foram reduzidas, causando um enorme prejuízo na produção de alimentos e grãos. A quantidade de gado disponível foi reduzida pela metade. Isso gerou uma grande crise pela falta de alimentos causando a morte de milhões de pessoas. Esse acontecimento ficou conhecido como a "grande fome" de 1932/1933. Na Ucrânia, a onda de fome proposital foi considerada uma forma de genocídio contra os kulaks, camponeses mais ricos que resistiram muito a coletivização das terras. Esse evento matou aproximadamente 3 milhões de ucranianos.

Nesse mesmo período de tempo, nos Estados Unidos, aconteceu a Crise de 1929. Com a queda da bolsa de valores de Nova Iorque, os Estados Unidos entrou uma grande depressão econômica. O mundo inteiro teve suas economias fortemente

impactadas. Mas, e a União soviética? Stálin cresceu mais ainda. Pelo fato de economia da União Soviética ser fechada e não fazer acordos comerciais internacionais, eles não dependiam tanto assim dos países vizinhos, já que produziram tudo que precisavam no próprio território de forma sustentável. Essa vantagem que a URSS teve, enquanto o mundo inteiro estava quebrado, fez com que ela se tornasse uma superpotência, conseguindo entrar com uma aliada importante na Segunda Guerra Mundial e depois que uma das nações mais poderosas do mundo durante a Guerra Fria.

O governo de Stálin foi duradouro, já que ele usava e abusava da perseguição aos opositores, do terror e da propaganda para manter a sua imagem de bom moço. Tudo parecia estar dando certo para ele até que a Segunda Guerra Mundial explode e União Soviética se posiciona ao lado dos Aliados. Novamente, o mesmo inverno russo que derrotou Napoleão deu uma ajudinha para as tropas soviéticas ao enfraquecer as tropas alemães. No entanto, a vitória da União Soviética custou a vida de aproximadamente 16 milhões de russos, levando o país a uma enorme crise, de novo, já que todos os recursos estavam sendo utilizados para guerra.

Texto

https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-revolucao-russa.htm

Fonte: Site Brasil Escola
Data de acesso: 04 de junho de 2024.

Como se iniciou a Revolução Russa?

A Revolução Russa iniciou-se em fevereiro de 1917, quando a população de São Petersburgo saiu às ruas contra o czar Nicolau II, pedindo melhorias nas condições de vida, de trabalho e de alimentação, bem como a retirada das tropas russas da I Guerra Mundial.

Em virtude dessa manifestação popular e de uma conjuntura política não favorável ao poder despótico de Nicolau II, o czarismo teve fim, sendo constituído em seu lugar um governo provisório, que governaria o país até a elaboração de uma Constituição para a Rússia. O governo provisório era apoiado pela Duma, o Parlamento russo, que administrou o país sem, no entanto, conseguir atender às reivindicações da população.

Ainda em fevereiro, os operários de São Petersburgo recriaram os sovietes. Criados inicialmente durante a Revolução Russa de 1905, os sovietes eram os conselhos de operários, formados apenas por delegados de origem trabalhadora, e tinham por função ser um órgão de administração política e econômica. Os sovietes foram constituídos também dentro das fábricas, passando a ser órgãos de gestão do processo de produção. A existência simultânea da Duma e dos sovietes caracterizou o "duplo poder", com a Duma representando os interesses da burguesia e da aristocracia russa, e os sovietes, os interesses dos operários.

O que são os bolcheviques e os mencheviques?

Alguns partidos políticos disputavam a direção do movimento revolucionário, que se expandiu entre fevereiro e outubro de 1917, alcançando todo o território do Império Russo. Os principais partidos estavam à esquerda do cenário político. Dois deles eram decorrentes de uma cisão do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que deu origem aos mencheviques e aos bolcheviques.

-Mencheviques: eram partidários, em linhas gerais, de que a revolução passasse inicialmente por uma democracia representativa burguesa para estimular o desenvolvimento das forças de produção capitalista, estágio necessário para a chegada ao comunismo. O principal líder menchevique naquele momento era Kerenski, que chegou a dirigir o Governo Provisório até outubro de 1917.

-Bolcheviques: discordavam dessa posição, pois eram partidários da tomada do poder de Estado pelos trabalhadores, com a direção de seu próprio partido. O objetivo era constituir a ditadura do proletariado, que conduziria a sociedade russa para o socialismo, tendo o Estado como principal impulsionador do desenvolvimento das forças produtivas.

Havia ainda uma importante participação de anarquistas na organização das massas trabalhadoras russas, principalmente ligadas à luta dos comitês de fábrica e à constituição de um forte movimento operário e camponês na Ucrânia, liderado por Nestor Makhno.

Ainda do lado dos camponeses, havia os socialistas-revolucionários, partido político que representava esse grupo social, que compunha a imensa maioria da população russa. Os camponeses não esperaram ações do governo provisório para verem atendida sua principal reivindicação, que era a distribuição das terras pertencentes à nobreza e à Igreja Ortodoxa. As ocupações de terras cresceram entre fevereiro e outubro, fortalecendo a luta pela reforma agrária.

De toda forma, foram os bolcheviques que conseguiram liderar o movimento, principalmente depois da chegada de Vladimir Ilich Lenin, em abril de 1917. Como um dos principais líderes bolcheviques, Lenin conseguiu orientar o partido no sentido da tomada do poder de Estado, buscando o apoio das massas por meio de duas expressões de ordem principais:

"Paz, pão e terra": tinha por objetivo apontar a necessidade de retirada do país da I Guerra Mundial, acabar com a fome da população e realizar a reforma agrária.

"Todo poder aos sovietes" indicava a necessidade do poder estar baseado na organização criada pelos trabalhadores, entendendo o operariado como liderança na construção do socialismo.

O que foi a Guerra Civil Russa de 1917 a 1921?

Em outubro de 1917, os bolcheviques e os socialistas-revolucionários de esquerda decidiram pela tomada do poder de Estado. Após a formação da Guarda Revolucionária pelo soviete de São Petersburgo, a principal ação foi a tomada do Palácio de Inverno, onde se reunia o Governo Provisório. A partir desse momento, os bolcheviques construiriam sua liderança na revolução e um novo Estado na Rússia.

Com a tomada do poder, iniciou-se uma nova etapa da Revolução Russa, caracterizada pela Guerra Civil, que durou de 1917 a 1921. Os bolcheviques formaram o Exército Vermelho, que cresceu rapidamente, e passaram a enfrentar o Exército Branco, formado por generais ligados à aristocracia e burguesia russa, com o apoio dos países capitalistas do Ocidente. Outro grupo que passou a enfrentar o Exército Branco foi a Makhnovtchina, composta por camponeses e trabalhadores ligados a Nestor Makhno.

A Guerra Civil foi composta de combates duros e levou a sociedade a uma situação de extrema penúria, com a falta de alimentos e a morte de centenas de milhares de pessoas. Para organizar o nascente Estado, os bolcheviques adotaram como forma de administração política e econômica o que ficou conhecido como comunismo de guerra, que consistia na militarização do trabalho nas cidades e no confisco da produção agrícola dos camponeses. Essa situação causou um extremo desgaste com estes últimos, além da prática de confisco ter ainda incentivado a formação de um mercado clandestino.

Quem venceu a Guerra Civil Russa?

A guerra civil terminou em 1921 com a vitória do Exército Vermelho, a eliminação da oposição política aos bolcheviques e o desmantelamento do exército de Makhno. Outro fato simbólico do fim da guerra civil foi o esmagamento pelo Exército Vermelho da Revolta de Kronstadt, ocorrida em uma fortaleza naval que representava o principal foco de enfrentamento ao czarismo desde 1905. A principal reivindicação dos revoltosos era a eleição de sovietes livres, sem o monopólio bolchevique, em uma posição semelhante a que existiu em fevereiro de 1917.

Ameaçados, os bolcheviques esmagaram a revolta, pondo fim na chamada Terceira Revolução Russa - depois da primeira de fevereiro de 1917 e da segunda de outubro de 1917 e consolidando seu poder no comando do Estado. A partir desse momento, iniciava-se o período de construção do Estado soviético, marcado pela reconstrução econômica e pelas disputas internas pelo poder do partido.

PINTO, Tales dos Santos. "O que é Revolução Russa?"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-revolucao-russa.htm. Acesso em 04 de junho de 2024.

Atividades

1 Atividade Individual:

Elabore um mapa mental sobre a revolução russa.
Como modelo, um mapa mental da Revolução Chinesa, que também foi uma revolução comunista, que aconteceu em 1949.



Fonte: Site Studyo Maps
Disponível em: https://studymaps.com.br/china/
Data de acesso; 05 de junho de 2024.

Para saber mais

Artigo: Gigante Vermelho: a China ainda é comunista? In: Aventuras na História
Maria Carolina Cristianini – Publicado em 24/10/2019.

https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-gigante-vermelho-a-china-ainda-e-comunista.phtml

2 Retomem as perguntas que vocês elaboraram na "Oficina de Perguntas" e respondam a seguinte questão:

- Após a aula de hoje, é possível responder às perguntas que vocês criaram no início da aula?
- Anotem as respostas das perguntas no caderno. Se ainda houver dúvidas, converse com a professora/professor. Vocês também podem consultar o material de apoio disponível no link abaixo:

VÍDEO: Reportagem do Fantástico - Há 100 anos, revolução mudou Rússia e teve impacto mundial. (8:16)
Disponível em: Portal G1 - Edição do dia 29/10/2017

https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/10/ha-100-anos-revolucao-mudou-russia-e-teve-impacto-mundial.html

TEXTO: MOREIRA, Éric. Revolução Russa e Lenin: por dentro da revolução que mudou a história. Revista Aventuras na História. 10 de abril de 2023. Data de acesso: 09 de junho de 2024.

https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/revolucao-russa-e-lenin-por- dentro-da-revolucao-que-mudou-a-historia.phtml

3 Trabalho individual extraclasse:

Escolha um personagem da Revolução Russa e faça uma mini- biografia com ilustrações. (máximo 5 páginas)

A biografia deve seguir uma ordem cronológica dos fatos que aconteceram na vida dessa pessoa, dividida em 5 partes.

- Nascimento/ vida pessoal;
- Vida política/social;
- Principais feitos;
- Morte;
- Curiosidades.

Vocês terão o prazo de 10 dias para a realização e entrega do trabalho.

➤ **Fontes de pesquisa para a realização do trabalho:**

-Artigo: De Nicolau 2º a Stálin, conheça cinco homens centrais na Revolução Russa. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1932819-de-nicolau-2-a-stalin-conheca-cinco-homens-centrais-na-revolucao-russa.shtml
Data de acesso: 09 de junho de 2024.

- Texto: Os 6 principais personagens da Revolução Russa. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-6-principais-personagens-da-revolucao-russa.phtml
Data de acesso: 08 de junho de 2024.

-Texto: Biografia - Como contar a história da vida de alguém. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/biografia-como-contar-a-historia-da-vida-de-alguem.htm
Data de acesso: 08 de junho de 2024.

-Texto: Biografia: o que é e como fazer. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/biografia/
Data de acesso: 08 de junho de 2024.

AULA 10

A CRIAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Agora que você já sabe um pouco mais sobre o comunismo, suas características e seus principais expoentes e sabem também que a Rússia foi o primeiro país a implantar um governo comunista em 1917, vamos tentar entender como essa ideologia se formou no Brasil. Para isso vamos refletir sobre as seguintes questões:

- Você conhece a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB)?
- O que sabe sobre ele?
- Quando o PCB foi fundado no Brasil?
- O PCB já elegeu algum Presidente da República?

Para responder essa questão vamos fazer uma tempestade de ideias:



A tempestade de ideias será feita de forma coletiva! Cada aluno fala o que sabe sobre o PCB e a professora/professor anota no quadro em formato de nuvem. Vocês deverão copiar as anotações no caderno;

Agora leia o texto abaixo e depois volte na tempestade de ideias e veja o que pode ser mudado.

Texto 1

A formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

No Brasil, a gênese do Partido Comunista se dá no seio do movimento operário. Nesse meio, entre os anos 1910 e 1920, predominavam as ideias anarquistas que consideravam o capitalismo, a religião e o Estado como os maiores inimigos dos trabalhadores. Para os anarquistas, a conquista dos direitios do proletariado deveria se dar através das batalhas sindicalistas e greves revolucionárias.

A vitória dos comunistas na Revolução Russa de 1917 reflete no movimento operário brasileiro gerando certa confusão na militância no que se referia aos partidos políticos e a ditadura do proletariado e os meios para se alcançar o comunismo. Era inegável que a doutrina comunista marxista havia tido êxito na Rússia. Desta forma, muitos militantes anarquistas brasileiros vão aderir ao marxismo-leninismo, por acreditarem na incapacidade do anarquismo brasileiro de se mostrar como uma alterntaiva concreta à sociedade burguesa. Desta adesão, surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, fundado por um grupo composto de antigos militantes anarquistas, sob a liderança de Astrogildo Pereira. (1) O PCB apresenta-se como a seção brasileira da Internacional Comunista (2) e passa a aplicar de maneira disciplinada as resoluções desta organização.

A conjuntura sócio-histórica brasileira dos anos 20 não apresentava-se favorável à criação de um partido revolucionário. A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922 (3) e o fortalecimento do movimento tenentista culminaram com a decretação do estado de sítio(4) pelo então Presidente da República, Artur Bernardes e consequentemente o PCB foi colocado na ilegalidade. Ainda assim o Partido dá continuidade ao seu trabalho de estruturação e combate à influência anarquista no movimento operário do país.

Em 1925, a partir do Segundo Congresso, o Partido Comunista começa a analisar a realidade do país de acordo com a teoria marxista-leninista. A linha teórica desenvolvida pelos comunistas brasileiros defende a constituição de uma frente ampla, que abrigasse o proletariado, a pequena burguesia e a alta burguesia industrial com o objetivo de transpor a fase da revolução burguesa (estágio necessário para a passagem ao socialismo). Será baseado nessa teoria que o PCB vai disputar alguns pleitos eleitorais e apoiar candidatos comprometidos com a causa operária.

Com o fim do estado de sítio, em 1927, o PCB retorna à legalidade em janeiro de 1927. Porém, em agosto do mesmo ano, o Presidente Washington Luís coloca novamente o PCB na ilegalidade. Em 1930 a Internacional Comunista orienta os partidos comunistas da América Latina a romperem com a política de frente ampla, considerada direitista e pequeno-burguesa. Com a ascenção de Getúlio Vargas ao poder, a oposição ao PCB continua forte e começa a obter êxito com a criação de uma legislação trabalhista de cunho paternalista, que controlava os sindicatos e reprimia as manifestações comunistas e anarquistas.

Com o fortalecimento do nazi-fascismo na Europa e a consequente alteração da linha de ação da Internacional, a proposta de Frente Ampla volta a ser a política oficial do Comitern. Da adesão a essa nova diretriz é criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. A ANL aglutina toda a oposição democrática do país e nomeia Luís Carlos Prestes (5) como presidente de honra. Porém, o crescimento da ANL não agrada a Vargas que decide colocá-la na ilegalidade. Após a tentativa precipitada e frustrada de tomar o poder na chamada "Intentona Comunista", Prestes é preso e o PCB e a ANL sofrem violenta repressão. Esta atinge igualmente todos os setores oposicionistas, culminando com o Golpe do Estado Novo, em 1937.

Durante quase toda a ditadura do Estado Novo de Vargas (1937- 1945), o PCB foi duramente reprimido e sua estrutura praticamente desapareceu. A campanha pelo apoio do Brasil aos Aliados na Segunda Guerra Mundial vai aos poucos rearticular os grupos comunistas na tentativa de reconstrução da estrutura nacional do Partido Comunista. Em 1943 o PCB elege um novo Comitê Central com o aval de Luís Carlos Prestes, preso dede 1935. A posição do novo comitê é de união nacional, ordem e apoio ao governo brasileiro. Em abril de 1945, Vargas decreta anistia aos prisioneiros políticos, dentre eles Luís Carlos Prestes e permite a volta do PCB à legalidade. O fim da Segunda Guerra Mundial e o reposicionamento das potências vencedoras, já no contexto da Guerra Fria, irá, mais uma vez, colocar o PCB na ilegalidade, obrigando-o a adotar uma linha antiimperialista.

Nos anos 1950, o PCB dá continuidade á postura nacionalista adotada desde o pós-guerra. O Partido terá influência na campanha pela nacionalização do petróleo e criação da Petrobrás, entretanto, ataca o governo de Getúlio Vargas por sua posição moderada a respeito das riquezas nacionais. No início de 1954, os comunistas defendiam derrubada do governo Vargas e a criação de uma Frente de Libertação Nacional. Após o suicídio de Vargas são obrigados a recuar.

Em novembro de 1954 é realizado o IV Congresso do Partido Comunista. Neste o PCB reforça sua linha nacionalista e antiimperialista, além de defender a Reforma Agrária e a instalação de um governo democrático de libertação nacional. A unidade do trabalho comunista que vinha sendo mantida desde a sua legalização em 1945 será desmantelada após o X Congresso do PC da União Soviética, onde são reconhecidos os erros de Stálin. Em 1962 dá-se o rompimento definitivo da direção do partido com elementos pró-Stálin. As dissidências darão origem ao PC do B, partido de linha chinesa. Nesse período também surge a Politica Operária (POLOP), formada por dissidentes radicais do PSB, PTB e PCB. No movimento estudantil ganha impulso a Ação Popular (AP), corrente marxista originária dos movimentos católicos de juventude.

Nos anos 60, apesar das divergências, o movimento comunista brasileiro se mostrará ativo. Sob sua influência, crescem os movimentos de massa, os trabalhadores se vêm representados com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e os estudantes promovem diversas manifestações por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por outro lado, o PCB subestima a atuação da direita brasileira e dos militares e não se atenta para o clima de radicalização anticomunista que vai culminar com o golpe de 1964. Inicia-se aí um longo e doloroso processo de resistência e luta contra a Ditadura Militar no Brasil.

Esse rápido panorama acerca da história do comunismo é essencial para entendermos uma ideologia muito atuante no Brasil: o anticomunismo. Para fazer frente a onda de desinformação e apropriações que o conceito de comunismo tem adquirido ao longo do tempo, em especial no Brasil, convém o estudo minucioso, responsável e crítico do comunismo.

Fontes:
SPINDEL, Arnaldo. O que é comunismo. São Paulo: Brasiliense, 18ª edição. 1ª edição, 1980.

Notas

1. **Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890 - 1965) foi um ex-anarquista, escritor, jornalista, crítico literário e político brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922.**
2. **A Internacional Comunista, também conhecida como Terceira Internacional, foi uma organização internacional fundada por Vladimir Lenin e pelo PCUS, em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países.**
3. **A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana foi um movimento de integrantes do Exército Brasileiro contra o presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, e o vencedor da eleição presidencial, Artur Bernardes, em 5 de julho de 1922. Os militares revoltosos, partidários da facção derrotada denominada Reação Republicana, agiam sob a figura do marechal Hermes da Fonseca e tentaram uma insurreição ampla no Rio de Janeiro, mas só conseguiram o controle do Forte de Copacabana e da Escola Militar do Realengo, além de um foco em Niterói e da 1.ª Circunscrição Militar, em Mato Grosso. Eles foram derrotados, mas o evento marcou o início do tenentismo e o fim da Primeira República Brasileira.**
4. **O estado de sítio é uma medida que possui duração de até 30 dias, podendo ser prorrogado por período não superior a 30 dias (art. 138 § 1) e de, de acordo com o art. 137, inciso I ("I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;"). O Estado de sítio só pode ser decretado pelo Presidente da República, sendo que o chefe do Executivo deve consultar antes o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, mas não é obrigado a seguir seus pareceres. Durante a vigência do Estado de defesa ou do Estado de sítio, não**

são permitidas alterações no texto constitucional. O Estado de sítio foi decretado diversas vezes no Brasil notadamente na Primeira República, mais especificamente no Governo Artur Bernardes, que passou quase todo o mandato nesse estado.

5. Luís Carlos Prestes foi um militar e político comunista brasileiro, uma das personalidades políticas mais influentes no país durante o século XX. Prestes ganhou fama nacional ao liderar a Coluna Prestes na década de 1920.

Para saber mais sobre Luís Carlos Prestes, ver: Biografias – Luís Carlos Prestes. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/biografias/luis-carlos-prestes.htm

Agora que já discutimos o texto 1 vamos aprofundar nossos conhecimentos com a leitura do texto 2. Disponível no site Politize! O texto também está transcrito abaixo.

Texto 2

Você conhece a história do Partido Comunista Brasileiro, o PCB?

https://www.politize.com.br/partido-comunista-brasileiro/

TRANSCRIÇÃO DO TEXTO

➤ Você conhece a história do Partido Comunista Brasileiro, o PCB?

A cada ano de eleição, nos deparamos com uma quantidade enorme de partidos políticos existentes no Brasil. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são 29 partidos políticos registrados até o ano de 2023. Um deles é o PCB. Entretanto, saber sobre todos, conhecer sua história e sobre os seus representantes, é bastante complexo, devido ao grande número de opções disponíveis. Pensando nisso, a Politize concentrou seus esforços para que você, leitor e leitora, possa adquirir mais conhecimento sobre esses partidos políticos.

Neste texto, abordaremos um dos partidos políticos mais antigos do Brasil. Sua história é composta por diversas gerações e acontecimentos que influenciaram vários períodos da política brasileira. Criado inicialmente em 1922, o PCB é o tema deste texto sobre os partidos políticos brasileiros. E você, conhece a história do Partido Comunista Brasileiro?

➤ PCB: origem e história

O Partido Comunista Brasileiro tem hoje uma origem compartilhada e reconhecida por outros partidos políticos no Brasil. O PCB que conhecemos atualmente é um pouco diferente dos tempos de sua fundação e de sua dissolução em outras frentes partidárias. O histórico PCB foi fundado como Partido Comunista do Brasil no ano de 1922, inspirado pela Internacional Comunista, também conhecida como III Internacional, uma organização internacional fundada por Vladimir Lenin para reunir partidos comunistas de todo o mundo. Esta grande reunião tinha como objetivo, resumidamente, lutar pela superação do capitalismo, abolição das classes, caminhar para o socialismo como uma transição para o comunismo e a completa abolição do Estado. Toda essa temática era voltada para o âmbito internacional, ou seja, para que vários países do mundo pudessem cumprir com esses objetivos, baseados nos princípios da ideologia marxista-leninista.

Para tanto, em abril de 1922, foi publicado no Diário Oficial da União a fundação do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista.

Foi o primeiro partido político brasileiro que se assumiu de esquerda no espectro político. Com a intenção de transformar a política do país na época, o PCB no seu início contava com pouco menos de 75 membros e chegou a ter 250 partidários no final do ano de 1922. O partido tinha mais atuação nos meios sindicais e nos movimentos operários da época. O dirigente do partido de 1924 a 1930, Astrojildo Pereira, dizia que a "fundação do PCB passou despercebida pela opinião pública". Segundo ele, a grande imprensa não levava a sério o fato de um partido comunista ter sido fundado no Brasil, o que justificava o pequeno pleito que acompanhava o partido.

➤ Ilegalidade Partidária

O partido, durante todo o seu centenário de existência, sofreu inúmeras denúncias e foi fechado pelos governos que o viam como uma oposição extrema. Eles temiam a queda do governo por uma revolução socialista que tornaria o país, posteriormente, em uma nação com um governo comunista. Por esse motivo, os governos ditatoriais presentes no Brasil dissolveram o partido, impedindo-o de concorrer às eleições e o obrigava a deixar de participar da vida política em qualquer âmbito dentro do Brasil. Segundo historiadores, as justificativas focaram em uma conspiração comunista contra a estrutura democrática no Brasil. A cassação do PCB era – de acordo com os ditadores – uma defesa da ordem democrática, para evitar uma revolução de ordem política, econômica e moral do Brasil. Apesar da proibição da existência do partido, os integrantes do PCB atuaram na ilegalidade durante os anos de censura. Foram alguns períodos que atingiram o partido e seus integrantes, dentre eles, meses depois de sua fundação em 1922 e durante a Ditadura Militar.

➤ PCB na Ditadura Militar

À época, o Partido Comunista do Brasil (PCB) viveu os seus "anos de chumbo", principalmente após a implementação do Ato Institucional Nº5, quando buscas, prisões, torturas e assassinatos se intensificaram. Os militantes comunistas, contra a ditadura imposta pelo governo, foram os alvos mais procurados pela repressão. Neste mesmo período, o partido que foi fundado com um ideal, começou a sua dissolução para algumas alas que queriam enfrentar com mais vigor a ditadura militar. Essas alas, ou novos grupos partidários, foram favoráveis à luta armada contra o regime. Alguns militantes conhecidos do partido foram perseguidos e levados ao DOI-CODI na cidade de São Paulo. Após serem presos e torturados, foram assassinados. Casos conhecidos foram o do jornalista Vladimir Herzog e do operário metalúrgico Manoel Fiel Filho.

➤ Dissoluções do Partido

As dissoluções, em sua maioria, foram formalizadas por novas ideologias e estratégias políticas durante a repressão no período ditatorial. A mais notável desse período foi a criação e fundação do PCdoB. Este novo partido, fundado em 1962, apenas foi registrado no TSE em 1988. Essa dissolução contava com mais uma corrente ideológica do comunismo, o maoísmo, pensamento baseado em Mao Tsé-Tung – líder da Revolução Chinesa e fundador da República Popular da China. Esta vertente revolucionária, voltada para a luta armada, buscava a conquista de seus preceitos.

Com essa separação, grupos revolucionários como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foram criados com o intuito de priorizar a guerrilha urbana. Movimentos e partido estiveram presentes na Guerrilha do Araguaia, de 1967 a 1974. A partir deste momento da história, temos um novo significado para a sigla do partido. O PCdoB passa a se chamar de Partido Comunista do Brasil, enquanto o PCB, muda o seu nome para Partido Comunista Brasileiro.

Décadas depois, com a redemocratização brasileira, o PCB teve mais uma dissolução partidária. Em 1992, foi criado o Partido Popular Socialista (PPS), um partido voltado para o centro do espectro político, com uma ideologia Social Democracia e Liberalismo Social. O PPS alterou o seu nome e desde 2019 passou a se chamar Cidadania.

➤ Ideologia partidária

O atual PCB (Partido Comunista Brasileiro) adotou essa assinatura e este nome oficial em 1993, com o seu registro no TSE oficializado em maio de 1996. É um partido centenário, pois remete a sua fundação oficial do ano de 1922, onde nasceram as suas raízes e seus primeiros passos na política brasileira. O partido segue uma linha de extrema esquerda no espectro político, alinhando-se com as linhas do comunismo e do marxismo-leninismo como correntes ideológicas. Além disso, possui alas políticas, como o Coletivo Feminista, Coletivo Negro, Coletivo LGBT e a União da Juventude Comunista, a UJC.

➤ Congressos do partido

Assim como boa parte dos partidos políticos no Brasil e no mundo, o PCB realiza periodicamente o seu congresso nacional, onde reúne representantes dos diretórios estaduais e municipais para deliberar sobre novas estratégias, conceitos e definir os planos para eleições futuras do partido. Até o ano de 2021, foram realizados 16 congressos na história do partido. Em seus discursos, destacam-se discussões sobre a oposição partidária, problemas socioestuturais do país, como racismo, machismo, misoginia e LGBTfobia, e mais recentemente, conclusões sobre a pandemia da COVID-19 e o genocídio dos povos indígenas.

➤ Eleições: governo e oposição

Na história do partido, não houve nenhuma vitória presidencial. A única candidatura notável de um de seus filiados foi a eleição de Luís Carlos Prestes para senador, no período de 1946 a 1948. Nas eleições para presidente, o PCB teve apenas seis aparições. Em 1930, com Minervino de Oliveira; em 1945 com Yedo Fiúza; em 1989 com Roberto Freire; em 2010 com Ivan Pinheiro; em 2014 com Mauro Iasi; e em 2022 com Sofia Manzano. Atualmente, não possui nenhum representante em qualquer câmara executiva e legislativa municipal, estadual ou federal. De acordo com o TSE, o partido possui 12.117 filiados.

O PCB esteve em uma única coligação vencedora nas eleições presidenciais do Brasil, em 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu as eleições no segundo turno. Quando um candidato do partido concorre às eleições, não há coligação formada até o momento. Apenas quando o partido não concorre, ele se coliga a algum outro. A oposição sempre esteve presente. O PCB sempre fez frente aos candidatos e coligações de outros espectros políticos, visando o debate e a sustentação da base democrática. Como segue uma linha ideológica bem concreta, não abre mão de seus preceitos e se opõem ao contrário sempre que acham necessário.

➤ Personalidades filiadas ao PCB

Figuras históricas passaram pelo Partido Comunista Brasileiro, sobretudo no passado durante a ditadura militar no Brasil. São alguns deles:

- Jorge Amado, escritor. Eleito deputado federal por São Paulo em 1945;
- Luís Carlos Prestes, político. Foi secretário-geral do partido por 37 anos e eleito senador em 1946;
- Carlos Marighella, político, escritor e guerrilheiro. Foi eleito deputado federal pela Bahia em 1946.
- Vladimir Herzog, jornalista;
- Manuel Fiel Filho, operário;
- Oscar Niemeyer, arquiteto;
- Olga Benário, militante;
- João Saldanha, político, jornalista, escritor e treinador de futebol.

Referências:
JEREMIAS, Matheus Ribeiro. Você conhece a história do Partido Comunista Brasileiro, o PCB? In: Site Politize. Publicado em 08 de março de 2024.
https://www.politize.com.br/partido-comunista-brasileiro/
Data de acesso: 05 de junho de 2024.

Para saber mais

Partido Comunista do Brasil, verbete disponível online no Atlas Histórico do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

https://atlas.fgv.br/verbetes/partido-comunista-do-brasil

Atividades

1 Agora que já lemos e discutimos os dois textos, volte à tempestade de ideias que elaboramos no início da aula e reflita sobre as seguintes questões:

1. O que você sabia sobre o Partido Comunista Brasileiro corresponde ao que você acabou de estudar?
2. Se você fosse refazer a tempestade de ideias, o que você mudaria?
3. Faça outra tempestade de ideias em folha A4, dessa vez colocando em destaque aquilo que te chamou mais atenção.

➤ Estas deverão ser expostas no mural da sala.

2 Leia dois poemas escritos por Bertolt Brecht (1), e em seguida realize a atividade proposta:

O destacado dramaturgo, poeta e encenador alemão Bertolt Brecht atuou não só na literatura e nas produções teatrais, foi também um quadro destacado do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), ao qual dedicou homenagens, como os poemas abaixo.

Bertolt Brecht



Fonte: Portal Vermelho
https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/victor-grossman-bertolt-brecht-e-eu/
Data de acesso: 05 de junho de 2024

(1) BERTOLT BRECHT

https://grabois.org.br/2023/08/14/a-trajetoria-de-bertolt-brecht/

Quem é o Partido?

Mas quem é o Partido?
Ele fica sentado em uma casa com telefones?
Seus pensamentos são secretos,
suas decisões desconhecidas?
Quem é ele?
Nós somos ele.
Você, eu, vocês - nós todos.
Ele veste sua roupa, camarada, e pensa com a sua cabeça
Onde moro é a casa dele,
e quando você é atacado
ele luta.
Mostre-nos o caminho que devemos seguir,
e nós o seguiremos com você,
mas não siga sem nós.
O caminho correto, ele é sem nós,
o mais errado.
Não se afaste de nós!
Podemos errar, e você pode ter razão, portanto
Não se afaste de nós!
Que caminho curto é melhor que o longo
ninguém nega
Mas quando alguém conhece
E não é capaz de mostrá-lo a nós
de que nos serve sua sabedoria?
Seja sábio conosco!
Não se afaste de nós!

Elogio do Partido

O indivíduo tem dois olhos
O Partido tem mil olhos
O Partido vê sete estados
O indivíduo vê uma cidade.
O indivíduo tem sua hora
Mas o Partido tem muitas horas.
O indivíduo pode ser liquidado
Mas o Partido não pode ser liquidado.
Pois ele é a vanguarda das massas
E conduz a sua luta
Com o método dos clássicos, forjados a partir
Do conhecimento da realidade.

Questões para Debate:

1. Como Bertolt Brecht define o Partido?
2. Quais as principais características que o autor dá ao Partido?
3. Qual era o sentimento que o autor tinha pelo Partido?
4. E você, como vê um partido político?

- Poema Ilustrado.

Escolha um dos poemas e ilustre cada um dos versos em folha A4 – se inspire no modelo abaixo:



Fonte: Blog Inquietude entorpecente
Disponível em: https://inquietudeentorpecente.wordpress.com/sobre/
Data de acesso: 06 de junho de 2024.

AULA 11

A INTENTONA COMUNISTA DE 1935


O GLOBO

Serão bombardeados os rebeldes!

O governo mandou a aviação e a artilharia atacar os insurrectos de Recife

Fonte: Acervo O Globo
https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/intentona-comunista-fracassa-dez-mil-pessoas-ligadas-ao-movimento-sao-presas-9268200

- Vocês sabem qual acontecimento o Jornal O globo se referia na capa da edição acima de 26 de novembro de 1935?
- Vocês já ouviram falar sobre a Intentona Comunista de 1935? O que sabem sobre esse acontecimento?
- Faça uma rápida pesquisa no seu celular sobre o significado da palavra "intentona". De acordo com o resultado da pesquisa, o que você acredita que pode ter acontecido em 1935?

Para saber o que aconteceu em novembro 1935, vamos assistir ao vídeo abaixo.

Vídeo: ERA VARGAS (Intentona Comunista).
Disponível em: Se liga – Enem e Vestibulares

https://www.youtube.com/watch?v=wAk_FW3c4CM

TRANSCRIÇÃO DAS PARTES PRINCIPAIS DO VÍDEO AULA EXPOSITIVA DIALOGADA A PARTIR DESSES TÓPICOS.

- Anos 1930: a elite política paulista é contra o governo de Getúlio Vargas;
- Plínio Salgado funda a Ação Integralista Brasileira (AIB):
  - Instituição de caráter fascista;
  - Lema: Deus, Pátria e Família.
  - Formada principalmente pela classe média das grandes cidades;
  - Ultranacionalistas, antiliberais e anticomunistas;
- Luís Carlos Prestes funda a Aliança Nacional Libertadora (ANL):
  - Instituição de inspiração comunista;
  - Caráter antiimperialista, antifascista e antiintegralista;
  - Lema: Terra, Pão e Liberdade;

-Período de grande polarização ideológica;
-Getúlio Vargas fortalece os militares ao promover 36 generais;
-1935: Getúlio cria a Lei de Segurança Nacional, a fim de controlar as massas: proibição de greves e propaganda "subversiva";

- Fechamento da Aliança Nacional Libertadora;
- Luís Carlos Prestes e Olga Benário lideram a Intentona Comunista, uma revolta com o objetivo de tomar o poder;
- 23 de novembro de 1935: com o apoio de alguns militares, os comunistas tomam um batalhão em Natal (RN) e formam o Comitê Popular Revolucionário;
- Em Recife, o governo reage e o confronto mata mais de 100 pessoas, a maior parte civis;
- 27 de novembro de 1935: os comunistas são rendidos ao tentarem tomar o Comando militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Esse confronto teve o saldo de 20 mortes.
- Os líderes da Intentona foram presos. Olga Benário, esposa de Luís Carlos Prestes, era alemã e judia, e foi deportada para a Alemanha, onde morreu num campo de concentração nazista.
- Recrudescimento da repressão aos comunistas;

- 1937: Plano Cohen- falso plano de tomada do poder pelos comunistas, elaborado pelo chefe do serviço secreto do exército, o general Olímpio Mourão Filho;
-Pretexto para o golpe de 1937 que instaurou a Ditadura do Estado Novo (1937 – 1945);

Vamos ler um texto para entendermos um pouco melhor sobre esse acontecimento.

Texto 1

A INTENTONA COMUNISTA DE 1935

A percepção de um "perigo comunista" no Brasil vai atingir o seu auge com a Revolta de 1935, também conhecida como "Intentona Comunista". Se em 1917, o comunismo no Brasil era visto ainda como um perigo remoto, aos poucos ele foi se tornando mais próximo.

A Intentona Comunista foi um levante político-militar ocorrido, inicialmente em Natal, Rio Grande do Norte, entre 23 e 27 de novembro de 1935, durante o governo de Getúlio Vargas, reprimida rapidamente pelas forças nacionais. Liderada pelo capitão do exército Luís Carlos Prestes (1898-1990), os principais objetivos do movimento eram derrubar o governo de Getúlio Vargas e implantar o comunismo no país, além de realizar medidas sociais, políticas, econômicas mais efetivas.

Com apoio da União Soviética revolta se espalhou rapidamente pelos estados do Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro. Devido, dentre outros fatores, à baixa adesão popular e militar, a revolta fracassou, resultando num maior autoritarismo por parte do governo Vargas que declarou a ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a prisão de seus líderes, além da suspensão dos direitos civis, dentre outras medidas que serão expressas dois anos depois na Constituição de 1937.

A Intentona Comunista, em novembro de 1935 foi a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. A tentativa de tomada de poder pelos comunistas impactou os grupos conservadores, principalmente políticos e militares, afinal, "não era uma rebelião comum, tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira." (MOTTA, 2002, p. 190)

A tentativa dos comunistas de tomarem o poder em 1935 provocou forte reação conservadora e deu origem à construção de um conjunto de representações anticomunistas, uma verdadeira "legenda negra" que recorriam à linguagem verbal e a recursos iconográficos, baseados em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais diversas.

Para os militares o levante comunista foi visto como uma agressão aos valores da instituição. Diversas versões do fato foram criadas, a maioria sem comprovação, a fim de conferir aos comunistas características de traidores e sanguinários. Dentre essas versões, o suposto assassinato de oficiais, enquanto dormiam, no Rio de Janeiro, na madrugada de 27 de novembro tornou-se um dos pontos mais importantes da chamada "legenda negra" criada em torno da "Intentona". Esse fato, ainda que contestado pela historiografia, é tido como verdade em alguns setores das Forças Armadas.

A homenagem aos soldados mortos na revolta comunista se tornou uma tradição e mostrou-se como uma das representações mais presentes no imaginário anticomunista brasileiro. A partir de 1937, o dia "27 de novembro" tornou-se data comemorativa das Forças Armadas com realizações de atos cívicos nos quais compareciam altas personalidades da República, tanto civis como militares. Dando continuidade à propaganda anticomunista, em 1938, o governo de Getúlio Vargas investiu na construção de um monumento aos mortos que lutaram ao lado da ordem contra os revolucionários de 1935. O mausoléu, inaugurado oficialmente a 27/11/1940, na Praia Vermelha no Rio de Janeiro, tinha como objetivo fixar a memória oficial sobre o levante e tornou-se palco principal do ato cívico.

Após a Intentona, o Governo Vargas empreendeu uma dura campanha de repressão política, colocando na prisão não somente comunistas, mas também esquerdistas e desafetos políticos. Poucos meses após a revolta, o Estado realizou uma reforma institucional que possibilitou a efetivação de um poderoso dispositivo de repressão, que deu origem a uma intensa campanha anticomunista, responsável por consolidar, em pouco tempo, um imaginário que associava comunismo ao "mal" e a uma variada gama de adjetivos negativos.

Nesse período, verificou-se também a mobilização de grupos anticomunistas radicais, como por exemplo, os integralistas, católicos e militares. Em fins de setembro, alguns altos oficiais do Exército "descobriram" muito oportunamente o chamado "Plano Cohen" para o "assassinato de membros do governo", "incêndios de edifícios públicos", "captura e fuzilamento de reféns." O documento tinha nome judaico e era falso. Foi escrito pelo então coronel Olympio Mourão Filho, organizador da milícia paramilitar da AIB, responsável pelo serviço secreto integralista e lotado no setor de inteligência do Estado-Maior do Exército. Encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas, o documento foi tratado como autêntico e tornado público.

Diante de uma suposta "trama comunista", o Congresso autorizou um novo Estado de Guerra por noventa dias e o governo iniciou nova ofensiva contra os comunistas, contando com o apoio de diversos setores sociais. Assistiu-se ao recrudescimento da repressão, da censura e da propaganda, abrindo caminho para a preparação do Golpe de Estado. Como consequência dessa "histeria" habilmente articulada, em 10 de novembro de 1937, o Congresso foi fechado e, em seguida, promulgou-se a Constituição do Estado Novo, que de acordo com o historiador Thomas Skidmore (1982, p. 52) era "uma versão atenuada do modelo fascista europeu."

Referências: Texto adaptado do livro, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o "Perigo Vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 184 – 214.
SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 52.

Atividades

Tendo como fontes de pesquisa o vídeo e o texto dessa aula, observe as imagens e depois responda as atividades 1, 2 e 3:

1 Observe a imagem abaixo e responda as questões que seguem:

Imagem 1: Monumento em homenagem aos soldados mortos durante a Intentona Comunista, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.



Fonte: Mundo Educação.
Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/intentona-comunista.htm

1. Descreva a imagem acima: o que você observa, quais são os detalhes?
2. De acordo com o texto quando e por quem e com qual objetivo esse monumento foi criado?
3. Qual versão dos fatos essa imagem transmite?

2 Observe a imagem 2 e responda as questões que seguem:

Imagem 2: Primeira página da Folha de São Paulo de 28 de novembro de 1969.


FOLHA DE S. PAULO

Homenagem aos mortos de 35: um ato de fé

Elevado o teto do desconto do Imposto de Renda na fonte

Camara dos Deputados deverá aprovar o divorcio na Italia

Intelectuais russos abrem uma polemica sobre Solzhenitsyn

BNH faz convenio com Estado e Prefeitura para casas populares

"Luz Vermelha" será julgado hoje pelo 1o Tribunal do Juri

Generos de primeira necessidade poderão ter preços rotulados

Corintians-Palmeiras abre domingo a fase final do Robertão

Fazenda padroniza os modelos de letras de cambio e promissorias

Fonte: Banco de dados- Folha de São Paulo
https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2019/11/1969-no-rio-presidente-medici-comanda-homenagem-aos-mortos-de-1935.shtml
Data de acesso: 18 de junho de 2024.

1. A imagem 2 mostra a capa do jornal Folha de São Paulo, publicado no dia 28 de novembro de 1969. Faça uma pesquisa no seu celular e verifique qual era o contexto histórico brasileiro nesse período:
2. De acordo com a manchete do Jornal é possível identificar qual era o posicionamento do mesmo a respeito do evento?
3. A homenagem que o jornal noticia aconteceu 34 anos após a Intentona Comunista. Na sua opinião, por que essa cerimônia ocorreu durante tantos anos?

3 Leia um trecho do Manifesto da Aliança Nacional Libertadora, escrito por Luiz Carlos Prestes. A partir desse trecho será possível conhecer qual era o objetivo dos comunistas com A Intentona de 1935.

Manifesto da Aliança Nacional Libertadora
Luiz Carlos Prestes
5 de Julho de 1935

Brasileiros!

Aproximam-se dias decisivos.
Os trabalhadores de todo o Brasil demonstram, através de lutas sucessivas, que já não podem mais suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas e seus asseclas nos Estados (...). Por outro lado a crise mundial do capitalismo, na sua agravação crescente leva os imperialistas a tornarem cada vez mais clara a dominação e a exploração dos países subjugados por eles nas colônias e semicolônias como o Brasil (...)

Já não bastam os serviços públicos, os portos, as estradas de ferro, as minas. Extensões enormes do território pátrio são entregues a empresas estrangeiras. Toda a produção nacional, fruto do trabalho das grandes massas trabalhadoras é entregue ao fascismo hitlerista, em troca de papéis sujos, isto é, de graça para ajudar o massacre do proletariado alemão e para organizar nova guerra imperialista. (...)

A unificação nacional é, por isso, impossível sob a dominação imperialista. Só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país. Esta é a tarefa gigantesca da Aliança Nacional Libertadora, que apresenta aos olhos de todo o Brasil, como a única organização realmente nacional (...)
O momento exige de todo homem honesto, uma posição clara e definida. Pró ou contra o fascismo; pró ou contra o imperialismo! Não há meio termo possível, nem justificável. (...) Para a Aliança Nacional Libertadora precisam vir todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam os seus programas, sob a única condição de que queiram lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos. (...) A unificação do proletariado, tendência já invencível, que se sobrepõe a todas as dificuldades opostas pela reação, é uma das maiores forças da revolução (...)
Com a Aliança ficarão os melhores oficiais das Forças Armadas do país. (...) os militares do Brasil jamais se prestarão ao papel de capitães-do-mato, a serviço do imperialismo e seus lacaios no país (...)

Programa Antiimperialista

Não há pretextos que justifiquem, aos olhos do povo, a luta contra a Frente única Libertadora. É por isso que as fileiras da Aliança Nacional Libertadora estão abertas a todos os que querem lutar pelo seu programa antiimperialista, antifeudal e antifascista, programa que somente o governo popular revolucionário realizará:
I - Não pagamento das dívidas externas, nem seu reconhecimento.
II - Denúncia dos tratados anticomerciais com o imperialismo.
III - Nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário.

IV - Jornada máxima de trabalho de oito horas, seguro social, aposentadorias, aumento de salários, salário igual para igual trabalho, garantia de salário mínimo, satisfação dos demais pedidos do proletariado.
V - Luta contra as condições escravistas e feudais do trabalho.
VI - Distribuição entre a população pobre camponesa e operária das terras tomadas sem indenização aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos da igreja, que lutam contra a liberdade do Brasil e a emancipação do povo.
VII - Pelas mais amplas liberdades populares, pela completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, pela mais completa liberdade religiosa e a separação da Igreja do Estado.
VIII - Contra toda e qualquer guerra imperialista e pela estreita união, com as Alianças Nacionais Libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes e povos oprimidos.
Implantação de Um Governo Popular
Marchamos, assim, rapidamente, à implantação de um governo popular revolucionário, em todo Brasil, um governo do povo contra o imperialismo e o feudalismo e que (...) salvará a vida dos milhões de trabalhadores, ameaçados pela fome, perseguido pelas doenças e brutalmente explorados pelo imperialismo e pelos grandes proprietários (...)
Mas o poder só chegará nas mãos do povo através dos mais duros combates (...).
Brasileiros! (...) Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário.
Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora.
Luiz Carlos Prestes.

Referência: PRESTES, Luís Carlos. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora. Rio de Janeiro. 5 de julho de 1935. Disponível em: Arquivo Marxista na internet.

Leia o Manifesto na íntegra em:

https://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm

3 Assista ao vídeo abaixo para, a partir do trecho do Manifesto da Aliança Nacional Libertadora, responder as questões que seguem:

VÍDEO: Senado devolve simbolicamente o mandato para Luís Carlos Prestes (4:30)

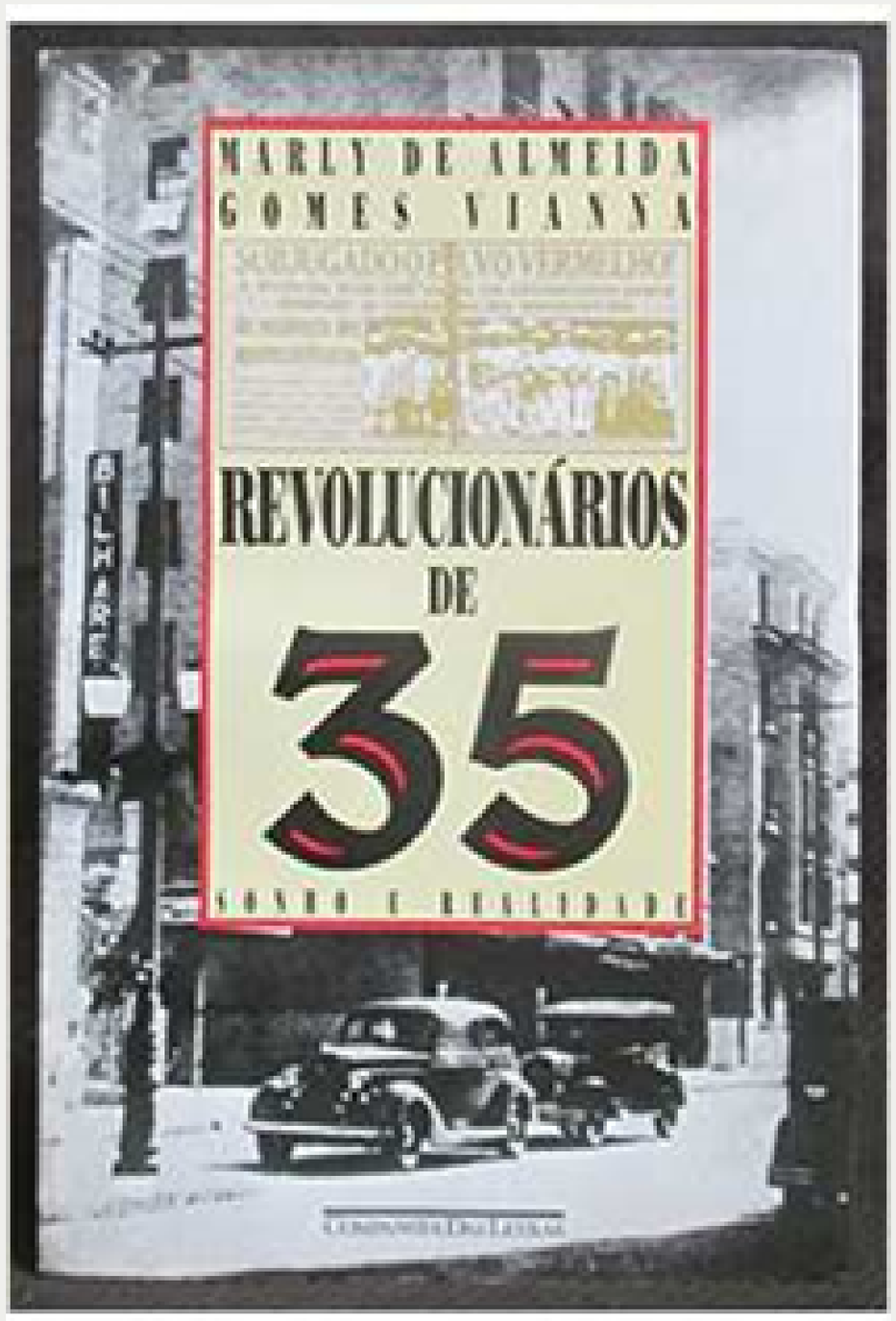
TV Senado. https://www.youtube.com/watch?v=T4UwrYGLzzk

1. O programa da Aliança Nacional Libertadora foi escrito há 89 anos atrás. Ele lista 8 medidas que deveriam ser tomadas pelo governo popular revolucionário. Quais dessas medidas foram amplamente aplicadas ao longo desses anos? Quais ainda seriam possíveis de serem aplicadas no contexto atual? Por quê?
2. Podemos dizer que o programa da Aliança Nacional Libertadora era comunista? Por quê?

Para saber mais

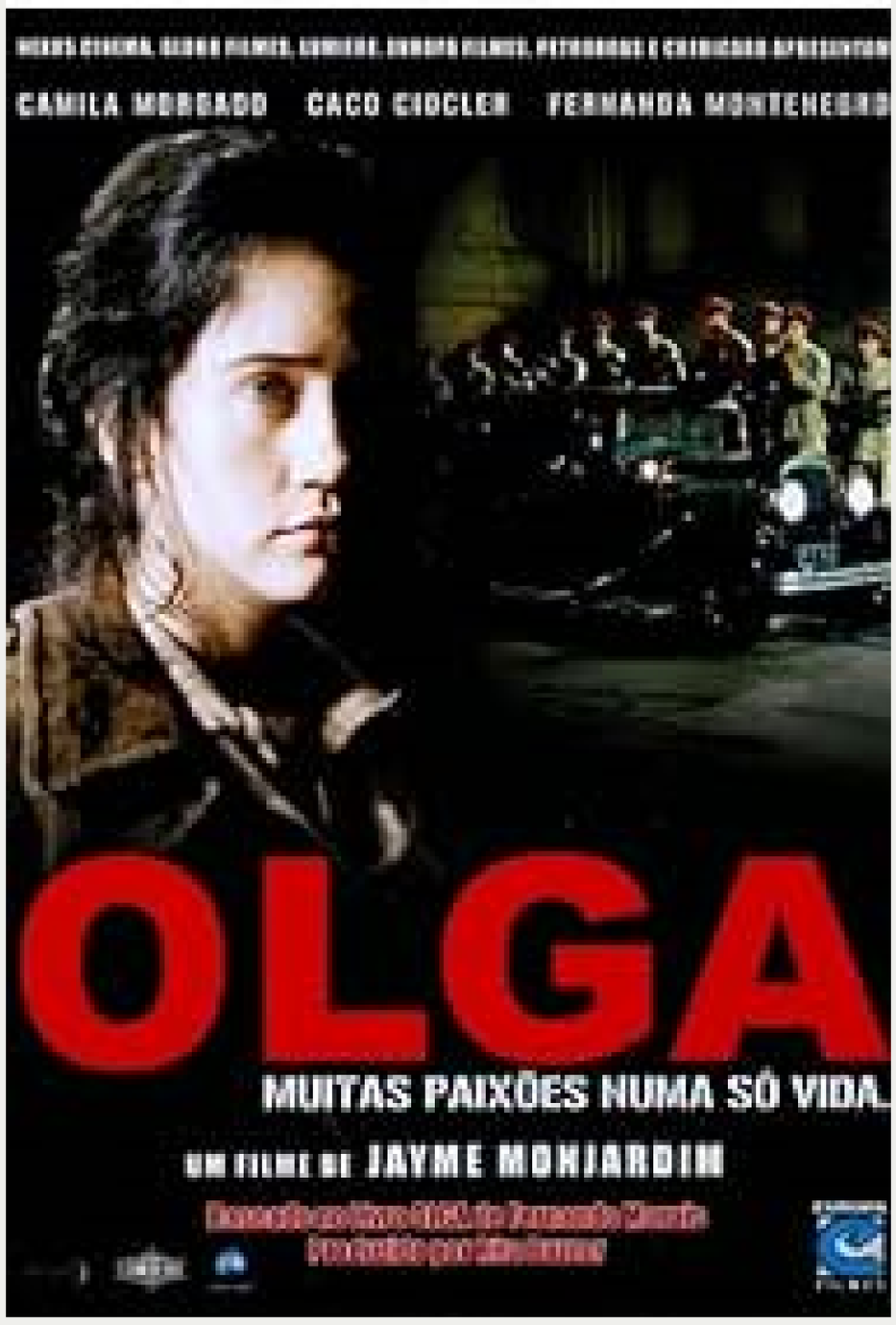
Indicação de livro:

A autora Marly de Almeida Gomes Vianna, no livro "Revolucionários de 1935: sonho e realidade", publicado pela Companhia das Letras, em 1992, faz uma minuciosa pesquisa sobre a Intentona Comunista, desde os seus antecedentes até as consequências.



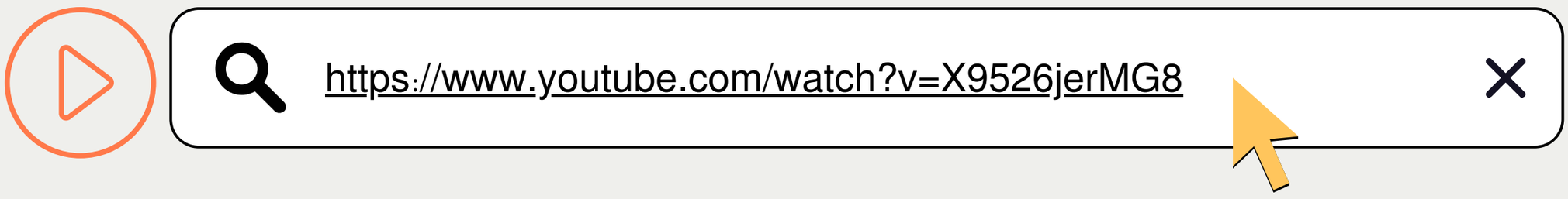
Indicação de filme:

O filme conta a história de Olga Benário Prestes: alemã, judia e militante comunista. Esposa de Luís Carlos Prestes, de quem teve uma filha, Olga participou da Intentona Comunista de 1935, motivo pelo qual foi presa e deportada para a Alemanha nazista, onde foi assassinada num campo de concentração em Bernburg, na Alemanha.
Direção: Jayme Monjardim

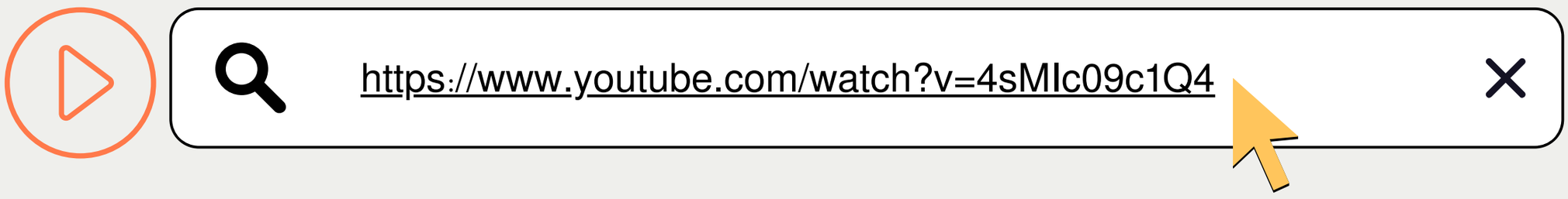


Indicação de vídeos:

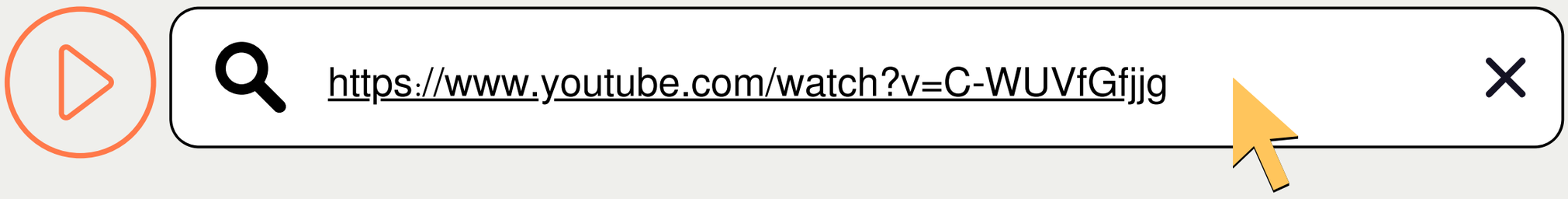
Anita Prestes, a filha do "Cavaleiro da Esperança (5:13)" In: TV Boitempo



Luís Carlos Prestes sobre erros dos partidos comunistas brasileiros- 1986 (5:29) In: Roda Viva.



Luiz Carlos Prestes no Jô Soares Onze e Meia- 1990 (22:40). In: João Leite



AULA 12 *O QUE É ANTICOMUNISMO?*



Meme – Disponível em: https://medium.com/@anis_bioetica/karl-marx-%C3%A9-baile-obrigat%C3%B3rio-nas-escolas-e00ed0f32af2

Vamos começar a aula de hoje lendo uma notícia que foi publicada no jornal "El País", no dia 19 de julho de 2016.

VEJAM A MANCHETE:

"A professora que usou funk para ensinar Marx (e acabou repreendida). Gabriela Viola, de Curitiba, fez com seus alunos paródia de 'Baile de Favela' e foi suspensa. Vídeo viralizou e, para Secretaria de Educação, a professora usou música imprópria".

Vejam a paródia feita pelos alunos:
Comunismo é baile de favela. In Canal do Jothape[1]

https://www.youtube.com/watch?v=BC9wG9G6-vY

TRANSCRIÇÃO DA PARÓDIA

Karl Marx é baile de favela

O Karl Marx estudou economia
E também estudou sociologia
Quer nos explicar a luta de classes
Pela ideologia, alienação e mais valia.

1] Não recomendamos esse canal para estudos. Sua utilização se deu unicamente pelo fato de que não encontramos a apresentação dos alunos em outro canal com objetivos didáticos.

Os burgueses não moram na favela
Estão nas empresas explorando a galera
E os proletários, o salário é uma miséria
Essa é a mais valia, vamos acabar com ela
O Karl Marx é baile de favela
O 1ºB é baile de favela
O Maria Gai é baile de favela
O capitalismo está acabando com a galera
Sociologia é baile de favela
A professora é baile de favela,
Os trabalhadores são bailes de favela
E os capitalistas estão roubando a galera.

Referência: Paródia criada pelos alunos da série 1ºB, do Colégio Estadual Professora Maria Gai, Curitiba Paraná, 2016; com a orientação da professora de sociologia Gabriela Viola.[1]

[1] Leia uma entrevista com a professora Gabriela Viola em: Rede Brasil Atual. "Quando Marx é baile de favela, a Escola sem partido pira." Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/quando-marx-e-baile-de-favela-a-escola-sem-partido-pira-7561/
Data de acesso: 19 de junho de 2024.

Vamos ler a reportagem completa em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/19/politica/1468885504_449859.html

Questões para debate:

- Na opinião de vocês, por que a paródia "Marx é baile de favela" gerou tanta repercussão na internet?
- De acordo com os estudos que fizemos sobre o comunismo, há alguma inconsistência na paródia feita pelos alunos?
- Vocês concordam com o afastamento da professora? Por quê?

AGORA VAMOS LER UM TRECHO DE UM PROJETO DE LEI QUE OBJETIVA CRIMINALIZAR O COMUNISMO:

PROJETO DE LEI Nº DE 2016. (Do Sr. Eduardo Bolsonaro) Altera a redação da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para criminalizar a apologia ao comunismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada a redação da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para criminalizar a apologia ao comunismo.

Art. 2º A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações em seus artigos 1º e 20, caput e § 1º, nos seguintes termos:
"Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou de fomento ao embate de classes sociais. (NR) (...)
Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional ou fomentar o embate de classes sociais. (NR)

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, a foice e o martelo ou quaisquer outros meios para fins de divulgação favorável ao nazismo ou ao comunismo.” (NR)

Inteiro teor do projeto: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1460579&filename=PL%205358/2016

Questões para debate:

- Você concorda com a criminalização da ideologia comunista? Por quê?
- Que relações podemos estabelecer entre a repercussão do trabalho apresentado pelos alunos de Curitiba e o Projeto de Lei do deputado Eduardo Bolsonaro que pretende criminalizar o comunismo?

Como podemos observar, existe uma oposição muito forte às ideias comunistas no Brasil. A essa oposição, damos o nome de Anticomunismo. Convém uma breve definição.

TEXTO: ANTICOMUNISMO – UMA BREVE DEFINIÇÃO.

Antes de falarmos sobre o conceito de Anticomunismo, é importante lembrar o conceito de comunismo. De acordo com a concepção marxista, criada pelos filósofos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels, que inspirou o bolchevismo e o modelo soviético, o comunismo pode ser definido como uma ideologia política, social e econômica que tem como objetivo alterar as bases da sociedade e implantar um regime de trabalho e distribuição de renda igualitários, por meio da abolição da propriedade privada, das classes sociais e do próprio Estado.

Desta feita, podemos falar sobre anticomunismo, sem a pretensão de um conceito fechado, inflexível. Sabemos da enorme dificuldade em conceituar movimentos ideológicos, que, geralmente são atravessados por disputas de poder, como o próprio comunismo. Como o próprio nome diz, anticomunismo se refere à oposição ao comunismo. Nesse sentido, seu surgimento acompanha o surgimento da própria ideologia comunista. Entretanto, não há uma relação de proporcionalidade entre ambos. O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que a ele é identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. (Rodeghero, 2002, p. 464).

De acordo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p. 42), o anticomunismo deve ser entendido, por um lado, como um corpo doutrinário ou uma corrente de pensamento que possui um discurso e um imaginário próprios e, por outro, como um movimento político que conta com a ação e a militância de grupos organizados. Para o autor, foram a força, a expansão e o crescimento do comunismo no mundo que criaram o anticomunismo. “Os grupos sociais aterrorizados pela “ameaça comunista”, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva, visando combater o perigo revolucionário”. Ainda na concepção desse autor, o fenômeno anticomunista “possui duas manifestações distintas, embora complementares, que podem ser denominadas pelos pares: política e ideologia, ação e discurso (ou prática e representações)”.

Apesar de não ser um movimento coeso, no que se refere à origem, ideário, inspiração e atuação, o fenômeno anticomunista comporta muitas continuidades e faz parte da história política brasileira, podendo ser visto como elementos da tradição, reorganizados para se articular a diferentes práticas e contextos.

Em suma, o anticomunismo pode ser definido como um movimento ideológico que expressa, na maioria das vezes, os valores da direita. Ele precisa ser entendido historicamente, pois decorre das disputas de poder travadas em contextos sócio-históricos e econômicos específicos, embora assuma características semelhantes como a denúncia de um perigo iminente, a demonização da esquerda, e a ameaça aos valores tradicionais, geralmente cristãos, dentre várias outras. Essas características convergem para práticas e representações anticomunistas comuns, que se inserem no imaginário político e social brasileiro, de forma orquestrada por uma militância conservadora e reacionária, que se opõe de forma ferrenha a qualquer mudança de caráter progressista que ameace o seu “status quo”.

Texto adaptado de:
-MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Anticomunismo. In SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina E; VIANNA, Alexandre M. (orgs.) Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad. 2000, p. 42.

-RODEGHERO, Carla Simone. "Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria" In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº44, 2002, p. 464

Atividades

1 A partir da leitura do texto, elabore um parágrafo de reflexão autoral sobre o Anticomunismo;

2 Trabalho extraclasse - Entrevista

Instruções: Formem grupo de 5 alunos. Cada componente do grupo irá escolher uma pessoa para entrevistar. Não é necessário identificar o entrevistado. Anotar apenas a idade e o sexo. As respostas deverão ser anotadas no caderno.

➤ 1º MOMENTO - ENTREVISTA:

1. Qual a sua idade, sexo e escolaridade?
2. Você sabe o que é comunismo?
3. Conhece alguém que seja comunista? Quem?
4. Qual a sua opinião sobre o comunismo?

➤ 2º MOMENTO - Em sala e aula: reúna com o grupo e discuta as respostas obtidas em cada uma das entrevistas e a partir delas elabore um relatório, especificando:

1. Quantas pessoas foram entrevistadas?
2. Quais eram o sexo, a idade e a escolaridade dessas pessoas?
3. O que os entrevistados sabiam a respeito do comunismo?
4. Os entrevistados conhecem pessoas que são comunistas? Quem foram as pessoas citadas por eles?
5. Qual a opinião dos entrevistados a respeito do comunismo?
6. Quais as conclusões o grupo pode tirar a respeito das entrevistas.

➤ SOCIALIZAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS NO GRANDE GRUPO.

AULA 13 *O ANTICOMUNISMO E O GOLPE DE 1937*

Você sabe o que foi o Plano Cohen? Segundo alguns historiadores, o Plano Cohen pode ser visto como a primeira fake news da história. Vamos entender o porquê.

Para começar vamos fazer a leitura do artigo publicado na Revista Aventuras na História. Disponível em:

https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-plano-cohen-farsa-que-levou-a-ditadura-do-estado-novo.phtml

TRANSCRIÇÃO DO ARTIGO

PLANO COHEN: A "FAKE NEWS" CULMINOU NA DITADURA DO ESTADO NOVO

Documento apresentava fictícias ameaças comunistas com o intuito de manter Getúlio Vargas no poder.

Victória Gearini publicado em 10/09/2019.

Getúlio Vargas discursa para generais e políticos.



Em 30 de setembro de 1937, o general Goés Monteiro – até então chefe do Estado-Maior do exército brasileiro - noticiou pelo programa de rádio Hora do Brasil, um plano comunista que envolvia a retirada de Getúlio Vargas do poder. O Plano Cohen, como ficou conhecido, amedrontou a população na época.

O suposto documento revelado pelo governo brasileiro informava que os comunistas iriam causar tumultos entre operários e estudantes, provocar incêndios em casas e prédios públicos, manifestações populares a fim de saquear e depredar patrimônios, além de eliminar autoridades civis e militares que se opusessem aos atos e por fim, exigiriam a liberdade de presos políticos.

Na época, o general Goés Monteiro acusou o Partido Comunista pelo Plano Cohen, que logo foi comparado a Intentona de 1935, ato duramente reprimido pelo governo de Vargas. O presidente não questionou a veracidade dos documentos e solicitou ao Congresso Nacional a decretação de Estado de Guerra, que foi concedida no dia 1º de outubro daquele mesmo ano.

A caça aos comunistas eclodiu rapidamente e no dia 10 de novembro de 1937, a ditadura do Estado Novo foi implantada. Getúlio teve o apoio de várias lideranças nacionais e com isso aumentou seu poder. Esse fato ocasionou a outorga da nova Constituição e o início de um período ditatorial que durou até 1945.

Em 1945, o general Goés Monteiro admitiu ter forjado o documento e criado o Plano Cohen com o objetivo de justificar o golpe de Getúlio Vargas e sua permanência no poder. Ele revelou ainda que o nome foi criado pelos militares para fazer uma referência à líder comunista Bela Cohen, que governou a Hungria em 1919 - garantindo a veracidade da história.

Durante as investigações, o general Góes afirmou que o documento havia sido escrito pelo capitão Olímpio Mourão Filho, até então chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, o capitão admitiu ter elaborado o documento a pedido do dirigente da AIB, Plínio Salgado, com o intuito de fazer uma simulação para estudos internos, em caso de uma ameaça comunista, mas que acabou saindo do controle.

Na época do ocorrido, o capitão Mourão disse que foi obrigado a manter silêncio sobre a verdadeira história e afirmou que o general Góes Monteiro, teve acesso ao documento por meio do general Álvaro Mariante, que o usou de forma inapropriada. Já Plínio Salgado alegou que se manteve quieto diante da situação, pois acreditava que as Forças Armadas poderiam combater a ameaça comunista.

Para saber mais

Vídeo: O que foi o Plano Cohen? Vargas e o começo do Estado Novo. In: Algo sobre História.

https://www.youtube.com/watch?v=IT2Mc9B_J60&t=11s

Importante saber

GOLPES DE ESTADOS são respostas à demandas por uma democracia ampliada ou por políticas de distribuição de renda, sejam reformistas ou revolucionárias. Nesse sentido, "golpes se articulam, frequentemente, a ditaduras de classe, ainda que disfarçadas de defesa dos interesses nacionais e policlassistas". Quase todos os golpes de Estado, ao menos quando ocorrem em sociedades complexas e plurais, buscam legitimar-se por argumentos como: excepcionalidade, preservação do "bem comum", ação contra inimigos da sociedade nacional, do Estado e da "civilização", preconizando muitas vezes a suspensão das normas jurídicas convencionais e da liberdade individual. Tal definição alinha-se com o debate teórico contemporâneo que define golpe de Estado como uma "violação das regras constitucionais por atores institucionais, impondo uma solução de força, e não de direito, às crises políticas e sociais".

Fonte: NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. In: Estudos Avançados, 33 (96), 2019, p. 397-420. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/WGPncXJHXXHrpMMxb3H9SFc/ Data de acesso em 23 de junho de 2024.

Atividades

1 Após a leitura e discussão do texto e do vídeo, responda:

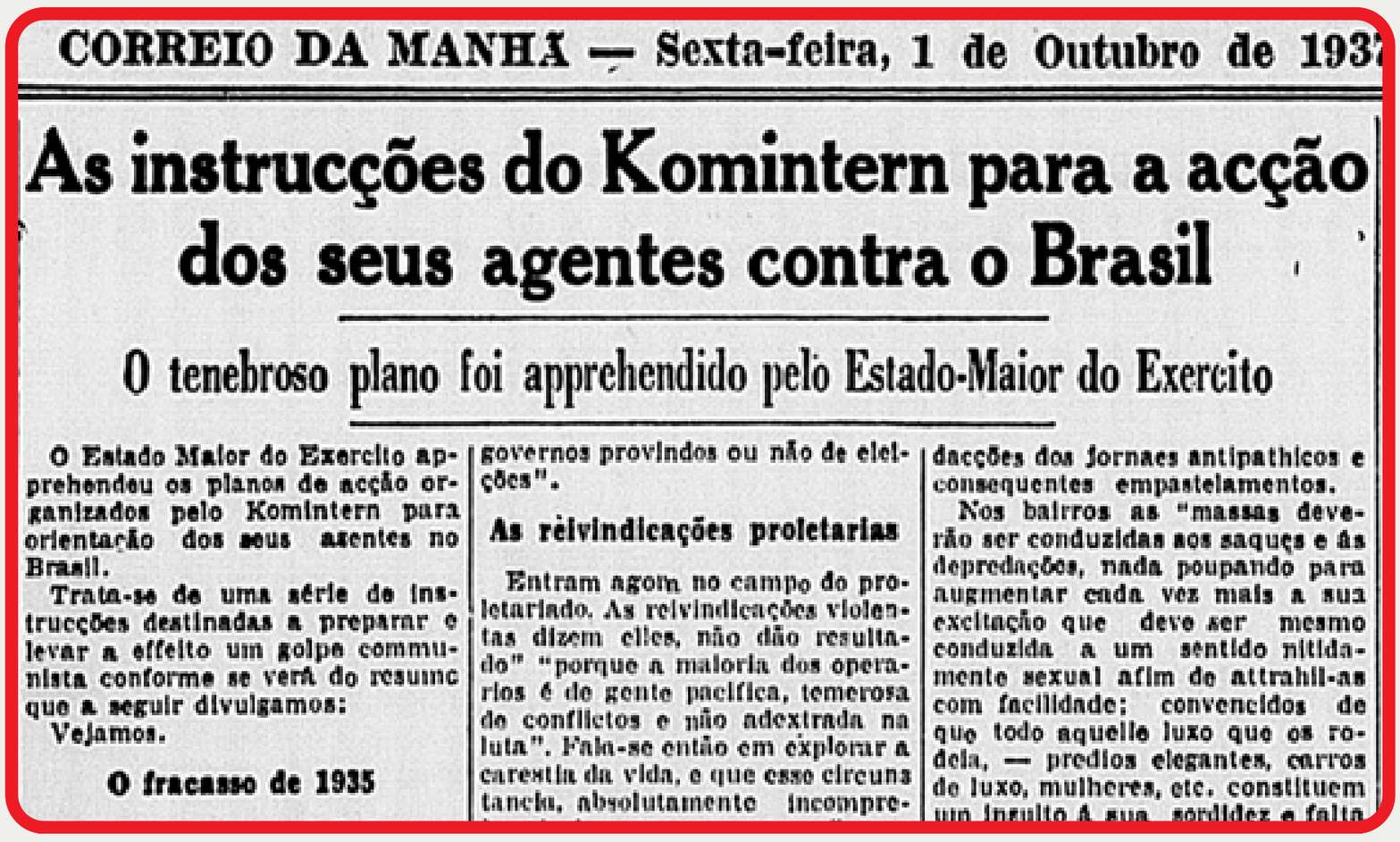
1. Por que podemos dizer que o Plano Cohen foi uma fake news? Que elementos nos levam a afirmar isso?
2. Quais os setores sociais envolvidos na eleboração e difusão do Plano Cohen?
3. Qual foi a intencionalidade desse plano? E os resultados?

2 Reunam-se em grupos e conversem a respeito da divulgação de fake news no contexto atual.

1. Relembre ou pesquisem sobre alguma fake news que foi utilizada para fins e usos politicos.
2. Como foi a repercussão?
3. Como a verdade foi descoberta? Houve alguma reparação aos envolvidos?

3 Análise de fonte histórica:

- Imagine que você é um historiador e precisa estudar o documento abaixo.



CORREIO DA MANHÃ — Sexta-feira, 1 de Outubro de 193

As instrucções do Komintern para a acção dos seus agentes contra o Brasil

O tenebroso plano foi apprehendido pelo Estado-Maior do Exercito

O Estado Maior do Exercito apprehendeu os planos de acção organizados pelo Komintern para orientação dos seus agentes no Brasil.

Trata-se de uma série de instrucções destinadas a preparar e levar a effeito um golpe communista conforme se verá do resumo que a seguir divulgamos:

Vejamos.

O fracasso de 1935

governos provindos ou não de eleições".

As reivindicações proletarias

Entram agora no campo do proletariado. As reivindicações violentas dizem elles, não dão resultado" "porque a maioria dos operarios é de gente pacifica, temerosa de conflictos e não adextrada na luta". Fala-se então em explorar a carestia da vida, e que esse circuns tancia, absolutamente incompre-

dacções dos jornaes antipathicos e consequentes empastelamentos.

Nos bairros as "massas deverão ser conduzidas aos saques e ás depredações, nada poupando para augmentar cada vez mais a sua excitação que deve ser mesmo conduzida a um sentido nitidamente sexual afim de attrahil-as com facilidade: convencidos de que todo aquelle luxo que os rodeia, — predios elegantes, carros de luxo, mulheres, etc. constituem um insulto á sua sordidez e falta

O "Correio da Manhã", edição de 1º de outubro de 1937.

1. Comece anotando todos os dados do documento: do que se trata, quando e onde foi produzido; quem produziu;
2. É possível deduzir qual era a intenção do editorial ao divulgar essa matéria?
3. O documento retrata os fatos com coerência?
4. Houve alguma omissão de fatos no documento?
5. O que e onde podemos saber mais sobre esse tema?

4 Leia um trecho da Constituição de 1937[1], promulgada após a divulgação do Plano Cohen para responder a questão que segue:

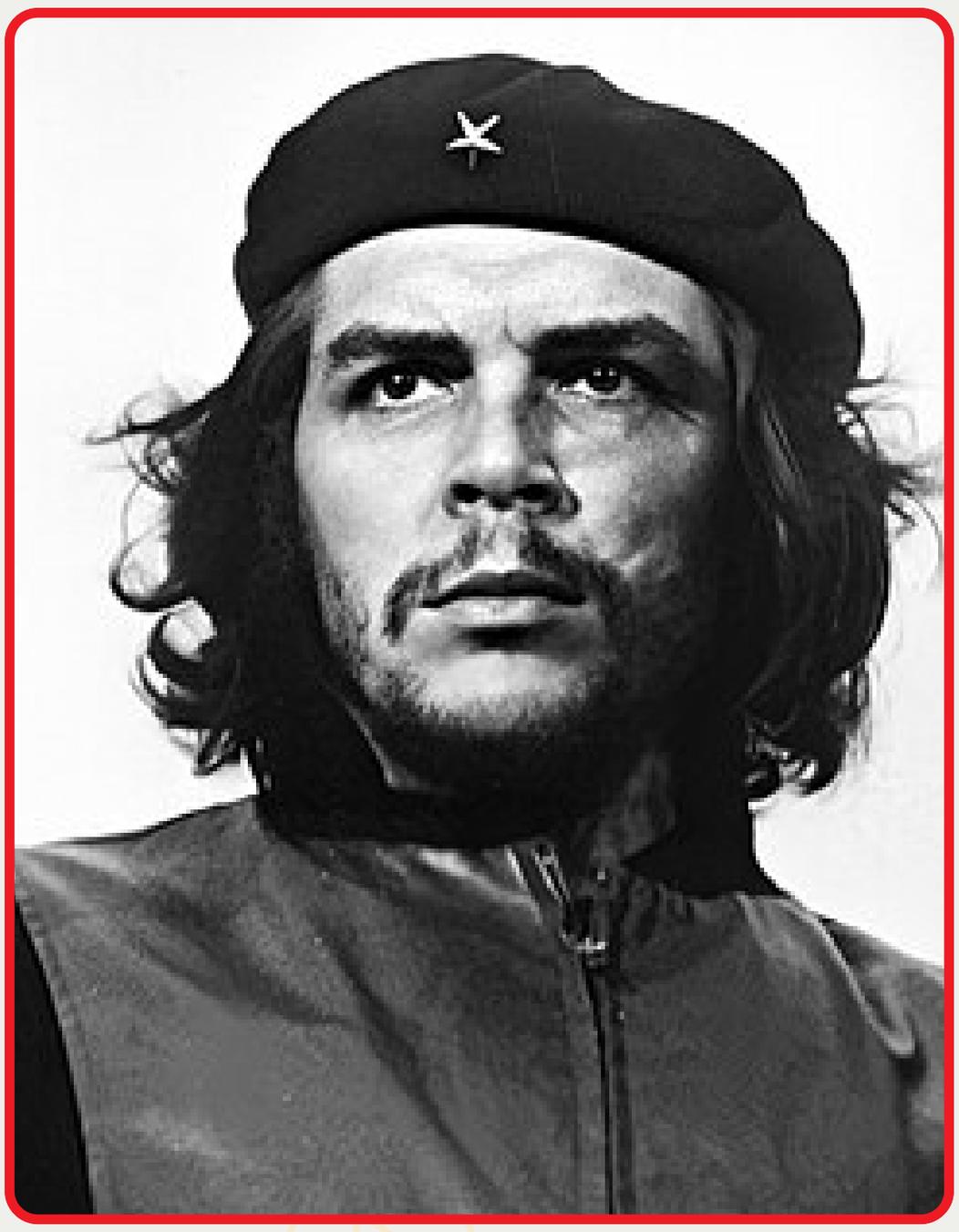
ATENDENDO às legitimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

[1]BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 10 de novembro de 1937. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm
Data de acesso: 01/03/2024

> ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; (BRASIL, Constituição, 1937)

➤ De acordo com o trecho da Constituição de 1937, relatado acima, quais foram as principais motivações para a instauração da Ditadura do Estado Novo?

AULA 14 *A REVOLUÇÃO CUBANA*



Domínio público.

Certamente você conhece a pessoa retratada na imagem. Trata-se de Ernesto Guevara de La Serna, mais conhecido como Che Guevara. Ele foi um revolucionário marxista, médico, autor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar argentino. Amado e odiado no mundo inteiro, o rosto estilizado de Che Guevara tornou-se um símbolo de rebeldia e insubordinação bastante presente no imaginário e na cultura popular. Mas você sabe o por quê? Para entender essa história vamos estudar a Revolução Cubana de 1959.

Para começar vamos fazer uma Oficina de elaboração de perguntas. Reúnam-se em duplas e mapeiem as curiosidades que vocês têm sobre a Revolução Cubana de 1959. Elaborem 5 perguntas. Ao final da aula voltaremos nessas questões.

AULA EXPOSITIVA DIALOGADA A PARTIR DE 2 VÍDEOS E UM ARTIGO DA REVISTA GALILEU.

VÍDEO 1- REVOLUÇÃO CUBANA | QUER QUE DESENHE. (8:11). In: Descomplica.

https://www.youtube.com/watch?v=Rk3itAjFUCw

VÍDEO 2- REVOLUÇÃO CUBANA | Resumo Desenhado. (6:55). In: História ao Quadrado.

https://www.youtube.com/watch?v=2Y3Vd3nGT-M

Artigo- 8 fatos para entender a Revolução Cubana e seus desdobramentos - Por Marília Marasciulo – 06 ago. 2020.

https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2020/08/8-fatos-para-entender-revolucao-cubana-e-seus-desdobramentos.html

Principal evento que consolidou o país latino-americano como uma nação socialista completa 60 anos.



Fidel Castro chega à Havana em 8 de janeiro de 1959. (Foto: Wikimedia Commons)

O dia 6 de agosto de 1960 marcou o início de um caminho sem volta na consolidação de Cuba como uma nação socialista. Na data, o governo revolucionário, sob o comando do presidente Osvaldo Torrado e do primeiro-ministro Fidel Castro, anunciou a Resolução Conjunta nº 1, nacionalizando 26 empresas americanas instaladas em solo cubano. Eram plantações de açúcar, minas e refinarias de petróleo que tinham um valor de mercado, à época, de US$ 1,7 bilhões (14,8 bilhões em 2020, ajustado à inflação).

Antes disso, a relação entre os dois países já estava em declínio. Embora os Estados Unidos tivessem reconhecido o novo governo, havia desconfiança se Cuba se alinharia aos interesses da União Soviética — Fidel Castro só assumiu essa posição oficialmente em 1961. À Resolução nº1, sucederam-se outras duas, que terminaram de nacionalizar as propriedades americanas restantes: bancos, hotéis, cassinos, bares e outras empresas.

Com isso, as desconfianças mundiais se desvaneceram: Cuba era, sim, um país socialista. Em resposta às expropriações, o governo americano promoveu o mais longo embargo comercial imposto a um país na história moderna, que dura até os dias de hoje. E, desde 1959, Cuba ainda vive o legado da revolução de destituiu Fulgêncio Batista e instalou um governo socialista a menos de 200 quilômetros da maior potência capitalista do mundo. Para entender mais esse contexto, conheça 8 momentos marcantes da Revolução Cubana:

1 - Cenário pré-revolução

Em 1899, como consequência da Guerra Hispano-Americana, o controle de Cuba passou da Espanha para os Estados Unidos. Uma administração militar serviu de transição para a independência formal, em 1902, depois de aprovada uma constituição que impunha uma série de condições que deixava Cuba de certa forma ainda dependente dos EUA. Nas décadas seguintes, o país viveu um período de altos e baixos entre prosperidade e crise política, com diversas intervenções americanas. Nesse ínterim, surgiu um líder: Fulgêncio Batista. Ex-soldado, foi eleito presidente entre 1940 e 1944, governando de forma relativamente progressista. Voltou ao cargo em 1952, desta vez através de um golpe militar.

2 - O movimento

Um dos candidatos ao Congresso nas eleições de 1952 invalidadas pelo golpe militar era o jovem advogado Fidel Castro, que rapidamente percebeu o caráter ditatorial de Fulgêncio Batista. Percebendo que Batista não sairia do poder por vias legais, Fidel e seu irmão, Raúl, decidiram formar um grupo paramilitar denominado de "O Movimento", que no primeiro ano conseguiu recrutar 1,2 mil voluntários da classe trabalhadora de Havana.

3 - Primeiro ataque

O marco inicial da Revolução Cubana foi o ataque ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, em 26 de julho de 1953. Liderando 165 guerrilheiros, Fidel buscava acender a revolta entre a população para depor Fulgêncio Batista. Mas o ataque falhou, com grande parte dos guerrilheiros sendo capturados e posteriormente mortos. Fidel e Raúl foram detidos e condenados a 15 e 13 anos de prisão. Foi nesse julgamento que Fidel falou uma de suas frases mais famosas: "A história irá me absolver."

4 - Exílio no México

Cedendo a pressões e acreditando que seria uma propaganda positiva, Fulgêncio Batista decidiu anistiar os opositores presos em 1955, libertando também Fidel e Raúl. Livres, os irmãos Castro se exilaram no México, de onde, com outros dissidentes, organizaram uma nova força revolucionária. Lá, conheceram o argentino Ernesto "Che" Guevara e receberam treinamento de Alberto Bayo, que participou da Guerra Civil Espanhola. Estava formado o Movimento 26 de julho, em alusão ao primeiro ataque contra o governo Batista.

5 - Desembarque do Granma

O Movimento 26 de julho atravessou o Mar do Caribe e desembarcou em Cuba no dia 25 de novembro de 1956. Com capacidade para no máximo 25 passageiros, o iate Granma (que anos depois se tornaria o nome do jornal oficial do novo governo) transportou 81 homens, incluindo os Castro e Che Guevara. Em terra, foram rapidamente suprimidos pelas forças de Batista, que conseguiram dizimar a maior parte dos guerrilheiros. Os cerca de 20 sobreviventes se refugiaram na selva de Sierra Maestra, dando início a uma guerrilha.

6 - Ponto de desequilíbrio

A repressão de Batista começou a se fragilizar em 1957, diante de atentados urbanos e no interior. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos perceberam que os revolucionários poderiam vencer no futuro e chegaram a ajudar financeiramente o Movimento 26 de Julho, contribuindo para pender a balança a favor dos revolucionários. Um dos golpes do movimento mais decisivos foi dado pela gestão do presidente dos EUA Eisenhower, que diante dos danos às propriedades americanas em solo cubano, impôs um embargo ao fornecimento de armas ao governo de Fulgêncio Batista, enfraquecendo de vez seu poder de fogo.

7 - A queda de Batista

Sem poder de fogo e incapaz de sufocar os guerrilheiros em Sierra Maestra, Batista tentou uma saída pelas urnas. Manteve as eleições de 1958, intervindo para que seu candidato fosse vitorioso. Isso incendiou ainda mais as forças rebeldes, que passaram a tomar a iniciativa nos confrontos. A ofensiva culminou na batalha final da Revolução Cubana, com a queda da cidade de Santa Clara em 31 de dezembro de 1958. Ao perceber que sua situação era insustentável, Batista fugiu no dia seguinte para a República Dominicana, dando lugar a um novo governo revolucionário em Cuba.

8 - Desdobramentos

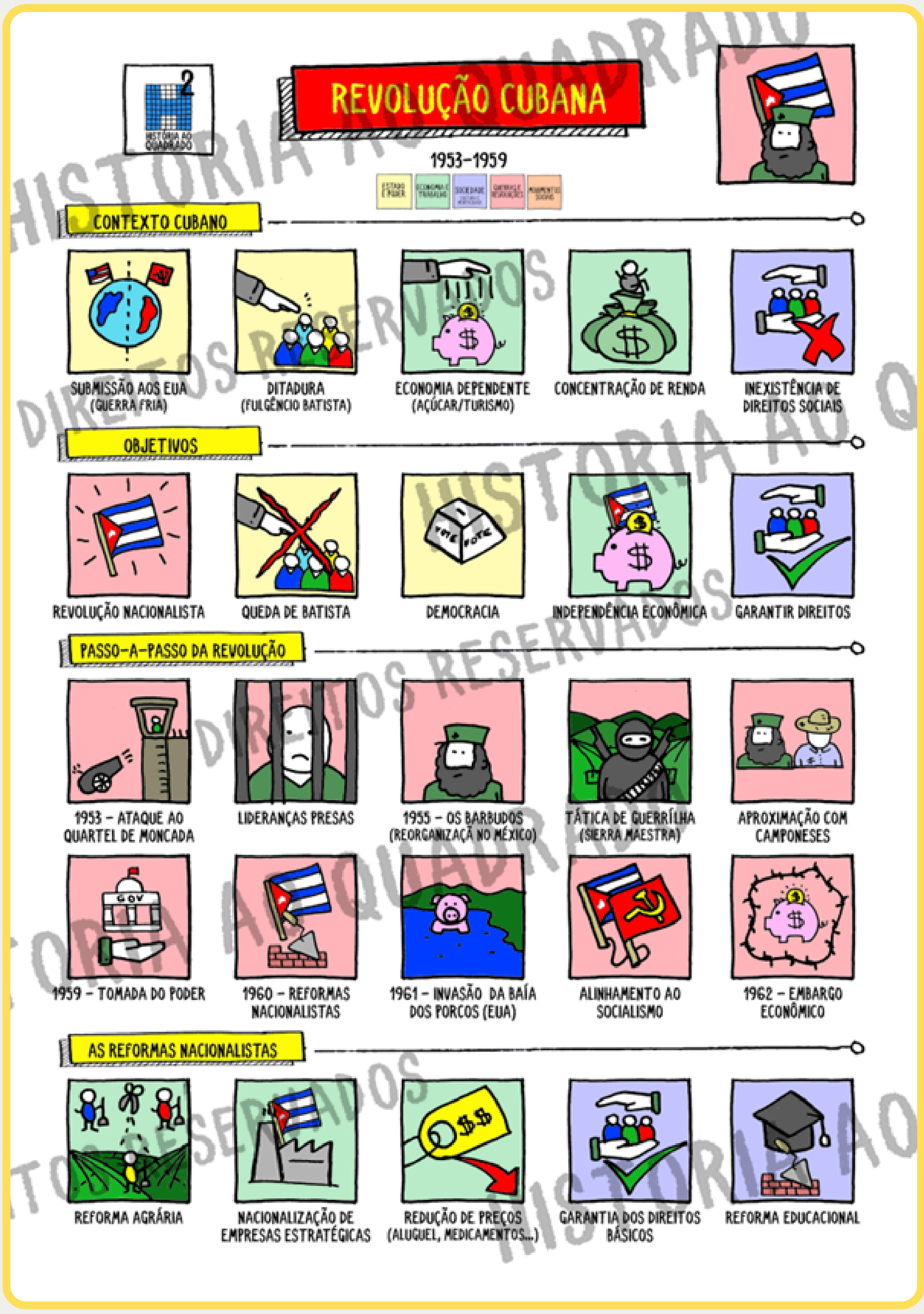
Inicialmente, o governo cubano evitou se autodenominar socialista, ainda que tivesse deixado isso implícito ao intensificar o relacionamento com a União Soviética, com a compra de armas e exportação de açúcar (embargadas pelos Estados Unidos). A admissão veio em 1961, após a tentativa fracassada americana de invasão à Baía dos Porcos, quando Fidel Castro debochou: "O que os imperialistas não conseguem perdoar é que fizemos uma revolução socialista debaixo de seus narizes". Cuba foi também a ponta de lança da União Soviética durante a Guerra Fria. O ponto mais crítico do período foi durante a Crise dos Mísseis, em 1962, quando os soviéticos tentaram alocar mísseis balísticos nucleares em Cuba. Foi o momento em que a humanidade chegou mais perto de vivenciar uma guerra nuclear.

Atividades

1 Tendo como fonte de pesquisa o artigo da Revista Galileu, elabore um Resumo Desenhado da Revolução Cubana. Você pode se inspirar no Resumo Desenhado publicado no vídeo 2. Os passos para a elaboração do seu resumo desenhado serão os 8 fatos que o artigo apresenta para entender a Revolução Cubana.

1. Cenário pré-revolução.
2. O movimento.
3. Primeiro ataque.
4. Exílio no México.
5. Desembarque do Granma.
6. Ponto de desiquilíbrio.
7. A queda de Batista.
8. Desdobramentos.

Modelo:



2 Entrevista com Che Guevara. Atividade em dupla.

1. Leiam a biografia de Che Guevara no Portal da Latinoamericana, a Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe, (versão eletrônica), coordenada pelo cientista social Emir Sader.

https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-che-guevara-ernesto

Após a leitura da biografia, elabore uma entrevista.

- 1º passo: ler juntos a biografia.
- 2º passo: escolher quem será o entrevistador e quem será o entrevistado.
- 3º passo: o entrevistador elabora de 5 a 8 perguntas.
- 4º passo: o entrevistado responde as perguntas.
- 5º passo: simulação da entrevista.
- 6º passo: apresentação para a turma.

3 Oficina de respostas

Retomem as duplas que foram criadas para a Oficina de perguntas do início da aula. Voltem nas 5 perguntas e curiosidades que vocês elaboraram. É possível respondê-las? Discuta com sua dupla e anotem as respostas no caderno.

Para saber mais

Artigo: Che Guevara: a perigosa mania de continuar nascendo. In: Brasil de Fato.

https://www.brasildefato.com.br/2023/10/09/che-guevara-a-perigosa-mania-de-continuar-nascendo

AULA 15 *O GOLPE DE 1964 E O ANTICOMUNISMO*

Imagem 1 - Fotografia de 13/03/1964 - Comício da Central do Brasil, RJ.



Fonte: Memorial da democracia.
https://memorialdademocracia.com.br

Debate sobre a imagem – em grupos de 4 alunos, discutam as questões abaixo e anotem as respostas nos seus cadernos.

1. Você sabe o que foi o Comício da Central do Brasil?
2. A imagem remete a uma democracia ou uma ditadura? Por quê?
3. De acordo com as faixas carregadas pelos manifestantes, quais eram a suas principais reivindicações?
4. Como estava a situação social e econômica do Brasil no momento que a imagem foi produzida?

VAMOS ENTENDER MELHOR ESSE CONTEXTO ATRAVÉS DA LEITURA E DISCUSSÃO DO TEXTO ABAIXO E DA EXIBIÇÃO DE UM VÍDEO:

O JOÃO GOULART E O COMÍCIO NA CENTRAL DO BRASIL (13 DE MARÇO DE 1964)

Desde a renúncia de Jânio Quadros, o Brasil vivia um momento político tenso. O mandato de João Goulart mexeu em interesses da elite, ao trazer à pauta questões como a reforma agrária e o petróleo brasileiro. Durante o comício, que reuniu 150 mil pessoas no Rio de Janeiro, o presidente assinou decretos declarando sujeitas à desapropriação as propriedades subutilizadas. Falou-se ainda em reforma urbana e ficou determinada a tomada de refinarias de petróleo em favor da Petrobrás. Assuntos que faziam arrepiar as classes média e alta brasileiras. O cenário para o golpe estava montado. O comício foi transmitido pelo rádio – ainda na época o principal veículo de comunicação nacional – e pela TV.

ORIGENS DO GOLPE DE 1964

No ano de 1961, o presidente João Goulart anunciou que iria colocar em prática as Reformas de Base, que teriam como objetivo reduzir a concentração de renda e de terra no país. Milhares de pessoas saíram às ruas para defender as reformas e a sua implementação mas, apesar do forte apoio popular às mudanças anunciadas, os setores da sociedade ligados ao pensamento conservador protestaram contra o governo, considerando as novas iniciativas como porta de entrada para o comunismo no Brasil.

Isso evidenciou uma importante oposição de setores das classes médias ao governo vigente, que sustentaria a derrubada do presidente por quaisquer meios. As tensões se agravaram com as mobilizações populares pelas Reformas de Base e tiveram seu auge no comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

O comício foi organizado por setores políticos que exigiam um maior compromisso do presidente João Goulart com as reformas que ele mesmo propusera. Ao aderir e comparecer ao comício, o presidente sinalizava que deixava de ser moderado e hesitante, como era acusado. Para os setores conservadores, a presença do presidente no comício era sinal de que tinha optado por outro caminho. Esse ato afetou a oposição e, em resposta, a partir do dia 19 de março do mesmo ano, ocorreram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em diversos estados do Brasil, arquitetadas pelos setores conservadores, e convocadas por entidades cívicas e religiosas.

Imagem 2: Fotografia – Marcha da Família com Deus pela liberdade, 19 de março de 1964.



Fonte: Memorial da democracia
https://memorialdademocracia.com.br

MARCHA REAGE 'COM DEUS' CONTRA JANGO
De rosários nas mãos, setores da classe média protestam contra 'perigo comunista'.

Organizada por setores da Igreja Católica e associações femininas conservadoras, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi uma resposta ao Comício da Central, realizado no Rio de Janeiro seis dias antes, durante o qual João Goulart anunciara seu programa de Reformas de Base. A Marcha reuniu segmentos da classe média temerosos do "perigo comunista" e favoráveis à deposição do presidente da República.

GOLPE MILITAR DEPÕE GOVERNO CONSTITUCIONAL
1º de abril de 1964: o primeiro dia de uma ditadura militar que durou 21 anos

Na noite de 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (MG), manda sua tropa marchar em direção ao Rio de Janeiro, precipitando o golpe que vinha sendo articulado por generais, empresários e governadores de oposição ao governo Jango. No dia seguinte, as tropas que partiram do Rio para garantir a ordem confraternizaram-se com os rebeldes. O general golpista Arthur da Costa e Silva declarou-se titular do Ministério da Guerra (antigo nome do extinto Ministério do Exército), sem encontrar resistência por parte da oficialidade leal ao governo.
A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), onde se tentava articular a resistência ao golpe, foi incendiada com a conivência da polícia do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, da UDN. Tropas reprimiram manifestações em defesa do governo no Rio, em Porto Alegre e em outras capitais. No dia 2 de abril, sem apoio militar, Goulart saiu de Brasília e foi para o Rio Grande do Sul. A oposição consumou o golpe no Congresso, declarando vaga a Presidência da República, embora Goulart não tivesse renunciado ao cargo nem deixado o país.

O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o lugar de Jango, subordinando-se a uma junta militar. A repressão foi generalizada e logo começaram as prisões em massa. Passados dois dias, Jango exilou-se no Uruguai.

Fonte: Memorial da Democracia.
https://memorialdademocracia.com.br/card/contag-nasce-com-mediacao-do-governo#card-187
Data de acesso: 21 de junho de 2024.

AGORA VAMOS ASSISTIR À REPORTAGEM EXIBIDA NO JORNAL SBT NEWS, NO DIA 29 DE MARÇO DE 2014, NA OCASIÃO DOS 50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964.

Vídeo: Golpe de 1964 que instaurou ditadura brasileira completa 50 anos (4:54)
In: SBT News.

https://www.youtube.com/watch?v=PZMDbSKc_mU

Atividades

1 Retorne às perguntas sobre a imagem de abertura da aula. Reformulem as respostas acrescentando os novos conhecimentos adquiridos.

1. Você sabe o que foi o Comício da Central do Brasil?
2. A imagem remete a uma democracia ou uma ditadura? Por quê?
3. De acordo com as faixas carregadas pelos manifestantes, quais eram a suas principais reivindicações?
4. Como estava a situação social e econômica do Brasil no momento que a imagem foi produzida?

Para saber mais

Jornalismo - Os acontecimentos do dia 31 de março de 1964. (9:21) In: TV Senado

https://www.youtube.com/watch?v=AidHDwfMNIk

SUPER Explica: O Golpe de 1964. (6:24) In: Superinteressante.

https://www.youtube.com/watch?v=VZBgoV9HFFs

2 Análise de documento histórico.

AGORA VAMOS LER O ATO INSTITUCIONAL Nº1, DE 09 DE ABRIL DE 1964, DOCUMENTO FUNDADOR DA DITADURA DE 1964.

- Importante: Ato Institucional é um documento que traz normas jurídicas criadas pelo Poder Executivo sem passar pela aprovação do Legislativo, tendo um caráter extremamente autoritário. O Ato Institucional Nº 1 foi o primeiro de 17 atos decretados pelos militares na Ditadura Militar. Montou o aparato jurídico de repressão militar.

LEIA O DOCUMENTO AQUI:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm

QUESTÕES:

1. Leia o Ato Institucional e anote no seu caderno os pontos que chamaram mais atenção:
2. Vocês consguem identificar motivações anticomunistas no documento?
3. Que medidas anunciadas pelo Ato podem ser consideradas antidemocráticas?

O que dizem os historiadores sobre o AI1

De acordo com as historiadoras Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, esse Ato Institucional permitiu o encarceramento de milhares de pessoas em estádios de futebol e em navios da Marinha; a detenção de aproximadamente 50 mil pessoas na Operação Limpeza; a instalação de Comissões Especiais de Inquérito e de Inquéritos Policiais Militares (os famosos IPMS), que foram responsáveis por muitos expurgos na administração pública baseados em um "completo desprezo pelas regras da justiça". Assim, as autoras apontam: "estima-se que 4841 pessoas perderam direitos políticos ou foram cassadas, aposentadas ou demitidas pela ditadura – só o AI-1 teve como alvo 2990 cidadãos. Nos quartéis, os expurgos atingiram as três Forças e remeteram 1313 militares para a reserva".

O relatório Brasil: Nunca Mais[1]ainda apresenta que, em 11 de junho de 1964, poucos meses após a imposição do ato, foram cassados "três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de estados; dois senadores; 63 deputados federais e mais três centenas de deputados estaduais e vereadores". A partir desses dados, é possível visualizar como a violência e o arbítrio foram instrumentalizados pela figura do Ato Institucional, o que se tornaria mais evidente quando da edição do Ato Institucional número 5.

[1] O Relatório Brasil Nunca Mais é a mais ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura militar. O relatório traz para a era virtual o acervo do Brasil: Nunca Mais, antes recluso aos arquivos em papel e em microfilme, disponíveis apenas para os pesquisadores com possibilidade de ir à Universidade de Campinas, Brasília ou ao exterior. E melhor, pode ser pesquisado com uso de programa de busca indexada. O BNM Digit@l é fruto de uma iniciativa conjunta de instituições públicas e organizações não-governamentais comprometidas com a promoção dos direitos humanos. Sua manutenção e atualização são garantidas pelo Ministério Público Federal.
https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br

Fonte: SCHWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: Uma biografia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

3 Trabalho extraclasse.

Faça uma pesquisa sobre o Ato Institucional nº5
ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968.

1. Leia o AI5 e anote no caderno as medidas que você considera anticomunistas.
2. Pesquise quais foram as principais consequências desse Ato para a esquerda brasileira.
3. Escreva um texto autoral (no mínimo 3 parágrafos) com uma reflexão pessoal sobre o AI5 e a democracia brasileira.

*Vocês terão o prazo de 7 dias para a realização do trabalho.

Para saber mais



MEMORIAL DA DEMOCRACIA

https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango

MEMÓRIAS DA DITADURA

https://memoriasdaditadura.org.br/o-golpe-civil-militar-no-brasil/#historia-da-ditadura

RELATÓRIO BRASIL NUNCA MAIS

https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/

AULA 16 O GOLPE DE 2016



Foto de Wilton de Sousa Júnior, publicada no jornal "O Estado de São Paulo" em 21 de agosto de 2011.

ANÁLISE DE IMAGENS:

1. Descreva a imagem acima em seus aspectos objetivos: o que você vê? Quem são os personagens? Onde e por quem a imagem foi feita?
2. Descreva os aspectos subjetivos da imagem: que sentimentos ela transmite?
3. Você acha que o fotógrafo tinha alguma intenção ao fazer a foto? Quais seriam?
4. Levantem hipóteses sobre a produção e divulgação da imagem;

- Anotem suas impressões sobre a foto no caderno, voltaremos a elas no decorrer da aula.

QUESTÃO PROBLEMA: VOCÊ SABE POR QUE A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF FOI AFASTADA DO SEU CARGO EM 2016?

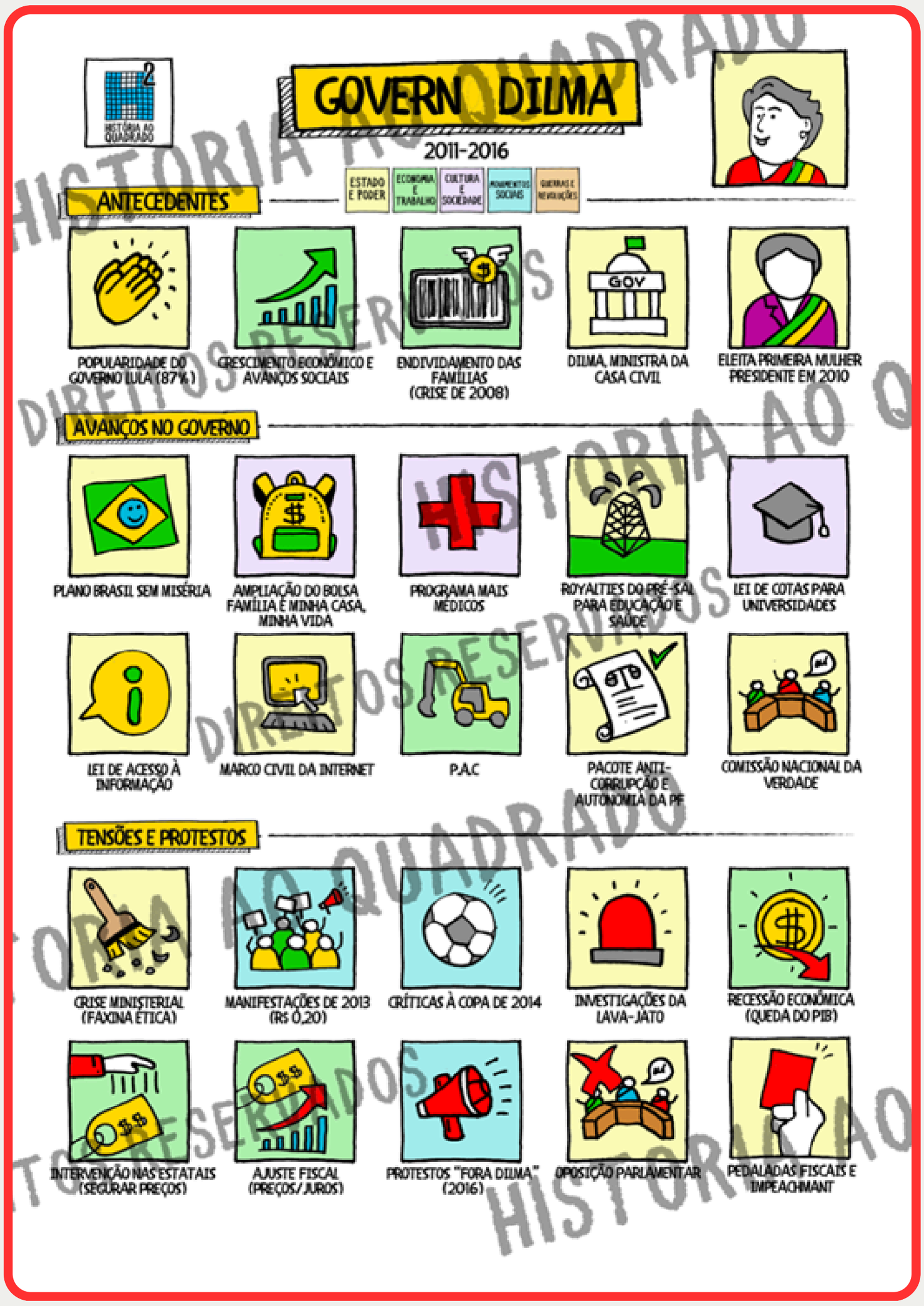
- Discutam com seus colegas e anotem as impressões no caderno.

PARA TENTAR RESPONDER A QUESTÃO PROBLEMA, VAMOS ASSISTIR O VÍDEO:

"GOVERNO DILMA – RESUMO DESENHADO" (7:51). DISPONÍVEL EM: HISTÓRIA AO QUADRADO

https://www.youtube.com/watch?v=3BcyAdRkJgY

RESUMO DESENHADO DO VÍDEO:



Fonte: História ao Quadrado.
https://www.youtube.com/watch?v=3BcyAdRkJgY

O que os historiadores dizem sobre o Impeachment?

É golpe!

Partimos da compreensão de que o processo de deposição da Presidenta Dilma Rousseff foi um golpe parlamentar jurídico e midiático. Golpe das elites contra os trabalhadores (as). Golpe dos homens contra as mulheres, enfim, um golpe contra a diversidade. Mesmo que o impedimento de Dilma em 2016 não tenha contado com a presença de tanques militares nas ruas ou com a ocupação do exército brasileiro ao Palácio do Planalto, advogamos que o processo de deposição da Presidenta Dilma se configurou como um golpe de Estado orquestrado por frações do Poder Judiciário, da grande mídia e de parte do Parlamento, em um processo estranho ao ordenamento jurídico, não comum ao funcionamento regular da burocracia do estado brasileiro. Configurou-se como um movimento que adotou ações excepcionais dentro da burocracia estatal para impor uma nova agenda política que foi derrotada no processo eleitoral de 2014.

Trecho extraído de:
FERREIRA, Jorgetânia da Silva. JÚNIOR, Mário Costa de Paiva Guimarães. O golpe de 2016 no Brasil: um projeto das elites contra o povo. In O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil. 1ª Ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020, p. 52.

Nas palavras do cientista social Michel Löwy

“Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores- profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores”.

LOWY, Michel. Da tragédia á farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 64.

AGORA LEIA TRECHOS DE DOIS ARTIGOS PUBLICADOS EM AGOSTO DE 2023.

ARTIGO 1:

Decisão que inocenta Dilma reforça que impeachment foi golpe de Estado - Jeferson Tenório Colunista do UOL - 22/08/2023 - 16h03



Retrato da ex presidente Dilma Rousseff em seu apartamento em Porto Alegre
Imagem: Lucas Lima/UOL

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou nesta segunda (21) uma apelação do Ministério Público Federal contra a decisão no ano passado de, em primeira instância, arquivar uma ação contra Dilma e seus ministros. Durante o segundo mandato da ex-presidenta, eles foram acusados de improbidade pelo suposto uso de bancos públicos para forjar um resultado fiscal, atrasando, por consequência, o repasse da União às instituições. A Justiça manteve a decisão que isenta Dilma das famosas "pedaladas fiscais", assim como o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O fato é que a decisão desta segunda (21) impacta e reforça a narrativa de que o governo Dilma foi vítima de um golpe parlamentar em 2016, já que as acusações de pedaladas fiscais serviram de base para fundamentar o pedido de seu impeachment (...).

Agora, sete anos após o impeachment, aquilo que já se suspeitava parece ganhar corpo e argumento mais sólido: foi golpe!

Para ler o artigo na íntegra, clique aqui!

https://noticias.uol.com.br/colunas/jeferson-tenorio/2023/08/22/decisao-que-inocenta-dilma-reforca-que-impeachment-foi-golpe-de-estado.htm?cmpid=copiaecola

ARTIGO 2:
PT oficializa projeto para anulação simbólica de impeachment de Dilma.
Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2023.

Bancada apresenta pedido na Câmara após TRF-1 arquivar ação sobre pedaladas fiscais da ex-presidente

A bancada do PT na Câmara apresentou nesta segunda-feira (28) um projeto para anular simbolicamente o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), sofrido em 2016. "O objetivo é reparar passado recente, ao corrigir um dos maiores equívocos jurídico-políticos perpetrados contra uma mulher séria, honesta e dedicada à causa pública, Dilma Vana Rousseff, quando injustamente lhe foi imputada a sanção de perda do cargo de presidente da República", dizem os parlamentares no documento.

No último dia 21, o TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, em Brasília, manteve decisão que arquivou uma ação de improbidade contra a ex-presidente sobre o caso das "pedaladas fiscais", como ficou conhecida a abertura de crédito orçamentário sem aval do Congresso. O tema das pedaladas embasou formalmente o processo de impeachment de Dilma no Congresso em 2016. (...)

No caso arquivado, a petista e outros integrantes de seu governo foram acusados pelo MPF (Ministério Público Federal) de improbidade pelo suposto uso de bancos públicos para "maquiar o resultado fiscal", atrasando por parte da União o repasse de valores às instituições. O projeto apresentado pela bancada do PT nesta segunda-feira precisa passar por aprovação das duas Casas para ter validade, ainda que seu efeito seja apenas simbólico (...)

No domingo (27), a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, confirmou à coluna Painel, da Folha, que o partido entraria com o pedido de devolução simbólica do mandato. "Entendo que cabe um projeto de resolução nesse sentido com base na decisão do TRF-1, que deixa claro que o impeachment foi uma grande farsa, que a história das pedaladas foi uma armação, literalmente um golpe. A Dilma e a história do Brasil merecem isso", afirmou.

A presidente do PT tem como referência a devolução simbólica do mandato de João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964. Em 2013, a partir de projeto de Pedro Simon (MDB) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o Congresso anulou a sessão de 2 de abril de 1964, na qual o então presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República. Na ocasião, o então presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (MDB-AL), fez um pedido de desculpas "pelas inverdades patrocinadas pelo Estado brasileiro" contra um "patriota".

Para ler o artigo na íntegra, clique aqui!

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/08/pt-oficializa-projeto-para-anulacao-simbolica-de-impeachment-de-dilma.shtml



1 Retome a questão problema feita no início da aula.

QUESTÃO PROBLEMA: VOCÊ SABE POR QUE A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF FOI AFASTADA DO SEU CARGO EM 2016?

- Retomem as anotações que vocês fizeram no início da aula e complementem a resposta com base nos textos e vídeos estudados na aula de hoje.

2 De acordo com os artigos 1 e 2, você acha que a anulação do impeachment da ex-presidenta Dilma seria uma decisão justa ou injusta. Por quê?

3 Vamos voltar à foto de abertura da aula e conversar sobre a sua produção e divulgação. Logo após, responda as questões que seguem:



HISTÓRIA DA FOTO

- Feita pelo fotógrafo Wilton de Sousa Júnior, da Agência Estado, a foto foi publicada no jornal "O Estado de S.Paulo" em 21 de agosto de 2011 e no dia 31 do mesmo mês na revista "Veja", que a escolheu como "imagem da semana".
- Imagem vencedora do Prêmio Internacional de Jornalismo Rei da Espanha na categoria Fotografia e também o Prêmio Esso, o mais importante do fotojornalismo no Brasil.
- O registro foi feito durante a cerimônia de entrega de espadins a 441 cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no sul fluminense, dias depois de Dilma ter perdido seu quinto ministro em menos de oito meses de Governo, quatro deles envolvidos em acusações de corrupção.
- Wilton Júnior explicou à agência EFE, uma das organizadoras do prêmio, que pretendia fazer uma fotografia da espada antes da cerimônia da Academia Militar, acreditando que a imagem poderia traduzir uma "imagem política muito forte".
- Wilton fez no total uma sequência de cinco fotos. E foi no terceiro clique que ele conseguiu captar a perspectiva e o alinhamento perfeito com uma leve inclinação a frente de Dilma e a espada na posição correta ao fundo.

QUESTÕES:

1. A história da foto corresponde às suas impressões iniciais?
2. Por que você acha que a foto foi tão premiada?
3. Qual a leitura subjetiva você faria agora a respeito da foto?

Para saber mais

Documentário: Democracia em Vertigem (Netflix)



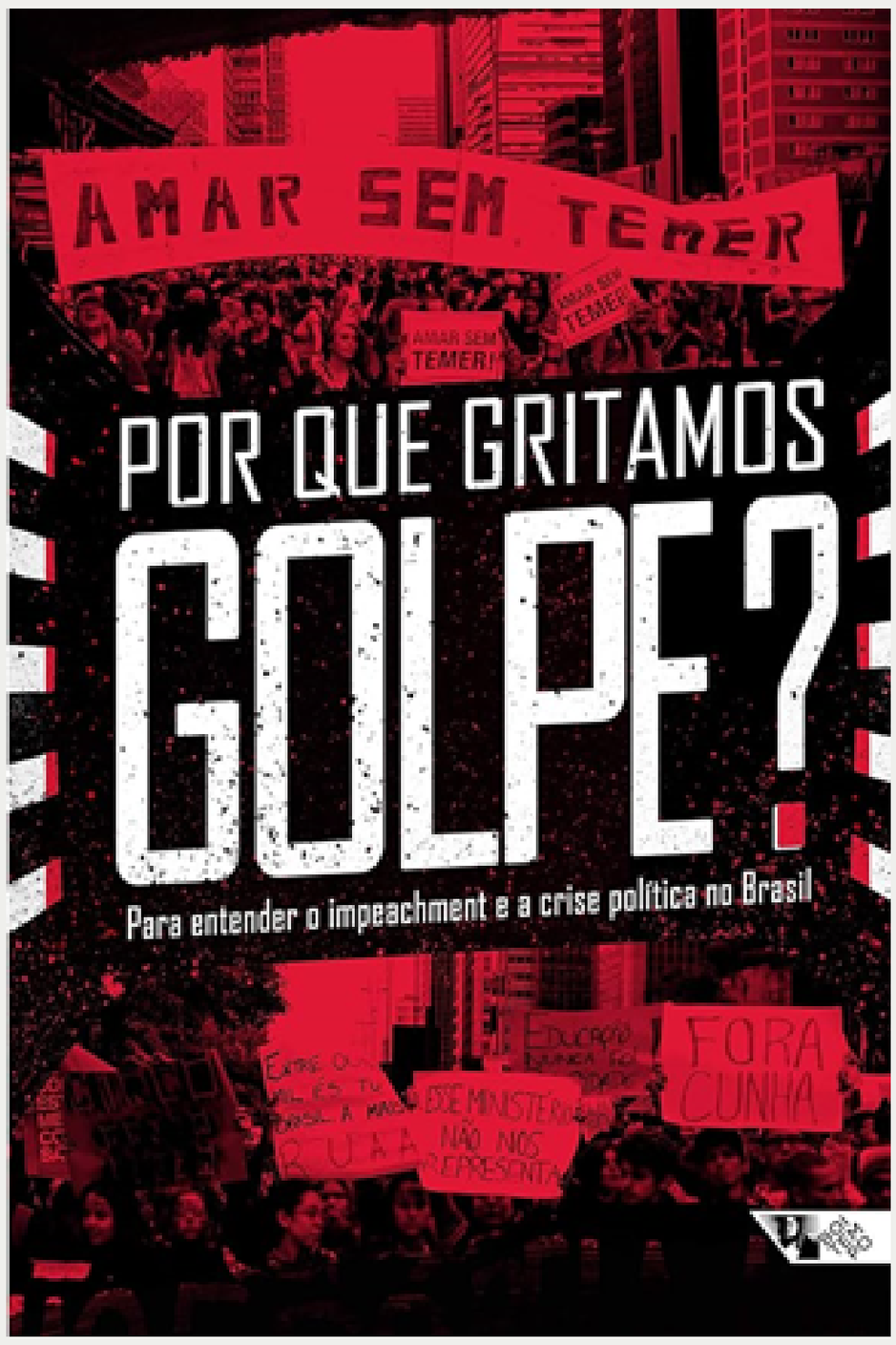
Um alerta em tempos de democracia em crise. Neste retrato de um dos períodos mais dramáticos da história do Brasil, o político e o pessoal estão entrelaçados. Através de relatos de seu complexo passado familiar e acesso sem precedentes a líderes do passado e do presente – incluindo os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, a cineasta Petra Costa (Elena) analisa a ascensão e queda desses governantes e a consequente polarização de uma nação. Netflix Brasil

Assista ao trailer:

https://www.youtube.com/watch?v=vwZ5m10y1rQ

Indicação de livro:

CLETO, Murilo. DÓRIA, Kin. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.



AULA 17 DESCONSTRUINDO IMAGINÁRIOS ANTICOMUNISTAS

VOCÊ SABE O QUE É IMAGINÁRIO? VAMOS ENTENDER ESSE CONCEITO.

O imaginário é um conceito que remete à capacidade humana de criar e representar mentalmente imagens, ideias e conceitos que não estão presentes de forma concreta no mundo físico. É um processo cognitivo que permite ao ser humano criar e recriar realidades, explorar possibilidades e construir significados. O significado do imaginário está relacionado à dimensão simbólica e subjetiva da experiência humana. Ele engloba os aspectos imaginativos, fantasiosos e criativos do pensamento, permitindo a construção de narrativas, mitos, símbolos e representações que vão além do que é meramente factual ou concreto.

Além do imaginário individual, existe também o imaginário que se manifesta no âmbito coletivo. Este é construído por meio de narrativas compartilhadas, símbolos culturais, mitos e representações que são transmitidos e perpetuados ao longo do tempo. Ele influencia a forma como uma sociedade interpreta e dá significado ao mundo ao seu redor. O imaginário não se opõe à realidade, mas dialoga com ela, já que é uma forma de interpretação e representação da realidade, que pode ser influenciada por fatores individuais, culturais e sociais. O imaginário não é uma mera ilusão ou fantasia, mas uma dimensão fundamental da experiência humana, que contribui para a construção de significados e para a compreensão do mundo ao nosso redor.

A partir desse conceito, podemos analisar o anticomunismo no Brasil como um imaginário construído social e historicamente, por meio de uma série de representações negativas que, ao longo da história, associou o comunismo a diversas mazelas e contribuiu para dar legitimidade a ditaduras e governos autoritários.

Nas aulas anteriores vimos que esse imaginário anticomunista foi muito usado nos períodos que antecederam os golpes de 1937, que instituiu o Estado Novo e o Golpe de 1964 que instituiu a Ditadura Militar no Brasil. Mas será que ele também foi usado para legitimar o Golpe que derrubou a presidenta Dilma? É isso que veremos nessa aula.

Texto adaptado de: Só Escola.
Disponível em: https://resumos.soescola.com/glossario/imaginario-o-que-e-significado/

PARA RESPONDER A ÚLTIMA QUESTÃO DO TEXTO ACIMA, VAMOS ASSISTIR AO VÍDEO "POR FAVOR, CHAMEM O ALTO COMANDO." (5:44) - In: Trip TV

https://www.youtube.com/watch?v=ebzEbjflXkM

Atividades

1 Interpretando o vídeo – Reúnam-se me grupo de 4 alunos e discutam as questões que seguem. Anotem as respostas nos cadernos.

1. Que acontecimento histórico o vídeo retrata?
2. Quais as principais motivações dos manifestantes que aparecem no vídeo?
3. Quais dessas motivações podem ser consideradas anticomunistas?
4. Você concorda com as reivindicações dos manifestantes"? Por quê?

ANÁLISE DE FOTOGRAFIAS: AINDA EM GRUPOS, OBSERVEM AS FOTOGRAFIAS EM SEUS ASPECTOS OBJETIVOS E FORMAIS E TAMBÉM OS ASPECTOS SUBJETIVOS. DISCUTAM COM OS COLEGAS E ANOTEM TODAS AS IMPRESSÕES NO CADERNO. APÓS AS REFLEXÕES E DEBATEM, REALIZEM A ATIVIDADE 2.

Figura 1: Foto retirada na Avenida Paulista em 15 de março de 2015.



Fonte: G1.
Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2015/03/fotos-protesto-contra-o-governo-e-corrupcao-toma-paulista.html
Data de acesso: 31 de março de 2024.

Figura 2:



Fonte: G1.
Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2015/03/fotos-protesto-contra-o-governo-e-corrupcao-toma-paulista.html
Data de acesso: 31 de março de 2024.

Figura 3: Manifestação pelo impeachment em 16 de agosto de 2015



Fonte: El País, 16 de agosto de 2015
Disponível em: https://brasil.elpais.com/acervo/2015-08-17/
Data de acesso: 31 de março de 2024

Figura 4: Manifestação pelo impeachment em 16 de agosto de 2015



Fonte: El País, 16 de agosto de 2015
Disponível em: https://brasil.elpais.com/acervo/2015-08-17/
Data de acesso: 31/03/2024

2 Reúnam-se no mesmo grupo e respondam as perguntas abaixo:

1. Onde, quando e por que as fotografias foram tiradas?
2. O que as fotografias retratam?
3. Descreva as pessoas que aparecem nas fotografias?
4. O que essas quatro imagens têm em comum?
5. Estabeleçam relações entre as imagens e o vídeo que vocês assistiram no início da aula.

➤ *AULA DIALOGADA A PARTIR DE TEXTO INFORMATIVO:*

O ANTICOMUNISMO E O GOLPE DE 2016

De acordo com a historiografia, o golpe de 2016 pode ser visto como uma consequência da fragilidade da democracia[1] brasileira, que sempre flertou com o golpismo e também como uma vitória de diversos setores e atores anticomunistas que durante décadas criaram representações que alimentaram imaginários extremamente negativos sobre o comunismo. Estes imaginários se internalizaram no inconsciente coletivo e passaram a fazer parte da cultura política brasileira. As estratégias de criação, divulgação e legitimação do imaginário anticomunista em 2016, trazem características muito semelhantes àquelas usadas para legitimar os golpes de 1937 e 1964. O comunismo, inimigo comum e temido, também foi objeto de demonização no contexto de 2016. A mídia brasileira se empenhou nessa tarefa e cumpriu com maestria. Não somente a mídia, mas diversos grupos conservadores de extrema direita, como setores da classe média (alta e média).

Em 1937, com o apoio de integralistas, militares e intelectuais, Getúlio Vargas suspendeu a Constituição de 1934 e colocou todos os partidos políticos na ilegalidade. Sob a suposta ameaça de tomada de poder pelos comunistas (Plano Cohen), Getúlio instituiu a Ditadura do Estado Novo, que só terminaria em 1945. Em 1964, um Golpe de Estado, liderado pelas Forças Armadas com o apoio de setores civis, instituiu uma ditadura militar que durou 21 anos. Em 2016, um golpe midiático tirou a Presidenta Dilma do poder através do uso oportunista de procedimentos legais[2] que serviram de pretexto para um governo legitimamente eleito. Portanto, a análise do contexto político, econômico e social em que o impeachment ocorreu nos permite caracterizá-lo como golpe.

Para o cientista político Luís Felipe Miguel (2020, p, 21- 26) os líderes do golpe de 2016 investiram na construção de uma narrativa maniqueísta, próxima dos discursos extremistas e deram visibilidade e legitimidade públicas a setores antes marginalizados na disputa política como os nostálgicos da ditadura militar, monarquistas, sobreviventes do integralismo, fundamentalistas religiosos radicais, dentre outros. "O processo de construção do golpe de 2016 levou à unidade de todas as forças da direita brasileira, no combate ao projeto reformista do Partido dos Trabalhadores".

Para o filósofo e cientista político Caio Navarro de Toledo (2020, p. 47)

> "O Golpe de 2016 nos lembra a frase clássica de Marx, "A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa." Tragédia em 1964 e farsa em 2016. Farsa: sem fundamento jurídico, uma simples operação contábil – visando ocultar momentaneamente o déficit fiscal da União (as pedaladas fiscais)- foi transformada em crime de responsabilidade para a oposição e grande mídia (...) Um governo presidencialista foi derrubado como se as regras existentes fossem as que estão vigentes em países parlamentaristas".

Para dar um caráter de verdade à farsa do golpe de 2016, a grande mídia teve um papel fundamental e se empenhou em estratégias de desestabilização do governo a fim de fazer avançar a agenda neoliberal. Dentre essas estratégias estão a polarização da sociedade e a demonização da esquerda, que trouxeram à tona elementos irracionais e míticos, inviabilizando o diálogo e o exercício da democracia. O PT foi eleito como bode expiatório responsável por todas as mazelas que acometeram a sociedade brasileira.

A mobilização da direita golpista conferiu ao antipetismo o lugar de "bode expiatório" que antes era do anticomunismo. O golpe de 2016 foi mobilizado por um discurso de rejeição ao Partido dos Trabalhadores, em particular e à esquerda, em geral. Entretanto, os argumentos

[1] Adotamos aqui o conceito de democracia teorizado pela política contemporânea, especialmente nos países de tradição democrático- do indivíduo liberal, segundo os quais as definições de democracia tendem a resolver-se num elenco, mais ou menos amplo de regras e procedimentos universais. Dentre eles destacam-se, de forma resumida: 1) A função legislativa deve ser composta por membros eleitos direta, ou indiretamente pelo povo; 2) junto com o supremo órgão legislativo deve haver outras instituições com dirigentes eleitos; 3) Todos os cidadãos devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres para votar, segundo a própria opinião; 6) devem haver reais alternativas de candidatos aos cargos eletivos, para que a liberdade eleitoral seja alcançada. 7) vale o princípio de maioria numérica; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar o direito da minoria; 9) o órgão do governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do Poder Executivo, eleito pelo povo. BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; Dicionário de Política. 5ª edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 327

[2]Os procedimentos legais, foram a formalidade do processo na Câmara Federal e no Senado, entretanto, não houve crime de responsabilidade. As "pedaladas" foram simples atrasos de pagamentos de dívidas da União, manobras meramente contábeis, já realizada por outros presidentes e governadores.

utilizados foram em grande parte, apropriados do imaginário anticomunista: "em nome de Deus, da pátria e da família", contra a ideologia "vermelha" que quer destruir a família tradicional brasileira

> "Há que se ressaltar, a tentativa de associação recorrente do PT ao comunismo, uma associação que carece de fundamento, mas que permanece forte no imaginário social do brasileiro (...) uma eterna ameaça a ser continuamente evocada. Tudo indica que o "fantasma do comunismo" continua a ser utilizado como estratégia política, desencadeando emoções de raiva, de ódio, de medo." (CYRINO,2020, p. 112)

Nesse contexto de demonização da esquerda e da associação do PT ao comunismo, a narrativa do impeachment foi forjada e obteve apoio de parcela significativa da população brasileira. No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura de processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. A sessão foi transmitida ao vivo em telões numa Esplanada dos Ministérios dividida por grades que separavam os militantes contrários e favoráveis à deposição da Presidenta. Foram 367 votos favoráveis ao impeachment e 137 contrários, além de 7 abstenções e 2 ausências.

Merecem atenção os discursos proferidos pelos 367 deputados que votaram à favor do golpe. Nos 30 segundos que foram dados a cada deputado para justificarem seus votos, as palavras "Deus", "família" e "corrupção" foram citadas inúmeras vezes. A palavra "Deus" foi pronunciada 59 vezes, quase o mesmo que "corrupção", que foi proferida em 65 ocasiões. Já o termo "família" surgiu 136 vezes. O suposto crime de responsabilidade, do qual a Presidenta era acusada foi pouco citado. A contagem das palavras foi feita pela Agência Brasil[1] com base em transcrição da votação no site da Câmara dos Deputados.

[1] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-de-dilma-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-na-camara
Data de acesso: 28 de março de 2024.

A justificativa ideológica do golpe de 2016 contou com um expressivo apoio popular. A direita ocupou as ruas com manifestações muito parecidas com as ocorridas nos anos 1960, em nome da Tradição, Família e da Propriedade, favorável ao golpe militar e contra os "comunistas". A mídia contribuiu para o golpe dando legitimidade às reivindicações golpistas, ao cobrir em tempo real as manifestações da direita e ao abraçar insistentemente a pauta econômica e do combate à corrupção.

O golpe de 2016, portanto, valeu-se de um imaginário anticomunista já consolidado na sociedade brasileira e usando um discurso conservador e reacionário de preservação dos valores cristãos e familiares, conseguiu apoio de parcela expressiva da sociedade civil, do empresariado, de setores políticos da direita e da extrema direita com o intuito de conter os avanços sociais, econômicos e políticos que havíamos conquistado nos últimos 15 anos de governos do Partido dos Trabalhadores. Portanto, pode ser caracterizado como um golpe de classe, disfarçado de defesa dos interesses econômicos e sociais do país. Para Motta (2000, p. 42) "os momentos da história de maior militância anticomunista geralmente coincidiram com as fases de ascensão da esquerda."

Texto adaptado de: LIMA; NASCIMENTO; NORONHA. O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil. 1ª Ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Anticomunismo. In SILVA, Francisco Carlos T; MEDEIROS, Sabrina E; VIANNA, Alexandre M. (orgs.) Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad. 2000, p. 42.

3 Interpretação do texto.

1. De acordo com o texto, como e por quem o imaginário anticomunista foi mobilizado no contexto de 2016?
2. Quais foram as principais justificativas dadas pelos deputados que votaram a favor da abertura de processo de impeachment contra Dilma Rousseff em 17 de abril de 2016?

4 Análise das fotografias 6 e 7 e produção de texto.

Figura 5: Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964.



Agência O Globo, 02/04/1964
Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175
Data de acesso: 10 de junho de 2024.

Figura 6: Foto retirada na Avenida Paulista em 15 de março de 2015.



Fonte: G1.
Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2015/03/fotos-protesto-contra-o-governo-e-corrupcao-toma-paulista.html
Data de acesso: 31 de março de 2024

PRODUZA UM TEXTO AUTORAL (MÍNIMO DE 3 PARÁGRAFOS) A PARTIR DAS FOTOGRAFIAS 6 E 7. VOCÊS PODEM USAR AS INFORMAÇÕES DAS AULAS ANTERIORES COMO FONTES DE PESQUISA, ESPECIALMENTE AS AULAS 15 E 16. UTILIZEM AS QUESTÕES ABAIXO PARA A ARGUMENTAÇÃO.

- Onde, quando e por que as fotografias foram tiradas?
- Quais eram os objetivos dos manifestantes nas duas fotografias?
- O que essas imagens têm em comum?
- Quais foram os resultados dessas mobilizações?
- Estabeleçam relações entre as imagens e o imaginário anticomunista no Brasil;

Considerações Finais



Demônio, assombração ou fantasminha camarada ?

Prezados alunos, chegamos ao final do nosso E-book. Esperamos que o estudo do tema *Comunismo e Anticomunismo no Brasil* tenha contribuído para a formação de uma consciência histórica crítica e para uma análise científica dos fatos históricos. Precisamos ser honestos e responsáveis com a divulgação da História, para que os fantasmas do negacionismo e do revisionismo, que legitimam regimes autoritários, não nos assombrem. Portanto, munidos de *conhecimento* e não de *fake news* vocês poderão construir argumentos, refletir, discutir e divulgar conhecimentos que não compactuem com a falsificação da História. Vocês têm em mãos os recursos necessários para responder a pergunta que abre essas considerações finais!

Agora é com vocês!

REFERÊNCIAS

FONTES DE PESQUISA NA INTERNET - SITES:

Arquivo Marxista na Internet https://www.marxists.org/portugues/index.htm
Atlas Histórico do Brasil https://atlas.fgv.br/
Blog Inquietude entorpecente https://inquietudeentorpecente.wordpress.com/sobre/
Brasil Escola https://brasilescola.uol.com.br/historia
Brasil de Fato https://www.brasildefato.com.br
Enciclopédia Significados https://www.significados.com.br/historia-2/
Estratégia Vestibulares https://vestibulares.estrategia.com/portal/materias/historia/
Guia do Estudante https://guiadoestudante.abril.com.br/
História da Ditadura https://www.historiadaditadura.com.br/
História do Mundo https://www.historiadomundo.com.br/
Marxismo 21 https://marxismo21.org/
Memórias da Ditadura https://memoriasdaditadura.org.br/
Memorial da Democracia https://memorialdademocracia.com.br/
Mundo Educação https://mundoeducacao.uol.com.br/
Politize https://www.politize.com.br/
Relatório Brasil Nunca Mais https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/
Sua Pesquisa.com https://www.suapesquisa.com/
Toda Matéria https://www.todamateria.com.br/historia/
Todo estudo https://www.todoestudo.com.br/historia

FONTES DE PESQUISA NA INTERNET - YOUTUBE:

Algo sobre História https://www.youtube.com/c/AlgoSobreHist%C3%B3riaa
Brasil Escola https://www.youtube.com/@brasilescola
Conceito Ilustrado www.youtube.com/@ConceitoIlustrado
Conhecimento Expandido https://www.youtube.com/@ConhecimentoExpandido
Descomplica https://www.youtube.com/@descomplica
Doxa e episteme https://www.youtube.com/@DoxaeEpisteme
Guia do estudante https://www.youtube.com/user/GuiaEstudante
Historiar-te https://www.youtube.com/@HISTORIARTE
Opera Mundi https://www.youtube.com/@omundi
Plano Piloto https://www.youtube.com/@PlanoPiloto
Politize https://www.youtube.com/@Politize
Roda Viva. https://www.youtube.com/watch?v=4sMIc09c1Q4
SBT News https://www.youtube.com/@SBTNews
Superinteressante https://www.youtube.com/watch?v=VZBgoV9HFFs
TV Senado https://www.youtube.com/watch?v=AidHDwfMNIk

ARTIGOS E REPORTAGENS

BAÑA, Martín. Como narrar a história da Revolução Russa no seu centenário? In: Estudos Avançados 31 (91), 2017. p. 55 - 66. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/QPdYYNnvYFsKk6VNXYsZwMs/#
Acesso em: 09 de junho de 2024.

CALLINICOS, Alex. Introdução ao Capital de Karl Marx.
Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/038/38tc_callinicos.htm
Acesso em: 31 de maio de 2024.

IORY, Nicolas; GOMES, Bianca. “Pesquisa Ipec: Brasil vive risco de comunismo com Lula? Quase metade da população vê ameaça comunista”. In: O Globo, 19/03/2023. Disponíevel em: https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/03/pesquisa-ipec-brasil-vive-risco-de-comunismo-com-lula-quase-metade-da-populacao-ve-ameaca-comunista.ghtml
Acesso em: 26 de junho de 2024.

IPEC. Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/ administrativos. Brasil, março de 2023.
Disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/03/pesquisa-ipec-19mar2023.pdf
Data de acesso: 22 de maio de 2024.

JEREMIAS, Matheus Ribeiro. Você conhece a história do Partido Comunista Brasileiro, o PCB? In: Site Politize. Publicado em 08 de março de 2024. https://www.politize.com.br/partido-comunista-brasileiro/ Data de acesso: 05 de junho de 2024.

MARASCIULO, Marília. 3 ideias de Karl Marx em "O Capital" que você deveria entender. In: Revista Digital Galileu. 14 de set. de 2020. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Cultura/Livros/noticia/2020/09/3-ideias-de-karl-marx-em-o-capital-que-voce-deveria-entender.html Data de acesso: 04 de junho de 2024.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. In: Estudos Avançados, 33 (96), 2019, p. 397-420. https://www.scielo.br/j/ea/a/WGPncXJHXXHrpMMxb3H9SFc/ Acesso em 31 de abril de 2023.

Artigo: "175 anos do manifesto comunista: 5 fatos sobre a obra de Marx e Engels." In: Revista Aventuras na História – Publicado em 21 de fevereiro de 2021– Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/os-173-anos-do-manifesto-comunista-em-5-fatos.phtml Acesso em 30 de maio de 2024.
Artigo: Quem foi Lênin e o que ele fez? Os bastidores de um dos principais políticos da história da Rússia. In: National Geographic Brasil – 17 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/quem-foi-lenin-e-o-que-ele-fez-os-bastidores-de-um-dos-principais-politicos-da-historia-da-russia Acesso: 22 de maio de 2024.

LIVROS

AZEVEDO, Antônio Carlos Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. 3ª edição. Editora Nova Fronteira: 1999.

BOBBIO, Noberto et. alii. Dicionário de Política. 5ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

CLETO, Murilo. DÓRIA, Kin. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRESPAN, Jorge. Marx: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

MAIER, Corinne; SIMON, Anne. Marx: uma biografia em quadrinhos. Boitempo, 2018.

MOLON, Alessandro Lucciola. Graco Babeuf: o pioneiro do socialismo moderno. Ed. UERJ, 2002.

NETTO, José Paulo. Karl Marx: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o "Perigo Vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **STARLING**. Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. 2°edição. São Paulo: Companhia das Letras, 218.**SPINDEL, Arnaldo. O que é comunismo. São Paulo: Brasiliense, 18ª edição. 1ª edição, 1980.**

SERVICE, Robert. Lenin: a biografia definitiva. São Paulo: Record, 2021.

SKIDMORE, Thomas E.Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.**VIANNA, Marly de Almeida Gomes Vianna. Revolucionários de 1935: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.**